

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO DO SÉCULO XXI? BOLIVARIANISMO E  
SOCIALISMO NA VENEZUELA

Autor: Raphael Lana Seabra

Tese apresentada ao Departamento de  
Sociologia da Universidade de  
Brasília/UnB como parte dos  
requisitos para a obtenção do título de  
Doutor.

Brasília, 3 de abril de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TESE DE DOUTORADO**

A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela

Autor: Raphael Lana Seabra

Orientador: Doutor Sadi Dal Rosso(UnB)

Banca: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso (Orientador - SOL-UnB)  
Prof. Doutor Nildo Ouriques (Membro Externo – ECO - UFSC)  
Prof<sup>a</sup>. Doutora Cléria Botelho (HIS-UnB)  
Prof. Doutor Marcelo Rosa (SOL-UnB)  
Prof. Doutora Maria Salete K. Machado (SOL-UnB)  
Prof. Doutor José Soares de Lima (Suplente - SOL-UFG)

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano, *Las palabras andantes*

*Para Cecilia e para os que vão nascer*

## **Agradecimentos**

Nenhum manual, livro ou conselho poderia me preparar para a realização desta tese de doutoramento. Busquei nesta elaborar mais do que um trabalho acadêmico, senão, torná-lo parte marcante e constituinte de minha própria experiência de vida. Cada página tem por trás de si a intensidade de cada uma das novas experiências vividas em todo o longo percurso de preparação deste texto. Redigir os agradecimentos de um trabalho realizado num trajeto tão extenso sempre incorre em alguma injustiça, em inconscientemente omitir a contribuição de alguém que em dado momento foi imprescindível. Tantos nomes, tantos lugares...

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. A Cristina que em meio a tantas idas e vindas sempre esteve a meu lado, no melhor e no pior. Também a Cecília que sempre quebrava meu mau humor com sua doce presença. Meus pais que acompanharam essa jornada desde o princípio, meus irmãos sempre interessados em saber das minhas “andanças”. Agradeço também a Rosa e Sergio pela paciência e apoio constantes. Agradeço a meus familiares, meus tios e tias pelo acompanhamento. Meus amigos que acompanharam de perto todo o processo Eduardo Luiz Zen, Rosana Kirsch, Fábio Bueno, Fabrício P. da Silva, Erlando Reses, Hans Wiedmann e Fernando Prado.

Agradeço muito a meu orientador Sadi Dal Rosso que a tanto tempo me acompanha, apóia e incentiva. Que desde os tempos do mestrado foi exemplo de conduta profissional e pessoal, mais do que um orientador tive um amigo. Não posso esquecer de sua companheira Saida, que com seus comentários oportunos tornou sua visita à Venezuela mais alegre.

Aos companheiros e companheiras da Universidade de Brasília, mais especificamente, de nosso Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Gept) Daniel Bin, José de Lima Soares, Aldo Azevedo, Magda Lúcio, Robson Camara, Luiz Galletti e Perci Coelho.

Agradeço muito aos companheiros e companheiras da Consulta Popular do Distrito Federal, mais especificamente à Heloísa Marques, Marcio Rabat, Eduardo Zen, Acácio Zuniga, Marcius Crispim, Nei Zavaski, Marleide Rocha, Juarez Rodrigues. Agradeço também aos companheiros e companheiras da Consulta Popular de Natal pela

receptividade no módulo de conclusão do Curso Realidade Brasileira, donde esta tese foi apresentada pela primeira vez e cujo debate contribuiu para reflexões posteriores.

A meu co-orientador Leo Kissler da Philipps-Universität Marburg pelo convite e pela possibilidade de realizar um ano de estágio doutoral na Alemanha. Experiência que jamais esquecerei. A meus amigos e amigas de Marburg que por um ano foram minha família, Felix Lukow, Veronica Estevo, Cleyton de Souza, Paulo, Karim e Mateus Britto, Catarina Tironi, Andrea Soto e Juan Brenez, Marcelo Aguiar, Angela Cabezas e Irene Aguiar, Milton Martinez e seus filhos Paola, Joana e Daniel.

A meu co-orientador Angel E. Alvarez que me recebeu gentilmente na Universidade Central da Venezuela. A meus grandes amigos venezuelanos e venezuelanas que ampliaram outra vez meu sentido de família Daniela Segóvia, Carlos E. Morreo, Alejandro Mendible, Rodolfo Magallanes e Carlos Torres, Julio Cesar (em memória), Bernardina e seus filhos Mario e Marco. Não podemos nos esquecer de Haydee Ochoa e Luis Adolfo Pérez pela calorosa recepção em Maracaibo.

A Capes, cujo auxílio financeiro foi indispensável à minha dedicação exclusiva à realização desta tese de doutorado. Especialmente à Valdete Lopes e Thais Pereira pela compreensão de meus sérios problemas burocráticos durante a estadia na Venezuela e pela gentileza em fornecer qualquer auxílio às minhas ansiedades.

Sou muito grato às professoras Salete M. Kern e Marisa Von Bülow que participaram da banca de qualificação e contribuíram com observações importantes. Agradeço aos professores Nildo Ouriques, José Lima Soares e Marcelo Rosa e à professora Salete M. Kern pelos comentários e sugestões durante a defesa desta tese, certamente abriram perspectivas de desenvolvimentos futuros para este trabalho.

Ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e, em especial, ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Marcelo Rosa e aos funcionários deste programa, Patrícia e Evaldo pelo apoio e atenção constantes.

Enfim, guardo minha enorme gratidão a todos e a todas que de algum modo, direta ou indiretamente contribuíram com a realização deste trabalho e, mais uma vez, peço desculpas se cometi alguma injustiça ao omitir algum nome.

## Sumário

<b>Resumo</b> .....	8
<b>Abstract</b> .....	9
<b>Resumé</b> .....	10
<b>Introdução</b> .....	12
<b>Parte I – As Revoluções, sua natureza e suas etapas</b>	
<b>1 - Considerações iniciais sobre o estudo das revoluções</b> .....	32
<b>2 – Democracia e Revolução como processo permanente em Reler Marx e Engels</b> .....	40
<b>Parte II – Antecedentes da Revolução Bolivariana da Venezuela</b>	
<b>3. – A mudança na pauta de exportações e a gênese do capitalismo rentista petrolero venezuelano</b> .....	52
<b>4 – A democracia <i>puntofijista</i> e a consolidação do rentismo petrolero</b> .....	73
<b>5 – A abertura de tempos neoliberais e a crise do rentismo petrolero</b> .....	91
<b>Parte III – A Revolução Bolivariana em perspectiva: contribuição à periodização do processo revolucionário</b>	
<b>6 – A etapa <i>Constituinte</i> da Revolução (1990-2001)</b> .....	108
<b>7 – A etapa Nacional-Soberana da revolução (2001-2005)</b> .....	128

<b>8 – A etapa de construção da <i>via venezuelana ao socialismo</i> (2006-2012).....</b>	<b>165</b>
<b>9 – A Revolução Bolivariana: a Transição e o Socialismo como problemas.....</b>	<b>202</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>216</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>223</b>
<b>Documentos e sites da internet.....</b>	<b>233</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>234</b>

## Sumário de Figuras

TABELA 1 – Composição de Exportações 1920-1935.....	54
GRÁFICO 1 - PIB petroleiro, convencional e não rentístico 1922-2002.....	59
GRÁFICO 2 - Capital não residencial público e privado: Venezuela 1922-2002.....	78
TABELA 2 – Total das indenizações pagas às companhias petroleiras.....	84
QUADRO 1 Setores com maior variação pontual na participação do PIB, 1968-2005.....	97
QUADRO 2 - Decrescimento do emprego manufatureiro.....	98
GRÁFICO 3 – Distribuição das reservas latino-americanas em 2005.....	143
GRÁFICO 4 – Preços internacionais do barril de petróleo venezuelano.....	147
TABELA 3 – Distribuição de alimentos através de Mercal.....	151
GRÁFICO 5 - Evolução do Salário Mínimo.....	189
TABELA 4 - Taxa de Inflação 1999-2009.....	191
TABELA 5 – Metas da Gran Missão Vivienda Venezuela.....	197
GRÁFICO 6 – Contribuições do crescimento trimestral do PIB.....	199
TABELA 6 - Cooperativas Registradas por atividade econômica 1998-2005.....	208



## Resumo

A presente tese tem como objetivo central determinar se a República Bolivariana da Venezuela atravessa de fato por uma revolução, que devido às perspectivas de renovação da esquerda marxista, da importância da ruptura revolucionária e da transição ao socialismo para a região, lançamos tal problema como a *primeira revolução do século XXI*. Ao longo da tese buscamos definir os conceitos fundamentais da Revolução Bolivariana, tais como bolivarianismo, chavismo, democracia participativa e protagônica como também o socialismo do século XXI, todos representam eixos indispensáveis à compreensão do projeto de fundação da Quinta República. Realizamos longo trabalho de campo e entrevistas com intelectuais, militantes e membros do governo bolivariano. Estabelecemos uma contribuição à periodização do processo revolucionário bolivariano em três etapas: a etapa *constituente*, a etapa *nacional-soberana* e a etapa da *via venezuelana ao socialismo*. Como processo revolucionário cuja especificidade reside na conquista gradual e pacífica do poder político, sem postular a ruptura imediata com a ordem capitalista, seguindo a via legítima de radicalização democrática, até a criação de um sistema múltiplo de propriedade (as propriedades estatal, social e privada) com vistas a superar em médio e longo prazo as bases da dominação imperialista, latifundiária e monopolista através da consolidação permanente de tais transformações, consideramos tais etapas não em sentido estancado e evolucionista, senão, como processo de revolução permanente que segue em alternâncias entre rupturas e períodos mais ou menos radicais dentro sua própria dinâmica. Concluímos que o processo ao avançar de forma “redistributiva” da renda petroleira entre as classes subalternas, tende indiretamente a reforçar o regime de acumulação de capital de determinadas frações capitalistas, fato que poderia levar a revolução à sua interrupção.

**Palavras-chave:** revolução – democracia – bolivarianismo – chavismo – socialismo

## **Abstract**

The present thesis aims mainly at determining whether the Bolivarian Republic of Venezuela is in fact going through a revolution, which due to the perspectives of renovation of the Marxist left, the importance of revolutionary rupture and the transition to socialism to the region, we present such problem as the *first revolution of the 21<sup>st</sup> century*. Along this thesis we seek to define the fundamental concepts of the Bolivarian Revolution, such as bolivarianism, chavismo, participative and protagonist democracy as well as socialism of the 21<sup>st</sup> century, all representing indispensable axis to the comprehension of the project of foundation of the Fifth Republic. We have accomplished a long field work, as well as interviews with intellectuals, militants and members of the Bolivarian government. We have established a contribution to the periodization of the bolivarian revolutionary process on three phases: the *constituting* phase, the *nationalsovereign* and the phase of the *Venezuelan via to socialism*. As a revolutionary process which specificity resides on the gradual and pacific conquer of political power, without postulating immediate rupture with capitalist order, from the legitimate means of democratic radicalization, to the creation of a multiple system of property (the state, social and private properties) aiming to overcome at medium and long term the bases of imperialist, latifundiary and monopolist domination by means of the permanent consolidation of such transformations, we consider such steps not in a stanché, evolutionist meaning, but otherwise as a permanent revolution process which alters between ruptures and periods more or less radical within its own dynamics. We then conclude that, by advancing on a redistributive way of the petroleum income among the subaltern classes, the process tends to indirectly reinforce the regimen of capital accumulation by certain capitalist fractions, fact that could lead the revolution to its interruption.

**Keywords:** revolution – democracy – bolivarianism – chavismo – socialism

## **Resumé**

Cette thèse a pour objectif central de déterminer si la République bolivarienne du Venezuela traverse une révolution, en raison des perspectives de renouvellement de la gauche marxiste, de l'importance de la rupture révolutionnaire et de la transition vers le socialisme pour la région. Nous avons lancé cette thèse comme étant la première révolution du vingt et unième siècle XXI. Tout au long de la thèse sur le régime de Chavez, nous verrons que la démocratie participative est le centre du fondement du socialisme du XXI siècle, Tous les mécanismes sont indispensables à la compréhension du projet de la fondation de la Cinquième République. Nous avons fait un long travail sur le terrain, des entretiens avec des intellectuels, des militants et des membres du gouvernement bolivarien. Nous avons établi notre contribution à la période du processus de la révolution bolivarienne processus en trois étapes : la phase constituante, l'étape de la souveraineté nationale est l'étape de la voie sur le socialisme vénézuélien, comme étant un processus révolutionnaire dont la spécificité réside dans la conquête graduelle et pacifique du pouvoir politique, sans postuler à la rupture immédiate avec l'ordre établi. Tout en suivant la voie légitime de la radicalisation démocratique, afin de créer un système multiple de la propriété ( Les propriétés d'état, social et privé). Grâce à la consolidation définitive de ces changements, le processus a pour but de surmonter à moyen et à long terme les bases de la domination impérialiste, des propriétaires terriens et monopolistiques. Nous considérons de telles étapes, pas dans le sens de l'arrêt et évolutionniste, autrement, comme un processus de révolution permanente qui suit une alternance entre ruptures et des périodes plus ou moins radicale dans sa propre dynamique. Nous avons conclu que le processus de redistribution du budget pétrolier entre les classes subalternes a pour impact de renforcer indirectement l'accumulation de capital de certaines fractions capitalistes. Ce fait pourrait emmener à l'interruption de la révolution .

**Mots clés:** révolution - la démocratie - bolivarien – chavismo – socialisme

## Introdução

É praticamente impossível a todo e qualquer estrangeiro que chega à Venezuela através do aeroporto internacional Simón Bolívar não se impressionar com o saguão da alfândega. Não por qualquer tipo de mecanismo de vigilância, controle ou coerção à quem entra no país, mas pelos enormes cartazes espalhados ao longo do salão com os logros do *Vivir en Socialismo*. Nenhum desses logros do “socialismo bolivariano” passa despercebido por quem pisa pela primeira vez nesse país caribenho-sul-americano. Caminhando um pouco mais, causa notável espanto o assédio de funcionários de todas as categorias por trocar dólares estadunidenses por bolívares. Trata-se do câmbio negro de uma moeda estrangeira rigidamente controlada, portanto, de um trâmite ilegal segundo as leis do referido país. A ilegalidade do câmbio negro de dólares não causa maiores inibições aos venezuelanos que trabalham no aeroporto. No caso de nós, brasileiros, esses dois fatos causam um misto de surpresa e estranheza. Por um lado, no Brasil o câmbio de dólares é livre, não existem maiores restrições para a compra e venda dessa moeda nas casas de câmbio; por outro lado, no Brasil mesmo com toda a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas constitucionalmente, qualquer menção pública ao socialismo é um tabu. Somente em excepcionalidades como marchas e outros tipos de manifestações político-populares nos deparamos com algum tipo de palavra de ordem socialista. Por mais desinformado sobre a realidade daquele país, não escapa a ninguém o fato de que algo complexo está se passando por ali.

Todavia, conforme nos advertiu certa vez o sociólogo Wright Mills (1969), não basta aos indivíduos somente a *informação*, e tampouco apenas a *habilidade da razão*. O que lhes faltam e, estes indivíduos sentem profundamente esta “falta”, é uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, que os faça perceber de fato o que ocorre com o mundo e com eles mesmos. Essa qualidade de “senso crítico” é o que Mills denomina de *imaginação sociológica*. Nessa direção, as perturbações do meio mais próximo e as questões da estrutura social levantadas pelo fenômeno conhecido como Revolução Bolivariana da Venezuela terminam exigindo aos sociólogos “[re]definir[em] o sentido das Ciências Sociais para as tarefas culturais de nossa época” (MILLS, 1969: 25).

Mas estariam os sociólogos realmente dispostos a redefinirem o sentido das ciências sociais para as tarefas culturais de nossa época? Que tratamento a sociologia têm separado a temas de tão grande transcendência como a Revolução? São questões inescapáveis e de difícil resposta. O estudo de qualquer Revolução – seja daquelas revoluções dos séculos XVII, XVIII ou XIX, como as do “longo século” do século XX, ou como diria Eric Hobsbawm, “o mais revolucionário dos séculos” – representa um trabalho árduo e exigente, mas ao mesmo tempo, extremamente interessante, posto que envolva todos os campos das ciências sociais. Na realidade a construção do objeto sociológico, sua elevação como ciência e disciplina acadêmica é inteiramente devedora das revoluções européias dos séculos XVIII e XIX, poucos sociólogos questionariam o peso determinante da Revolução Francesa e da Revolução Industrial para esta elevação epistemológica da sociologia. Isso é ainda mais evidente na influência e significação deste fenômeno nas obras dos clássicos sociológicos de Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim até Max Weber. No entanto, no decorrer das últimas três décadas a referência das revoluções para a sociologia praticamente desapareceu.

No começo da década de 1980, o cientista político italiano, Gianfranco Pasquino, teceu a seguinte observação capaz de resumir nossa questão: “se acha hoje em crise a esperança de mudanças palingenéticas, totais e totalmente positivas, não só entre os estudiosos conservadores, como também entre os de orientação progressista” (PASQUINO, 1999: 1130). A *crise da idéia de revolução* pode ser inserida no seguinte quadro: as tendências comparativas entre socialismo e capitalismo desde perspectivas de pragmatismo e eficiência, donde, os países que não atravessaram mudanças revolucionárias apresentariam melhores resultados em termos de democracia política, igualdade social e desenvolvimento econômico, do que aqueles que conduziram mudanças revolucionárias; os acontecimentos dos anos de 1989-92 com o colapso do “socialismo real” no bloco soviético simbolizado pela queda do Muro de Berlim; a derrota sandinista nas eleições de 1990 e o fim da luta armada na Guatemala e em El Salvador; as enormes dificuldades enfrentadas pelo socialismo cubano durante o período especial; a transição desde os anos 1970 da China a uma espécie de “socialismo de mercado”, donde surgem continuamente novos milionários em meio à conversão deste país em “fábrica do mundo”. Junto a este quadro pessimista para as transformações revolucionárias podemos acrescentar o rápido

“triunfo” das políticas neoliberais que impulsionaram a idéia e difundiram o consenso de que não existe alternativa ao capitalismo.

Em resposta a esta crise da idéia de revolução a sociologia contemporânea tem fornecido modelos explicativos, em sua grande maioria na forma de *ensaios sociológicos*, que escapam à transformação total, privilegiando transformações parciais, graduais e contínuas do *sistema social moderno*. Desde o fim do mundo bipolar são abundantes os ensaios sociológicos sobre a *modernidade reflexiva*, (GIDDENS, 1991), a *hiper-modernidade* (LIPOVETSKY, 2007) e a *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001). Desde a perspectiva deste conjunto de autores a modernidade europeia teria alcançado nível impensável de transformações do cotidiano, da supressão do espaço-tempo, da capacidade de auto-reflexão e do consumismo, que exige enorme capacidade adaptativa dos indivíduos às novas situações, que muito embora cause certo mal-estar à população, que caminhe rumo à crise da organização do sistema moderno, à degradação ambiental irrecuperável, *não* aventam qualquer hipótese de Revoluções iminentes (PASQUINO, 1999).

As respostas sociológicas a crise da idéia de revolução permanecem críticas, todavia, resignadas. Mas além desse círculo vicioso da crítica e resignação, os ensaios sobre a exacerbação da modernidade sugerem mais do que uma crise da idéia de revolução, senão a constituição de um novo consenso em torno do fim de concepções teóricas e ideológicas alternativas ao capitalismo. Esse novo consenso pode ser captado por: 1. Em nome da *objetividade* e da *ciência* desqualificam o conceito de *capitalismo*, substituindo este por *modernidade*, portanto, sob o critério da *neutralidade axiológica* as contradições sociais contemporâneas resultam das conseqüências da modernidade, de um projeto histórico sem sujeito e sem classes, ao qual estamos todos igualmente submetidos e sem a menor possibilidade de controle; 2. A ênfase na modernidade europeia *supõe* sua reprodução *idêntica* em todo o globo terrestre, assim são apagadas as diferenças abissais tanto entre os países do Norte e do Sul, como também entre os próprios países que formam aquele “cantinho de mundo” de onde estes sociólogos constroem seu raciocínio; e, 3. Destes dois postulados é possível compreender o *porquê* da forma metodológica privilegiada de exposição se dá através do *ensaísmo*. A pretensão universalista de suas proposições teóricas fundamentais exige que suas referências aos processos sociais existentes sejam de ordem ilustrativa, quer dizer, “não existe qualquer influência do mundo

real sobre a teoria geral, seja para fortalecê-la, seja para levá-la a uma revisão significativa, pois as pretensões de validade da teoria são auto-referenciais e encerradas em si” (MÉSZÁROS, 2004: 98).

Assim considerado, cabe perguntar se de fato nos encontramos diante da crise da *revolução* ou crise da *idéia* de revolução? Estariam as condições estruturais que permitiram com que Karl Marx estabelecesse seu modelo teórico de revolução definitivamente superadas, ou estariam apenas conjunturalmente truncadas pela disputa hegemônica desfavorável ao campo socialista? Uma das possíveis respostas a tais “becos sem saída” foi indicada por Eric Hobsbawm poucos anos após o colapso do “socialismo real”:

“o futuro do socialismo assenta-se no fato de que continua tão necessário quanto antes, embora os argumentos a seu favor já não sejam os mesmos em muitos aspectos. A sua defesa assenta no fato de que o capitalismo ainda cria contradições e problemas que não consegue resolver e que gera tanto a desigualdade (que pode ser atenuada através de reformas moderadas) como a desumanidade (que não pode ser atenuada)” (HOBSBAWM, 1993: 268-269).

Mais de um século e meio depois do capitalismo haver se instaurado como o modo de produção predominante nas economias latino-americanas e apesar de que algumas destas tenham experimentado períodos de altas taxas de crescimento econômico, a América Latina continua subsumida pelo *subdesenvolvimento* e *dependência*. Segue se debatendo com problemas tais como estruturas econômico-sociais desequilibradas; grandes bolsões de pobreza e indigência periodicamente crescentes; extrema concentração da riqueza e de renda; vulnerabilidade externa; debilidade estatal; escandalosa regressividade tributária e “democracias” mais aparentes que reais, donde brilham pela ausência dos mais elementares direitos cidadãos (BORON, 2008). A continuidade destas questões sociais não apenas posterga a um futuro longínquo a etapa do “luminoso porvir reservado” à América Latina, como também demonstra que sua superação não é possível dentro do capitalismo. Dito isso, nada mais atual do que uma revolução e a rediscussão do socialismo como alternativa ao capitalismo para a região.

De uma perspectiva latino-americana a influência e significado da Revolução Bolivariana não podem ser menosprezados. Muitos dos governos eleitos na primeira década do século XXI adotaram perspectivas semelhantes às bolivarianas e firmaram

acordos internacionais solidários com este país. No lastro do processo bolivariano podemos identificar as vitórias eleitorais de Evo Morales pelo Movimento Al Socialismo (MAS) na Bolívia em 2005 e 2009, as vitórias eleitorais de Rafael Correa também do Alianza País no Equador em 2006 e 2009, o retorno pela via eleitoral de Daniel Ortega da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua em 2007, como também o retorno pela via eleitoral da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) com a vitória de Mauricio Funes em 2008. É preciso ressaltar também a aproximação com Cuba através de um modelo de intercâmbio compensado, forma de integração que se estende a grande número de países caribenhos pela Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América e Caribe (ALBA). É bastante expressivo que o ensaio de golpe cívico-militar sofrido pelo governo bolivariano em 11 de Abril de 2002, tenha sido reproduzido em outros países da região que guardavam relações de proximidade com a Venezuela. Caso da violenta tentativa separatista dos departamentos que compõem a Meia-Lua boliviana em 2008 e do golpe cívico-militar contra Manuel Zelaya em 2009 que, além da adesão à ALBA buscava em plebiscito redigir uma nova Carta Magna em Honduras.

Este diagnóstico sobre a dependência latino-americana e sua onda democrático-radical pode – guardadas as proporções – ser estendido ao Sul do planeta, mais especificamente à África e Ásia, ao que Samir Amin corretamente denomina como “zona de tormentas”. É do Sul que provém a sucessão de revoltas em prazos curtos, que potencialmente são portadoras de possibilidades revolucionárias dirigidas à superação do capitalismo pelo socialismo. O conjunto de fenômenos que eclodiram no norte da África e no Oriente Médio em fevereiro de 2011, conhecido como “Primavera Árabe” pode ser inscrito dentro desta realidade. O ciclo de levantes das classes subalternas nesses países guarda potencialmente a cristalização de alternativas que em largo prazo podem convergir com a perspectiva socialista. Este ciclo de revoltas parte, “como os do século anterior, da reconquista da independência dos povos e os Estados da periferia do sistema, que recuperam a iniciativa na transformação do mundo. Portanto são, antes de tudo, movimentos antiimperialistas e além disso, só potencialmente, anticapitalistas” (AMIN, 2011).

Existe sempre o risco de generalização do mundo árabe, de se ignorar a diversidade e as distâncias históricas concretas que definem a organização interna de cada país, embora



*islâmicos* estes países não comportam aquela proximidade perceptível entre os países de colonização espanhola e portuguesa própria da América Latina. Assim, embora os levantes tenham sido quase concomitantes, seus componentes sociais, históricos e religiosos são demasiado heterogêneos para estabelecer as tendencialidades do conjunto destes países. Guillermo Almeyra resume com precisão esta diversidade:

“[a] Tunísia, desde sempre muito mais homogênea e influenciada pelas tradições políticas do colonialismo francês, não é o mesmo que o povoado e desenvolvido Egito, e no Iêmen a luta entre as tribos e a divisão entre o norte e o sul (ocupado militarmente pela ditadura de Sanaa) introduz fatores que não existem, por exemplo, no Marrocos, donde, como na Argélia, as divisões entre árabes e bereberés acompanham a luta popular por direito democráticos e por um estado de direito, por não falar dos países do Golfo, donde a rebelião democrática dos trabalhadores estrangeiros se une também com a oposição dos xiitas aos despóticos e riquíssimos príncipes sunitas, ou da Síria, donde se emaranham as lutas religiosas islâmicas (os minoritários alauitas contra a maioria sunita) com as tensões entre os diversos clãs políticos existentes no partido governante. Líbia era a colônia européia mais atrasada e os italianos a governavam com a força, com deportações e corrompendo os líderes tribais. Atualmente existem 850 tribos, mas apenas sete são importantes. Kadafi se apóia na sua (a Gadhafa) e em outra menor, ambas em Sirte e cerca de Trípoli, e tem em contra as maiores tribos, os comerciantes e exportadores, a seita Senoussi na Cirenaica, que sempre dominou Bengasi, os nacionalistas de esquerda que reprimiu e marginalizou, grupos importantes de militares furiosos porque o governo se apoiava sobretudo em mercenários africanos e setores democráticos. Os operários em sua imensa maioria são estrangeiros e carecem de todos os direitos” (ALMEYRA, 2011).

O conjunto do levante social denominado “Primavera Árabe” coloca à imaginação sociológica um enorme desafio teórico-intelectual de apreender em meio de toda sua riqueza e complexidade sócio-político-econômica suas potencialidades revolucionárias. Assim, a “Primavera Árabe” resgata a idéia de revolução com argumentos novos e inquietantes para a sociologia, esse fenômeno exige de uma só vez que se estabeleçam relações complexas entre levante popular, classes, religião, etnia, gênero, democracia, exploração e imperialismo. Apesar de qualquer otimismo gerado pela onda pró-democracia laica nesse conjunto de países, nada garante que estes levantes populares caminhem rumo à revolução social. A rápida organização da contra-revolução no norte africano e na península arábica, a atuação obstinada da OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte)

em fornecer apoio logístico-militar ao Conselho Nacional de Transição Líbio e seu silêncio em relação à execução de Muamar Kadafi, a rapidez no avanço do julgamento do ex-presidente egípcio Osnar Mubarak sugere – invertendo a frase de Eric Hobsbawm – que o *capitalismo e os ricos voltaram, por enquanto, a ter medo*, medo de uma alternativa que possa vir a se constituir e que possivelmente se espalharia por toda a periferia. “Medo da instabilidade do próprio sistema” (HOBSBAWM, 1993a: 103).

A crise capitalista mundial, iniciada em 2007, tem agravado brutal e profundamente a situação econômica, política e social dos países europeus. Desde os primeiros meses de 2010 até o presente momento os noticiários anunciam as constantes protestos de rua, greves gerais e ocupações, que são duramente reprimidos pelas forças policiais nos países da periferia da União Européia, mais especificamente, na Grécia, em Portugal, na Irlanda e na Espanha. Este conjunto de protestos responde à imposição pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional de uma série de pacotes de austeridade fiscal no intuito de que estes países mantenham o pagamento de sua dívida pública.

A intervenção da Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Bélgica com o apoio dos Estados Unidos no resgate do sistema bancário europeu em situação de quebra, esse resgate gerou, no mesmo ano, uma enorme liquidez do Banco Central Europeu (BCE). Assim, os bancos privados de países como Alemanha e França tomaram através de seu sistema bancário privado empréstimos com o BCE sob uma baixa taxa de juros, para posteriormente, entre 2008-2009, transferir esse crédito à Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha a uma taxa de juros muito superior, fato que em curto prazo forneceu lucros substantivos. Os bancos privados, principalmente, alemães e franceses não se preocuparam com a capacidade dos países devedores de reembolsar o capital emprestado em médio prazo. Assim, esta política arriscada de empréstimo adotada pelos países centrais da União Européia, fragilizaram a situação interna alemã e francesa, como feriram enormemente a soberania da periferia que integra o bloco econômico (TOUSSANT, 2011).

O maior problema da crise da dívida soberana nos Estados europeus não é tal como insistem os grandes meios de comunicação, a dívida pública, senão que ao contrário, a maior parte do problema resulta da gigantesca dívida privada. A dívida privada representa 83% da dívida total espanhola, 85% da portuguesa e 58% da grega. A situação não é muito distinta nos casos da dívida privada inglesa que representa 89%, a francesa 76% e a alemã

75%. A dívida privada é referente aos grandes monopólios capitalistas, e existe o risco de que esta dívida privada de hoje se faça a dívida pública amanhã. Os governos da periferia da União Européia têm utilizado a carga da dívida pública como argumento para justificar a adoção de novos planos de austeridade fiscal que incidem principalmente sobre os gastos sociais do Estado (TOUSSAINT, 2011).

Os planos de austeridade fiscal impostas pela UE e FMI atacam diretamente os direitos sociais da população da periferia européia. Os planos exigem basicamente: a redução dos salários nominais, congelamento de salários, redução dos empregos públicos, revisão dos valores e congelamento das aposentadorias, aumento da idade para aposentadoria; aumento de impostos indiretos, aumento de impostos sobre água e eletricidade; introdução de impostos especiais sobre combustíveis, álcool e tabaco; aumento no preço das tarifas de todos os transportes públicos; prevêem políticas de privatização massiva do patrimônio público como portos, aeroportos, ferrovias, centrais de distribuição elétrica e água, do setor financeiro e das terras pertencentes ao Estado (TOUSSAINT, 2011).

A explosão de protestos de rua, da convocatória de greves gerais por até mais de 24 horas, a ocupação de praças por tempo indeterminado não são simples manifestações de “violência gratuita”, de “irracionalidade das massas” etc., mas parte da defesa desesperada das condições mínimas de sobrevivência da população destes países periféricos. Todos estes elementos parecem indicar o começo de uma profunda crise hegemônica, da abertura de possibilidades de construção de uma hegemonia alternativa ao capitalismo, tudo depende do talento inventivo dos partidos e movimentos sociais da periferia da UE, de ultrapassar o simbolismo em direção a um programa radicalmente democrático. Regressando a nosso ponto de partida, não seriam todas estas *perturbações e questões estruturais* suficientes para despertar a imaginação sociológica ao problema da Revolução no século XXI?

É impossível para qualquer análise sobre a Revolução Bolivariana contornar a figura do presidente Hugo Rafael Chávez Frías. Como liderança surgida em princípios da década de 1990, após um falido golpe militar, sua eleição ao cargo de presidente da República tornou imprescindível ao processo sua presença. Em muitos momentos é quase impraticável distinguir Chávez dos movimentos das classes subalternas que o sustentam.

Essa dificuldade em estabelecer limites tem levado muitos dos estudiosos sobre a Revolução Bolivariana a definir o *chavismo* como um regime *populista* ou *neopopulista*. Esses estudiosos partem de dois pressupostos: primeiro, as condições de ascensão do *chavismo* ao poder, como resposta a crise institucional prolongada, a perda de representatividade dos partidos políticos tradicionais; e, segundo, as características da condução política nacional, como fortemente personalizada, discurso nacionalista, anti-oligárquico e antiimperialista, que freqüentemente resgata e se identifica com os próceres da pátria com uma visão ético-moralista, e, principalmente, a atração especial dos setores populares estabelecendo com estes uma relação mais ou menos mediada por estruturas organizativas (LACLAU, 2006; HAWKINS, 2009).

Muitos dos autores que identificam o *chavismo* como regime populista por este adotar determinada forma de *discurso político*. Embora existam diferenças no sentido conferido ao discurso populista, notadamente a preocupação deste conjunto de autores recai sobre as relações entre líder e massa popular, sobre o elemento personalista que varia entre o carismático e o autoritário, de maneira que este é tornado um traço permanente na história político-democrática latino-americana. A reativação deste conceito com ou sem o prefixo *neo* remete aos governos de Fernando Collor de Melo no Brasil, Carlos Ménen na Argentina e Alberto Fujimori no Peru. O mais estranho é que todos foram governos que adotaram amplamente programas de ajustes estruturais, dando contorno à desregulamentação da economia, priorizando os interesses do capital financeiro e internacional, despolitizando as massas e destruindo a classe média, portanto, não causa espanto o fato de que todos esses governos - supostamente (*neo*)populistas - tenham caído nos anos 1990 por falta de apoio popular (LYNCH, 2000).

Não se trata de diminuir o peso da análise da condução personalista *chavista*, mas compartilhamos do fato de que o populismo consistiu num modelo político-econômico vigente em quase toda América Latina entre as décadas de 1920 e 1960. Tratava-se, portanto, da conjugação específica de elementos externos como às crises dos países industrializados durante o período entre guerras (1914-1945), que se encerra com a hegemonia mundial dos EUA, e fatores internos como a industrialização de substituição de importações e diversificação produtiva, impulsionada por um Estado de cunho nacionalista e intervencionista. A condução populista fortemente personalizada (p. ex.: *varguismo* e

peronismo) apoiava-se na abertura democrática, na mobilização de massas e integração da classe trabalhadora, dentro de um esquema de articulação política multiclassista, que respondia aos interesses do capital industrial (IANNI, 1991; LYNCH, 2000).

A redução do populismo ao nível do discurso político – seja radical ou demagógico – termina por reduzir a complexidade do fenômeno a suas partes, além do que, sustentá-lo como fenômeno recorrente na América Latina o torna independente das condições concretas em que o fenômeno teria de se gestar, das classes sociais que o suportariam e do desenvolvimento econômico e do regime de acumulação de capital. Esse é um dos riscos decorrentes da simplificação dos processos sócio-políticos venezuelanos à capacidade individual da liderança de Chávez, uma vez que tende a associar o chavismo como manifestação do discurso populista. Podemos ir além da constatação de simplificação, em diversos casos, a inscrição do bolivarianismo como expressão do populismo latino-americano é uma maneira de dar as discussões urgentes sobre a Revolução Bolivariana da Venezuela como *caso encerrado*, como um fenômeno que não exige maiores explicações e com menores consequências para o destino do subcontinente. As observações de Nildo Ouriques, a respeito dos intentos de limitar o processo bolivariano “ao velho e surrado populismo latino-americano (...) faz caso omissos das condições concretas em que este nasce e, principalmente, o fato de que o bolivarianismo surgiu em franca oposição ao regime político existente na Venezuela, que possuía características fundamentais típicas do populismo na região” (OURIQUES, 2005: 138). Portanto, mais do que um ou outro elemento tomados à parte, acreditamos que o populismo corresponde a um fenômeno historicamente localizado pouco habilitado à apreender a complexidade dos fenômenos políticos, econômicos e sociais que se desenrolam na Venezuela.

A existência de reservas petrolíferas abundantes – até o presente momento, a Venezuela possui a maior reserva de petróleo pesado do planeta – demanda do pesquisador o enfrentamento de questões relativas ao desenvolvimento econômico, dos elementos que conferem especificidade do capitalismo dependente venezuelano. A determinação da indústria petrolífera sobre o conjunto dos setores econômicos nacionais incide na estrutura das classes sociais e do regime de acumulação de capital, a dependência de altos níveis de investimento externo direto no setor petrolífero e acentua o peso do Estado na organização de toda a sociedade etc. A especificidade do desenvolvimento capitalista venezuelano é ora

caso exemplar de “doença holandesa”, ora denominada como rentismo petrolífero (esse é o caso desta tese). A “doença holandesa” é um conceito polêmico e pouco consensual dentro das ciências econômicas, ele se refere diretamente a problemas resultantes da indústria extrativa, mas principalmente a certo número de países de economia petrolífera. O que causa polêmica é que o autor mais expressivo deste conceito (CORDEN, NEARY, 1982) o estende também a países cuja velha indústria manufatureira é deslocada por outra de maior tecnologia, como nos casos da Irlanda, Japão e Suíça. Essa “enfermidade” deve seu nome do comportamento da economia holandesa durante os anos 1960, momento em que se encontram grandes reservas de gás natural, se intensifica a produção e se aumenta o preço de hidrocarbonetos no mercado mundial. Assim, a descoberta de uma fonte extraordinária e súbita de um recurso natural gera um excedente de transações correntes em moeda estrangeira e a uma sobrevalorização da taxa de câmbio real. O volume de exportações não-petrolíferas decai, ao passo que o volume de importações de manufaturados cresce substancialmente, acarretando num processo de desindustrialização do país (MEDEIROS, 2008).

A “doença holandesa” apresenta o problema como restrito a um lapso de tempo em que os recursos naturais estão em alta no mercado mundial e que a moeda nacional fica temporariamente valorizada. Portanto, a doença holandesa refere-se a um fator econômico conjuntural. O limite de enquadrar a Venezuela dentro de tal concepção é de que de 1929 a 1980, com breves variações, o país manteve um padrão de sobrevalorização da moeda. Esse conceito nos parece inadequado uma vez que a moeda de um país dependente, estruturalmente primário-exportador que atravessa cerca de cinquenta anos com a moeda nacional sobrevalorizada em relação ao ouro e depois ao dólar, não representa um padrão tipicamente conjuntural, senão estrutural da economia.

Tal influência e significado da Revolução Bolivariana não surtiram mesmo efeito no Brasil, no sentido de oxigenar politicamente partidos e movimentos sociais. O otimismo dos primeiros meses após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república do Brasil em 2002, logo foi trocado pelo desencanto das classes subalternas pelos conteúdos conciliatórios com o grande capital da “Carta aos Brasileiros”. Portanto, o projeto do Partido dos Trabalhadores para o país passava longe do aprofundamento da democracia e da defesa dos interesses da grande maioria. Se há alguma influência da

Revolução Bolivariana no Brasil, podemos considerar que esta se faz evidente entre os grandes meios de comunicação privados. Seja impresso ou televisivo, esses meios de comunicação privados não medem esforços em desprestigiar e desinformar sobre qualquer ocorrido na Venezuela. O “grande trunfo” destes meios de comunicação é o suposto cerceamento da “liberdade de imprensa e expressão” pelo governo bolivariano, do autoritarismo populista de Hugo Chávez ao negar a renovação da concessão pública do canal televisivo à emissora Rádio Caracas de Televisão (RCTV) em 2007. O mais interessante é o silêncio dos meios de comunicação privados do Brasil a respeito da participação ativa desta emissora na deflagração do golpe de Abril de 2002 e suas coberturas “em nome da democracia” da paralisação-sabotagem petroleira de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. Assim, no Brasil defendem constantemente a “liberdade de imprensa e expressão” em nome do sensacionalismo, da vulgaridade e da desinformação.

Não há dúvida de que todo processo de mudança social carrega em si mesmo uma séria de ambigüidades e incertezas. Isso é ainda mais verdadeiro e complexo ao intelectual interessado em compreender a direção e sentido destas mudanças quando se trata de um processo revolucionário em pleno movimento. Os desafios teórico-conceituais são diversos e existem sempre os riscos de se aprisionar a riqueza do objeto em algum conceito ou momento específico, perdendo de vista as possibilidades e contradições que se gestam em seu movimento contínuo. A presente tese tem como objetivo central determinar se a República Bolivariana da Venezuela atravessa de fato por uma revolução, a princípio esta poderia ser mencionada como a *última revolução do século XX*, mas devido às novas perspectivas de renovação da esquerda marxista, da importância da ruptura revolucionária e da transição ao socialismo para a região, nos parece de maior exatidão lançar tal problema como a *primeira revolução do século XXI*. O objetivo central seria insuficiente sem levar em consideração as especificidades do processo de transformação social venezuelano, sem buscar uma aproximação ao *bolivarianismo* que movimenta muitas de suas bandeiras democráticas participativas e protagônicas, em síntese, seu projeto de *fundação da Quinta República*. O mesmo vale para as declarações de transição ao *socialismo do século XXI*, não acreditamos nesse caso ser necessário recorrer a todas as experiências socialistas do século XX para discutir o socialismo proposto pelos bolivarianos, basta partir do próprio processo revolucionário, avaliar cada movimento

interno e as respectivas correlações de forças, como o processo cria suas próprias etapas que preparam as bases para futuros desenvolvimentos.

Definido o objeto central desta tese fica claro que estabelecemos a Revolução Bolivariana da Venezuela como estudo de caso. A adoção de tal estratégia de pesquisa permite a observação intensiva deste fenômeno de transformação social específico à realidade venezuelana. A estratégia de estabelecer o estudo de caso do processo revolucionário bolivariano, embora obrigatoriamente teça suas hipóteses desde a especificidade de suas condições sociais, políticas e econômicas, muitas das análises e das conclusões avançadas desde a especificidade do caso podem vir a fornecer material para outras pesquisas que não sejam propriamente sobre a Venezuela, mas que ao menos versem sobre o conceito de *revolução*. A possibilidade de posterior generalização de algumas das considerações desenvolvidas nesta tese resulta de que o conceito de “revolução” escapa aos seus limites contextualizados temporal e localmente, a revolução é revestida de um significado amplo, ocorrendo onde quer que as condições subjetivas e objetivas possibilitem sua eclosão. A possibilidade de generalização do conceito de revolução é evidente desde a delimitação do marco teórico desta tese, quer dizer, quando traçamos a definição do conceito a ser utilizada ao longo da pesquisa, discutimos com obras de grandes intelectuais que versavam justamente sobre revoluções em contextos históricos e sociais bastante específicos, seja na Alemanha de 1848-1850 seja na Cuba de 1959-1962. Portanto, partimos daquilo que confere coerência ao nível geral do conceito de revolução em direção ao nível específico do caso venezuelano, logo, esperamos na conclusão realizar caminho inverso proporcionando alguma contribuição ao estudo das revoluções desde o específico ao geral.

Esta tese foi redigida no trânsito por três países: Brasil, Alemanha e Venezuela. A investigação do “estado da arte”, quer dizer, da bibliografia disponível sobre revoluções e sobre a revolução bolivariana tem início obviamente no Brasil. Apesar da proximidade geográfica, cultural e lingüística as fontes bibliográficas sobre a Venezuela são escassas no Brasil. São raras as bibliotecas ou livrarias que dispõem deste material. Não se pode dizer o mesmo da Alemanha. Foi durante nossa passagem de um ano pela Phillipps-Universität Marburg que a seleção da bibliografia sobre as revoluções e sobre o processo revolucionário bolivariano mais avançou. Mesmo com a grande disponibilidade de fontes



bibliográficas não encontramos nova literatura sobre o conceito de revolução, até a obra significativa de Dario Azzellini - *Venezuela Bolivariana. Revolution des 21. Jahrhunderts?* – não traz maiores considerações sobre o conceito de revolução. O resultado desta etapa exploratória foi a publicação de um artigo sobre a revolução bolivariana no periódico *Cultura e Sociedade*<sup>1</sup> da Universidade Federal de Goiás. Assim, durante o estágio alemão tomamos contato com as obras de economistas, historiadores e sociólogos venezuelanos, os quais foram fundamentais para o avanço da redação da tese, no desenvolvimento do marco teórico e do resgate histórico-econômico da Venezuela.

A investigação profunda da Revolução Bolivariana da Venezuela ficaria incompleta sem a passagem por este país com objetivo de ir a campo. Foram ao todo seis meses de estadia no país e de estágio investigativo no Instituto de Estudios Políticos da Universidade Central da Venezuela. Antes de ir ao campo, havíamos preparado todos os aspectos formais relativos à aplicação da técnica de entrevistas à pesquisa sociológica. De tal modo, preparamos o roteiro de entrevista semi-diretiva com uso de gravador com eixos temáticos como o surgimento do movimento/partido, seu nível de organicidade, sua capacidade propositiva e de autonomia dentro do processo, a capacidade de mobilização de suas bases e sua leitura sobre a revolução bolivariana. Também redigimos os termos formais de autorização do uso da entrevista na tese, assegurando ao entrevistado o direito de manifestar ou não nomes e locais etc. Em resumo, nos preparamos conforme tudo aquilo que os manuais sociológicos corriqueiramente recomendam preparar antes de ir a campo realizar entrevistas.

Enquanto aprofundávamos ainda mais na coleta da literatura especializada, tratamos de realizar o trabalho de campo. Todavia, esse trabalho realizado no contexto de uma situação específica, ou seja, em situação de revolução apresenta algumas dificuldades para a investigação em ciências sociais. Fora as dificuldades enfrentadas obviamente pela adaptação ao novo país que demanda a imersão em novos costumes e a recriação do cotidiano, no caso de um processo revolucionário altamente politizado e de manifesta polarização político-social a aplicação da técnica e dos métodos tradicionais dos manuais de ciências sociais parecem impraticáveis. Embora a Venezuela e, principalmente, Caracas seja conhecida por seus altos níveis de violência urbana nossas dificuldades em nenhum

---

<sup>1</sup> Cf. SEABRA, 2010.

momento referem-se ao risco de vida resultante de tal situação. Na realidade, a capital do país é muito menos ameaçadora do que a publicidade negativa disseminada pelos meios de comunicação, ao caminhar por praticamente toda a cidade não nos sentimos ameaçados pela criminalidade. É raro caminhar por Caracas e se deparar com famílias acampadas precariamente em praças públicas, com indigentes dormindo em paradas de ônibus ou menores abandonados mendigando a cada semáforo, fatos que são cenas corriqueiras e banalizadas nas capitais brasileiras. Em suma, nossas dificuldades não foram oriundas dos malogros do subdesenvolvimento, mas de nossa condição de estrangeiro com um sotaque estranho, de pesquisador universitário questionando sobre fatos e personagens, do constrangimento do gravador e do termo formal de autorização de uso das informações e dados na tese. É bastante compreensível a reação negativa de muitos dos entrevistados, afinal que garantias podíamos fornecer sobre nossa real procedência e interesse na organização e luta política desses indivíduos?

Passados duas semanas na Venezuela, após uma série de complicações burocráticas com o departamento de estrangeiros para a retirada de uma cédula de identidade temporária válida por um ano como requisito para abertura de conta-corrente nos bancos venezuelanos (a qual não conseguimos retirar e terminou sendo desnecessária), decidimos começar as entrevistas. Muito embora, a própria experiência com este órgão burocrático já tenha fornecido pistas do impacto do *rentismo petrolero* sobre o cotidiano do país. A inabilidade, o descaso, a ineficiência e a falta de polidez de muitos dos funcionários públicos representam o pior que o rentismo petrolero pode trazer ao país. Quer dizer, eficiente ou não pouco importa a realização da tarefa, uma vez que de um modo ou de outro o fluxo desta renda chegará até o funcionário público. Procuramos contato por iniciativa própria com um Conselho Comunal localizado no centro de Caracas, algumas ruas abaixo da Ponte Llaguno. A primeira apresentação não foi algo simples, não seria justo dizer que fomos “mal recebidos”, mas também não seria exato dizer que obtivemos uma abertura calorosa. O primeiro contato nos deu maior clareza sobre a percepção que a observação diária já havia sugerido, a existência concreta de dois blocos políticos em disputa manifesta. Apresentamos nossa identidade brasileira, nossa filiação institucional a Universidade de Brasília, o sentido da pesquisa que pretendíamos realizar no país e

mencionamos a possibilidade do uso do gravador. Havia um facilitador<sup>2</sup> no local que insistiu em manifestar sua solidariedade ao Brasil, reiterando seu apoio às relações entre Hugo Chávez e Lula da Silva e Dilma Rousseff. A *vocera* (porta-voz) do Conselho Comunal expressou repetidamente seus receios sobre minha presença. Questionou meus propósitos, procurou saber o conteúdo daquilo que eu perguntaria, discordou em assinar qualquer termo de concessão de informações e exigiu ver meu roteiro de entrevista. Na tentativa de dissipar qualquer desconfiança dos possíveis entrevistados e entrevistadas, forneci uma cópia do termo de concessão de dados, uma cópia de minha matrícula na Universidade de Brasília e com muito pesar uma cópia do roteiro de entrevista. Ao fim, a suspeita generalizada dos militantes deste Conselho Comunal simplesmente colocou em xeque todos os procedimentos da técnica e do método de entrevista semi-diretiva.

Inicialmente fomos tomados por um sentimento de frustração, parecia que o formalismo do uso de roteiro e gravador seria um entrave constante à realização do trabalho de campo. A partir de então e em conversa com nosso orientador, o prof. Dr. Sadi Dal Rosso, tomamos a decisão de utilizar um método e técnica mais sutil, dispensando o roteiro e o uso do gravador. Começamos a utilizar o recurso de “entrevistas-conversações”, algo semelhante à observação participante ou à etnografia. A grande diferença é que essas entrevistas-conversações não se limitavam ao acompanhamento de uma organização em especial ou a um determinado grupo mais ou menos fechado, mas a uma série de diferentes indivíduos, cujas circunstâncias em que se encontram nunca são exatamente as mesmas. Sendo assim, tivemos que partir das circunstâncias em que nos encontrávamos ou daquilo disponibilizado pelo entrevistado ou entrevistada, em muitos casos começando desde o que aparentemente seria uma simples conversação para alcançar o nível de uma verdadeira entrevista semi-diretiva, porém, desprovidos do gravador contando com um bloco de notas (quando possível) e com o recurso da memória para anotações pós-conversação. Buscávamos sempre manter os mesmos eixos temáticos que havíamos preparado para o roteiro semi-diretivo, assim, as conversas giravam ao redor da organicidade do movimento/partido, de sua autonomia em relação à figura de Chávez e a leitura pessoal da revolução bolivariana.

---

<sup>2</sup> Essa é a denominação dos educadores das Missões Sociais que trabalham nestas e/ou junto aos Conselhos Comunais.

Esse recurso a entrevistas-conversações em que aproveitávamos as oportunidades cotidianas, mais ou menos espontâneas para a coleta de relatos não podia contar sempre com a “sorte”. Nem todo militante traz a primeira vista a marca do movimento no qual milita. É fundamental buscar a intermediação de moradores locais, conhecidos e/ou outros pesquisadores. Essa ponte estabelecida por alguém nativo, ligado organicamente ou não, torna mais aberta a receptividade do entrevistado para com o entrevistador e para com o tema. Às vezes deixar claro antes ou durante a conversa nossa posição perante ao processo político do país cria maior empatia com o entrevistado, em outras situações o efeito é reverso. Num desses encontros mais espontâneos tivemos a oportunidade de almoçar com um ex-deputado pelo Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e um intelectual orgânico da Ação Democrática (AD), inicialmente mantivemos a conversação a nível acadêmico, conversando sobre as realidades venezuelana e brasileira. Todavia, quando perceberam nossas simpatias ao processo bolivariano a entrevista-conversa tomou um rumo desagradável e ofensivo.

Retornemos às observações de campo. Em junho de 2011 acompanhamos uma marcha pela radicalização democrática da revolução bolivariana convocada pela *Corrente Revolucionária Bolívar e Zamora*, que compreende os movimentos Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (FNCEZ), Frente Nacional Camponesa Simón Bolívar (FNCSB), Centro de Formação e Estudos Sociais Simón Bolívar (CEFES), Movimento Popular Operário, Movimento Sindical Maré Socialista e os Círculos de Lutas Populares pelos Direitos Humanos e contra a Impunidade. Mais além da demanda de maior delegação de poderes aos movimentos sociais e Comunas, a marcha questionava a extradição de Joaquín Pérez Berra<sup>3</sup> e Julián Conrado<sup>4</sup> à Colômbia, como também exigia maior rigor nos julgamentos e prisões de assassinos de lideranças camponesas, indígenas e sindicais no país. De acordo com o Héctor Ortega liderança da FNCEZ de 2003 a 2011 foram assassinados 256 dirigentes camponeses na Venezuela, a maioria deles relacionados com os conflitos com a Federação Nacional de Pecuaristas da Venezuela, no estado de Zúlia. É assombroso o fato de que mesmo o latifúndio não sendo um problema tão sensível no caso venezuelano como no caso brasileiro, a Venezuela guarda um elevado índice de violência

---

<sup>3</sup> Ex-verador pela União Patriótica da cidade de Corinto na Colômbia e refugiado político residente na Suécia desde 1994 e diretor por 15 anos da Agência de Notícias Nova Colômbia.

<sup>4</sup> Militante das Forças Revolucionárias da Colômbia e cantor popular.

no campo. Isso sugere o nível de violência da oposição contra as classes subalternas, seu apego obstinado àquilo que do ponto de vista da totalidade representa uma das menores garantias de seu poder econômico e político. Durante o acompanhamento da marcha foi impossível não perceber a influência da Via Campesina brasileira no modo de organização deste tipo de manifestação, dos setores de segurança, de condução e de disposição das fileiras de militantes. Esse fato é bastante significativo do nível de intercâmbio dos movimentos dos dois países e do internacionalismo socialista inerente à Via Campesina.

Os meios televisivos na Venezuela são instrumentos importantes de análise de conjuntura do processo. Se de um lado canais privados como a *Globovisión* não perdem nenhuma oportunidade de estabelecer críticas (fundadas ou infundadas) ao processo bolivariano, por outro, os meios de comunicação públicos e estatais travam diariamente uma batalha de informação. Assim, os programas de debate e os noticiários privados e públicos reproduzem de modo cristalino o teor da disputa hegemônica. Nada escapa às discussões, enquanto a *Globovisión* tem seu programa diário de críticas ao processo em seu “Aló Ciudadano”, a *Venezuelana de Televisión* faz um apanhado crítico de todas as principais notícias do dia com “La Hojilla”. Esse fato torna impossível dentre os meios de comunicação venezuelanos a tão famigerada “imparcialidade” defendida pelos noticiários brasileiros. O fato de existir um nível superior de debate político dentre os meios de comunicação venezuelanos não reflete na veracidade de muitas das notícias difundidas pelos meios privados televisivos e impressos.

Foram realizadas definitivamente 16 entrevistas para a coleta de relatos, todavia, nem todas as entrevistas tiveram utilidade imediata na redação da tese (por exemplo, as entrevistas com três membros da COPEI e o relato do Cacique da etnia Yukpa Sabino Romero). Entrevistamos militantes e lideranças de partidos e movimentos sociais, intelectuais, membros de conselhos comunais e comunas, facilitadores das missões sociais e membros do governo venezuelano. A modificação no uso da técnica e do método não permite contabilizar com exatidão o número de entrevistados ou entrevistadas, portanto, o número de entrevistas ultrapassa as 16 acima mencionadas. A mais importante lição retirada dessa experiência do trabalho de campo em situação de revolução, donde encontramos uma sociedade politicamente mobilizada e polarizada, cuja disputa hegemônica se “sente soprando pelo ar”, é que ao dispensar o formalismo da técnica e

flexibilizando relativamente o método, nos parece possível realizar entrevistas riquíssimas em contextos nos quais ninguém esperaria por uma investigação sociológica. Essa foi nossa maneira de contornar a barreira criada pela politização do processo de disputa hegemônica.

A tese tem um total de nove capítulos, divididos em três partes. A primeira parte, *As Revoluções, sua natureza e suas etapas*, começa com a definição de revolução como fenômeno de transformação social, política e econômica de longa duração e não necessariamente insurrecional, quer dizer violento. Além disso, se busca traçar algumas questões metodológicas que permitam delimitar o estudo sobre as revoluções, a importância de se definir sua natureza, a dialética de suas etapas e as possibilidades de interrupção do processo revolucionário quando resolvidas determinadas tarefas e conforme o interesse de classe, isso sugere a revolução como processo permanente, a necessidade de se delimitar os materiais e de demarcar entre pequena e grande política. O problema das etapas de uma revolução é apresentado através do diálogo com Marx e Engels, a partir da revolução permanente, ou seja, como processo que combina diversas tarefas em largo prazo, sem que haja qualquer esquematismo prévio. Desse modo, a etapa da revolução democrática não é uma “etapa prévia” de maturação das condições objetivas para a posterior etapa da revolução socialista, mas parte do processo permanente sob condução hegemônica do proletariado no transcurso da revolução.

A segunda parte, *Antecedentes da Revolução Bolivariana da Venezuela*, traça o desenvolvimento capitalista venezuelano, da mudança da pauta de exportações de agropecuária para petroleira, que sem superar a natureza primário-exportadora, implica em profundas transformações para a sociedade, para a organização do Estado e para o regime de acumulação capitalista. A organização do bloco no poder e a contenção das lutas de classes sempre dependem das possibilidades de captação e transferência da renda petroleira dentro do país. O projeto de desenvolvimento nacional da “Gran Venezuela” nos anos 1970, com a nacionalização de empresas estratégicas, sobretudo, petroleiras e siderúrgicas foi levado a cabo com altos níveis de endividamento, que nos anos 1980 comprometeram grande parte da renda petroleira, colocando todo o sistema sócio-político-econômico venezuelano em crise. A adoção de medidas neoliberais em fins dos anos 1980 e 1990, com a privatização do patrimônio público, reduziram ainda mais a captação da renda

petroleira, gerando uma profunda crise hegemônica do bloco no poder, abrindo uma situação revolucionária inédita na história desse país.

A terceira e última parte da tese, *A revolução Bolivariana em perspectiva: contribuição à periodização do processo revolucionário*, se insere no esforço de estabelecer uma periodização da Revolução Bolivariana da Venezuela. Passada mais de uma década de desenvolvimento do processo nos parece razoável estabelecer etapas de seu desenvolvimento, que de nenhum modo são tomadas em sentido estancado e evolucionista, senão, que vistas como processo de longa duração, de revolução permanente que segue sempre em alternâncias entre rupturas e períodos mais ou menos radicais dentro sua própria dinâmica. Trata-se, portanto, de compreender como cada etapa prepara as possibilidades e limites da próxima e desde a perspectiva permanente de revolução. Estabelecemos três etapas no processo bolivariano: a primeira delas seria a etapa *Constituinte* da Revolução (1990-2001); a segunda a etapa Nacional-Soberana (2001-2005); e, a terceira, a etapa de construção da via venezuelana ao socialismo (2006-2012). A terceira parte encerra com o propósito de apontar alguns entraves no aprofundamento da Revolução, mais precisamente a estratégia política da via venezuelana ao socialismo. O fato de colocar o socialismo como orientação estratégica do processo revolucionário mantendo as tarefas de radicalização da democracia incompletas nos parece representar um dos maiores entraves para o futuro do processo. Muito embora possamos verificar a melhoria no acesso a determinados serviços, na segurança alimentar e na organização de Conselhos Comunitários, o formalismo democrático e o rentismo petrolero permanecem como traços definidores da sociedade venezuelana. A revolução avança sobremaneira de forma “redistributiva” da renda petrolera entre as classes subalternas, mas indiretamente reforça o regime de acumulação de capital de determinadas frações capitalistas.

## Parte I – As Revoluções, sua natureza e suas etapas

### Capítulo 1 - Considerações iniciais ao estudo das revoluções

Esta tese tem como objetivo determinar a existência ou não de uma revolução, como também, contribuir à periodização das etapas de um processo complexo que parece conformar a primeira revolução do século XXI e que já ultrapassa uma década de existência, a *Revolução Bolivariana da Venezuela*. Desde então, muito se tem discutido sobre este processo revolucionário e suas particularidades, e, obviamente existem diferenças quanto à interpretação do grau de profundidade ou características das mudanças e rupturas em andamento, diferenças em nada facilitadas pela guinada ao “Socialismo do Século XXI” em final de 2005<sup>5</sup>. Na realidade a declaração de mudança na qualidade do processo, que indicaria por suposto sua própria radicalização na construção de uma nova sociedade, parece obscurecer ainda mais a discussão e a própria natureza do processo de transição. Para evitar a reprodução de desentendimentos a este respeito, nos parece fundamental apresentar e delimitar alguns pontos que envolvem os usos e as definições sociológicas do conceito de revolução.

Florestan Fernandes não podia iniciar de maneira mais acertada *O que é Revolução* ao destacar que “a palavra revolução tem sido empregada de modo a provocar confusões”. Todavia, há no essencial deste fenômeno “pouca confusão quanto ao seu significado central: mesmo na linguagem de senso comum sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade” (FERNANDES, 1984: 7-8). Justamente, esse fenômeno tão conhecido pelo público geral como “mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade”, algo que mesmo causando certa recusa e repulsa ao senso comum, é por este tão trivialmente definido, implica uma ampla discussão sobre seus usos e significações teórico-conceituais. Principalmente, naquilo que seriam *mudanças drásticas* e na *violência revolucionária*.

---

<sup>5</sup> Cf. CHÁVEZ, Hugo “Enterrar al capitalismo para parir el socialismo del siglo XXI” In: \_\_\_\_\_. *Venezuela 1999-2005: Memorias de una revolución, selección documental*. Caracas: Asamblea Nacional, 2006.



Partindo da obra da filósofa alemã Hannah Arendt podemos começar a aproximação à definição da revolução. Esta autora estabelece três elementos fundamentais e indispensáveis para a definição conceitual das revoluções: *a constituição do novo, a ruptura violenta e a conquista da liberdade*. Esta concepção, segundo a autora, seria capaz de abranger, não somente as revoluções inglesa, francesa e americana do século XVIII, mas também a revolução russa do século XX. Estes três elementos elencados acima são mais bem esclarecidos na seguinte citação:

“só podemos falar de uma revolução quando ocorre mudança no sentido de um novo começo, onde a violência é empregada para constituir uma nova forma de governo completamente diferente, para conseguir a formação de um novo corpo político onde a libertação da opressão visa, pelo menos, a constituição da liberdade” (ARENDR, 2001: 40).

A primeira vista se trata de uma forma muito clara, direta e abrangente de se definir conceitualmente as revoluções. Não há grandes dúvidas de que uma revolução seja o único fenômeno moderno que coloca como problema e possibilidade um novo começo, uma ruptura definitiva com a forma anterior de sociedade donde a história nunca antes conhecida está prestes a desenrolar-se. Podemos concordar que a libertação possa ser a condição da liberdade, mas que de modo algum conduz diretamente a ela, e que “a noção de liberdade implicada na libertação só pode ser negativa e, portanto, que até a intenção de libertar não é idêntica ao desejo de liberdade”, e que mesmo que o fundamento da liberdade seja sempre incerto é, sem dúvida, um elemento dinamizador da revolução (Idem, *ibidem*: 33). Pode ocorrer que uma revolução se leve a cabo pelo emprego da força e da violência na tomada do poder e na construção de novas formas políticas, todavia nos parece forçoso afirmar que “não pode haver nenhum começo sem o emprego de violência, sem violação” (Idem, *ibidem*: 22). Mais ainda, na delimitação do fenômeno revolucionário Arendt equipara as revoluções às guerras. Muito embora possa haver a necessidade de se distinguir, na teoria e na prática, entre guerra e revolução, segundo a autora, estas guardam uma relação mútua, de maneira que tanto as revoluções como as guerras são *inconcebíveis* fora do âmbito da violência, o que as separa de todos os fenômenos políticos. A relação de mutualidade entre revoluções e guerras é colocada nos seguintes termos:

“Seria difícil negar que uma das razões das guerras terem se transformado tão facilmente em revoluções e das revoluções terem se mostrado essa ameaçadora inclinação

para desencadear guerras é que a violência é uma espécie de denominador comum de ambos os fenômenos” (Idem, *ibidem*: 20).

Associar a violência como condicionante das revoluções parece reproduzir o sentido ordinário e comum conferido a este fenômeno. Pode ocorrer que o emprego da força e da violência leve à derrubada de um governo e a tomada do poder por algum grupo, categoria ou força social qualquer na oposição. Mas, revolução nesse sentido seria mais propriamente insurreição. Não que insurreições não desencadeiem ou estimulem a transformação revolucionária de uma sociedade, mas que estas formas de levante social mais ou menos violento não se fazem uma *necessidade histórica*. Quer dizer, as insurreições violentas podem apontar verdadeiros conflitos e questões pendentes em dada sociedade, mas a violência não resolve e nem é guia para a solução destes problemas reais e seu emprego não produz melhores resultados num processo de transformação (PRADO JR, 1977).

A grande dificuldade da construção conceitual de revolução em Arendt resulta de ser realizada sem considerar as revoluções como ocorrem, senão construindo um tipo ideal, delimitando sua conceituação em função desta tipologia e excluindo aquilo que não se coaduna com suas especificações. Decorre de tal adequação do objeto à tipologia estabelecida por Arendt a exclusão de todo processo revolucionário ocorrido fora da zona clássica da Europa Ocidental e do Atlântico Norte. Ora se trata de uma obra redigida em pleno avanço da Revolução Cubana, portanto, sua tipologia da revolução se empobrece ao reproduzir sem reservas o universalismo europeu<sup>6</sup>. De igual maneira, o fenômeno revolucionário em Hannah Arendt se apresenta como grande mudança política donde os protagonistas estão completamente cômicos de iniciar uma época totalmente nova na história humana, assim a teleologia revolucionária tem como centro a “emergência da liberdade”. Liberdade tal que se distingue completamente da abolição da pobreza, que para Arendt se torna um fator corruptor de toda revolução, daí que a revolução em Arendt é um

---

<sup>6</sup> Tomamos o conceito de Universalismo Europeu de Immanuel Wallerstein, definido como: “conjunto de doutrinas e pontos de vista éticos que derivam do contexto europeu e ambicionam ser valores universais globais – aquilo que muitos de seus defensores chamam de lei natural – ou como tal são apresentados. Isso justifica, ao mesmo tempo, a defesa dos direitos humanos dos chamados inocentes e a exploração material a que os fortes se consagram. É uma doutrina moralmente ambígua. Ela ataca os crimes de alguns e passa por cima dos crimes de outros” (WALLERSTEIN 2007: 60).

fenômeno estritamente político, eliminando qualquer revolução cujos elementos sociais e econômicos desempenhem papel destacado ao lado do político (HOBSBAWM, 2003).

Não é dizer que a contribuição de Hannah Arendt não seja importante. Sua obra ressalta aspectos fundamentais, como a constituição do novo, a libertação como via para a liberdade e, em alguns casos, a irrupção violenta contra a velha sociedade, muito embora se restrinja em alcance pelos motivos elencados acima. Por isso defendemos que a definição das revoluções não pode encerrar-se numa espécie de tipologia rígida e à parte das especificidades históricas, sociais e econômicas. Seja mais ou menos violenta, a revolução tem seu núcleo conceitual concentrado no conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas que se almejam e se concretizam, como nos sujeitos que levam a cabo estas transformações e aqueles que se contrapõem a este processo de transformação. Em outros termos, “são esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por ‘revolução’” (PRADO JR, 1977: 12). Essa síntese fornecida por Caio Prado Jr é suficientemente didática para indicar o núcleo conceitual de uma revolução, sem que esta se torne excessivamente rígida e incapaz de abranger processos históricos e socialmente diferentes.

Outra importante consideração para o estudo das revoluções que complementa o enunciado acima é de que não somente seu avanço na prática é muito superior ao seu avanço teórico-conceitual, mas a partir do momento em que a revolução se torna possível e necessária, ela obriga os revolucionários a *descobrir sua própria natureza, seu nível de profundidade histórica e seus rumos políticos* (FERNANDES, 2007). Essa consideração não traduz que cada revolução tenha início consciente sobre sua natureza, seu alcance e possibilidades, mas que a definição de sua natureza, ou sua *adjetivação* é um imperativo fundamental para os agentes da transformação, caso pretendam de fato levar adiante as rupturas com o modelo de sociedade anterior. Coloca-se a pergunta então, de como se definir a natureza de um processo revolucionário. A socióloga Vânia Bambilra defende que para se *definir a natureza de uma revolução* deve-se partir indispensavelmente da *determinação da natureza da sociedade*, em seus próprios termos, isso significa considerar

“o desenvolvimento e coexistência dos modos de produção existentes, assim como a análise de sua estrutura de classes. (...) Pois, a partir da determinação da natureza da

sociedade, da estrutura e relação entre as classes é que se definem quais são os *objetivos* da revolução, ou seja, as tarefas a cumprir; quais são os *inimigos* que se vão enfrentar; e, finalmente, as *forças motrizes*, as classes revolucionárias que vão realizar-la e seus aliados entre outras classes e setores de classes. (...) Em última instância e em definitivo, seu caráter é dado pela classe que detiver hegemonicamente o poder” (BAMBIRRA, 1974: 107-108).

Queremos dizer que é necessário pluralizar as definições de revolução para compreender seus diversos usos, conforme suas particularidades temporais, sociais e geográficas, assim sendo, *toda revolução só é igual a si mesma e que uma revolução para seu aprofundamento e ruptura com a sociedade anterior coloca como imperativo a definição de sua natureza*. Do contrário, na falta de sua própria definição, sua orientação tático-estratégica é perdida ao longo do caminho, se restringindo a simples reformas pontuais ou se interrompe justamente no momento em que as condições objetivas possibilitariam sua radicalização. A grande limitação do *reformismo*, que foi amplamente criticado por Rosa Luxemburgo, era de que esta orientação “não visa levar à maturidade as contradições capitalistas e *suprimi-las* por meio de uma transformação revolucionária, e sim atenuá-las, *suavizá-las*” (LUXEMBURGO, 2005: 63).

A definição da natureza de uma revolução não pode ter como raiz o momento de sua *irrupção* ou de seu *estalido*, senão que a definição de sua natureza depende claramente do processo histórico cambiante, de suas contradições internas e externas, ou seja, das contradições sociais das quais é resultado, como também das novas contradições sociais que produz e das resoluções que implica. Em plena consonância com o parágrafo anterior, independente de seu conteúdo de classe e dos objetivos que se colocam, as revoluções tendem a ser processos de transformação social de *longo termo ou duração*. Considerar que uma revolução é um processo de longa duração, não implica afirmar que sua solução se imponha indubitavelmente em possibilidades futuras. Qualquer processo revolucionário pode ser interrompido de acordo tanto com os objetivos da classe que o conduz, como da classe que o contrapõe; a diferença entre estas duas formas de interrupção é que a primeira se compromete a transformar a sociedade dentro de determinados limites, enquanto a segunda simplesmente trata de resguardar e manter o *status quo*. De tal modo, considerar uma revolução como processo de longa duração significa que esta segue na alternância entre rupturas e períodos mais ou menos radicais dentro de seu próprio desenvolvimento,

ou em outros termos, todo e qualquer processo revolucionário traz implícita a concepção de *diversos tempos ou etapas*<sup>7</sup>.

Dito isso, é importante aclarar o que entendemos por *interrupção das revoluções*. Como processo de longa duração, dissemos que o fenômeno revolucionário implica diversas idades, todavia, essas idades podem ou não avançar em sua radicalização e sua consolidação; a revolução interrompida sugere que o processo pode em determinada etapa se *restringir* ou *refluir* no curso de suas rupturas e transformações. De acordo com Florestan Fernandes (1984: 10), “toda sociedade de classes, independente do seu grau de desenvolvimento capitalista, possui certas exigências econômicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas”. Isso quer dizer que dentro das sociedades de classes existem demandas por certas “transformações estruturais”, que costumam ser designadas separadamente como “revoluções”: “revolução agrária, revolução urbana, revolução demográfica, revolução nacional, revolução democrática”. Essas transformações pontuais podem indicar aproximações ou afastamentos do processo revolucionário com referência às potencialidades de expansão da ordem burguesa.

Todavia, as revoluções interrompidas não sugerem *exclusivamente* a derrocada da revolução, sua *interrupção* pode conservar seu caráter de revolução e levar a cabo a transformação radical da sociedade. Em outras palavras, “o circuito da revolução é interrompido no patamar a partir do qual os seus dividendos seriam compartilhados seja com os ‘menos iguais’ das classes dominantes, seja com ‘os de baixo’” (Idem, 1981: 75). A Revolução Gloriosa ou Revolução Francesa seriam exemplos claros de interrupção no patamar de solução das necessidades de uma fração de classe específica. De modo distinto na América Latina – especificamente no caso da Revolução Mexicana – a reflexão sobre as revoluções interrompidas dirige-se a fenômenos *definitivamente abortados* na irrupção de

---

<sup>7</sup> As mudanças nas etapas de um processo revolucionário são visíveis na exposição de Che Guevara sobre os objetivos estratégicos e táticos no processo cubano: “Logrando o grande objetivo estratégico da caída da tirania e o estabelecimento do poder revolucionário surgido do povo, responsável ante ele, cujo braço armado é agora um exército sinônimo do povo, o novo objetivo estratégico é a conquista da soberania nacional total. (...) Ontem, objetivos táticos dentro da luta eram a Serra, os charcos, Santa Clara, o Palácio, Colúmbia, os centros de produção que se deviam conquistar mediante um ataque frontal ou por cerco ou por ação clandestina. Nossos objetivos táticos de hoje são o triunfo da Reforma Agrária que dá a base da industrialização do país, a diversificação do comércio exterior, a elevação do nível de vida do povo para alcançar este grande objetivo estratégico que é a liberação da economia nacional” (CHE GUEVARA, 2007: 13).

sua crise, de sua consolidação em detrimento de transformações radicais e inéditas<sup>8</sup>. Daí destacamos outra vez que uma tipologia da revolução tende ao congelamento de um fenômeno social, político, histórico e econômico, cuja característica é justamente seu dinamismo e movimento de renovação constantes.

A definição fundamental da revolução como processo de transformação radical não elimina os desafios teórico-conceituais, de modo que ainda existe o risco de se aprisionar a riqueza do objeto em algum conceito ou momento específico, e tal risco é ainda mais verdadeiro para um processo em pleno movimento. Essa advertência sobre os desafios são muito bem apresentados por Lenin (1977a: 383), quando afirma que “nos momentos de revolução é muito difícil conseguir acompanhar os acontecimentos, que fornecem uma prodigiosa quantidade de material novo para apreciar as palavras de ordem táticas dos partidos revolucionários”. As considerações, análises e teorizações sobre a natureza de qualquer processo revolucionário, levado em conta o “turbilhão de material novo”, tem de separar entre *grande e pequena política*. De acordo com Antonio Gramsci “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, ou seja, se faz a distinção entre os elementos políticos, sociais e econômicos estruturais, que alteram as correlações de força, que colocam a sociedade em movimento real e concebem dinamismo à revolução e à contra-revolução; daqueles elementos da “pequena política [que] compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”, em outras palavras, daqueles elementos da política de bastidores, de disputas e intrigas pessoais, típicos das colunas jornalísticas (GRAMSCI, 2007 vol. 3: 21). Essa distinção metodológica entre grande e pequena política elaborado por Antonio Gramsci nos permite delimitar e apreender melhor o que é de significativo num processo de transformação revolucionária, de não se perder na “riqueza de materiais”, sem se limitar à simples descrição jornalística ou biográfica, mas levando

---

<sup>8</sup> Florestan Fernandes desenvolve as concepções que enriquecem ainda mais o entendimento da dialética entre *radicalização e refluxo revolucionário*, assim o fenômeno revolucionário poderia ocorrer *dentro* ou *contra a ordem capitalista*. De um lado, “enquanto a guerra civil é latente, a transformação revolucionária se equaciona *dentro da ordem*, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado”; por outro lado, “quando a guerra civil se torna aberta, a transformação revolucionária se equaciona *contra a ordem*, envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade sem classes, destruída de dominação do homem pelo homem e de elemento político (portanto, de uma ordem sem sociedade civil e sem Estado)” (1984: 26-27).

em conta os fatos que daí resultam elaborar hipóteses, análises e, muito certamente, tendências sobre seu curso e a definição de sua natureza.

Cabe aqui uma última consideração do estudo sobre as revoluções, uma vez que este ao tratar de classes, projetos e ideologias em disputa aberta em dada sociedade não significa que seja um estudo desapaixonado, cuja objetividade científica é capaz de anular qualquer antipatia ou simpatia. Como destaca Eric Hobsbawm (2003: 201), “é razoavelmente certo que as principais realizações neste campo estarão ‘comprometidas’ em geral com a simpatia pelas revoluções”. Mas essa simpatia, quiçá até mesmo comprometimento intelectual, não é suficiente para rotular a revolução como “conceito ideologizado”, a circunspeção da maioria dos sociólogos contemporâneos ao uso de conceitos como “revolução”, “classes sociais” e até mesmo “capitalismo”, dando preferência a “sujeitos reflexivos”, “sociedade de consumo” e “hipermodernidade” não fazem destes per si cientificamente mais objetivos e menos engajados. Vale dizer que um estudo sobre as revoluções, sobretudo aquelas em pleno curso como a bolivariana, mesmo que carregue simpatia ou comprometimento não o torna necessariamente uma *panfletagem* ou *propagandismo*.

## Capítulo 2 – Democracia e Revolução como processo permanente em Marx e Engels

Apresentamos anteriormente a revolução como processo de transformação social de longa duração, que segue na alternância entre rupturas e períodos mais ou menos radicais; portanto, concebemos que como processo dinâmico que de tal perspectiva apresenta momentos distintos em seu desenvolvimento e os delimitamos como *etapas*. Tais etapas estão em relação direta com a maneira como são enfrentadas algumas exigências econômicas, sociais, nacionais, políticas etc. ao longo do processo revolucionário. A revolução nesse caso se apresenta como fenômeno que combina diversas tarefas, que podem ser analiticamente separadas. Embora o termo *revolução permanente* apareça pela primeira vez em *A questão judaica*, este só alcança maior desenvolvimento nas obras e circulares elaboradas por Marx e Engels ao longo da Revolução de 1848, de modo que busca exprimir a idéia dessa combinação entre as etapas e tarefas da revolução democrática e revolução socialista (TEXIER, 2005).

Não cabe aqui aprofundar a história da Revolução de 1848, todavia é importante destacar alguns fatos que conformam esse período, uma vez que foi fundamental para a formulação da teoria da revolução marxiana. A Revolução de 1848 foi um processo que eclodiu quase que simultaneamente em todo o continente europeu, desde a França, toda a Itália, nos Estados alemães e Suíça. A intranquilidade deste período afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma mais esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Inglaterra. Uma vez que as relações predominantemente capitalistas se reduziam a este *canto do mundo*, é possível dizer que nunca houve nada tão próximo da revolução mundial. Como destaca Eric Hobsbawm (1989: 130), aquilo “que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, ‘a primavera dos povos’ de todo um continente”.

Embora sua conflagração tenha sido *espontânea e geral* em 1848, o fundamento das contradições que levaram tal rumo de coisas se encontra nas décadas anteriores, donde o industrialismo, ao retirar os grilhões do poder produtivo da sociedade e lançar promessas de um progresso inimaginável, apresentava nas décadas de 1830 e começos de 1840 grandes problemas de crescimento econômico, aumento generalizado da miséria e contínuos levantes de trabalhadores da indústria e dos miseráveis das cidades, cujos descontentamentos destes eram partilhados pela pequena burguesia, prestes a desabar no



abismo dos destituídos de propriedade. Assim, a primeira crise geral do capitalismo de 1843 forneceu todos os elementos para a abertura de uma revolução social (HOBSBAWM, 1989). Em *A era das revoluções* encontramos uma síntese suficientemente clara dos fatores que conduziram à Revolução de 1848:

“O mundo da década de 1840 se achava fora de equilíbrio. As forças de mudança econômica, técnica e social desencadeadas nos últimos 50 anos não tinham paralelo, eram irresistíveis mesmo para o mais superficial dos observadores. Por exemplo, era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, a escravidão ou a servidão (exceto nas remotas regiões ainda não atingidas pela nova economia, onde permaneciam como relíquias) teria de ser abolida, como era inevitável que a Grã-Bretanha não poderia para sempre permanecer o *único* país industrializado. Era inevitável que as aristocracias proprietárias de terras e as monarquias absolutas perderiam força em todos os países em que uma forte burguesia estava-se desenvolvendo, quaisquer que fossem as fórmulas ou acordos políticos que encontrassem para conservar sua situação econômica, sua influência e sua força política. Além do mais, era inevitável que a injeção de consciência política e de permanente atividade política entre as massas, que foi o grande legado da Revolução Francesa, significaria, mais cedo ou mais tarde, um importante papel dessas massas na política. E dada a notável aceleração da mudança social desde 1830, e o despertar do movimento revolucionário mundial, era claramente inevitável que as mudanças – quaisquer que fossem seus motivos institucionais – não poderiam mais ser adiadas” (HOBSBAWM, 1989: 327-328).

Obviamente as contradições abertas pelo desenvolvimento do industrialismo sugeriam a abertura de um período de transformações e rupturas profundas no seio das sociedades européias. A importância em ressaltar a conjuntura européia entre as décadas de 1830-1840 é fundamental, uma vez que nos permite compreender e retirar as principais contribuições teóricas contidas na produção intelectual de Marx e Engels sobre o referido período.

Apresentados os fatos, podemos passar à leitura conjuntural de Marx e Engels sobre os processos político, sociais e econômicos desatados em 1848. Embora não existam dúvidas de que o *Manifesto do Partido Comunista* redigido por Marx e Engels seja um texto fundamental, donde se podem retirar conclusões e hipóteses de longo termo para a compreensão e crítica da sociedade capitalista, a leitura baseada no contexto histórico de sua redação deixa clara as posições e expectativas de seus autores em relação à derrocada

do capitalismo às portas da revolução de 1848. Dadas as conseqüências da crise capitalista de 1842-43 e o alcance continental dos levantamentos em 1848, Marx e Engels entendem ao estalar a revolução que a derrocada burguesa está próxima. Frente à possibilidade objetiva de triunfos revolucionários na França e Alemanha, Marx e Engels crêem na inevitável intervenção armada da *Santa Aliança*<sup>9</sup>, principalmente das forças czaristas contra as revoluções européias. A partir de tal intervenção armada, interpretam que a guerra revolucionária potencializará ainda mais as forças revolucionárias do proletariado, colocando-o na condução do processo. Mesmo quando estas revoluções sofrem uma série de golpes contra-revolucionários, ainda mantêm a convicção de que o que de fato está em jogo é a própria existência da sociedade burguesa, donde os processos desencadeados em 1848 caminham em direção à vitória do proletariado (CLAUDÍN, 1975). Em conformidade com a análise de Hobsbawm, algumas transformações profundas na sociedade européia pareciam *inevitáveis* e *inadiáveis*, todavia, não seriam transformações em termos absolutos, mas sim em termos relativos.

Passados os eventos de 1848, no *Prefácio à edição alemã* de 1872 tanto Marx como Engels reconhecem que alguns pontos do *Manifesto* exigiam certa atualização, mas preferiram mantê-lo como *documento histórico*, assim sendo, não há qualquer refiticação dos textos que trazem esta leitura conjuntural da suposta inevitabilidade da revolução socialista em meados do século XIX, embora os autores tenham redigido algumas autocríticas a tais posições. É importante ressaltar que esta leitura otimista sobre a abertura de tempos revolucionários não se deve ao subjetivismo dos autores em questão, senão que expressa ainda algumas deficiências teóricas, que só seriam de fato superadas em obras posteriores, sobretudo em *O Capital*. Em primeiro lugar, há de se levar em conta que o “proletariado não podia, ao mesmo tempo desenvolver-se como principal força produtiva e classe revolucionária por excelência, de um lado, e de outro, ‘desenvolver-se’ como massa cada vez mais pauperizada” (CLAUDÍN, 1975, *ibidem*: 259). Que a acumulação e expansão contínuas do capital implicam respectivamente na acumulação e expansão da miséria no pólo oposto, isso não significa que toda classe trabalhadora esteja *absolutamente* submetida a essa tendência, senão que apenas em termos *relativos* (Cf.

---

<sup>9</sup> A Santa Aliança foi criada em 1815 por iniciativa do czar Alexandre I após a derrota de Napoleão Bonaparte. Fazia parte dela a Áustria, Prússia e quase todas as monarquias européias. Em 1848 as forças contra-revolucionárias européias tentaram, sem sucesso, ressuscitar a Santa Aliança no intuito de sufocar os movimentos revolucionários em todo o continente.

ROSDOLSKY, 2001: 253-257). “Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista”, o exército industrial de reserva fornece o “*material humano sempre pronto para ser explorado*” (MARX, 1984, vol.I t.2: 200 – *itálico nosso*). Em segundo lugar, interpretam a crise cíclica da década de 1840 como expressão do esgotamento do sistema capitalista, como prelúdio de uma “crise final”. É expressiva, portanto, a diferença entre essas interpretação e a *Lei tendencial à queda da taxa de lucro e suas causas contrariantes*, ou seja, as influências contrariantes que “cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial” (Idem, 1984a vol.III t.1: 177). A lei tendencial demonstra que as crises são o modo natural de existência do capital, elas são o modo como este progride para além de seus limites e retoma seu ciclo expansivo (MÉSZÁROS, 2002).

As expectativas de transformação radical aberta em 1848 pelos movimentos socialistas, incluída a Liga dos Comunistas na qual Marx e Engels militavam, se deviam ao fato de que a crise do que restava da antiga sociedade coincidiu com a crise da nova sociedade. Em outros termos, embora fosse inevitável a crise que assolava as aristocracias agrárias, os fracionamentos estatais e privilégios do absolutismo, e que o capitalismo atravessava sua primeira crise cíclica de caráter abrangente que foi acompanhada pelo aumento da atividade política das classes subalternas, as revoluções de 1848 não foram produto da chegada do capitalismo aos seus limites históricos absolutos, senão que foram resultado da contradição entre seu movimento ascendente, de sua dinâmica expansiva e toda ordem de obstáculos tradicionais e feudais em que esbarrava em seu movimento. Cerca de quarenta anos mais tarde, na introdução à edição de 1895 de *Lutas de Classes na França 1848-1850*, encontramos uma dura autocrítica de Engels à tese do finalismo capitalista:

“A nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante, a história não deu razão. Mostrou claramente que nessa altura o nível do desenvolvimento econômico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista. Demonstrou isso por meio da revolução econômica que se alastrava por todo o continente desde 1848 e fizera a grande indústria ganhar pela primeira vez foros de cidadania na França, na Áustria,

na Hungria, na Polônia e ultimamente na Rússia, e, além disso, tornara a Alemanha um país industrial de primeira categoria. E tudo isso sobre fundamentos capitalistas que, em 1848, ainda tinham grande capacidade de expansão. Mas foi precisamente essa revolução industrial que, pela primeira vez, por toda a parte, trouxe luz às relações entre classes. (...) E é isso que leva a luta dessas duas grandes classes que, em 1848, fora da Inglaterra se limitava a Paris e, no máximo, a alguns grandes centros industriais, a estender-se por toda a Europa e a atingir uma intensidade ainda impensável em 1848” (ENGELS, 2008: 45).

Muito embora o finalismo capitalista tenha alimentado o otimismo marxiano e engelsiano daqueles turbulentos anos, a Revolução de 1848 significou, em termos gerais, algo magistralmente descrito no *Manifesto*: “em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuorada e brutal” (MARX, ENGELS, 1998: 42).

Antes de avançar, é necessário esclarecer um ponto vital do método marxiano, a fim de evitar qualquer reducionismo e separação entre a *vocação política* e a *vocação científica* no conjunto das obras de Marx e Engels, tal como nossa discussão parece sugerir. Afirmar que algumas insuficiências serão “sanadas” em obras posteriores, não sugere o *divórcio* entre teoria e atividade política. Ao contrário, *toda* sua obra teórica contém implicações políticas práticas, uma vez que sua explicação do real estabelece as condições de possibilidade de mudança deste e torna-se instrumento da ação revolucionária, como toda sua política prática está carregada de significação teórica. É justamente este *monismo* entre a explicação e a crítica do real dialeticamente integrado, que torna o pensamento de Marx e Engels essencialmente revolucionário (LÖWY, 2002).

A crítica às deficiências da leitura política e no delineamento tático da revolução às vésperas de 1848 contidas no *Manifesto*, como já dissemos anteriormente, não o esvazia de importância. Pelo contrário, não somente o *Manifesto*, mas também em algumas circulares fundamentais sobre o período, como na *Lutas de Classes na França* e *Mensagem do Comitê Central à Liga [dos Comunistas]*, ao levarem em conta a especificidade da Revolução de 1848 na Alemanha, são amplamente fecundas na formulação de uma orientação prática para o proletariado, como também no que diz respeito à natureza da revolução em países de capitalismo menos desenvolvido, ou seja, no conjunto de países cuja revolução exige o enfrentamento de diversas *tarefas econômicas, sociais, culturais*,

*nacionais e políticas*, em que a revolução seria um processo de contínuo avanço em suas etapas.

Engels apresenta um esquema de cinco classes fundamentais e seus fracionamentos internos que nos parece indicar a orientação política elaborada em 1848 de acordo com a situação concreta alemã, como também, explicar parte da incoerência, incongruência e manifesta contradição que prevaleceram naquele movimento de transformação social: *nobreza feudal* que na Alemanha ainda tinha conservado uma grande porção dos seus antigos privilégios; *burguesia manufatureira* cujo desenvolvimento não foi forte o bastante para impor as suas necessidades à atenção de governos ciosos de qualquer extensão de riqueza e poder não nobres; *pequena burguesia* ou “classe do pequeno comércio e dos lojistas” cuja posição intermédia entre a classe dos grandes capitalistas e a classe proletária determina seu caráter. Aspirando à posição da primeira, o menor golpe adverso da fortuna deita abaixo os indivíduos dessa classe para as fileiras da segunda; *proletariado* cujo número e expressão estão em relação direta à burguesia alemã; *campesinato* que se encontrava dividido em quatro frações com distintos interesses: *grandes e médios proprietários de terras*, que eram proprietários de fazendas mais ou menos extensas e dirigindo cada um deles os serviços de vários trabalhadores agrícolas e sem vínculo direto com a nobreza; *pequenos camponeses livres* que eram “livres” apenas de nome, uma vez que sua propriedade estava geralmente hipotecada, a tal ponto e em condições tão onerosas que não era o camponês, mas o usurário, que tinha disponibilizado o dinheiro, real proprietário da terra; *rendeiros feudais* que não podiam ser facilmente expulsos dos seus arrendamentos, mas que tinham ou de pagar uma renda perpétua ou de realizar em perpetuidade certa quantidade de trabalho em favor do senhor do feudo; *trabalhadores agrícolas* que trabalhavam em grandes casas agrícolas, viviam e morriam pobres, mal alimentados e escravos dos seus patrões. Portanto, a heterogeneidade da composição social alemã exigia a construção de alianças estratégicas complexas, maneira que “o movimento da classe operária nunca é independente, nunca tem um caráter exclusivamente proletário” (ENGELS, 2008: 168-174).

A existência de uma poderosa nobreza feudal que ainda guardava grande parte de seus privilégios políticos e enorme domínio sobre o campesinato, como também mantinha a fragmentação da nação, colocava como objetivo estratégico imediato a liquidação

revolucionária de todos esses elementos absolutistas da sociedade alemã que apareciam, nesta ocasião, como barreiras para uma atuação autônoma do proletariado. Tal liquidação revolucionária não ia em direção à *maturação e consolidação do capitalismo* na Alemanha, senão que se tratava de um processo permanente de transformação revolucionária. No *Manifesto Comunista* encontramos um esboço da teoria da *revolução permanente*, quando Marx e Engels elencam quais seriam as tarefas do partido comunista alemão diante da Revolução de 1848, podemos ler que:

“Na Alemanha, o Partido Comunista luta junto com a burguesia todas as vezes que esta age revolucionariamente – contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia. Mas em nenhum momento esse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, para que logo após terem sido destruídas as classes reacionárias da Alemanha, possa ser travada a luta contra a própria burguesia. (...) A revolução burguesa alemã só poderá ser, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária” (MARX, ENGELS, 1998: 69).

Embora não encontremos aí o termo *revolução permanente*, seus aspectos formais já estão manifestamente claros, quer dizer, a revolução de 1848 coloca o enfrentamento de duas tarefas políticas combinadas. As dificuldades de levar a revolução a suas últimas conseqüências decorrem, portanto, de que uma *única revolução continuada* deve conduzir a seu termo tarefas heterogêneas. A primeira destas consiste em agir revolucionariamente contra a monarquia absoluta e a propriedade rural feudal, instaurando uma das formas políticas adequadas à dominação política da burguesia, fundação da república democrática baseada no sufrágio universal e soberania popular. A segunda tarefa resulta do aprofundamento dessa primeira etapa revolucionária, da radicalização das próprias condições sociais e políticas criadas pelo regime democrático, que daria curso à segunda revolução sob a condução do proletariado, assim se trava a luta contra a dominação econômica e política da burguesia em direção à sociedade socialista (TEXIER, 2005).

Com o avanço da Revolução na Alemanha, tanto a pequena burguesia democrática como a grande burguesia, assustadas “com aquilo a que se chamava ataques à propriedade privada, igualmente foram incapazes” de apoiar o proletariado e, contrariando todas as

perspectivas sobre o progressismo burguês contidas no *Manifesto*, “após três meses de emancipação<sup>10</sup>, após lutas sangrentas e execuções militares, particularmente na Silésia, o feudalismo foi restaurado pelas mãos da burguesia ainda ontem anti-feudal” (ENGELS, 2008: 216). O encadeamento de duas revoluções numa única revolução continuada nos revela um aspecto *instrumentalista* de Marx e Engels a respeito da natureza progressista da burguesia alemã. Em termos gerais do desenvolvimento do sistema capitalista, abstraído as especificidades históricas e nacionais da Europa, é correto afirmar que “onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas” (MARX, ENGELS, 1998: 42). Porém, ao sustentar que o interesse fundamental da burguesia liberal alemã reside na eliminação *revolucionária* de todas as estruturas e formas tradicionais do antigo regime que ainda estão de pé, perdem de vista que tanto a nobreza quanto a burguesia – mesmo com todas suas diferenças e disputas pela dominação política – compartilhem a dependência da exploração do trabalho alheio, de tal maneira, que esse elemento de *dominação econômico-social em comum* abre margem para o acordo entre os dois grupos dominantes.

Colocada essa questão sobre a orientação tático-estratégica fundamental, encontramos em textos de Marx e Engels posteriores a 1849<sup>11</sup> tanto a crítica como a modificação na posição do proletariado em relação às demais classes alemãs. Parece-nos de importância decisiva o conteúdo da *Mensagem do Comitê Central à Liga*, texto que ainda guarda a possibilidade de novo ascenso revolucionário na Alemanha e que faz uma revisão importante no que diz respeito às alianças de classe e as tarefas fundamentais do proletariado na condução da “revolução em permanência”. Assim, encontramos a revolução permanente redefinida sem a instrumentalização das alianças de classes e com objetivos de transformação abertamente radicais conduzidos pelo proletariado:

“é de nosso interesse e é nossa tarefa tornar a *revolução permanente* até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro, a tal

---

<sup>10</sup> Engels refere-se aos levantes ocorridos entre maio e julho de 1849.

<sup>11</sup> Particularmente em *Mensagem do Comitê Central à Liga*, de março de 1850 redigido por Marx, como também em *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, uma série de artigos que fazem um balanço da Revolução de 1848-1849 redigidos por Engels e publicados com a assinatura de Marx no *New-York Daily Tribune* entre 1851-1852.

ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado nesses países e que ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários. *Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova*” (MARX, ENGELS, 2010: 64 – *italico nosso*).

Tanto o *Manifesto Comunista* como a *Mensagem do Comitê Central à Liga* partem da idéia central de “tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado” (MARX, ENGELS, 2010: 64). Entretanto, podemos retirar duas interpretações do conceito de revolução permanente de Marx e Engels. A primeira interpretação, descrita no *Manifesto Comunista* sugere o processo de encadeamento das revoluções democrática e socialista num único processo de duração indeterminada. Esse processo se colocava desde a perspectiva da “miséria alemã”, portanto, a etapa democrática visava a unificação nacional e a destruição da aristocracia feudal-absolutista, alinhando-se ao lado da burguesia sempre que esta agisse progressivamente, até que através do avanço contínuo das tarefas democráticas se alcançasse a etapa de dissolução da propriedade privada e da sociedade de classes. A segunda interpretação, tal como na *Mensagem do Comitê Central à Liga* se refere ao avanço e radicalização contínuo do sistema democrático sem qualquer compromisso com a burguesia e com o maior grau possível de autonomia do proletariado, de maneira que essa radicalização democrática garanta a soberania popular criando uma longa cadeia de medidas que conduzirá progressivamente a uma reviravolta do sistema social, ampliando o escopo da democracia política e econômica (TEXIER, 2005). A definição do conceito fornecida por Leon Trotsky, sem sombra de dúvidas, guarda relações com a segunda interpretação de Marx e Engels:

“A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes” (TROTSKY, 2007: 62)

É importante frisar que para tanto para o intelectual russo como para os precursores alemães, “a conquista da democracia” não realiza por si a transição ao socialismo. “A *necessidade* da democracia e a conseguinte luta por alcançá-la são para Marx e Engels



fatores objetivos, organicamente integrantes da revolução proletária”, mas não podem ser dissociadas da “*necessidade* de melhores condições materiais de existência e a luta por obtê-las transformando o regime social”. Não se trata de equivalência, mas sim de que “a luta pela democracia é a expressão política por excelência da revolução proletária” (CLAUDÍN, 1975: 286). A relação entre democracia e revolução permite ao proletariado utilizar sua “sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante” (MARX, ENGELS, 1998: 58).

Para Marx e Engels, a luta democrática seria a expressão política da revolução proletária através de um programa mínimo, capaz de unificar a imensa maioria subordinada à dominação do capital e levar a democracia até seus últimos limites num movimento constante. Tomando em conjunto os programas do *Manifesto Comunista* e das *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha*, encontramos os seguintes pontos: 1 – Defesa da unidade e soberania nacional; 2 – Sufrágio universal, elegibilidade, participação e controle popular das ações e decisões de interesse da maioria e do próprio país; 3 – Remuneração dos representantes, isonomia salarial entre o funcionalismo público; 4 – Reforma agrária, abolição da grande propriedade, coletivização das terras subprodutivas e ociosas, formação de crédito estatal para a pequena e média agricultura, distribuição equitativa da população pelo país; 5 – Nacionalização de todos os recursos naturais e da terra sem pagamento de indenizações; 6 – Estatização de todos os bancos privados, centralização do crédito nos bancos estatais com capital nacional e monopólio estatal; 7 – Estatização de todos os meios de transporte e principais meios de comunicação; 8 – Abolição do direito de herança; 9 – Tributação progressiva e fim da tributação sobre o consumo; 10 – Universalização das garantias e da proteção social ao trabalhador, pleno emprego; 11 – Educação pública, gratuita e universal; 12 – Estado laico; 13 – Formação de um Exército Popular; 14 – Multiplicação e desenvolvimento de fábricas nacionais e dos instrumentos de produção (MARX, ENGELS, 1998; 2010).

Sobre esse programa democrático-radical, Marx e Engels têm plena consciência de que “no início do movimento, os trabalhadores naturalmente ainda não poderão propor medidas diretamente comunistas” (MARX, ENGELS, 2010: 74). Não se trata de reduzir a democracia como um fim em si, senão de:

“1. Obrigar os democratas a interferir no maior número possível de facetas da ordem social progressa, a perturbar o seu curso regular e a comprometer a si próprios, bem como concentrar o maior número possível de forças produtivas, meios de transporte, fábricas, ferrovias etc. nas mãos do Estado. 2. Eles devem exacerbar as propostas democratas, que de qualquer modo não agirão de modo revolucionário, mas meramente reformista, e transformá-las em ataques diretos à propriedade privada” (MARX, ENGELS, 2010: 74).

Cientes do papel desempenhado pelos burgueses liberais na Revolução de 1848 e dos resultados negativos de uma luta conjunta entre a classe trabalhadora e esta burguesia liberal, a *Mensagem do Comitê Central à Liga* pontua a necessidade imperiosa da autonomia organizativa e da condução hegemônica do processo revolucionário pelo proletariado. Para tanto, é fundamental que o proletariado recuse qualquer exortação do partido democrata na “criação de um grande partido de oposição”, dentro do “qual predomine o parafraseado social-democrata genérico e vazio” que encobre os interesses particulares da fração democrata da burguesia e pequena burguesia, como também não permitirá ao proletariado apresentar suas reivindicações particulares “em função da bendita paz” (MARX, ENGELS, 2010: 65). Destaca a necessidade da autonomia partidário-organizativa do proletariado, a necessidade ou não da formação de um bloco de classes, ao contrário da posição instrumentalista contida no *Manifesto*, não resulta de uma *engenharia* pré-estabelecida, senão que resulta das próprias condições da disputa pelo aparato estatal, por exercer o poder; portanto, “quando chegar a hora de combater tal adversário diretamente, os interesses dos dois partidos coincidirão durante aquele momento e, como ocorreu até agora, também no futuro essa coligação se produzirá por si mesma para aquele lapso de tempo” (MARX, ENGELS, 2010: 66). Em cada momento do processo de derrocada da classe reacionária e de disputa pelo controle do Estado, o proletariado organizado como partido deve “aproveitar cada oportunidade para apresentar suas próprias reivindicações ao lado das reivindicações dos democratas burgueses. Eles devem exigir garantias para os trabalhadores no momento em que os burgueses democratas fizerem menção de assumir o governo” (MARX, ENGELS, 2010: 67). Do contrário, satisfeitas as demandas dos democratas burgueses de assumir e dar a sua própria condução ao governo, o processo tende por força das coisas a sua interrupção no momento de sua radicalização. A exigência dessas garantias para os trabalhadores pode ser levada a cabo com a

fiscalização e intimidação proletária de todos os órgãos no novo poder, uma vez que “paralelamente aos novos governos oficiais, eles devem constituir simultaneamente os governos operários revolucionários próprios, seja na forma de diretorias comunais e conselhos comunais, seja por meio de clubes operários ou comitês operários” (MARX, ENGELS, 2010: 68). Uma das garantias de formação desse *poder dual* se encontra – segundo Marx e Engels – na formação de um exército popular “para que os trabalhadores tenham condições de enfrentar de modo enérgico e intimidador esse partido que começará a traí-los já na primeira hora após a vitória, eles precisam estar armados e organizados” (MARX, ENGELS, 2010: 68). Por fim, em caso de eleições de uma assembleia nacional representativa, a posição do proletariado é de participar ativamente da disputa democrático-eleitoral, apresentando candidatos operários próprios, “a fim de preservar sua independência, computar suas forças e apresentar publicamente sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido” (MARX, ENGELS, 2010: 70).

A radicalização da democracia e da soberania popular não se limita a estabelecer aquele conjunto de aspectos formais aos quais já estamos acostumados (liberdade de associação, eleições periódicas, sufrágio universal e elegibilidade), mas de atacar o poder político e econômico do sistema do capital, de considerar em conjunto as “demandas mais urgentes de nossa época, que correspondem diretamente às necessidades vitais de uma grande variedade de grupos sociais – empregos, educação, assistência médica, serviços sociais decentes, assim como as demandas inerentes à luta pela libertação das mulheres e contra a discriminação racial” (MÉSZÁROS, 2002: 818). A revolução permanente faz da democracia radicalizada o prólogo da revolução socialista, assim, sem partir das premissas imediatas de um programa máximo, de um programa socialista, mas na direção de um sistema democrático substancial capaz de ampliar o consenso sobre a construção do socialismo entre as classes subalternas.

## Parte II – Antecedentes da Revolução Bolivariana da Venezuela<sup>12</sup>

### 3 – A mudança na pauta de exportações e a gênese do capitalismo rentista petrolero venezuelano

A existência de reservas petrolíferas abundantes e, a renda gerada de sua exploração se converteu no principal fator dinamizador da sociedade venezuelana desde o primeiro quarto do século XX. Isso conduziu ao fato de que a principal contribuição ao processo de acumulação capitalista na Venezuela ao longo do século XX fosse a captação desta renda, colocando em segundo plano o desenvolvimento de fatores internos de dinamização e diversificação produtiva. Tal mecanismo de acumulação pautado na renda petrolífera deu lugar à formação de uma *oligarquia*, ou seja, de frações da classe capitalista vinculadas direta ou indiretamente ao setor-primário exportador, cuja acumulação se efetivava principalmente pela distribuição da renda pelo Estado, gerando uma estrutura corporativa em torno deste, em associação estreita com diversos capitais estrangeiros, sobretudo provenientes dos Estados Unidos. Assim, tanto os interesses do capital estrangeiro, como da oligarquia se complementam no sentido da manutenção do sistema exportador existente, configurando o *capitalismo dependente venezuelano*.

Com as guerras de independência contra o domínio espanhol conduzidas por Simón Bolívar e outros próceres em 1810, processo de independência que se “conclui” com a derrota do projeto bolivariano em 1830, os pesados custos deste conflito prolongado, somados às crescentes disputas de interesses entre os *criollos*, cujas rivalidades entre o Partido Conservador e o Liberal culminaram numa violenta Guerra Federal entre 1859-1863 reduziu a Venezuela durante o século XIX a um país miserável e de interesse secundário para os crescentes objetivos expansionistas do imperialismo europeu. Nesse ínterim, prevalecia a estrutura econômico-social herdada da colônia, embora o poder político fosse exercido pelos *criollos*, agora denominados caudilhos. Tratava-se de um país cuja estrutura agro-exportadora era representada num Estado fragmentado por interesses políticos locais.

---

<sup>12</sup> Agradecemos os comentários e sugestões de Fábio M. Bueno para a redação desta segunda parte da tese.

É dentro deste quadro econômico, político e social que em 1878 a exploração petrolífera começa a ser realizada quase artesanalmente por um pequeno capital venezuelano, a Companhia Petrolífera do Táchira, que basicamente perfurava, produzia, transportava e comercializava alguns derivados do petróleo, principalmente querosene para a região andina da Venezuela. Ninguém poderia prever que desta atividade cujo início foi tão tímido, levaria o país em poucas décadas a transformações profundas de suas bases econômicas, sociais e políticas (MAVALÉ MATA, 1974; MAZA ZAVALA, 1988).

A ditadura do general Cipriano Castro (1899-1908) começa com a invasão de um grupo de sessenta homens desde a fronteira com a Colômbia, sob a consigna de “Novos Homens, Novos Ideais, Novos Métodos”. Seu governo representou o último momento de um país agro-exportador, fragmentado por interesses localistas dos caudilhos, pobre em recursos fiscais, financeiros e monetários. Mas foi sob sua ditadura que as companhias estrangeiras intensificaram a exploração de asfalto, como também se apresentaram os primeiros atritos com o capital imperialista. Castro naquele então, já apresentava certa intuição da antinomia imperialismo-autonomia, demonstrando em várias oportunidades seu apreço pela soberania nacional. Entrou em conflito aberto com a companhia petrolífera *New York and Bermúdez* por danos e prejuízos causados à nação, além desta companhia financiar a campanha do caudilho banqueiro Matos contra seu governo; em outra ocasião a Venezuela de Cipriano Castro sofreu a agressão armada de potências imperialistas, como a Alemanha, Inglaterra e Itália, sob o pretexto de cobrar pela força dívidas abusivamente infladas. Pese seu nacionalismo, sua condução política personalista, seus atos repressivos, sua falta de vinculação com o povo, jamais lhe permitiram fixar bases sólidas na condução política do país. Em 1908, outro general, Juan Vicente Gómez (1908-1935) toma o poder através de um golpe palaciano, todavia, diferentemente do período anterior, a Venezuela começa a se converter num país petrolífero com o descobrimento de ricos poços, num Estado com um crescente potencial fiscal, financeiro e monetário, que desde então começa a colocar o poderio político e econômico do caudilhismo em crise. Dado o enorme potencial estratégico em torno da extração petrolífera, o capital investido nesta atividade é predominantemente estrangeiro, portanto, ao contrário Castro, Gómez reconheceu grande parte das exigências feitas pelas potências imperialistas (EWELL, 2002; MAZA ZAVALA, 1988).

A existência de reservas petrolíferas abundantes e o enorme potencial de exploração para exportação deste recurso natural fez com que desde 1909 se iniciasse uma série de concessões a companhias estrangeiras. De acordo com o economista venezuelano Felipe D. Maza Zavala a “dança das concessões” e a utilização de cidadãos venezuelanos “testas-de-ferro” para a concessão de vastas áreas de exploração fez evidente a disputa interimperialista, sobretudo entre as companhias inglesas e as estadunidense pela partilha do recurso natural venezuelano. O general Gómez foi um agente político fundamental na garantia dos interesses estadunidenses sobre a exploração petrolífera, principalmente após a Primeira Guerra Mundial (MAZA ZAVALA, 1988).

Desde meados do século XIX, os principais produtos da pauta de exportações venezuelanas eram o café, o cacau e gado. Mas, à medida que se ampliava o descobrimento de novos poços, e por consequência, a exploração comercial das reservas petrolíferas, tem início a modificação desta pauta de exportações, que, embora não altere o caráter primário-exportador, assim mesmo gera transformações profundas no país. Claro que as possibilidades estruturais de mudança da pauta de exportações depende do fato de que o capitalismo alcança sua fase imperialista, ou seja, dos monopólios e do capital financeiro (LENIN, 1977, T.1), que se faz mais complexa a divisão internacional do trabalho, o que acarreta em mudanças na estruturação hierárquico-estratégica dos países dependentes em conformidade com as necessidades de acumulação dos países capitalistas centrais e, também, pela margem de manobra aberta pelas crises que o conjunto destes países atravessará antes da primeira metade do século XX. O desenvolvimento da exploração comercial petrolífera venezuelana é impulsionado fortemente pelo investimento externo direto no setor, cujo Estado representa o proprietário exclusivo do recurso natural.

A conversão da exploração petrolífera no elemento dinamizador do desenvolvimento capitalista venezuelano altera enormemente as relações deste país com o mercado mundial, as relações de classe nacionais e o próprio Estado. Três datas são importantes para a demarcação de tal transformação: 1917, com a primeira exportação comercial de petróleo cru; 1922, com a perfuração do poço de Los Barrosos no Estado de Zulia; e, 1925, com o deslocamento da exportação de café e cacau pela de petróleo no primeiro lugar da balança de exportações (MAZA ZAVALA, 2007).

**TABELA 1 – Composição de Exportações 1920-1935****(Milhares de Bolívares)**

<b>Anos</b>	<b>Totais</b>	<b>Petrolíferas</b>	<b>%</b>	<b>Café e Cacao</b>	<b>%</b>	<b>Outras</b>	<b>%</b>
<b>1920</b>	<b>173,3</b>	<b>3,1</b>	<b>1,7</b>	<b>100,7</b>	<b>58,1</b>	<b>69,5</b>	<b>40,2</b>
<b>1925</b>	<b>373,1</b>	<b>173,9</b>	<b>46,6</b>	<b>155,2</b>	<b>41,6</b>	<b>44</b>	<b>11,8</b>
<b>1935</b>	<b>528,9</b>	<b>455,3</b>	<b>86,1</b>	<b>37,7</b>	<b>7,1</b>	<b>35,9</b>	<b>6,8</b>

FONTE: BAPTISTA, 1991

Conforme vemos na TABELA 1, em 1935 as exportações petrolíferas já representavam 86,1% do total de exportações do país, superando em muito os 7,1% das exportações “tradicionais” de café e cacau. Por volta de 1930 a Venezuela já era o maior exportador de petróleo do mundo e havia 107 companhias estrangeiras atuando no país. Mesmo com número tão acentuado de companhias petrolíferas estrangeiras, esse setor já demonstrava suas tendências à centralização do capital na exploração, uma vez que três grandes companhias, a Royal Dutch Shell, Gulf e Standard Oil, controlavam juntas 98% do mercado de exportação (EWELL, 2002).

Em cerca de vinte anos com o aumento da exploração de hidrocarbonetos o país havia modificado os parâmetros produtivos. Tal mudança lança a agricultura em inevitável decadência. Alguns fatores são determinantes para a decadência do setor agro-exportador venezuelano. Em primeiro lugar, a produção de café vinha estancada desde 1914, embora a elevação dos preços durante a década de 1920 tenha dado certo fôlego aos grandes produtores, a crise de 1929 praticamente destruiu os mercados de café e cacau na Europa. Em segundo lugar, podemos enumerar que com a exploração petrolífera crescia a capacidade fiscal do Estado. As enormes entradas de divisas tiveram um efeito expansivo nas importações mediante a apreciação da taxa de câmbio. A apreciação cambial colocava as exportações venezuelanas de café e cacau em situação desvantajosa no mercado mundial. Em terceiro, à medida que a exportação agrícola se torna desvantajosa ocorre uma *descapitalização do campo*. Com a criação do Banco Agrícola e Pecuário pelo Estado em 1928, muitos dos latifundiários passaram a hipotecar suas terras, geralmente por preços

sobrevalorizados, deslocando seu capital para atividades urbanas de comércio de importações, bancárias, imobiliárias ou contratos de obras públicas, que garantiam lucros mais rapidamente e mais seguros. Ao fim, o banco estatal financiou o abandono e estancamento do campo, proporcionando a realocação setorial da burguesia venezuelana, do campo para a cidade. Em quarto e último lugar, tem início um fluxo intenso de mão de obra do campo em direção às zonas urbanas que se criam em razão da economia petroleira ou pelo surgimento de novos núcleos de trabalho assalariado, mas principalmente pela própria crise da atividade agro-pecuária (MAVALÉ MATA, 1974; PURROY, 1986; MAZA ZAVALA, 1985, 2007).

Considerar que esse conjunto de fatores levou à decadência do setor agro-exportador, não deve ser entendido como *fim* da atividade agro-pecuária no país, mas sua redução significativa em relação a participação na conformação do PIB, e por conseqüência, a perda de parte do poder econômico e político dos latifundiários venezuelanos que não realocaram seus capitais em outras esferas de acumulação de capital, mas ao mesmo tempo, teve como conseqüência no campo o aumento da concentração entre alguns latifundiários. Do mesmo modo, a força de trabalho rural continuaria se reproduzindo dentro do de minifúndio e do sistema de *conuco*<sup>13</sup>, porém em proporção decrescente.

Desde a o início da República os poços de hidrocarbonetos eram considerados bens de domínio público, logo propriedade do Estado<sup>14</sup>. É importante destacar que ao falar de propriedade no setor petroleiro na Venezuela é necessário diferenciar entre dois tipos de propriedades. De um lado, a propriedade sobre o recurso natural, de outro lado, a propriedade sobre as indústrias de exploração, processamento, transporte, armazenamento e comercialização dos produtos derivados do petróleo (LANDER, 2009).

---

<sup>13</sup> Era uma espécie de regime de peonagem donde o pequeno agricultor empregava sua força de trabalho temporariamente em grandes fazendas. Como o salário era pago na forma de fichas, cambiáveis nos “barracões” das fazendas, o *conuquero* adquiria dívidas constantes que lhe prendiam ao sistema por toda a vida (MAZA ZAVALA, 1988).

<sup>14</sup> “Em outubro de 1829 o Libertador Simón Bolívar dita em Quito um Decreto de Mineração que estabeleceu que a propriedade de minas, de qualquer classe, correspondia à República” (LANDER, 2009: 52). Porém, antes de alcançar escalas significativas de produção não havia nenhuma lei específica que regulamentasse a exploração petrolífera, de maneira que não havia distinção entre o petróleo e os demais minerais. Em 1918 se promulga o Decreto Regulamentário de Carvão, Petróleo e Substâncias Similares, conformando a primeira peça legislativa propriamente petroleira no país.



O Estado venezuelano desde o começo se orientou como proprietário exclusivo dos recursos do subsolo nacional, donde baseado no regime de concessão de exploração a empresas privadas, o Estado exigia a participação na renda desta indústria complexa. É bastante exata a afirmação de Celso Furtado de que a rigor “não são as exportações o verdadeiro fator dinâmico da economia venezuelana. Esse papel cabe à parte do valor das exportações petroleiras que retorna ao país, pois somente essa parte gera um fluxo de renda no território nacional” (FURTADO, 2008: 43). Nessa direção, os autores Asdrúbal Baptista e Bernard Mommer ressaltam que há dois componentes distintos da renda na Venezuela: “o primeiro, que pode denominar-se como ingresso *nacional* propriamente dito é resultado do esforço produtivo nacional, isto é, da conjugação do capital e do trabalho. O segundo, a renda petroleira, que é a remuneração *internacional* de um recurso natural nacional” (BAPTISTA, MOMMER, 1989:15).

Baptista e Mommer utilizam as concepções sobre a renda fundiária<sup>15</sup> para a compreensão do desenvolvimento capitalista venezuelano. De modo semelhante como exposto acima, partem da consideração de que “a renda petroleira depende do grau de *monopólio* que se exerça sobre o recurso natural; das *diferenças entre a produtividade natural* dos poços venezuelanos e a dos localizados nos países consumidores, e das *fontes alternativas de energia*” (BAPTISTA, MOMMER, 1989:15 – *grifo nosso*). Em outras palavras, a extração de petróleo depende da existência de reservas do combustível fóssil em determinada “porção de terra”; embora toda jazida petrolífera necessite de determinada tecnologia para extração, o tamanho, a profundidade e a localização para escoamento destas influem certamente na produtividade e no custo de produção por barril; por outro lado, a inviabilidade momentânea de se substituir o consumo de combustíveis

---

<sup>15</sup> De acordo com a Seção VI do Livro III de *O Capital*: “Na mesma medida em que, com a produção capitalista, se desenvolve a produção de mercadorias e, por conseguinte, a produção de valor, desenvolve-se a produção de mais-valia e de mais-produto. Mas na mesma medida em que esta última se desenvolve, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária no sentido de captar, mediante seu monopólio sobre a terra, uma parte crescente dessa mais-valia. O capitalista é ainda um agente que atua no desenvolvimento dessa mais-valia e desse mais-produto. O proprietário da terra só tem de apropriar-se do mais-produto e da mais-valia que cresce em sua colaboração” (MARX, 1985 T.3 V.2: 139-140). O elemento determinante da renda da terra é que o processo de produção do capital resulta da taxa de exploração da força de trabalho por um capitalista qualquer, gerando ao final um valor excedente em relação ao valor inicial, todavia a renda não produz nenhum capital por si, mas sim pela apropriação pelo proprietário da terra de parte desta riqueza produzida pelo trabalho.

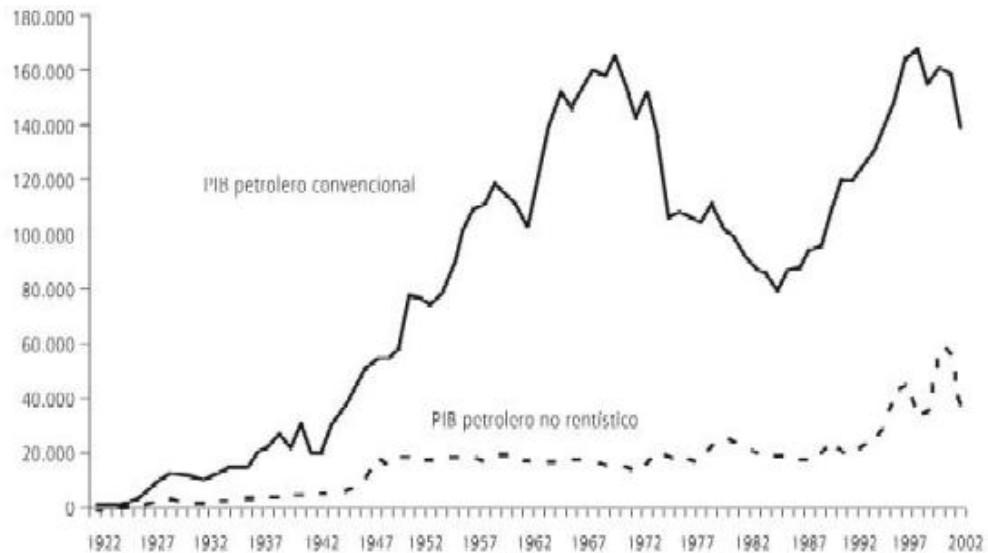
fósseis por outro tipo qualquer, faz com que a demanda crescente esteja garantida, mesmo que a oferta não cresça em igual proporção.

A acumulação de capital, quer dizer, a aplicação da mais-valia como capital depende obviamente do processo de produção capitalista, da diferença entre trabalho necessário e mais-trabalho gerado no interior deste processo, em síntese, da relação capital-trabalho (MARX, 1984 T.I V.2). O rentismo petrolero viabiliza captar a especificidade do regime de acumulação capitalista na Venezuela, quando, o Estado como proprietário exclusivo do recurso natural – de uma renda de monopólio – recebe uma remuneração originada no mercado mundial, que não tem por que formar parte do produto interno, mesmo que, obviamente, seja parte importante da renda nacional. Esta não forma parte do Produto Interno Bruto pela simples razão de que não resulta da relação capital-trabalho, do regime de acumulação nacional para sua produção (BAPTISTA, 2006). O GRÁFICO 1 permite a visualização das discrepâncias entre o PIB petrolero convencional, que inclui a renda petrolera como parte da produção nacional total e o PIB não-rentístico, que toma em conta apenas a riqueza gerada internamente subtraídas todas as remunerações internacionais sobre a exploração petrolera.

## GRÁFICO 1

### PIB petrolero, convencional y no rentístico: 1922-2002

(bolívars de 1984)



Fuente: Baptista, 2006, cuadros I-2 y II-1.

O Estado, ao se firmar como proprietário que concede o direito de exploração ao capital privado e, a partir desse regime de concessão receber o pagamento em direitos e impostos sobre a exploração permite estabelecer algumas características do *regime de acumulação rentista venezuelano*: a) a dependência de altos níveis de investimento externo direto no setor petrolero, portanto, não é mera coincidência que em 1914 a primeira empresa estrangeira concessionária tenha sido a Caribbean Petroleum Co. (subsidiária da Royal Dutch Shell); b) como a renda petrolera tem origem não diretamente das exportações, mas de parte destas que retornam ao país, sua magnitude e variação tem muito pouco que ver com o desenvolvimento do petróleo enquanto atividade produtiva, portanto, guarda baixo nível de integração da indústria petrolera com os demais setores econômicos nacionais; e, c) como proprietário do recurso natural e captador da renda internacional, o Estado venezuelano se torna central na distribuição da renda e se converte no eixo estruturador da economia interna (BAPTISTA, MOMMER, 1989).

Não é acidental que o rentismo petrolífero prolongue a tendência de amparar o desenvolvimento da sociedade sob o controle do exército. Ao longo de todo o século XIX a fragmentação do Estado em interesses locais colocava sempre em evidência a deficiência política das forças dominantes nacionais, portanto, o país atravessa sucessivas “fases catastróficas”, que embora não representassem uma deficiência orgânica insuperável, consistiam em verdadeiros entraves para o desenvolvimento econômico. As “fases catastróficas” podem ser entendidas melhor à luz da seguinte passagem:

“Todas as pelepas políticas do século XIX são pelepas entre grupos que desde o ponto de vista econômico se encontram escassamente diferenciados e que aspiram ao controle do aparato de Estado para desenvolver desde ele a economia e promover, com ele, uma estrutura mais complexa. Sobre este virtual vazio social em que ao amparo da força dos exércitos, primeira instituição nacional, criam-se os Estados (e o espaço para o mercado econômico) penetrado pelo capital estrangeiro, configurando assim o casal dos principais protagonistas da vida social e política latino-americana em suas origens” (PORTANTIERO, 1995: 256).

A tendência de “catastrofismo” dos Estados latino-americanos, e neste caso o venezuelano, não representa uma crise mais profunda destas sociedades, uma vez que esta forma social ainda não esgotara suas possibilidades de desenvolvimento, o que colocava a solução militar como árbitro do “empate catastrófico” das frações internas em conflito (GRAMSCI, 2007 vol.3). Portanto, a criação do espaço para a penetração do capital estrangeiro e do mercado capitalista venezuelano do século XX depende inteiramente de sucessivos bonapartismos<sup>16</sup> ou cesarismos<sup>17</sup> capazes de através da consolidação do Estado

---

<sup>16</sup> A análise sobre o bonapartismo é desenvolvida inicialmente por Marx em *O Dezoito de Brumário de Napoleão Bonaparte*, em que o fracionamento das classes dominantes já não é capaz de exercer seu domínio pelos meios parlamentares e constitucionais, e o proletariado tampouco é capaz de se afirmar hegemonicamente, daí que o Estado adquire maior autonomia relativa em respeito a sociedade de classes através do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, a figura militar de Napoleão III se coloca como “árbitro” deste “empate catastrófico” aberto pela Revolução de 1848 na França: “O império, com o *coup d’Etat* [golpe de Estado] por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava se apoiar no campesinato, essa larga massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes possuidoras. Declarava salvar as classes possuidoras, mantendo a supremacia econômica destas sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo reviver para todas a quimera da glória nacional. Na realidade, *era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria.* A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição sem

modelar a sociedade pela política, em outras palavras, “o Estado, longe de apoiar-se sobre uma sociedade econômica e civil desenvolvida, deve criar as condições para seu desenvolvimento partindo do seu próprio aparelho” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978: 133). O cesarismo é fato recorrente desde o general Cipriano Castro e seu antiimperialismo intuitivo, passando por Juan Vicente Gómez melhor amparado pelas companhias petrolíferas e que após sua morte em 1936 seguiu sob a sucessão de outras ditaduras como as dos generais Eleazar López Contreras (1936-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945), embora menos “repressivas<sup>18</sup>” e entrando em conflitos pontuais com os interesses do capital estrangeiro, principalmente estadunidense foram cruciais para garantir a unidade em torno da distribuição da renda petrolífera.

Com a ascensão do fenômeno fascista na Europa no começo da década de 1930 e a eminência do segundo conflito bélico mundial, os Estados Unidos buscam estreitar os laços de cooperação com a América do Sul. Todavia, a negociação de um novo tratado comercial com os Estados Unidos entre 1936 e 1939 colocava evidente os limites da soberania e autonomia política venezuelana. O governo de Caracas buscava implementar um tratado que limitasse algumas importações estrangeiras e estimulasse as exportações venezuelanas não-petrolíferas. A proposta protecionista contrariava as expectativas norte-americanas/estadunidenses de ampliar suas exportações através de uma série de medidas livre-cambistas. Frente às pressões das companhias petrolíferas e as ameaças do Congresso

---

pudor de luxúria suntuosa, meretrícia e degradante. O poder de Estado, aparentemente voando acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo dessa sociedade e o próprio viveiro de todas as suas corrupções” (MARX, 2008: 401 Guerra Civil Na França– *italico nosso*)

<sup>17</sup> A definição se encontra em Antonio Gramsci: “Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca”. Porém o intelectual italiano inova na concepção do fenômeno autoritário quando o subdivide em duas possibilidades, *progressista* e *regressista*: “Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressista. (...) O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior” (GRAMSCI, 2007 vol.3: 76).

<sup>18</sup> López Contreras declarou ilegal a atividade política aberta, prendeu e exilou adversários políticos, o general sinalizou a possibilidade de sucessão por um governo civil por vias eleitorais em 1941, porém, terminou por designar à sua sucessão o Ministro da Guerra, o general Isaías Medina Angarita. Este foi quarto general a dirigir o país no século XX, porém, formou um partido oficial do governo, o Partido Democrático Venezuelano, e restabeleceu a legalidade dos demais partidos de oposição, inclusive o Partido Comunista da Venezuela (EWELL, 2002).

dos Estados Unidos de privilegiar os fornecedores internos e impor altos impostos à importação de petróleo estrangeiro, como também os temores que se produzisse a interrupção do comércio em caso de uma guerra não propiciou grandes margens de negociação à Venezuela. O acordo assegurou a livre entrada dos produtos norte-americanos/estadunidense no mercado venezuelano, reduziu a renda tarifária, aprofundou a dependência das exportações petroleiras, resumindo, o acordo colocou acento no caráter de reserva estratégica dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, lançou a um futuro distante qualquer intento de substituição de importações (EWELL, 2002).

Em razão dos sucessos da nacionalização do petróleo no México em 1938 sob o governo de Áreas Cardenas, e também pelas possibilidades de negociação abertas pela Segunda Guerra Mundial, o governo do general Mendina Angarita adotou uma atitude soberana para com as políticas de concessão petroleiras. A Lei de 1943 coloca tanto as velhas como as novas concessões, sob a mesma lei. Assim, esta nova lei exigia que o pagamento mínimo sobre *royalties* fosse de um sexto (16,66%), como também incrementou os impostos de exploração iniciais, pôs fim à isenção tarifária das companhias petroleiras e incentivou o refino em território nacional. Com pequenas revisões em anos seguintes, a Lei de 1943 sobre o regime concessionário vigorou até a nacionalização da indústria em 1976 (EWELL, 2002; LANDER, 2009).

A natureza estratégica deste recurso natural exigia um Estado capaz de manter a unidade política e garantir concessões petroleiras fáceis. Como vimos a pouco, o rentismo petroleiro reforçava a tendência a recorrência do cesarismo mais progressista (Castro e Mendina Angarita) ou mais regressista (Gómez e López Contreras) colocando o Estado como criador de condições para o desenvolvimento capitalista a partir do próprio aparelho estatal. Todavia a criação de tais condições não se dá no “vazio”, como se antes não houvesse frações de classe capitalista no país, o seu desenvolvimento limitado anterior não redundava em inexistência, muito embora, o rentismo petroleiro e a forma específica do Estado tenham sido fundamentais para seus sucessos futuros. Assim, a exploração petroleira acrescentava novas contradições à sociedade venezuelana e, ao mesmo tempo, agravava as já existentes. O impacto causado pelo dinamismo petroleiro provocou a desarticulação das relações de poder anteriores, baseadas centralmente na propriedade latifundiária e na fragmentação política caudilhista, gerando novas relações de poder

baseadas na propriedade comercial, bancária, imobiliária, extrativista petroleira e na crescente burocracia estatal. O emprego do conceito de *Bloco no Poder*<sup>19</sup> de Nicos Poulantzas nos parece bastante útil para a compreensão das relações entre Estado e frações capitalistas, uma vez que “*indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe dominante, em sua relação com uma forma particular de Estado capitalista*” (POULANTZAS, 1975: 302-303).

O atraso do processo de industrialização venezuelano em relação a países como Argentina, México, Colômbia ou Brasil resultou da identificação da política econômica estatal com os interesses político-econômicos do capital estrangeiro, que se concentravam no controle da exploração petroleira. Os interesses da política econômica estatal em ampliar seu potencial fiscal, financeiro e monetário dependiam enormemente do aporte direto do capital estrangeiro, da mesma maneira, o conjunto da burguesia estrangeira que controlava a atividade de exploração petroleira dependia de um Estado centralizado capaz de organizar os interesses políticos fragmentados na Venezuela. A confluência destes interesses internos e externos tem, portanto, como elemento dinâmico da economia venezuelana a renda petroleira resultante da propriedade estatal deste recurso natural estratégico, este é o ponto nodal da formação do novo *bloco no poder*. A crise pela qual atravessa a fração latifundiária não gerou maiores conflitos no interior do nascente bloco, pois como já discutimos, através do banco estatal muitos dos grandes proprietários agropecuários receberam quantias consideráveis de capital do Estado, o que permitiu a realocação em outros setores de acumulação de capital. Com o crescimento vertiginoso do produto nacional aumenta de modo semelhante a demanda e o consumo por bens importados manufaturados, sobretudo, aqueles voltados para o consumo suntuário. A grande beneficiária deste processo foi a fração burguesa comercial importadora, que no interior do bloco no poder assume a posição hegemônica. Mesmo as frações que são relegadas a um plano secundário não entram em maiores conflitos com a fração

---

<sup>19</sup> O núcleo deste conceito é apresentado por Poulantzas nos seguintes dizeres: “O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes* baixo a égide da fração hegemônica. A luta de classes, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, *está presente ali constantemente*, conservando esses interesses sua especificidade antagônica. (...) A classe ou fração hegemônica *polariza* os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo seus interesses econômicos em interesses políticos, que representam o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e no domínio político” (POULANTZAS, 1975: 308-309).

hegemônica e nem mesmo com a autonomia relativa<sup>20</sup> do Estado baixo ditaduras de 1899-1945, pois os mecanismos de transferência de capital<sup>21</sup> do setor público para o privado garantiam lucros rápidos e seguros. Por exemplo, os centros urbanos crescem em importância e densidade demográfica, principalmente Caracas, o Banco Operário fornecia créditos às construtoras para a construção de moradias de baixo custo, porém, logo as vendiam a preços super-inflados à população, a indústria de construção civil também se beneficiava enormemente da demanda de obras estatais infra-estruturais e de edifícios públicos. O aumento da poupança e o crescimento da acumulação de capital destes setores favorecem o desenvolvimento do setor bancário nacional (PURROY, 1985; EWELL, 2002; LACABANA, 2006).

Embora a Venezuela tenha assinado em 1936 um tratado que assegurava a livre entrada dos produtos norte-americanos/estadunidense no mercado venezuelano com baixo índice tarifário, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, a consequência da restrição das importações e a redução da oferta mundial de artigos manufaturados, abriu a possibilidade favorável de promover a indústria nacional. Mesmo com as dificuldades de importar maquinário e insumos para a produção, a industrialização levada a cabo durante os anos de guerra mundial, foi possível pela facilidade de créditos por parte do Estado e pelo aumento dos investimentos privados no setor. A experiência de industrialização desenvolveu fábricas de materiais de construção básicos, bebidas e derivados, têxteis e calçados. O desenvolvimento industrial venezuelano nesse momento é semelhante à reorientação do capital do campo para a cidade em décadas anteriores, quer dizer, a burguesia industrial que se forma resulta da transformação parcial do capital comercial em capital industrial. Essa transformação guarda relação direta com o enorme nível de capital acumulado pela burguesia comercial, como também a imobilização deste capital pelo fechamento temporário do mercado mundial. O investimento industrial

---

<sup>20</sup> No caso venezuelano, “a autonomia relativa do Estado é tal que as classes ou frações dominantes parece[m] renunciar a seu poder político”; fenômeno cesarista trata exatamente disto, “o Estado pode também *substituir* aos partidos, seguindo funcionando como fator de organização hegemônica dessas classes. Pode também, em certos casos, *tomar completamente a seu cargo o interesse político de tais classes*” (POULANTZAS, 1975:374).

<sup>21</sup> Tais mecanismos que atendem também os interesses das frações de “segundo plano” podem ser visualizados através da compra e hipoteca de terras agrárias sobrevalorizadas, o crescimento da demanda do setor público de bens e serviços, e grandes investimentos em obras públicas de infra-estrutura, isenção de impostos, controle de preços e sobre-valorização do câmbio.



oferecia para esta fração uma saída satisfatória para a acumulação de capital (PURROY, 1985; BANKO, 2007).

Com a criação de novos setores de acumulação de capital, começa a se formar o proletariado urbano. Durante as quatro primeiras décadas do século XX esse proletariado ainda era numericamente inferior aos trabalhadores rurais. Era essencialmente constituído por trabalhadores da construção civil, de transporte, serviços, operários de pequenas fábricas e também dos operários empregados na atividade petroléira. Embora os conflitos entre capital e trabalho tenham obviamente acontecido, a exemplo das greves ocorridas nos campos petroléiros em 1925, as sucessivas ditaduras desde 1899 haviam proibido a atividade organizativa dos trabalhadores por considerá-la “comunista”, exercendo firme controle sob a atividade sindical, declarando-a ilegal sempre que conveniente aos interesses do Estado e do patronato. Em 1928 teve lugar uma importante revolta estudantil contra a ditadura de Juan Vicente Gómez, que apesar de ter encarcerado e exilado muitas lideranças estudantis, foi um evento que impulsionou a educação política de toda uma geração. Foi da experiência estudantil e das experiências adquiridas no exílio que, no desenvolver da década de 1930 e 1940 se formaram os principais partidos políticos da Venezuela como: Ação Democrática (AD) de Rómulo Betancourt, o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) de Rafael Caldera, Partido Comunista de Venezuela (PCV) de Gustavo e Eduardo Machado e União Republicana Democrática (URD) de Jovitto Villalba (REY, 1991). Foram partidos que se gestaram a partir da organização clandestina, fato que “permitiu que os movimentos sobrevivessem e inclusive crescessem, até que Medina levantou a proibição que pesava sobre a atividade política” (EWELL, 2002: 313).

Na segunda metade de 1941 o general Medina Angarita restabeleceu a legalidade dos partidos políticos e abrandou o caráter repressivo característico das ditaduras latino-americanas. Neste mesmo ano, a AD é fundada como partido político. Durante o período de clandestinidade as lideranças buscaram organizar camponeses, o proletariado em formação, terminou por atrair também grande parte da classe média profissional. A atração dos setores médios da sociedade venezuelana não se deu ao acaso, no exílio na Costa Rica entre 1932 e 1936, Rómulo Betancourt colaborou ativamente com o Partido Comunista, demonstrando um claro giro à esquerda. Ao retornar à Venezuela já estava convencido de

que o comunismo não era adequado ao país, pois provocaria represálias das companhias petrolíferas e do governo dos Estados Unidos. Embora se negasse a colaborar com Medina Angarita, o nascente partido político tendia a posições reformistas e moderadas, o que permitia a incorporação de amplos setores dos grupos subalternos venezuelanos em sua organização<sup>22</sup>.

O general Medina Angarita havia colocado a possibilidade da transição indireta a um governo civil em 1945, para isso havia indicado o embaixador venezuelano nos Estados Unidos, Diógenes Escalante para a sucessão de governo; todavia, o candidato faleceu antes de sua indicação passar pelo congresso nacional. O caráter indireto da transição e a falta de um “candidato” produziram grandes insatisfações dentro das forças armadas e do movimento civil, uma vez que havia rumores de que López Contreras planejava um golpe militar caso Medina Angarita se candidatasse. Antes que o “gomecismo” retornasse pelo golpe de López Contreras, uma Junta Militar composta por jovens oficiais – a União Patriótica Militar<sup>23</sup> – buscou a articulação com o movimento civil que fosse capaz de compartilhar o poder e, assim, conferir maior consenso e legitimidade ao golpe de Estado. Para isso buscaram o único partido independente de Medina Angarita, a Ação Democrática. Consolidado o golpe em outubro de 1945, também conhecido como “Revolução de outubro”, Rómulo Betancourt se converteu em presidente interino até 1948, quando foi substituído pelo romancista Romulo Gallegos eleito em dezembro de 1947. Dada a condução política civil da AD o breve período democrático foi denominado como *triênio adeco*.

A participação no golpe de Estado impulsionou demasiadamente a AD na cena política nacional que se afirmava como o “partido da revolução”. Uma vez compartilhando o poder com os militares, a AD rapidamente passou a organizar suas alianças, ampliar suas afiliações e a colocar em prática o programa político formulado desde o começo de suas atividades como movimento político clandestino. Seu programa político incluía a organização e participação das massas na política<sup>24</sup>, a exclusão progressiva da intervenção

---

<sup>22</sup> A Ação Democrática se inspirava nos exemplos do APRA peruano, o PRI mexicano e no leninismo (REY, 1991; EWELL, 2002).

<sup>23</sup> Os jovens oficiais eram os majores Marco Pérez Jiménez, Carlo Delgado Chalbaud, Lues Felipe Llovera Paéz.

<sup>24</sup> Reduz a idade para votar de vinte e um para dezoito anos, estende o voto para mulheres e analfabetos e estabelece eleições diretas para deputados, senadores e presidente (REY, 1991).

militar na vida política nacional, o acesso popular à educação pública, a garantia de direitos sociais e previdenciários dos trabalhadores, a criação de uma força sindical organizada, a destruição do poder político, social e econômico no campo, através da reforma agrária e a organização dos camponeses em uma federação nacional (REY, 1991: 539-540). Além de seu desenvolvimento organizativo muito superior aos demais partidos da época, a AD gozava das vantagens proporcionadas pelos recursos do governo provisório, que utilizou para avançar em seu projeto político. Seu crescimento não só em importância, mas em tamanho foi vertiginoso. Dos aproximadamente 80 mil afiliados que possuía em 1941, a AD chegou a contar com quase meio milhão em 1948 (EWELL, 2002). Esse conjunto de fatores a convertem no primeiro partido verdadeiramente nacional do país e capaz de eliminar virtualmente os partidos regionais e impediu, até certo ponto, expressões políticas de interesses regionais, como também constituiu o primeiro partido de massas da história venezuelana (REY, 1991).

Se para as lideranças da AD o comunismo não era adequado ao país, pois provocaria represálias das companhias petrolíferas e do governo dos Estados Unidos, essas lideranças estavam igualmente convencidas de que o nacionalismo antiimperialista teria consequências semelhantes. A execução de seu programa político e “todos os outros planos de desenvolvimento exigiam o fluxo ininterrupto e crescente dos ingressos que produzia o petróleo” (EWELL, 2002: 316). O governo provisório de Rómulo Betancourt e o breve governo constitucional de Rómulo Gallegos não entraram em conflito aberto com as companhias petrolíferas, buscando sempre seguir uma estratégia de baixo risco. Assim como as ditaduras anteriores, a AD seguiu o caminho de consolidar o rentismo como elemento dinâmico da economia nacional. O Congresso Nacional promulgou uma reforma na Lei de 1943 que introduziu o conhecido *fifty-fifty* que sem abandonar o marco da Lei anterior, estabelece que nos “exercícios fiscais em que as concessionárias obtivessem um lucro bruto superior ao obtido pelo fisco em direitos e impostos, ficavam obrigadas a repartir em partes iguais essa diferença” (LANDER, 2009: 59).

Mesmo que o governo do triênio reforçasse a centralidade do rentismo como elemento dinâmico da economia nacional, não enfrentasse profundamente os interesses do capital estrangeiro, sua política de massas não foi suficiente para manter a estabilidade política do país. Segundo o cientista político Juan Carlos Rey (1991) a AD havia imposto

um estilo político “plebeu”, que implicava uma constante participação - um tanto estridente e desordenada - das massas na vida pública e sua mobilização emocional contra os inimigos da “revolução”. Portanto, uma das justificativas para o derrocamento de Gallegos em 1948 foi a suposta identidade do programa da AD com o comunismo.

A mobilização das classes subalternas<sup>25</sup> em favor do projeto nacionalista da AD faz com que estes elementos subalternizados entrem em enfrentamento direto com os interesses das frações burguesas que compõem o bloco no poder, logo colocam em questão a própria hegemonia capitalista. O golpe militar de novembro de 1948 foi abertamente acolhido pelas classes capitalistas dominantes e pela oposição político-partidária a AD. Por exemplo, COPEI e URD acreditavam que com a saída de cena da AD poderiam avançar politicamente. Os latifundiários contavam recuperar as terras confiscadas para a reforma agrária, mas principalmente enfraquecer a organização camponesa e restabelecer sua clientela política. As companhias petroleiras esperavam o momento de adquirir novas concessões e que se afrouxassem as rigorosas leis fiscais sobre a exploração. Alguns capitalistas desejavam que o governo subvencionasse o crescimento econômico sem fazer nenhuma concessão ao trabalho. As forças armadas esperavam receber maiores recursos e participar mais ativamente do desenvolvimento nacional (EWELL, 2002).

Mesmo que o golpe militar de 1948 tenha sido muito bem recebido pelo Departamento de Estado norte-americano/estadunidense, cujas declarações elogiosas em meados dos anos 1950 do secretário de Estado John Foster Dulles reafirmam o apoio à Pérez Jiménez, não é correto atribuí-lo à mera correia de transmissão dos interesses dos Estados Unidos no país sul-americano. O golpe denota que a burguesia venezuelana havia adquirido características mais definidas e maior consciência de seu poder e amplitude como fator econômico e social, e ao mesmo tempo a importância da capacidade do Estado

---

<sup>25</sup> O recurso à categoria gramsciana de classes subalternos nos parece um recurso teórico-metodológico bastante valioso para a análise das lutas de classes na Venezuela, que permite incluir grupos sociais que não se formam diretamente na divisão capitalista do trabalho, portanto somaria à classe trabalhadora explorada, o conjunto dos oprimidos e dos marginalizados que estão sob a hegemonia e dominação de outros grupos capitalistas dominantes. Esta descrição é fiel à metodologia dos *Cadernos do Cárcere*: “a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo” (GRAMSCI, 2002 vol.5: 140). Além da expansão da noção de classe social, os grupos subalternos têm como característica ações espontâneas “no sentido de que não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’, ou seja, pela concepção popular do mundo” (Idem, 2006 vol.3: 196-197).

de transferir capital para a iniciativa privada e o risco que as movimentações dos grupos subalternos representavam à condução hegemônica do bloco no poder, nesse caso, as formas menos democráticas se demonstram as mais convenientes para a sustentação de seus interesses. Afirmamos que o rentismo petrolero ampliava a tendência à intervenção e condução militar do Estado, como um “árbitro” nada imparcial em relação aos interesses de classe, que tendia a organizar as frações capitalistas e desenvolver o espaço para penetração do capital estrangeiro e o mercado capitalista nacional. Todavia, o golpe de militar de 1948 inaugura uma fase distinta aos cesarismos anteriores:

“no mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se, ainda que depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário, aprofunda-se com o advento de formas cesaristas. (...) O cesarismo moderno, mais do que militar, é policial” (GRAMSCI, 2007 vol.3: 79).

No momento do golpe não se fez imediatamente clara nem a intensidade e nem a duração da intervenção da Junta Militar. Para o presidente da Junta, o general Carlo Delgado Chalbaud o golpe de 1948 representava apenas um corretivo para a instabilidade política temporária pela qual atravessava o país. Contrariamente, o general Marco Pérez Jiménez e outros militares de linha dura consideravam que os “esquerdistas” da AD e seu amplo apoio popular eram indicadores fortes da ameaça de verdadeiras mudanças revolucionárias, que só seriam interrompidas através do controle contundente do movimento popular e partidário, em resumo com a repressão violenta de qualquer oposição à Junta Militar. Ao final, com o assassinato do general Delgado Chalbaud em circunstâncias obscuras em 1950 e com as fraudulentas eleições presidenciais de 1952 prevalece a linha dura de Pérez Jiménez que governará o país até 1958 (ELLNER, 2011: 67).

Vimos que o crescimento da atividade petrolera e a crise da atividade agropecuária provocaram a desarticulação das relações de poder anteriores, gerando novas relações de poder. Nesse processo a fração burguesa ligada ao capital comercial desponta como *fração hegemônica* no interior do bloco no poder. A deflagração do conflito bélico mundial no começo dos anos 1940 criou condições favoráveis ao desenvolvimento do setor industrial venezuelano. Porém, essa fração burguesa industrial resulta da realocação de

capitais da própria fração comercial, em vistas dos limites de acumulação baseados no comércio de importação. A brecha gerada pelo “umbral da industrialização de substituição de importações” confere a aparência de deslocamento da fração comercial da condução hegemônica do bloco no poder (PURROY, 1985). Todavia, se trata meramente da aparência uma vez que

“ainda quando alguns dos grandes comerciantes se voltam para atividades de montagem e empacotamento aproveitando seus vínculos com o capital estrangeiro –, será ao redor das atividades de construção e seus anexos de produção e comercialização de materiais para a construção, assim como da atividade bancária, que se fortalecerão os setores chave da burguesia venezuelana com o apoio do Estado, especialmente os peculiares grupos comercial-industriais” (LACABANA, 2006: 321).

A fusão peculiar das frações comercial e industrial é o elemento chave para compreensão da rearticulação do bloco no poder em acordo com o “Novo Ideal Nacional”. Essa política econômica da ditadura de Pérez Jiménez se resumia a um esquema desenvolvimentista e sob um sistema político autoritário, donde o Estado tomava a dianteira na construção de infra-estrutura e no desenvolvimento industrial dos complexos petroquímico, siderúrgico, telefonia, eletricidade e diversos serviços (BANKO, 2007). Nos termos de Maza Zavala, “o Estado se converte não só em fonte de financiamento do capitalismo dependente, senão em partícipe de seu desenvolvimento e, dentro de certos limites, em orientador do mesmo, o que manifesta uma associação mais estreita entre o poder político e o econômico” (MAZA ZAVALA, 1985: 180).

Para compreensão correta de tais transformações no processo de industrialização venezuelano, há de relacioná-lo com fatores ocorridos no mercado mundial logo do pós-guerra. A nova etapa do imperialismo que se consolida não se caracteriza apenas pela expansão e hegemonia dos Estados Unidos, mas pela integração ainda mais profunda dos sistemas de produção, que por consequência alteram o velho esquema da divisão internacional do trabalho. De acordo com Ruy Marini podemos encontrar duas razões fundamentais para a integração monopólica do mercado mundial: i) a enorme concentração de capital das grandes companhias internacionais, o que as leva a buscar novos campos de investimento no exterior. O fato de que os países latino-americanos tenham desenvolvido um setor industrial vinculado ao mercado interno durante os anos de desorganização do

mercado mundial, torna este setor atrativo para o investimento externo direto do capital estrangeiro; ii) a integração dos sistemas de produção deriva do grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, que foi acompanhado da aceleração considerável do progresso tecnológico. Dentro do esquema da nova divisão internacional do trabalho, portanto, as etapas inferiores da produção industrial são transferidas aos países dependentes, enquanto são reservadas aos centros capitalistas as etapas mais avançadas, como também o monopólio tecnológico correspondente. Também, a medida que se aumenta o ritmo de progresso técnico nos países centrais, surge a necessidade de exportar para os países dependentes equipamentos e maquinarias que se tornaram obsoletos rapidamente, mas ainda não totalmente amortizados, e que nas economias dependentes permite a apropriação de uma mais-valia extraordinária (MARINI, 1974; 2008).

A princípio, as linhas gerais do “Novo Ideal Nacional” atraíram a atenção de muitos homens de negócios. A industrialização aumentou de forma expressiva, mesmo que o comércio, a construção e o banco continuassem a predominar. Os descontentamentos começaram a crescer à medida que a ditadura assinou um novo tratado com os Estados Unidos em 1952 que manteve o mercado venezuelano virtualmente aberto, tal como o tratado de 1936-1939. A penetração do capital estrangeiro em alguns setores industriais importantes, como a construção e o monopólio estatal na siderurgia e petroquímica, também fortaleceram esses descontentamentos (EWELL, 2002). A maior parte dos investimentos públicos financiados com recursos oriundos do setor petrolífero se concentrou em obras de infra-estrutura. A contratação de grandes obras com prazos curtos de execução com empresas privadas exigia a concentração elevada de capital nas mãos de pequenos grupos (FURTADO, 2008). Que se tenham formado grandes concentrações de capital ao redor do setor de construção civil não é nenhuma surpresa, entre 1948 e 1958 apenas 16 empresas obtiveram a maioria dos contratos, sendo que algumas delas estavam relacionadas estreitamente com o governo; Pérez Jiménez era sócio comanditário em várias empresas contratadas e ampliou sua fortuna por meio de concessões e subornos (EWELL, 2002).

A continuidade do “Novo Ideal Nacional” dependia enormemente da renda petrolífera. Após a crise do canal de Suez em julho de 1956, “os preços do petróleo descenderam e os produtores de petróleo independentes que havia nos Estados Unidos

pressionaram com o objetivo de que se impusessem cotas ou restrições à importação de petróleo estrangeiro”. As cotas de importação não foram impostas durante o governo de Pérez Jiménez, mas o governo norte-americano/estadunidense persuadiu as companhias a limitar as importações (EWELL, 2002: 322). As conseqüências nas variações negativas da renda petroleira vão deixar clara a vulnerabilidade do padrão de acumulação venezuelano. “A conjuntura petroleira incide com efeito retardado na conjuntura industrial, já que são os ingressos petroleiros, injetados através do Estado, os que dinamizam ou freiam a demanda de consumo, o investimento e as importações” (PURROY, 1985: 139). A fim de contornar a crise dos preços internacionais do petróleo e a imposição de restrições à importação do petróleo venezuelano pelos Estados Unidos, o governo de Pérez Jiménez vende novas concessões às companhias petroleiras, com objetivo de receber consideração especial do mercado norte-americano/estadunidense.

A derrocada da ditadura de Pérez Jiménez resulta da conjunção de diversos fatores: uma vez que os gastos estatais em infra-estrutura excediam a capacidade de pagamento do Estado, a redução dos preços internacionais do petróleo e a limitação das importações do petróleo venezuelano pelos Estados Unidos colocavam fortes entraves à distribuição da renda petroleira, fato que leva a retirada do apoio à ditadura pelas frações burguesas que compunham o bloco no poder. A redução da renda petroleira irá incidir diretamente sobre a indústria de construção, aumentando significativamente os índices de desemprego, fato que abre espaço para a insatisfação popular e cria as condições políticas favoráveis para a ação concentrada contra a ditadura. A ditadura perejimenista havia colocado todos os partidos políticos na ilegalidade, contrariando as aspirações iniciais da COPEI e URD em fortalecer suas posições partidárias, o que ajudou a promover a unidade de base ampla contra a ditadura por meio de consignas democráticas. A unidade foi condensada na “Junta Patriótica” criada em junho de 1957 englobava os partidos PCV, URD, COPEI, AD, movimentos sindicais de trabalhadores, trabalhadores desempregados, estudantes, camponeses, associações de intelectuais (escritores, jornalistas, professores) e militares de média e baixa patente. Mais do que uma frente ampla firmada de cima por dirigentes, a Junta Patriótica foi de fato um movimento subalterno ou popular ampliado de repúdio a ditadura de Pérez Jiménez. Em primeiro de janeiro de 1958 ocorre uma tentativa frustrada de golpe militar encabeçada por militares de baixa patente, mas o elemento determinante



para a queda foi a greve geral de 21 de janeiro do mesmo ano que culmina na saída do general do país (ELLNER, 2011; BATAGLINI, 2011).

#### Capítulo 4 – A democracia *puntofijista* e a consolidação do rentismo petrolero

A primeira vista, o *pacto de Punto Fijo* aparece como um simples acordo de cavalheiros, cujo embrião havia sido uma reunião em dezembro de 1957 em Nova York, aonde se encontravam Rafael Caldera, pela COPEI, Rómulo Betancourt, pela AD e Jóvito Villalba, pela URD, além do empresário Eugenio Mendoza. Gilberto Maringoni apresenta o conteúdo do *Pacto de Punto Fijo* nos seguintes termos:

“de saída, tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado. Na prática, ele se converteria, mais tarde, num acerto entre AD e COPEI e um terceiro partido, de acordo com sua força eleitoral de momento. O Pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos” (MARINGONI, 2009: 62).

Essa explicação sobre a convergência de interesses das classes dominantes concentrados no controle do aparelho de Estado tem de ser complementada pelos movimentos das classes subalternas. Os eventos que derrubaram a ditadura de Pérez Jiménez em janeiro de 1958 se tornam um sério desafio para a sustentação do bloco no poder. A mobilização das classes subalternas foi um fator decisivo para a nascente democracia, como os principais partidos do país estavam em situação ilegal e suas lideranças no exílio, o movimento popular contra a ditadura se desenvolve com características autônomas desde a crise de 1956, dentro deste movimento as bases operárias e inclusive de trabalhadores desempregados exerceu enorme pressão em favor de seus direitos democráticos e, particularmente, pela realização de seus direitos sócio-econômicos. Seguramente a crise econômica que se instaura desde 1956 colocava em aberto possibilidades de mudanças sociais radicais na Venezuela. Assim o regime de acumulação capitalista pautado na distribuição rentista pelo Estado se via ameaçado pela movimentação das classes subalternas.

A contenção do movimento popular foi resultado não somente das pressões do campo oposto para que se disputasse a hegemonia dentro da ordem, mas também da

debilidade dos grupos mais organizados no interior das classes subalternas em propor um projeto que fosse além da luta comum contra a ditadura e da institucionalização das liberdades democráticas. Tanto o PCV como as correntes marxistas internas à AD<sup>26</sup>, que naquele momento poderiam ter disputado abertamente a direção do processo de transição, ainda apostavam que se tratava de acelerar o desenvolvimento capitalista, pois segundo sua orientação estratégica a Venezuela se encontrava na fase “anti-feudal” e “antiimperialista” (ELLNER, 2011). Tanto foi que durante a disputa eleitoral de dezembro de 1958 saíram em apoio à candidatura do Almirante Lazarrábal. Oscar Battaglini resume bem a subordinação das classes subalternas ao “jogo institucional”, uma vez que as eleições colocam uma “camisa de força” em qualquer ação política autônoma do movimento popular: “A partir desse momento – como se assinalou – fica estabelecido que toda ação política deveria submeter-se a questão eleitoral, tal e como esta havia sido convencionada pela direita no *Pacto de Punto Fijo*” (BATTAGLINI, 2011: 80). Esse conjunto de fatores coloca em relevo os limites da ação mais ou menos “espontânea” das classes subalternas, de que embora exista a tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, na falta de uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente melhor adaptada à situação historicamente vital as estas classes, sua tendência é de ser continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes (GRAMSCI, 2002 vol.5 ;2007 vol.3).

A ruptura da iniciativa autônoma das classes subalternas pelos grupos dominantes nos coloca diante de uma época de complexas transformações sócio-políticas, cujo conteúdo e resultado não correspondem à “ditadura sem hegemonia”, tal como os regimes cesaristas. A reação das classes dominantes à movimentação das classes subalternas leva a formação de certo equilíbrio de compromisso, pois essa reação das classes dominantes ao mesmo tempo em que sufoca a autonomia de ação, responde a determinadas demandas e interesses das classes subalternas. O equilíbrio de compromissos não envolve o essencial, ocorre simplesmente dentro da construção da nova hegemonia das classes dominantes que pressupõem “indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida” (Idem, 2007 vol.3: 48). A contenção desde movimento subalterno veio através de: a) uso manipulado da questão da *unidade* em

---

<sup>26</sup> Após a vitória eleitoral de Rómulo Betancourt em dezembro de 1958 e sua manifesta orientação de conter qualquer oposição ao regime *puntofijista* levou com que se aflorassem as diferenças ideológicas internas da AD, resultando dos conflitos internos ao partido o Movimiento de la Izquierda Revolucionária (MIR), que teria papel destacado nos anos seguintes com a guerra de guerrilhas venezuelana.

torno da luta contra a ditadura e por maiores direitos e liberdades democráticas, com o propósito de bloquear ações populares independentes; b) a ameaça do Almirante Wolfgang Larrazábal, então presidente da Junta de Governo Provisório, de reprimir energicamente qualquer tentativa de comprometimento da ordem e a seguridade da propriedade privada; e c) as pressões por parte da AD, COPEI e URD por se adiantar as eleições presidenciais, de modo a encerrar a situação de conflito político-social dentro das vias institucionais que conveniam as classes dominantes (BATTAGLINI, 2011).

O regime democrático que se instaura a partir de 1958 é fortemente marcado pelas experiências traumáticas do “triênio adeco” de 1945-148, portanto, o pacto de *punto fijo* foi uma tentativa de evitar os erros e as deficiências do ensaio democrático anterior. A hegemonia dos partidos que conformam o *puntofijismo* caracteriza-se, desde então, “pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2007 vol.3: 95). O equilíbrio entre consenso e coerção na condução hegemônica pós-1958 pode ser vislumbrando da seguinte maneira: em primeiro lugar, o governo do triênio se viu bastante debilitado pelo excessivo partidarismo, que gerava choques e ataques dos demais partidos contra a AD, inclusive COPEI e URD apoiaram os primeiros momentos da ditadura que se instaura em 1948. Em razão desse partidarismo excessivo, desde princípios da Junta Patriótica a AD buscou compartilhar o protagonismo com COPEI, URD e, inclusive o PCV. Em segundo lugar, a AD acreditava que a experiência do triênio havia sido derrotada por não ter sido suficientemente dura para com a oposição e com conspiradores. Portanto, em razão da falida experiência anterior e pelo desenvolvimento da guerrilha cubana em Sierra Maestra, a grande liderança da AD, Rómulo Betancourt, postula que a nascente democracia demandava de meios não-democráticos para sua preservação (EWELL, 2002).

Um dos aspectos recorrentes da democracia *puntofijista* era não permitir o livre desempenho das forças políticas contra-hegemônicas, assim foram utilizados em várias ocasiões a eliminação destas forças através da coação e violência física<sup>27</sup>. O governo de

---

<sup>27</sup> Mesmo o “modelo de democracia progressista na América Latina” – cuja preferência era declarada por Washington e reconhecido por diversos escritos acadêmicos – manteve o órgão de polícia política dos tempos de Pérez Jiménez. A odiada Seguridad Nacional de Pérez Jiménez foi substituída pela DIGEPOL (Direção Geral de Polícia) no governo de Rómulo Betancourt, posteriormente Rafael Caldera a substituiu pela DISIP (Direção de Serviços de Inteligência e de Prevenção do Estado). Praticamente todo o período do *puntofijismo*

Rómulo Betancourt logo nos primeiros meses de 1959 reprimiu duramente uma manifestação pacífica de operários e desempregados na Praça Concórdia de Caracas, cujo saldo foi três manifestantes mortos. A repressão contra manifestações estudantis e outros grupos subalternos ao longo dos anos 1960 foram comuns, por exemplo, bandas armadas pela extrema direita interna à AD assaltaram contra os sindicatos de petroleiros de Zúlia e Oriente, devido à derrota nas eleições sindicais para o PCV. Essa situação sugere a existência da contra-revolução preventiva, uma vez que, a repressão “tem lugar no país sem que, todavia se conhecesse nenhuma forma ou expressão de organização armada (guerrilheira, urbana ou rural) adianta pelos partidos políticos de esquerda” (BATTAGLINI, 2011: 104). A nova democracia instaurada em 1958, desde esse ponto de vista, revela a dificuldade de se construir o consenso, cuja solução dos “de cima” foi simplesmente desatar a repressão, quando o movimento popular saía de dentro dos moldes da “democracia modelo”.

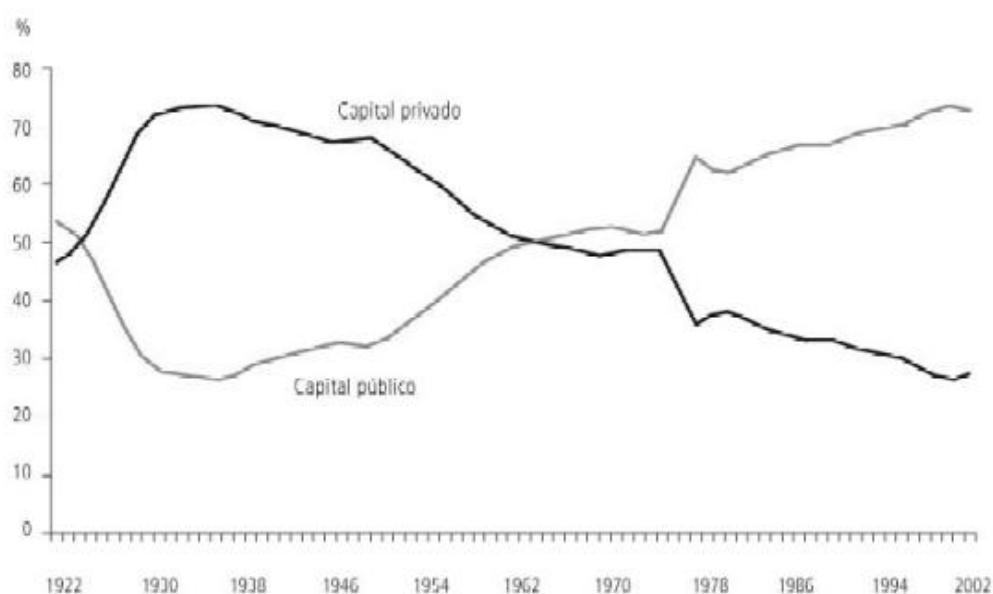
No capítulo anterior buscamos demonstrar como se gesta o regime de acumulação rentista petroleiro, cujo declínio da atividade agro-exportadora e o ascenso da atividade petro-exportadora transformam paulatinamente a relação entre o Estado e as frações capitalistas no desenvolvimento econômico nacional. Desde a ditadura de Juan Vicente Gómez o Estado começa a desempenhar papel central para a dinâmica econômica e social do país, em dois aspectos básicos: crescimento e distribuição da renda ao setor privado. Conforme no GRÁFICO 2, a centralidade e o crescimento da propriedade pública em relação à propriedade privada, embora comece a reduzir sua diferença em fins da década de 1930, somente na virada dos anos 1950-1960 que ultrapassa em tamanho o capital privado, justamente no período que começa a vigorar o *pacto de punto fijo*.

---

foi permeado pela repressão e pela existência de grupos de extermínio. Em 1976 o Congresso aprovou a Lei Orgânica de Seguridade e Defesa, para controle e repressão de atividades guerrilheiras, que em 1978, com as investigações sobre o assassinato de um jornalista revelaram a existência de um esquadrão de extermínio de elite. Ao fim de 1982 o exército e membros da DISIP lançaram uma ofensiva e assassinaram um grupo de 23 guerrilheiros desarmados da Bandera Roja no estado de Anzoátegui. De modo semelhante, forças especiais do governo massacraram 16 pescadores, confundidos com guerrilheiros em agosto de 1988 no estado de Apure. Grupos religiosos e de direitos humanos denunciavam casos de torturas e de desaparecimento de pessoas que se encontravam encarceradas, em 1986 foram descobertos vários cadáveres dentro de poços de petróleo abandonados em Zulia (EWELL, 2002; LACABANA, 2006; BATTAGLINI, 2011; ELLNER, 2011).

## GRÁFICO 2

**Capital no residencial público y privado: Venezuela 1922-2002**



Fuente: Baptista, 2006.

As razões para a consolidação do rentismo petrolero e a reafirmação da centralidade do Estado se encontram no fato de que este assume papel mais ativo e real no processo de industrialização básica do país. A maioria dos investimentos estatais eram provenientes das exportações petroleras e foram utilizados no intuito de gerar a diversificação produtiva privada em torno das empresas estatais de matérias-primas petróleo, aço, alumínio e energia elétrica, como também investimentos pesados na construção de infra-estrutura viária, portuária e aeroportuária nos anos 1950, 1960 e 1970. A política econômica adotada nas primeiras décadas do *puntofijismo* é claramente influenciada pelos preceitos desenhados pela CEPAL, o descrito acima casa muito bem com o diagnóstico sobre as possibilidades de desenvolvimento da Venezuela regidas no relatório de 1957 por Celso Furtado:

“A próxima fase do desenvolvimento venezuelano será, necessariamente, uma fase de intensa diversificação econômica. Isto é, ou a economia tenta uma rápida diversificação

de seu aparelho produtivo ou o ritmo do desenvolvimento tenderá a reduzir-se” (FURTADO, 2008: 60).

Encontramos em Ruy M. Marini uma síntese capaz de apresentar o conteúdo definidor da industrialização no subcontinente:

“Nos países latino-americanos, a industrialização substitutiva de importações operava sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis e permitia que o processo de produção se sustentasse graças à importação de bens de capital, isto é, bens intermediários, máquinas e equipamentos. A continuidade de uma industrialização colocada nesses termos dependia do crescimento progressivo da capacidade para importar e, portanto, de uma massa crescente de divisas” (MARINI, 1992: 81)

Todavia, esse processo de “substituição de importações” tem de ser refletido à luz das especificidades da economia e sociedade venezuelana. A substituição espontânea pela qual o país atravessou num breve lapso de tempo entre 1939-45 não foi suficiente para que se gerasse uma burguesia industrial, senão que foi parte da reorientação da fração comercial na busca de lucro. A industrialização tardia e o próprio fracasso da política econômica de “substituição de importações” têm de ser buscada, em primeiro lugar, no fato de que a Venezuela rentista nunca encontrou grandes problemas de importação. Mesmo o período de desorganização do mercado mundial repercutiu com menor intensidade nesse país, a sobrevalorização da moeda e a grande disponibilidade de divisas deixaram o país em situação privilegiada. A esse fato devemos somar os interesses da fração hegemônica em conduzir o negócio de importação, cujo interesse era “anti-industrializante”. Em segundo lugar, devido ao alto nível de concentração de renda, a elevada capacidade para importar bens de consumo e bens de capital e a livre conversibilidade da moeda, não disponibilizava mercado interno suficiente para a instalação industrial integrada. Em terceiro, ao impor a proteção tarifária à entrada de determinados bens de consumo importados, o Estado obrigou o capital estrangeiro a instalar-se no país para realizar as fases finais da produção manufatureira, principalmente de empresas montadoras de automóveis e de eletrodomésticos. Instalada a indústria no país em determinado setor, ela era protegida de toda concorrência externa, portanto, o Estado

garantiu a centralização e concentração irrestrita de capital estrangeiro no país<sup>28</sup>. As facilidades propiciadas à formação de monopólios estrangeiros no país vêm acompanhadas da remessa de divisas para as matrizes, pela abertura de créditos fáceis por bancos estatais, isenções de impostos, construção de infra-estrutura para escoamento, controle estatal de preços etc.. Por último, o país não dispõe de um setor agrário com capacidade suficiente para fornecer os insumos em quantidade e qualidade suficientes que demanda de modo crescente a indústria de consumo básico, principalmente a indústria de alimentos, de tal modo, a madeira para a produção de móveis, frutas para sucos, tabaco para cigarros, couro para calçados, as fibras para têxteis, todos são majoritariamente importados, o que encarece os preços internos restringindo ainda mais a participação popular no consumo de determinados bens e reforça o caráter de indústria montadora e empacotadora do país. (PURROY, 1986; BATTAGLINI, 2011).

A acumulação de capital baseada no desenvolvimento industrial interno fica encerrada dentro de um círculo vicioso, uma vez que a indústria produz com alto conteúdo de importação, que além de não gerar emprego e reduzir a dimensão do mercado, faz com que o reinvestimento no setor industrial não amplie a acumulação, uma vez que não tem efeito sobre a expansão da demanda interna. Nestas condições, embora tenha certo desenvolvimento industrial, o capital prioriza setores onde a acumulação é mais segura e mais rápida, redirecionando o excesso de capital disponível para atividades financeiras internas e externas, imobiliárias e comerciais. Da política e ideologia de industrialização substitutiva, emerge como fração poderosíssima o capital financeiro, devido ao fato de que “os grandes excedentes financeiros produto das excepcionais rendas petrolíferas – eixo e variável fundamental da acumulação – e a baixa capacidade de absorção produtiva venezuelana permitem o surgimento desta fração ligada ao setor financeiro mais que ao capital produtivo” (LACABANA, 2006: 327).

---

<sup>28</sup> A industrialização substitutiva na América Latina, ao tentar superar o desenvolvimento “hacia fuera” pelo desenvolvimento “hacia adentro” entra em crise, pois, somente substitui a importação de bens de consumo pela importação de bens de capital. Posto isso, Celso Furtado resume a singularidade da industrialização substitutiva venezuelana nos seguintes termos: “As empresas transnacionais, que em toda a América Latina dirigiram o processo de industrialização na fase de substituição de importações, maximizaram suas vantagens combinando importações com atividade manufatureira local. As condições que prevalecem na Venezuela permitem manter o conteúdo de importação no mais alto nível, o que freia o processo de integração do sistema industrial e também contribui para reduzir a dimensão do mercado” (FURTADO, 2008: 125).



O entrelaçamento dos interesses das frações do capital industrial, comercial e financeiro torna difícil identificar com clareza qual delas se coloca como fração hegemônica dentro do bloco no poder, mas nem por isso se deixa de perceber a existência de conflitos pontuais de interesses entre algumas das frações. Os atritos giram em torno da política e ideologia de “substituição de importações”. A Federação de Câmara de Comércio e Produção (Fedecámaras) fundada em 1944 reunia comerciantes, industriais e agricultores e procurando contornar rupturas dentro do grupo sempre seguiu defender os interesses do capital privado em geral, evitando privilegiar determinado grupo ou determinada orientação política. As diferenças dentro do grupo se fazem mais claras em 1958, quando surgem grupos com interesses diferenciados dentro da política de substituição de importações. Desta cisma surge o grupo de representação empresarial Pró-Venezuela. De acordo com Miguel Lacabana as contradições se resumiam que

“enquanto a primeira representava os interesses da burguesia tradicional ligada ao capital estrangeiro, a segunda é representativa do que até o próprio partido AD reconheceu como a burguesia nacional em contraposição aos mercadores importadores parasitários, frente à falta de uma estratégia empresarial capaz de transformar a economia venezuelana e enfrentar a pobreza. Pró-Venezuela se inclinou, junto com o governo e os partidos políticos, a promover uma política de exportações industriais para os países menos desenvolvidos e preferencialmente da América Latina e os países socialistas, enquanto Fedecámaras auspiciava a relação com os países desenvolvidos e EUA. Estas diferenças se acentuaram com o apoio de Pró-Venezuela à incorporação de Venezuela ao Pacto Andino e à necessidade de uma política nacionalista que reduzira a penetração estrangeira na economia” (LACABANA, 2006: 324-325).

Não há dúvida de que os interesses de Fedecámaras e Pró-Venezuela, como da grande propriedade em geral, eram tomados em conta pelo sistema de partidos *puntofijista*. A primeira vista, o governo de Rafael Caldera (1969-1974) parece ter entrado em atrito direto com os interesses das frações que compunham a Fedecámaras ao ingressar a Venezuela no Pacto Andino em 1973. De acordo com esta organização empresarial, a entrada no mercado andino teria como consequência a redução dos investimentos no país, pois trariam problemas para as relações comerciais entre Venezuela e Estados Unidos, aumentariam os custos da força de trabalho venezuelana, implicariam em importação da inflação junto com a nova estrutura tarifária do comércio regional (EWELL, 2002).

Todavia, mesmo que a posição do governo do copeiano Caldera pareça ter privilegiado os interesses das frações industriais organizadas em torno do Pró-Venezuela, os resultados tíbios de cerca de uma década de diversificação industrial no país parecem indicar a defesa de outros interesses. Os produtos elaborados nos setores estatais petrolíferos e siderúrgicos apresentavam baixo grau de elaboração industrial e o interesse estatal em distribuir a renda petrolífera era incentivar a formação de indústrias manufatureiras conexas, mas o mais importante é que estas indústrias conexas não haviam se desenvolvido até fins da década de 1960. “Esta situação de desintegração do desenvolvimento industrial é especialmente patente no complexo siderúrgico, donde o desenvolvimento de indústrias metal-mecânicas foi verdadeiramente insignificante frente ao enorme crescimento da produção de insumos siderúrgicos básicos” (PURROY, 1986: 201). A desproporção entre a capacidade de produção da indústria siderúrgica estatal e a capacidade de consumo de indústrias conexas, que formariam um complexo industrial ao redor das estatais, coloca a saída para o mercado externo o único meio de realização desta produção. Essa saída do Estado para o mercado externo não termina por ampliar o desenvolvimento industrial de bens intermediários para exportação, mas apenas em garantir mercado comprador para a indústria de transformação estatal.

Somam-se aos limites da própria estrutura de industrialização nos anos 1960 o fato de que mesmo que o governo de Rómulo Betancourt procurasse colocar em prática esse programa de industrialização e diversificação produtiva, seu governo e o de Raúl Leoni (1964-1969, também da AD) tiveram de enfrentar os déficits orçamentários herdados da ditadura de Pérez Jiménez e a deterioração sensível dos preços petrolíferos desde 1959 (que na realidade segue com pequenas variações até 1969) e o nível limitado do investimento externo direto no país (MAZA ZAVALA, 2007). Muito embora tenha enfrentado algumas dificuldades conjunturais relativas ao mercado internacional do petróleo, os governos democráticos desde Rómulo Betancourt até Carlos Andrés Pérez foram mais consistentes na execução de políticas econômicas para maior participação e controle da extração petrolífera do que na execução da política de diversificação industrial; tanto para estabelecer o controle da indústria petrolífera, como para fazer frente à decisão unilateral das companhias petrolíferas de baixar os preços sem levar em conta os interesses dos países produtores e, portanto, garantir o fluxo seguro da renda petrolífera. É da Venezuela que partem as concepções iniciais para a criação de uma organização dos países exportadores

no Primeiro Congresso Árabe do Petróleo em Cairo em 1959. A criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) só ocorrera em setembro de 1960, quando conta com a participação decisiva de Iraque, Kuwait, Irã e Arábia Saudita. A organização não respondeu imediatamente às expectativas, uma vez que o objetivo imediato das nações árabes era aumentar as rendas, enquanto que para a Venezuela o mais importante era estabelecer o controle maior sobre a indústria. Em seguida, era criada a Corporação Venezuelana do Petróleo (CVP), que representou o primeiro intento estatal de participar diretamente de todas as etapas da indústria do setor, substituindo a política concessionária pela política de prestação de serviços da exploração à comercialização petroleira (EWELL, 2002; MARINGONI, 2009).

A primeira grande prova de força da OPEP no cenário mundial foi em 1973 quando os doze países membros decretaram um embargo petroleiro que pressionou os preços a alturas exorbitantes. Estes “praticamente quadruplicaram ao longo desse ano e mais uma vez triplicaram até o fim da década, após a Revolução Iraniana, em 1979” (MARINGONI, 2009: 65). A alta dos preços petroleiros coincidiu com o primeiro governo adeco de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) que busca superar os entraves da anterior política substitutiva de importações com uma desenfreada política de gasto público, tanto em obras infra-estruturais monumentais como em indústrias básicas, baixo o lema de construir a *Gran Venezuela*. Tal projeto, disposto no V Plano da Nação, pretendia converter a Venezuela numa potência mundial no setor de indústrias básicas (petroquímica, aço, alumínio, cimento e fertilizantes), donde a estratégia de desenvolvimento era conduzida pela participação direta do setor público na propriedade e direção de empresas (PURROY, 1997; BANKO, 2007).

Para concretizar a *Gran Venezuela* o governo de Andrés Pérez nacionaliza algumas indústrias estratégicas do ponto de vista do novo projeto de desenvolvimento. Uma das primeiras indústrias nacionalizadas foi a de ferro conforme o lema “o ferro é nosso”. Apesar da retórica nacionalista o processo de nacionalização foi levado a cabo através do pagamento de generosas indenizações as filiais da U.S. Steel e da Bethlehem Steel e com a garantia de fornecimento do mineral às companhias norte-americanas/estadunidenses a preços reduzidos durante um período de até sete anos (EWELL, 2002).

A nacionalização dos hidrocarbonetos sugeria uma decisão política *soberana* no controle deste recurso, parecia encerrar sessenta anos de subordinação aos interesses do capital estrangeiro, tanto em matérias de extração, refino, transporte, comercialização e tecnologia. A nacionalização da indústria petroleira aconteceu sem maiores dificuldades em primeiro de janeiro de 1976, com a criação da PETROVEN (Petróleos da Venezuela), mais tarde passaria a se chamar PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.). Se a nacionalização indústria mineradora de ferro pode ser considerada pouco nacionalista, os números e as conseqüências posteriores da nacionalização petroleira deixam claros porque não ocorreram maiores conflitos com os interesses das companhias estrangeiras. O pagamento de indenizações às companhias estrangeiras que operavam no país se dividiu em duas formas: o governo venezuelano se dispôs a pagar parte em dólares e parte em títulos da dívida pública com juros de 6% ao ano, o que ao final das contas significa que o governo continuaria pagando extra alguns milhões de dólares. Os montantes das parcelas pagas a cada uma das companhias petroleiras se encontram na TABELA 2.

**TABELA 2 – Total das indenizações pagas às companhias petroleiras**

<b>Indenização acordada a empresas concessionárias (em Bolívares)</b>	
<b>Amoco Venezuela Oil Company</b>	<b>53.521.856</b>
<b>Caracas Petroleum, S.A.</b>	<b>5.032.905</b>
<b>Chevron Oil Co. of Venezuela</b>	<b>50.854.480</b>
<b>Continental Oil Co. of Venezuela</b>	<b>4.506.238</b>
<b>Coro Petroleum Company</b>	<b>4.983.099</b>
<b>Creole Petroleum Corp.</b>	<b>1.997.408.836</b>
<b>Charter Venezuela Petroleum Co.</b>	<b>16.813.534</b>
<b>Eastern Venezuela Gas Transport Co.</b>	<b>306.924</b>
<b>International Petroleum (Venezuela) LTD</b>	<b>154.514.017</b>
<b>Mene Grande Oil Company</b>	<b>290.581.078</b>

<b>Mito Juan Concesionario de Hidrocarburos, C.A.</b>	<b>14.643.495</b>
<b>Mobil Oil Company of Venezuela</b>	<b>96.691.957</b>
<b>Phillips Petroleum Co.</b>	<b>83.570.332</b>
<b>Petrolera Las Mercedes, S.A.</b>	<b>9.602.827</b>
<b>Compañía Shell de Venezuela N.V.</b>	<b>1.049.156.442</b>
<b>Sinclair Venezuelan Oil Company</b>	<b>27.081.378</b>
<b>Talon Petroleum Company</b>	<b>8.300.133</b>
<b>Texaco Maracaibo, Inc.</b>	<b>129.980.252</b>
<b>Texas Petroleum Company</b>	<b>41.807.117</b>
<b>Venezuelan Atlantic Refining Co.</b>	<b>74.841.842</b>
<b>Venezuela Gulf Refining Co.</b>	<b>23.644.884</b>
<b>Venezuela Sun Oil Co.</b>	<b>114.958.361</b>
<b>Total</b>	<b>4.252.801.987 Bolívares</b>
<b>Indenização acordada a empresas com convênios de operação (em Bolívares)</b>	
<b>Ashland Oil &amp; Refining Company</b>	<b>6.983.882</b>
<b>American Petrofina of Venezuela</b>	<b>137.072</b>
<b>Guanipa Oil Corporation</b>	<b>1.460.713</b>
<b>Murphy Oil Venezolano, C.A.</b>	<b>5.952.173</b>
<b>Monsanto Venezuela Inc. (hoy Petróleo Bajomar, C.A.)</b>	<b>2.377.304</b>
<b>Petrobelge de Venezuela, C.A.</b>	<b>135.807</b>
<b>Pure Oil Company of Venezuela, Inc.</b>	<b>16.678.055</b>
<b>Sunray Venezuela Oil Company, Inc.</b>	<b>18.256.643</b>
<b>Traingle Refineries, Inc.</b>	<b>5.910.572</b>
<b>Texaco Seaboard, Inc.</b>	<b>17.111.188</b>

<b>Tenneco Venezuela, Inc.</b>	<b>2.390.587</b>
<b>Ucar Interam, Inc.</b>	<b>10.757.628</b>
<b>Unión Petrolera Venezolana, C.A.</b>	<b>2.293.639</b>
<b>Venzoil, C.A.</b>	<b>38.526</b>
<b>Venezuela Canadian Oils, C.A.</b>	<b>1.392.233</b>
<b>Venezuelan Pacific Petroleum, C.A.</b>	<b>3.252.353</b>
<b>Total</b>	<b>95.128.365 Bolívars</b>

Fonte: Elaboração própria com base em PÁRRA LUZARDO, 2007.

O total das indenizações pagas para a nacionalização da indústria alcançou o montante de Bs 4.347.930.352,00, que convertidos a cambio de Bs 4,20 por dólar norte-americanos/estadunidenses chegaram a cifra de US\$ 1.035.221.512,00. O que causa mais perplexidade é que se pagam indenizações elevadíssimas a companhias que vinham conquistando concessões e facilidades de praticamente todos os governos desde o começo da indústria no país, cujo investimento inicial já havia sido pago centenas de vezes. Mas ainda mais absurdo é que conforme cálculos da época eram as próprias companhias petroleiras estrangeiras as maiores devedoras da nação venezuelana, sua dívida girava em torno de Bs. 9 bilhões, convertidos em cambio de Bs 4,20 ultrapassavam pouco mais de US\$ 2 bilhões. A dívida resultava da extração de petróleo pelas concessionárias fora dos limites de suas concessões e além do acordo sobre os volumes estabelecidos nos convênios de exploração (PÁRRA LUZARDO, 2007).

A nacionalização petroleira não enfrenta os interesses do capital estrangeiro e tampouco garante a independência nacional na exploração, refino e comercialização dos hidrocarbonetos, senão que firma ainda mais sua dependência dos investimentos do capital estrangeiro e, portanto, as conseqüentes transferências de valor a estas companhias. A PDVSA e as companhias petroleiras estrangeiras adotam a figura de empresa mista como modelo corporativo básico da nova associação econômica (e política) que se estabelece ao redor do negócio petroleiro entre o Estado, as multinacionais e o capital privado nacional. Através dos contratos de comercialização na figura de empresas mistas mantêm o controle

da comercialização que é a parte mais rentável do negócio petrolífero, pois requer menor investimento, cabe a nova estatal garantir o funcionamento da infra-estrutura física dos poços, portos, equipamentos e maquinaria. Portanto, a presença das companhias estrangeiras na comercialização da produção reduz o poder de participação da companhia estatal no negócio de fixar os preços de exportação conforme os interesses nacionais. Igualmente, os contratos de assistência técnica preservam as companhias estrangeiras o monopólio tecnológico na extração e refino de hidrocarbonetos, o que contraria os princípios de desenvolvimento autônomo da indústria em matéria tecnológica da produção petrolífera. A contratação de serviços tecnológicos entre a estatal e as companhias estrangeiras não garantiam a transferência da tecnologia ao fim do contrato. Cada concessionária privada foi convertida numa filial da estatal PDVSA, com seus respectivos contratos de assistência técnica e comercialização como descrevemos acima. De tal maneira, a Creole Petroleum Company passou a ser chamada de Lagoven, a Companhia Shell da Venezuela, Maraven e a Mobil Oil of Venezuela, Llanoven. Modificaram-se os nomes das filiais, porém, manteve-se a direção executiva que trabalhava para as companhias estrangeiras. Uma vez encarregados da PDVSA e suas filiais, seu primeiro objetivo foi desalojar o Ministério de Energia e Minas (MEM) e fazer a estatal petrolífera um “Estado dentro do Estado”. Todas as peculiaridades da nacionalização vão deixar bastante claros os fracassos em estabelecer um novo regime fiscal e regulatório do negócio petrolífero, e os altos custos das desastrosas políticas de desenvolvimento nacional, caracterizadas por uma planificação pobre e pelo desperdício (MOMMER, 2003; PÁRRA LUZARDO, 2007; BATTAGLINI, 2011).

O aumento incomensurável dos excedentes financeiros resultantes da excepcionalidade da renda petrolífera – eixo e variável fundamental da acumulação no país – e a baixa capacidade de absorção produtiva da economia venezuelana formam o terreno propício para o fortalecimento e crescimento da fração burguesa ligada a atividades financeiras e especulativas, em detrimento das frações ligadas diretamente a atividades produtivas. As nacionalizações eram parte da nova estratégia de desenvolvimento, que aprofundavam a tendência aberta desde a entrada no Pacto Andino de caminhar em direção ao mercado mundial para a realização da produção de suas indústrias básicas. No lugar de fazer das indústrias de minério de ferro, aço, cimento e alumínio elementos que impulsionassem o desenvolvimento da industrialização conexa voltada para o mercado

interno, a estratégia posta pelo V Plano da Nação se concentrava nas possibilidades do mercado internacional, relegando a segundo plano as aspirações da burguesia industrial de seguir defendendo o sistema de proteções e estímulos estatais junto à sua orientação ao mercado interno, expressadas em organizações importantes como Pró-Venezuela. Como bem lembra Miguel Lacabana, “as contradições inter-burguesas devem entender-se no marco das mudanças na dinâmica da acumulação” (LACABANA, 2006: 328). Frente ao esgotamento da industrialização substitutiva e o crescente fluxo de recursos sem investimento, a fração financeirizada da burguesia encontra seus interesses coincidentes com a política econômica estatal de acelerar o desenvolvimento das indústrias básicas de exportação, que demandavam enormes quantidades de capital para sua concretização, como também esta fração canaliza grande parte do crescente fluxo de poupança proveniente do aumento da renda pessoal (PURROY, 1986)

O modelo proposto no V Plano da Nação aprofunda a dependência da renda petrolífera ao buscar dar o grande salto ao desenvolvimento nacional apenas pautado na enorme disponibilidade de recursos financeiros. Ao mesmo tempo em que se ampliavam os recursos fiscais oriundos do rentismo petrolífero, estes se mostravam insuficientes para o cumprimento da magnitude dos investimentos infra-estruturais e industriais projetados para os cinco anos do governo Andrés Pérez. Para concretizar os projetos da *Gran Venezuela* este governo aproveitou a disponibilidade de créditos a baixas taxas de juros fornecidos pelos bancos do Norte (Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão principalmente). Como observou Eric Toussaint, o aumento da dívida dos países dependentes nos anos 1970 não foi resultado da alta dos preços do petróleo por pressão dos países membros da OPEP, mas que a maior parte dos excedentes das rendas petrolíferas acumuladas nestes países produtores foi transferida por seus governos para o sistema financeiro dos países capitalistas centrais. Essa transferência aumentou a superliquidez dos bancos, que buscaram de modo ainda mais agressivo que nos anos 1960 ou no início dos anos 1970, fazer empréstimos para os países dependentes. Mais do que atribuir a responsabilidade da crise econômica de 1974-75 à OPEP é necessário observar que a superliquidez dos bancos era parte dos sinais anunciadores da crise, pois estes dispunham de crescentes massas de capital que encontravam dificuldades para serem investidos na produção. A “saída” encontrada pelos bancos e países capitalistas centrais foi estimular a produção pela demanda. Desde essa perspectiva, os interesses do governo venezuelano de desenvolver a



*Gran Venezuela* encontravam respaldo na reorientação da acumulação do capital estrangeiro em tempos de crise:

“O Banco Mundial, os governos dos países industrializados, os bancos do Norte concederam sobretudo empréstimos para projetos voltados para trabalhos pesados de infraestrutura (megaprojetos energéticos, por exemplo). Empréstimos foram igualmente concedidos para reduzir o déficit do balanço de pagamentos dos países do Sul. Outros tomaram a forma de créditos à exportação para sustentar as indústrias exportadoras do Norte” (TOUSSAINT, 2002: 129).

A conjuntura internacional e a projeção de desenvolvimento nacional de curto prazo com base na ilusão do crescimento da renda petroleira *ad infinitum* colocam evidentes os limites estruturais deste projeto e aprofunda a vulnerabilidade externa do país. Em primeiro lugar, o país ficava refém das flutuações do mercado internacional do petróleo, donde a “variação de um dólar norte-americano no preço do barril de petróleo produzia uma variação de 2% no orçamento total do governo” (EWELL, 2002: 341); em segundo, mesmo que em proporção muito menor que a renda petroleira, o V Plano da Nação focava na exportação da produção de indústrias básicas (ferro, alumínio, cimento etc.), todavia, uma das conseqüências dos empréstimos acumulados nos anos 1970 foi reprimarizar a maioria dos países latino-americanos na exportação de matérias-primas e de semi-manufaturados, o que colocava estes países em concorrência e empurrava os preços destes produtos para baixo. E, em terceiro, que a recorrência constante a empréstimos com agências e bancos dos países capitalistas centrais, o Estado hipotecava boa parte da renda petroleira futura. Numa visita posterior ao país, em 1974, Celso Furtado tece observações quase proféticas sobre o futuro próximo do frágil “equilíbrio instável dos compromissos”:

“uma melhora considerável nos termos do intercâmbio externo, devido à elevação dos preços do petróleo, pressiona necessariamente no sentido de aumento do coeficiente de importação e da redução da criação de emprego no país, com repercussão negativa na distribuição de renda. (...) Dadas as tendências estruturais do momento é de esperar que os traços principais do quadro herdado do passado se acentuem, agravando-se o excedente estrutural de mão-de-obra. Sendo assim, a maior riqueza trazida pelo *boom* petroleiro fará da Venezuela um país socialmente mais instável. Certo, um país rico, mas nem por isso menos subdesenvolvido. E também com maior dependência da importação de alimentos e das flutuações dos mercados internacionais” (FURTADO, 2008: 123).

Todo caminho traçado por nós até o momento indica com clareza que esta consistência na orientação da política econômica petroleira venezuelana durante as primeiras décadas do *puntofijismo* encontra explicação no fato de que por detrás de cada investimento privado na Venezuela excedem os recursos propiciados pelo Estado oriundos da renda petroleira e o mínimo de capital próprio. Muito do consenso em torno do *puntofijismo* se devia à distribuição clientelista da renda petroleira, pelo tráfico de influências que alimentava toda uma rede de ineficiência e corrupção sem igual, pelo endividamento público e privado sem a supervisão fiscal e aprovação do governo central que facilitava a apropriação privada de enormes quantias do patrimônio público. Todos esses elementos representavam uma estratégia de alto risco para a sustentação da hegemonia firmada com o *puntofijismo*, como de fato começa a ocorrer na década de 1980.

## Capítulo 5 – A abertura de tempos neoliberais e a crise do rentismo petrolero

As classes dominantes haviam garantido uma nova escalada hegemônica em torno do sistema partidário *puntofijista* firmado em 1958, sobretudo, o consenso no interior do bloco do poder se fazia possível enquanto os recursos oriundos da renda petrolero fluíam do Estado para as frações que compunham o bloco. Nos anos 1970 o país havia experimentado com o *boom* petrolero que levou ao nascimento do mito da “Venezuela Saudita”, como se o nível da renda petrolero fosse permanente. Os investimentos necessários para o cumprimento da agenda de desenvolvimento de curto prazo da *Gran Venezuela* foram de um lado o aumento da entrada de renda petrolero e, de outro a contração de empréstimos com instituições financeiras internacionais que reciclavam os petrodólares. O endividamento massivo tanto do setor público quanto do privado ocorreu dentro de marcos favoráveis ao sistema financeiro internacional, porém, mais tarde, quando os investimentos produtivos não cumpriram seu ciclo de retorno do investimento e demandaram recursos adicionais junto à queda dos preços petroleros e o aumento das taxas de juros dos créditos internacionais, começa a vislumbrar-se no país uma crise fiscal e do bolívar que teria sérias conseqüências negativas para a sociedade venezuelana (LACABANA, 2006).

Uma das características centrais do rentismo petrolero é justamente a transferência de recursos do Estado para os diversos capitais privados venezuelanos, o período do auge da renda do recurso energético estratégico, aprofundou ainda mais a tendência da burguesia venezuelana em maximizar os lucros com o mínimo de risco, mesmo que isso custasse o endividamento privado e estatal descontrolado, que colocavam em questão a própria sustentabilidade do consenso e da dominação destes grupos. As frações capitalistas se desenvolveram acostumadas à muleta estatal, habituadas que o Estado assegure as melhores condições para a instalação de suas empresas, que as proteja da concorrência externa, e se por qualquer “causalidade da vida” essas condições não sigam bem e resultem em falências, estão acostumadas que o Estado assuma os prejuízos do negócio (LACABANA, FARJADO, 1989). Com o começo da queda dos preços internacionais do petróleo no começo dos anos 1980 a economia nacional entra em crise, que se aprofunda com a adoção das políticas neoliberais, leva a população a um processo gravíssimo de

pauperismo e coloca às claras a fragilidade do “equilíbrio instável dos compromissos” erigida sobre a renda internacional (AZZELINI, 2007).

Em 1979 assume a presidência o candidato copeiano Luís Herrera Campíns que em seu discurso de posse afirmava assumir uma “Venezuela hipotecada”, e que a disposição de seu governo era caminhar numa direção distinta do projeto da *Gran Venezuela*. Obviamente dado ao caráter irreversível das atividades econômicas em execução, Herrera Campíns não pode romper abruptamente com todos os planos de investimento do governo anterior, porém abandona a orientação principal do investimento público pesado nas indústrias básicas. Oscar Battaglini defende que a política econômica de “enfrentamento da economia” de Herrera Campíns foi a primeira tentativa tímida de implementar algumas medidas de ajuste estrutural no país baixo as exigências do FMI (BATTAGLINI, 2011: 162). Muitas destas medidas eram bastante impopulares e buscavam eliminar ou limitar as subvenções do governo a muitos artigos de consumo, como a gasolina (EWELL, 2002).

Em outubro de 1979 Paul Volcker, então presidente do FED (*Federal Reserve*, equivalente ao Banco Central nos EUA), apresenta a política do Dólar Forte cujo objetivo era de reduzir a inflação, reduzir os déficits e defender a supremacia do dólar como reserva internacional, fato que ampliou substancialmente as taxas de juros e canalizou o capital circulante em direção aos EUA. Nesse quadro, o fluxo de capitais é invertido do Sul para o Norte, convertendo os EUA nos maiores devedores nos mercados financeiros mundiais, a Alemanha Ocidental e o Japão tomavam o lugar da OPEP como fornecedores de capitais, essa mudança fez com que as receitas dos países produtores entrassem em crise, uma vez que não era mais possível reciclar petrodólares. Junto à política do Dólar Forte que converteu quase literalmente o mundo capitalista em financiador dos débitos dos EUA, soma-se a já referida baixa nos preços das matérias-primas no começo dos anos 1980, cuja conseqüência inevitável foram enormes déficits nas balanças de pagamentos, que não puderam ser financiados com novos empréstimos, uma vez que as agências financeiras internacionais haviam fechado as linhas de crédito aos países devedores. Em agosto de 1982, o México declarava moratória abrindo o conjunto de eventos que ficariam conhecidos como a “crise da dívida latino-americana” (TOUSSAINT, 2002: 125-137).

Na Venezuela, assim como a maioria dos países latino-americanos, em fins de 1982 se aprofundaram os desequilíbrios frente à magnitude dos déficits e a proximidade dos

vencimentos da dívida externa. O 18 de fevereiro de 1983, momento do estalo da crise da dívida venezuelana ficou popularmente conhecido como *Viernes Negro*. Após cinquenta anos de moeda sobrevalorizada, girando sempre ao redor de Bs. 3,90 e Bs.4,30, o governo de Herrera Campíns desvalorizou o bolívar e fixou a taxa de cambio controlado de Bs. 7,50 por dólar além de uma taxa de cambio diferencial. O resultado da desvalorização foi a duplicação ou triplicação das dívidas exteriores pagas em dólares pelos venezuelanos. Desde o começo, Fedecámaras buscou firmar sua posição frente ao governo de reconhecer a totalidade da dívida externa privada, e ao mesmo tempo, forjar um sistema de cambio de dólares preferencial a razão de Bs. 4,30 por dólar para o pagamento de dívidas externas financeiras. Em setembro de 1983 o governo toma a decisão de outorgar divisas preferenciais para o pagamento da dívida externa privada, reconhecendo as demandas dos setores financeiros, industrial e construção, porém ficaram excluídos do cambio preferencial a porção do empresariado que havia contraído dívidas não-financeiras<sup>29</sup> (EWELL, 2002; BANKO, 2007; BATTAGLINI, 2011).

A decisão do governo de privilegiar o pagamento da dívida externa privada foi quase literalmente a divisão do botim pelas classes dominantes venezuelanas. Estima-se que entre 1979 e 1983 as saídas de capital privado do país alcançaram o total de US\$ 29,7 bilhões, quase US\$ 6 bilhões por ano (BATTAGLINI, 2011). Além dessa saída abrupta de capitais privados do país, existe a confirmação oficial de que parte substancial do endividamento venezuelano foi ilegal e nem mesmo teria entrado no país. “As estimativas do próprio BIRD em 1985 apontavam para uma cifra de US\$ 35 bilhões depositados por cerca de 500 venezuelanos (empresas e indivíduos) em bancos norte-americanos” (CANO, 2002: 99).

As pressões do Estado para o cumprimento do serviço da dívida privada e pública deixaram perceber mais claramente o poderio da PDVSA como “Estado dentro do Estado”.

---

<sup>29</sup>As decisões do Estado venezuelano em adotar políticas econômicas que favoreciam sobremaneira o capital financeiro foi um dos fatores que acirraram as contradições no interior do bloco no poder, portanto, aos poucos tais decisões tiraram o consenso no interior do mesmo, o que em largo prazo pode gerar uma crise hegemônica sem precedentes: “A desvalorização de 1983 favoreceu a umas quantas empresas muito capitalizadas, as indústrias mistas público-privadas estatais como a de ação e petroquímica e todas as indústrias que não dependeram da importação de peças nem de bens de produção. Sofreram os setores comerciais que importavam muitos produtos de consumo, as empresas pequenas ou muito endividadas e as que eram filiais de companhias estrangeiras ou dependiam delas. Inclusive as indústrias que haviam crescido ao amparo da estratégia destinada a substituir importações para atender ao mercado nacional puderam beneficiar-se pouco devido a que o desemprego, a inflação e o descenso do nível de real de vida para muitos causaram um estancamento o contração da demanda nacional de bens de consumo” (EWELL, 2002: 350).

Em 1983 a estatal petroleira compra sua primeira participação numa refinaria estrangeira, a alemã VEBA, um ano depois amplia sua participação no exterior com a Citgo dos EUA. De acordo com Bernard Mommer, a estratégia de internacionalização da PDVSA foi uma maneira de bloquear o acesso do Estado aos fundos de reserva da companhia:

“Num infrutífero esforço de última hora para conter a crise da dívida externa e financeira, o governo recorreu aos fundos de reserva da companhia, de aproximadamente US\$ 5,5 bilhões, que esta havia podido acumular durante os anos de preços altos com miras a investimentos futuros. Ao mesmo tempo, não obstante, os altos preços do petróleo haviam levado a uma queda da demanda e umas cotas da OPEP cada vez mais restritivas, que deixaram a companhia sem oportunidades de novos investimentos na Venezuela. Para impedir que o governo torna-se a se apropriar de seus ativos líquidos no futuro, PDVSA decidiu não acumular mais tais ativos. E como investir no país não era possível, os lucros acumulados tinham que ser gastos no exterior” (MOMMER, 2003: 134).

Uma das justificativas para a internacionalização da PDVSA era de que a refinaria alemã se converteria em mercado para o petróleo pesado venezuelano, porém, como ressaltava Bernard Mommer, essa refinaria até a década de 2000 não havia refinado nenhum barril de cru pesado. Pelo contrário, desde o começo a PDVSA supriu a VEBA com o cru leve, que não tem grandes dificuldades de mercado. Em ambos os casos, tanto da internacionalização em direção à Europa como aos EUA, o resultado foi vender petróleo a estas filiais com preços de transferência com descontos substanciais, transferindo uma porção significativa dos lucros fora do alcance do governo venezuelano. A demonstração de poderio da estatal petroleira, de nosso ponto de vista, é um dos elementos que junto à crise da dívida e a redução dos preços internacionais do petróleo, indicam o começo da crise hegemônica das classes dominantes venezuelanas. No contexto de crise da dívida, que aponta a própria crise do rentismo petroleiro uma vez que hipoteca ganhos futuros, a estratégia de internacionalização da PDVSA teve objetivo criar um mecanismo de deslocar os lucros fora do alcance do governo por meio de preços de transferência, quer dizer, os preços carregados nas vendas a suas próprias filiais no exterior, fato que estrangulava ainda mais as possibilidades de distribuição “normal” da renda entre as classes dominantes (MOMMER, 2003: 131).

A eleição do candidato da AD, Jaime Lusinchi (1984-1989), representa uma tentativa de contornar os problemas que assolavam o país, seja pela disposição em

refinanciar o pagamento da dívida externa, seja através da proposta do “Pacto Social” e da reforma do Estado. Tanto o “Pacto Social” como a reforma do Estado foram vias que buscavam reduzir as tensões e conflitos ao redor da vida política nacional. O “Pacto Social” era composto por comissões tripartites (sindicatos, câmaras de comércio e partidos) para debater as medidas necessárias para enfrentamento da crise, porém não alcançou os resultados esperados, pois, representava uma espécie de novo acordo político das classes dominantes, que começavam a esboçar grande preocupação com a deterioração das condições sócio-econômicas e com a crescente deslegitimação do *puntofijismo*. A Comissão Para Reforma do Estado (COPRE) segue em direção semelhante, uma vez que do ponto de vista hegemônico, a reforma no sistema partidário se fazia urgente, já que este simbolizava não só o próprio Estado, como também a economia nacional, mas essa reforma tímida não encontrava a solução adequada na modificação da profunda dependência petroleira. Na realidade, a reforma política proporcionou, pela primeira vez, eleições diretas para prefeitos e governadores dando oportunidades políticas para representações e partidos localmente embasados, que outrora nunca iam além de minorias parlamentares inexpressivas<sup>30</sup> (ALVAREZ, 2003; MARINGONI, 2009; BATTAGLINI, 2011).

Lusinchi qualificou o refinanciamento da dívida externa total do país previsto por seu governo como o *melhor refinanciamento do mundo* (LACABANA, 2006). Na realidade o acordo de refinanciamento da dívida leva em conta todas as condições impostas pelos organismos financeiros internacionais<sup>31</sup> (principalmente FMI e BM). O acordo firmado em fevereiro de 1986 se comprometia a dedicar entre 30% e 45% do orçamento estatal ao serviço da dívida e a liquidação da mesma, com base na expectativa de receber entre US\$ 20 e US\$ 24 por barril. Porém, a queda dos preços para US\$ 15 o barril de petróleo fez ruir qualquer esperança da hipoteca rentista em garantir o serviço da dívida, além de piorar a situação econômica, social e política nacional. Frente a essa conjuntura o

---

<sup>30</sup> Exemplos destas oportunidades seriam La Causa Roja e Movimento Ao Socialismo (MAS).

<sup>31</sup> De acordo com o sociólogo Edgardo Lander, em 1987 uma Missão do FMI estabeleceu uma série de *recomendações* ao governo de Lusinchi, que pouco tempo depois se tornarão *compromissos*, a lista de “recomendações” é o conhecido *receituário* do ajuste estrutural: “1. Restrição do gasto fiscal. 2. Restrição dos níveis salariais. 3. Unificação do regime cambiário. (...) 4. Taxas de juros flexíveis (...) 5. Redução dos controles de preços. 6. Postergar programas de investimento de baixa prioridade. 7. Redução dos subsídios. 8. Introdução do imposto sobre a venda. 9. ‘ajuste’ das tarifas de bens e serviços providos por empresas estatais, incluindo os preços dos produtos petroleiros no mercado interno. 10. Reforma no regime comercial, incluindo a eliminação da maior parte das exceções nas tarifas. Liberalização das importações” (LANDER, 2006: 109-110).

governo recorreu a novos empréstimos para manter o serviço da dívida, que obviamente não foram concedidos pelos organismos financeiros e bancos internacionais. Esses eventos forçaram Lusinchi a declarar moratória do pagamento da dívida externa a apenas um mês do fim de seu mandato e quando já haviam realizado as eleições que levaram novamente Carlos Andrés Pérez (1989-1993) à presidência da República (EWELL, 2002; BATTAGLINI, 2011).

Foi justo na década de 1980 que em troca do reescalonamento da dívida dos países latino-americanos proposto pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos públicos, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização do patrimônio público. Esse conjunto denominado de *ajuste estrutural* foi uma das primeiras vias de adoção de políticas neoliberais, que só convergiu de fato em uma nova ortodoxia nos anos 1990, com o *Consenso de Washington* (HARVEY, 2010). Portanto, a crise da dívida na década de 1980 proporciona aos EUA re-estabelecer as bases de uma divisão internacional do trabalho que permita a livre circulação de mercadorias e capitais. Como consequência desse processo de neoliberalização das economias latino-americanas se verifica sua *reconversão produtiva*. Segundo Ruy Marini, a reconversão produtiva fomentava o modelo exportador de novo tipo e a especialização produtiva complementar à produção industrial dos grandes centros, restaurando o princípio das vantagens comparativas, no entanto, aliados à livre circulação de capitais e a redução da capacidade intervencionista do Estado. Em síntese, esse processo neoliberal reproduzia as relações de dependência dentro do esquema clássico de modificação ou recriação da economia dependente para assegurar a reprodução ampliada no centro, cujo resultado, era mais dependência (MARINI, 1992).

É esse conjunto de eventos que criam a base material e ideológica para o avanço do neoliberalismo no país. A “diminuição da renda petroleira e sua incapacidade para contribuir com a acumulação e a distribuição desataram na década de oitenta uma ofensiva ideológica e política que aprofunda o discurso de deslegitimação do Estado e que ressalta a ineficácia das regulamentações do mercado de trabalho e a inflexibilidade dos salários” (LACABANA, 2006: 330). Pouco depois de sua vitória eleitoral Andrés Pérez firma uma Carta de Intenções com o FMI e BM em que aceita amplamente os compromissos com estes organismos, que “se convertem numa espécie de parâmetros ou condições objetivas



que se dão como irremovíveis e que definem as novas condições a partir das quais há que pensar o país” (LANDER, 2006: 88). O programa econômico do segundo governo de Andrés Pérez, denominado *Gran Viraje* começa a ser implementado poucos dias após sua posse em 2 de fevereiro de 1989. As principais medidas imediatas deste programa econômico de corte neoliberal foram: liberalização de preços e tarifas, cuja consequência foi o aumento dos gêneros de primeira necessidade, como também o aumento de 100% no preço dos combustíveis; redução da proteção tarifária; nova desvalorização do bolívar ao redor de 150%, que passa de Bs. 14,50 por dólar a Bs. 35,95; e, congelamento de salários. Para os anos seguintes o programa econômico previa uma ampla privatização das telecomunicações, linhas aéreas, bancos, centrais açucareiras, hotéis e privatização parcial dos portos marítimos (MARINGONI, 2009; BATTAGLINI, 2011).

Se a industrialização venezuelana foi tardia e restrita em muitos casos a indústrias de montagem e empacotamento, a desindustrialização é de natureza prematura, uma vez que começa em fins dos anos 1980, se aprofunda nos anos 1990 e, seguirá na primeira década do século XXI. O que ocorreu na economia venezuelana foi que a crise fiscal e da dívida externa e a posterior adoção de programas neoliberais tiveram como consequência a *reprimarização* da produção nacional, a redução da participação das atividades industriais tanto na composição do PIB (QUADRO 1), como da força de trabalho (QUADRO 2).

---

**QUADRO 1 Setores com maior variação pontual na participação do PIB, 1968-2005 (%)**

<b>Petróleo cru e gás natural</b>	<b>14,89</b>
<b>Manufatura</b>	-6,98
<b>Construção</b>	4,51
<b>Transporte, armazenamento e comunicações</b>	3,69
<b>Participação no PIB 1968-2005</b>	
<b>Petróleo</b>	De 15,5 a 30,4
<b>Manufatura</b>	De 18 a 11

---

Fonte: LUCENA, 2010.

A abertura econômica sob o discurso de aumentar a capacidade competitiva e exportadora do setor privado pela incorporação de tecnologias e técnicas mais avançadas, atende claramente as novas determinações da divisão internacional do trabalho, que, “ao lado da exploração mais intensiva de seus recursos naturais, redimensione a sua indústria para torná-la competitiva no mercado externo e complementar a produção industrial dos grandes centros”. A economia exportadora de novo tipo que se forma em acordo com este processo, faz de um lado que “somente ramos com vantagens comparativas reais ou que absorvam alta tecnologia e grandes massas de investimento apareçam como viáveis”, como por outro, todo o preço recai sobre a massa da classe trabalhadora agravando a superexploração do trabalho, generalizando o desemprego e pauperismo (MARINI, 1992: 15-16).

**QUADRO 2 - Decrescimento do emprego manufatureiro**

<b>Ano</b>	<b>Emprego Industrial</b>	<b>Variação (%)</b>	<b>PIB* milhões manufatura</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1950</b>	115.803		5.023	
<b>1960</b>	149.847	29,33	16.131	221,14
<b>1970</b>	233.364	55,73	34.645	114,70
<b>1980</b>	462.303	98,10	68.394	97,41
<b>1990</b>	458.149	-0,90	78.975	15,47
<b>2000</b>	410.000	-10,50	80.000	1,29
<b>2010<sup>32</sup></b>	340.000	-17,0	100.000	25,00

Fonte: LUCENA, 2010.

<sup>32</sup> As variações para 2010 têm de ser considerada desde os conflitos de classe ocorridos nos primeiros anos da década, a redução drástica do emprego industrial não resulta nesse caso de nenhum “ajuste estrutural” de corte neoliberal, mas sim às conseqüências gravíssimas para o setor geradas pelas duas greves patronais em 2002 e pela sabotagem petroleira em 2003. Ainda é possível andar por Caracas e encontrar edificações e galpões, que antes abrigavam médias e pequenas fábricas, abandonados e sucateados pela imensa falência resultante da orientação estratégica dos grandes monopólios.

Com a abertura econômica neoliberal a maior parte das indústrias busca sobreviver mediante mecanismos que agravam a superexploração do trabalho, sobretudo através de: 1. Mecanismos de flexibilização do trabalho; 2. Redução do emprego; 3. Intensificação do trabalho; 4. Redução dos salários reais. Os setores industriais com maior capacidade de responder aos desafios da nova política de abertura são precisamente os de maior composição orgânica do capital e que, portanto, têm menos capacidade de gerar emprego como também aprofundam a tendência à concentração do capital (LANDER, 2006: 127). Estas entre outras tantas medidas econômicas afetavam direta e fortemente a capacidade aquisitiva das classes subalternas<sup>33</sup>, “num contexto de forte desabastecimento de produtos alimentícios pelo açambarcamento resultado das expectativas de desvalorização e liberalização de preços, tornou essas expectativas em frustração social e em rebelião popular espontânea” (LACABANA, 2006: 334).

A rebelião popular espontânea que explode em 27 de fevereiro de 1989, conhecida como *Caracazo* ou *Sacudón*<sup>34</sup> representa o ponto de declive irreversível do sistema pontofijista que hegemonizava a sociedade venezuelana desde 1958. Sua dramaticidade expressa uma verdadeira crise política, social e econômica, de maneira que “a história contemporânea da Venezuela começa realmente com esse acontecimento fundamental” (GOTT, 2004: 72). As primeiras manifestações de revolta começam nos terminais rodoviários urbanos nas regiões de metropolitanas de Caracas (Guarenas, La Guaira e Catia La Mar), por conta do reajuste dos preços dos bilhetes de ônibus. Logo, os protestos alcançam o centro da capital venezuelana (o terminal de Nuevo Circo), que em poucas horas se converte na construção de barricadas na avenida com cerca de 200 pessoas que aos poucos se fazem milhares. Outras manifestações de revolta e de construção de barricadas em avenidas partem desde estudantes e professores na Universidade Central da Venezuela, não apenas contra os aumentos das passagens, mas contra as medidas

---

<sup>33</sup> Wilson Cano faz uma síntese comparativa entre os indicadores sociais das décadas de 1980 e 1990 bastante indicativa sobre as marcas sociais da longa crise em que seguia o país: “entre 1980 e 1990 o desemprego aberto sobe de 6% para 11% e a informalização de 35,4% para 41,8%; o salário médio real em 1990 equivalia a 49,8% do de 1978. Com isso, os níveis de pobreza e indigência da população entre 1981 e 1990 atingiram cifras inusitadas: a porcentagem dos domicílios cujas famílias se encontravam abaixo da linha de pobreza sobe de 22 para 34 e a dos abaixo da de indigência, de 7 para 12. Os 20% mais pobres da população urbana que em 1981 recebiam 6,9% da renda total passaram a receber 5,7% em 1990 e os 20% mais ricos sobem sua fração de 37,8% para 44,6%” (CANO, 2002: 102).

<sup>34</sup> O termo *Sacudón*, ao contrário do *Caracazo*, sinaliza que as revoltas populares de fevereiro de 1989 tiveram abrangência nacional, alcançando as cidades de Maracay, Valencia, Barquisimeto, Ciudad Guayana e Mérida.

econômicas de Andrés Pérez. A polícia metropolitana só interveio no momento em que um ônibus foi incendiado, quando então começam os disparos que terminam por atingir fatalmente um estudante. Devido ao açambarcamento de mercadorias pelos distribuidores e supermercados e o clima de insatisfação geral, ao final da tarde começam os saques a caminhões com cargas alimentícias. Os saques a estabelecimentos comerciais atravessaram toda a noite até o dia seguinte (DENIS, 2001; GOTT, 2004; MARINGONI, 2009).

No dia seguinte do início da revolta popular, o presidente Andrés Pérez após uma reunião com seu Conselho de Ministros, decretou estado de exceção, suspendendo as garantias e liberdades constitucionais, impondo um toque de recolher durante a noite e colocando o exército nas ruas para controlar militarmente toda a cidade (GOTT, 2004; BATTAGLINI, 2011). O resultado foi uma *repressão violentíssima e indiscriminada* da população, “no bairro de Petare, as forças repressivas chegaram a disparar contra uma multidão, no dia 1º de março, matando mais de vinte pessoas” (MARINGONI, 2009: 72). Os cálculos oficiais sugerem mais cerca de 400 mortos e mais 1.000 feridos apenas em Caracas, mas fontes não-oficiais contabilizam entre 1 mil e 1,5 mil mortos (MARINGONI, 2009). Embora tenha sido um fenômeno social espontâneo e reativo ao deterioro das condições de existência das classes subalternas, de acordo com Roland Denis, a rebelião popular começa a descobrir possibilidades de dar sentido construtivo à violência, produzindo palavras, atos concretos e pontuais. Assim, “se convocava a ação de solidariedade com o ferido, à distribuição equitativa do expropriado guiando a mobilização para um destino bastante político”, chegando inclusive a se manifestar a idéia de se dirigir ao palácio presidencial (DENIS, 2001: 17).

É importante ressaltar que o *Sacudón* não foi um evento isolado. Na realidade, ele possuiu grande importância por confluir a enorme insatisfação e a crise do sistema político vigente no país desde 1958. Cerca de quatro meses após a rebelião popular, é convocada uma greve geral em protesto às medidas neoliberais de Andrés Pérez. Assim, podemos delimitar sua continuidade em manifestações de insatisfação social de 1989 a 1998. Nesse período verifica-se o assembleísmo crescente nos bairros populares de Caracas, os movimentos pedagógicos, o cooperativismo alternativo, os protestos de estudantes de liceus e universidades, o movimento indígena e mineiro, as organizações pró-direitos humanos, protestos de aposentados e protestos de trabalhadores da economia informal

(DENIS, 2001; LOPEZ MAYA, 2002). Em 4 de fevereiro de 1992, militares de média e baixa patente do exército, organizados no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) e liderado pelo tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías, tomaram pontos-chave em Caracas, Maracay e Maracaibo. Suas intenções golpistas visavam destituir o presidente. Alguns meses depois, em 27 de novembro ocorre um segundo levante golpista militar liderado pelo vice-almirante da marinha, Hérmán Grüber Odremán. Não obstante, o segundo levante militar contou com maior respaldo popular, uma vez que sua articulação contou com militantes socialistas em sua execução (ELLNER, 2009). A recorrência de levantes coletivos violentos e mais ou menos espontâneos, tanto cívicos como militares, foi a resposta automática que as classes subalternas encontraram frente às injustiças e arbitrariedades que se sucediam contra toda a população; ao ponto de que as classes subalternas começam a impor reivindicações próprias e suas conseqüências terão determinações importantes na decomposição do sistema *puntofijista*. As conseqüências sócio-políticas dos eventos iniciados com o *Sacudón*, de se gestar uma verdadeira contra-hegemonia, a *síntese em statu nascendi* do que será posteriormente definido como *protagonismo popular*, são bem definidas por Roland Denis:

“o processo mediante o qual começara a consolidar-se um novo ideário político centrado no estímulo e exaltação do protagonismo coletivo por cima de qualquer outro agente político que queira atribuir-se o direito à representatividade popular. Desta forma, começou a dissolver-se com rapidez crescente o referente partidocrático (indistintamente de seu signo ideológico) e se inicia uma profunda reinterpretação do princípio democrático ao redor do resgate da soberania popular, já não como atributo metafísico em mãos do legendário povo-nação, senão como princípio legitimador das práticas políticas alternativas, do próprio protesto e das distintas versões programáticas sobre as quais se concretizava o desejo de construir uma nova ordem sócio-política” (DENIS, 2001: 18).

Desde as perspectivas e expectativas dos grupos dominantes, o processo econômico neoliberal gerou alguns atritos entre diferentes frações burguesas, principalmente entre as frações ligadas ao capital comercial e financeiro com as frações ligadas ao capital industrial. Os conflitos começam pelo próprio processo de abertura da economia, de um lado, Fedecámaras e outras organizações comerciais apóiam a abertura, de outro, as câmaras de indústria têxteis, confecção, calçados. Nesse ínterim, a pequena e média indústria denunciam que as pressões da concorrência desleal e do contrabando ameaçam

com a bancarrota uma série crescente de empresas. Os conflitos de interesses econômicos se fazem públicos em 1993, quando as representações de

“importadores acusam aos industriais de ineficientes e de produzir bens custosos e de baixa qualidade, atentando contra os interesses dos consumidores. Argumentam que os industriais buscam preservar seus privilégios do passado, e obter lucros sem necessidade de competir. Os industriais acusam os importadores de *dumping*, subfaturação e de contrabando, e exigem ao governo um estrito controle das aduanas” (LANDER, 2006: 126-127).

O clima de constante instabilidade sócio-política só é “relativamente” (relativo, porque os protestos de rua nunca se interromperam nos idos dos anos 1990), quando o presidente Carlos Andrés Pérez, após uma série de denúncias de corrupção, foi destituído da presidência em 21 de maio de 1993 e condenado a dois anos de prisão domiciliar. Não é imediata a relação entre crises econômicas e crises hegemônicas, entendidas como “crise do Estado como um todo”, todavia, as crises econômicas podem “criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal” (GRAMSCI, 2007 vol.3: 44). Esse modo mais favorável de pôr e resolver questões relativas a vida estatal pode ser indicado tanto através dos movimentos eruptivos das classes subalternas, como o foi o *Sacudón*, que exigem respostas mais ou menos coercitivas e/ou novos compromissos por parte dos grupos dominantes capazes de restabelecer o “equilíbrio instável” entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, mas também da fragmentação gestada no interior do próprio bloco no poder dada a crise econômica prolongada. A ruptura do *puntofijismo* ocorre justamente quando a classe mantenedora<sup>35</sup> ou conforme Antonio Gramsci, quando “os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (Idem, ibidem vol.3: 60). Em dezembro de 1993, Rafael Caldera é eleito pela segunda vez presidente do país,

---

<sup>35</sup>Tomamos este conceito de Nicos Poulantzas, que se refere àqueles grupos políticos, burocráticos e militares recrutados para ocupar e sustentar politicamente o aparato estatal. O intelectual grego o apresenta da seguinte maneira: “pode ocorrer que a classe ou fração *hegemônica* do bloco no poder *esteja ausente* da cena política. (...) Tampouco haveria que confundir classe ou fração hegemônica, aquela que em última análise, detenha o poder político, com a classe ou fração que constitui o ‘*mantenedor*’ do aparato de Estado” (POULANTZAS, 1975: 323).

constrói sua candidatura ao redor de duas críticas fundamentais, que questionam abertamente a capacidade de direção do sistema *puntofijista*: primeira, a percepção de que o estado de deterioração extrema e de deslegitimação do sistema *puntofijista* – o qual ele mesmo ajudou a construir – era irrecuperável, daí sua ruptura com a COPEI; e, segundo, seu discurso abertamente anti-neoliberal e altamente crítico à política econômica adotada pelo governo anterior. Todavia, essa posição de Caldera se manteve apenas nos primeiros momentos de seu governo, em 1996 coloca em prática a segunda onda neoliberal do país (GOTT, 2004; BATTAGLIN, 2011).

Poucos meses após Rafael Caldera assumir novamente a presidência, o sistema de câmbio de dólares preferencial que abertamente havia privilegiado os interesses econômicos das frações burguesas ligadas às atividades financeiras entra em colapso. O agravamento da crise econômica fez com que os débitos destes grupos não tenham sido pagos e contribuíram significativamente para a crise bancária de 1994. O Estado interveio em 13 bancos, e cujo custo de sustentação foi estimado em 14% do PIB (CANO, 2002: 110). A crise bancária de 1994 deu lugar a que, inesperadamente, “o Estado se faça dono de bancos, empresas de seguros, bens imobiliários, hotéis, entre outras empresas, como resultante da massiva assistência financeira que brindou aos banqueiros e poupadores” (LUCENA, 2010: 387).

Contrariando o próprio discurso eleitoral, em 1996 Caldera anuncia um novo pacote econômico a *Agenda Venezuela* para contornar a profunda crise econômica conjuntural, sobretudo bancária-financeira, que assolava o país. Na realidade o novo programa econômico é uma reedição da assinatura da “carta de intenções” com o FMI como condições para o empréstimo de US\$ 7 bilhões. O Estado venezuelano, pela segunda vez em poucos anos, se comprometia a liberalização de preços e tarifas, aumento no preço dos combustíveis e derivados, redução da proteção tarifária e fim dos subsídios à indústria nacional, redução dos gastos públicos, aumento do imposto sobre venda de mercadorias, novas privatizações e concessões com intuito de amortizar a dívida externa. Caldeira privatizou grande parte do sistema bancário nacional, inclusive o maior banco do país, Banco de Venezuela, que agora passava ao controle do capital espanhol. Ao fim da década de 1990 a maior parte do sistema financeiro venezuelano estava desnacionalizado. Liquidou a companhia Siderúrgica del Orinoco (SIDOR) para um consórcio argentino-

italiano, o Techint. Esse consórcio empreendeu reformas produtivas e laborais, algumas bastante controversas, como a extrema terceirização. Devido à centralidade da renda petroleira para o país, a *Abertura Petroleira* representou a estratégia central no processo de privatizações.

A *Abertura Petroleira* concebida dentro de moldes neoliberais era bastante simples, na realidade se amparava nas próprias leis de nacionalização para levar a cabo o processo, criando novas formas de contrato de comercialização e assistência técnica, que privilegiam o investimento do capital estrangeiro no setor. O argumento de seu principal artífice, o então presidente da PDVSA Luís Giusti era de que

“qualquer insistência em medidas de maximização da renda petroleira poderia obstruir o livre fluxo do muito necessário investimento estrangeiro. Se a meta principal do Estado, como dono do recurso natural, era atrair investimento estrangeiro, então mais baixos níveis impositivos e mais flexíveis os regimes fiscais, melhor. Conseqüentemente, a política fiscal de maximização do passado foi substituída por uma política de minimização” (MOMMER, 2003: 139).

A princípio, esse processo gerou certo consenso, pois sua finalidade era a exploração do petróleo sob condições difíceis, que demandavam enormes quantias de capital e alta tecnologia, os quais a PDVSA não se encontrava em condições de suprir. Todavia, a abertura ao capital estrangeiro gerou enormes controvérsias, porque ao final se tratava da exploração do petróleo leve e mediano em lugar do petróleo pesado. Na mesma direção, teve como resultado a redução do pagamento de *royalties* ao Estado, de 16,6% definidos na Lei de 1943 para apenas 1%. A mudança em relação ao controle estatal da atividade petroleira visava também alterar suas relações com a OPEP, principalmente, a suposta ingerência desta organização sobre os preços mundiais de hidrocarbonetos. O governo de Caldera e a direção da PDVSA defendiam que os preços internacionais do petróleo deveriam ser fixados pela oferta e demanda mundial e não por cotas e políticas de produção e venda estabelecidas por governos produtores de petróleo (LOPEZ MAYA, 2005; MARINGONI, 2009; ELLNER, 2009).

Como vimos ao longo dos dois últimos capítulos, o rentismo petroleiro foi e continua sendo o elemento dinâmico da economia, das classes e da política venezuelana. É impossível uma análise séria do país sem ter em conta a estrutura específica desta



sociedade, sem definir claramente a sua *natureza*. A condição de proprietário exclusivo do recurso petrolífero e de todos os recursos naturais do subsolo nacional confere ao Estado venezuelano uma renda de monopólio baseada no regime de concessão de exploração e comercialização ao capital privado. Todas as formas de Estado que atravessaram o século XX, alguns mais e outros menos, se firmaram sob o fluxo da renda petrolífera e dos mecanismos de redistribuição desta renda entre os grupos dominantes. Dentro desta característica elementar do desenvolvimento capitalista venezuelano, o segundo episódio democrático venezuelano fundado pelo sistema *puntofijista* consolida este regime de acumulação. Desde fins dos anos 1970 este “frágil consenso” gestado em torno da distribuição da renda, começa a apresentar certas dificuldades. A falta de planificação e o desperdício foram as determinantes do projeto de desenvolvimento nacional destes anos, cujo resultado inevitável foi a hipoteca das rendas petrolíferas futuras. O crescente endividamento externo e a queda abrupta dos preços internacionais do petróleo abrem uma conjuntura extremamente desfavorável para uma economia rentista. As políticas de ajustes estruturais desde fim dos anos 1980 e durante os anos 1990 ao reduzir a participação do Estado na economia debilitaram ainda mais os mecanismos “normais” de distribuição, como aprofundaram os níveis de desemprego, pobreza e desigualdade social do país.

A grande crise do sistema *puntofijismo* que, conseqüentemente, levou a seu colapso nos anos 1990 foi o fracasso do bloco no poder em sustentar uma nova hegemonia que, por suas próprias características, gerava uma força centrípeta de interesses no interior do próprio bloco, como também prescindia do consenso das classes subalternas, portanto, se sustentava mais pelo domínio que pelo consenso. Desde essa perspectiva, consideramos que o *colapso* do *puntofijismo* representa uma “crise de hegemonia da classe dirigente”, passível por duas maneiras relacionadas, a primeira é “que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas”, a segunda possibilidade decorre porque essas massas “passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto” (GRAMSCI, 2007 vol.3: 60).

É importante precisar melhor o significado de “revolução” na passagem acima citada, e como a crise hegemônica conduz ou não a uma crise revolucionária. A crise hegemônica, como “crise do Estado em seu conjunto” sugere a abertura de uma *situação revolucionária* que pode ou não culminar num processo de transformação revolucionária da situação anterior. No intuito de compreender tal fato, recorremos a Vladimir I. Lenin para quem “não há dúvida de que uma revolução é impossível sem uma *situação revolucionária*, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução” (LENIN, 1979a: 27 – *italico nosso*). Ou seja, nem toda situação revolucionária irá acarretar numa “crise revolucionária”, no embate final entre os grupos sociais em direção a uma sociedade qualitativamente distinta. Partindo dessa premissa, o revolucionário russo delimita três pontos principais capazes de indicar a existência de uma *situação revolucionária*:

1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho(...); 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam nos períodos ‘pacíficos’, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria ‘cúpula’, para uma ação histórica independente (LENIN, 1979a: 27-28).

Sem pretender transformar as assertivas acima em “leis gerais” da revolução, mas, seguindo seus passos para a leitura da realidade venezuelana daqueles anos, encontramos: *em primeiro lugar*, apontamos a crise do sistema democrático *puntofijista* como a instauração da crise *hegemônica, como crise política das classes dominantes* na Venezuela. Ou seja, as condições históricas e sociais que alimentaram o bipartidarismo atípico por cerca de quarenta anos, ruíram perante a crise da dívida na década de 1980, do refluxo da renda petroleira e a adesão às medidas neoliberais. Esses elementos gestavam dificuldades crescentes para que os interesses econômico-corporativos da fração burguesa financeira tornados em políticos no Estado representasse de fato, tanto os interesses do povo-nação, como também de fazer seus interesses específicos às expensas das demais frações burguesas. *Em segundo lugar*, a redução de 20% do PIB *per capita*, o crescente desemprego, congelamento e redução real dos salários, aumento dos preços de combustíveis e gênero alimentícios rebaixaram enormemente as condições de existência

das classes subalternas, principalmente aquelas residentes nos bairros mais populares do país. *E por último*, em razão dos eventos anteriores verificamos o desenvolvimento acentuado das atividades das classes subalternas, que visivelmente foram empurradas, (pela inabilidade do *puntofijismo*), para uma ação histórica independente, como nas revoltas populares do *Sacudón* em 1989, de caráter “espontâneo” e desprovidas de lideranças, também nas duas insurreições militares diante da grave crise institucional do país e nas séries de protestos mais ou menos violentos ao longo de toda a década de 1990. Uma situação revolucionária acentua as condições objetivas capazes de desencadear uma revolução, no entanto, a partir daí as condições subjetivas não emergem – imediata e/ou obrigatoriamente – no cenário histórico com a compreensão exata das possibilidades em aberto. Nas palavras de Florestan Fernandes (1984: 27), as “situações revolucionárias encobertas e explícitas formam uma seqüência em cadeia. O talento inventivo dos revolucionários se mostra na medida em que eles são capazes de atinar com as exigências e com as possibilidades revolucionárias de cada situação”.

### **Parte III – A Revolução Bolivariana em perspectiva: contribuição à periodização do processo revolucionário<sup>36</sup>**

Este capítulo – assim como os dois seguintes – se insere no esforço de estabelecer uma periodização da Revolução Bolivariana da Venezuela. Passada mais de uma década de desenvolvimento do processo nos parece razoável estabelecer etapas de seu desenvolvimento, que de nenhum modo são tomadas em sentido estancado e evolucionista, senão, que vistas como processo de longa duração, de revolução permanente que segue sempre em alternâncias entre rupturas e períodos mais ou menos radicais dentro sua própria dinâmica. São as correlações de forças, entre revolução e contra-revolução, entre a radicalidade ou o compromisso entre os campos em disputa que permitem visualizar as etapas de um processo. A partir da análise das correlações de força e do avanço do processo se faz possível perceber mudanças nas orientações estratégicas, e por consequência, nas orientações táticas dos revolucionários. A divisão de etapas estabelecido responde a um princípio didático-metodológico de conferir coerência ao processo. Cada etapa abre as possibilidades e limitações para a etapa posterior, cada nova etapa é como uma espécie de *síntese dialética*, negação, conservação e superação.

#### **Capítulo 6 – A etapa *Constituinte* da Revolução (1990-2001)**

Adotamos uma postura distinta de principiar o tratamento da Revolução Bolivariana da Venezuela. Ao invés de partirmos da delimitação de suas etapas com a vitória eleitoral de Chávez e do Movimento Quinta República (MVR), acreditamos que seu início é mais complexo do que este processo eleitoral, é preciso estabelecer que entre as possibilidades abertas pela crise hegemônica do grupo dominante nos anos 1980-1990 não podem ser reduzidas ao “estalido” eleitoral, que sem uma consideração mais aprofundada da elaboração da contra-hegemonia a revolução pareceria – parafraseando Marx em sua introdução ao *18 Brumário de Napoleão Bonaparte* – como “um raio que caísse de um céu sereno”. É importante estabelecer como o talento inventivo dos próprios revolucionários

---

<sup>36</sup> Agradecemos ao Professor Rodolfo Magallanes da Universidade Central pelas ricas discussões e intercâmbio de ideias sobre o processo revolucionário, muitas das ideias apresentadas ao longo desta terceira parte da tese são resultado de nossos diálogos “ucevistas”.

foi capaz de responder às exigências e aproveitar as possibilidades revolucionárias da situação. É a resposta a tais exigências e possibilidades que fornece o marco para a compreensão de como foram gestadas as forças sociais e suas alianças que colocam em movimento o processo de transformação, que objetivos e tarefas são colocados para seu avanço e que inimigos serão enfrentados ao longo do processo. Essa delimitação é feita em conformidade com o fato de que a passagem “súbita” das classes subalternas da passividade política a certa atividade e com reivindicações próprias que, mesmo em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (GRAMSCI, 2007 vol.3).

O *Sacudón* e o golpe militar do MBR-200 foram dois momentos fundamentais nessa passagem “súbita” das classes subalternas à atividade política independente, que, de um lado representam a crise hegemônica do sistema *puntofijista*, por outro, sua combinação posterior é a base para a elaboração de uma concepção de mundo de maneira consciente e crítica, para a produção de uma hegemonia alternativa ou contra-hegemonia:

“no transcurso dos anos atravessados se foram criando os pilares de uma nova hegemonia; nasce pouco a pouco uma nova cultura política empurrada por uma nova praxis revolucionária, base na qual essa democracia que reclamava o diálogo e o protagonismo coletivo se foi tornando em programa, ou melhor, em práticas e projetos alternativos através dos quais se iam vislumbrando os caminhos para a construção de uma sociedade distinta” (DENIS, 2001: 22).

Sem maiores dúvidas, é evidente a mudança de consciência desencadeada pelo *Sacudón* de 1989 e pelo golpe de Fevereiro de 1992, essa mudança pode ser notada no crescimento vertiginoso do número de reivindicações de rua mais ou menos violentas, de paralisações de trabalhadores, da prática de assembleísmo nas comunidades, do cooperativismo, dos movimentos por direitos humanos e do movimento estudantil no país. Que se tenha gestado ao longo da década de 1990 uma série de rebeliões e protestos parciais, fortemente herdeiros de uma rebelião massiva, que obviamente foram somando experiências e organizações importantes e mais permanentes, não significa que a evolução dos movimentos populares tenha seguido uma lógica linear exclusivamente positiva de desenvolvimento propositivo e organizativo. É preciso considerar que as classes subalternas possuem uma base material específica, que são resultado das contradições de um capitalismo específico, do capitalismo rentístico-petrolero. Portanto, a lógica de sua

formação, de suas demandas e de sua organicidade depende enormemente de como os próprios sujeitos percebem sua relação com o Estado, com a economia e com as demais classes.

Essa consideração nos permite demarcar a forma peculiar de relação e negociação entre muitos dos componentes das classes subalternas e o poder estatal, porque estes movimentos tomam a forma, por excelência, de *política de rua*. O ambiente de deslegitimação das organizações sindicais, partidárias e estatais contribui para a natureza e forma específica das manifestações populares. Assim, manifestações de rua de grupos tão distintos como estudantes, camelôs, desempregados, funcionários públicos e moradores de bairros médios e pobres, têm em comum o caráter reivindicativo de *direitos violados ou negligenciados*, apresentando-se como *vítimas do Estado* e enfatizando, em diversos casos, a *apoliticidade* das demandas (LÓPEZ MAYA, 2002). Assim, grande parte das movimentações das classes subalternas ao longo da década de 1990 ao construir suas demandas com base no discurso dos direitos cidadãos vitimados por um Estado rico e negligente, antes de *reforçar a auto-concepção de sujeitos de poder, reforçou a auto-concepção de vítimas do poder*. O caráter reivindicativo e fragmentado foram fatores que dificultaram a consolidação das manifestações para *além da rua*, em direção a outros espaços e canais de disputa político-hegemônicos mais sólidos como cooperativas, associações, sindicatos e partidos, certamente capazes de mediar como “intelectual coletivo”.

São modos *espontâneos* de resistência, de recusa ao sistema e com grande potencial transformador. Mas, espontâneos conforme o sentido gramsciano de que “não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’, ou seja, pela concepção popular do mundo” (GRAMSCI, 2007 vol.3: 196-197). O largo alcance e a descentralização das reivindicações das classes subalternas, mas com grandes deficiências de formar instrumentos sólidos de unidade e ação conjunta, vão encontrar, dentro de tais circunstâncias, no Movimento Bolivariano Revolucionário 200<sup>37</sup> (MBR-200) uma das raras organizações políticas com programa propositivo de mudanças sócio-políticas radicais.

---

<sup>37</sup> O número é uma homenagem ao bicentenário de morte de Bolívar. É preciso fazer a ressalva de que desde a década de 1970 o exército venezuelano deixa de ter seus quadros formados na Escola das Américas situada

Em seus primeiros momentos, o MBR-200 era ainda de um movimento bastante modesto – inclusive seu nome inicial era EBR-200<sup>38</sup> – que “começou mais como círculo de estudos políticos do que como uma conspiração subversiva” (GOTT, 2004: 66). É fundamental frisar que o movimento germinava da insatisfação dos jovens militares não só em relação às profundas desigualdades sociais nacionais, como também em relação à subordinação das Forças Armadas ao controle civil do *puntofijismo*. A promoção militar era realizada, sobretudo, pela confiabilidade política ou pelo cultivo de relações pessoais, em detrimento do mérito militar. “Este defeito no sistema conduzia ao descontentamento com a instituição, a críticas e, sobretudo, insubordinação” (ALVAREZ, 2003: 158). Independente de sua origem militar, desde suas primeiras reuniões clandestinas o MBR-200 manteve contatos com militantes e organizações de esquerda, principalmente com o ex-guerrilheiro Douglas Bravo e sua organização, o Partido de La Revolución Venezolana (PRV) por intermédio de seu irmão Adán Chávez que militava neste partido. Também foram mantidos contatos com Alfredo Manero e Pablo Medina do La Causa Radical e outros movimentos políticos marxistas-leninistas menores como Bandera Roja e Liga Socialista. Muito certamente, esses grupos e partidos tiveram algum tipo de influência intelectual e organizativa sobre o desenvolvimento do MBR-200. Além destas organizações de esquerda, durante o período que permaneceram encarcerados, os militantes do MBR-200 contataram proeminentes intelectuais e militantes venezuelanos, como José Vicente Rangel, Omar Mezza, Jorge Giordani entre outros (LÓPEZ MAYA, 2003; AZZELINI, 2007).

No quadro da crise hegemônica, a visibilidade nacional do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) como movimento político ocorre logo após a derrota do golpe militar em 4 de fevereiro de 1992 (4-F). Mesmo levando-se em conta todos os riscos de quebra do regime democrático e seu caráter condenável, pode-se considerar que em certo sentido o golpe militar acabou sendo positivo para o desenvolvimento do processo

---

no Panamá, mantida pelos EUA, passando então a ter sua formação dentro da Academia Militar venezuelana. “O chamado Plano Andrés Bello elevou a docência a grau universitário. Os quadros do Exército começaram a estudar ciências políticas, a conhecer pensadores da democracia e analistas da realidade venezuelana. Em estratégia militar se estudava Clausewitz, a estrategistas asiáticos, a Mao Ze Dong. Muitos destes militares acabaram por se especializar em determinadas matérias nas universidades e começaram a fazer intercâmbios com outros estudantes universitários” (HARNECKER, 2004: 56-57).

<sup>38</sup> As siglas EBR representavam tanto Exército Bolivariano Revolucionário, como também, as raízes ideológicas do movimento: Ezequiel Zamora, Simón Bolívar e Simón Rodríguez. A mudança para MBR-200 só ocorreu quando se aprofundam os contatos com movimentos civis.

bolivariano. Suas próprias características geraram, a um só tempo, enormes empatias com as classes dominadas, como relações muito próximas com os movimentos resultantes do 27 de Fevereiro de 1989. Entre tais características encontramos: i) foi executado por jovens oficiais, naquele momento Hugo Chávez não ultrapassava os 28 anos. Além disso, o golpe repetia a regra básica das insurgências desde 1989, eram as bases, os subalternos que se lançavam contra os grupos dominantes deslegitimados, expressando com toda violência seu antagonismo; ii) o discurso dos jovens militares insurgentes não era de defesa da ordem, mas “de liberdade, da identidade nacional constitutiva, condensada na épica bolivariana”; iii) Tanto Chávez como as lideranças do golpe eram “homens do povo”, de origem simples que gera uma identidade de classe quase instantânea; e, iv) o sentimento provocado de que o exército servia ao povo, e que detrás deste exército havia a imagem de um homem forte que se responsabilizava pessoalmente por todo o ocorrido (DENIS, 2001: 31).

O mais importante de tudo isso é compreender que golpe de fevereiro e o ascenso do MBR-200 à cena nacional é o elemento-chave para entender os perfis organizativos, políticos e até mesmo culturais que serão adotados pelas classes subalternas até que estas se “tornem Estado”. O “fenômeno Chávez” surgiu pela primeira vez após sua rendição, ao realizar um breve discurso de um minuto e doze segundos em rede nacional convocando seus companheiros a baixarem as armas (quando proferiu a famosa e dúbia declaração “por agora estamos derrotados...”). Nesse sentido, o “fenômeno Chávez” impactava distintamente sobre a sociedade: a) para os “donos do poder” representava o caráter autoritário e militarista do golpe, como se este fosse simplesmente uma atitude irresponsável e isolada do tenente-coronel; b) para as “classes populares” o movimento conferia face às insatisfações sociais de anos anteriores, capturando sua imaginação coletiva e a possibilidade de transformação do sistema vigente. Este “fenômeno do homem providencial” não é em nada alheio a história das rebeliões da década de 1990, “até certo ponto e por todos os testemunhos já revelados, o movimento insurgente encabeçado por Hugo Chávez em 1992 não é mais que a versão militar da mesma história” (DENIS, 2001: 36).

O presidente Rafael Caldera, em março de 1994, concede anistia política aos participantes do levante militar com vistas a recobrar a normalidade da vida democrática



venezuelana. Então, Chávez e outros militantes do MBR-200 empreenderam um giro por todo o país formando estruturas organizativas e procedimentos internos que os diferenciavam dos partidos políticos tradicionais e disseminasse o “Projeto Nacional Simón Bolívar<sup>39</sup>”. É neste momento que surgem os *Círculos Bolivarianos* como estrutura organizacional primária composta por pequenos grupos locais entre 7 e 9 membros militantes, coordenados inicialmente em escala municipal e posteriormente, dado seu grande crescimento, em escala regional, além do diretório nacional. Os *Círculos Bolivarianos* “freqüentemente organizavam assembléias locais para discutir política”. O MBR-200 considerava importante cumprir atividades adicionais para formar seus militantes, “tais como círculos de estudos e cursos para examinar a história nacional e internacional” (LOPEZ MAYA, 2003: 81).

Essa jornada pelo país foi fundamental para que o MBR-200 e sua principal liderança, Hugo Chávez, se dessem conta de que a situação do país havia mudado significativamente desde o tempo em que ainda eram um movimento conspirativo para derrubar o governo, colocando diante de suas lideranças e quadros a possibilidade de que a trilha eleitoral ao poder e a transformação revolucionária eram em efeito factíveis (WILPERT, 2009). É no desenvolvimento da experiência e das discussões nos *Círculos Bolivarianos* que se desenvolve dialeticamente a aliança cívico-militar, uma síntese entre o formalismo militar e a impessoalidade civil fortalecendo no interior do movimento atitudes democráticas e horizontais. Esta aliança peculiar no contexto latino-americano é fundamental para a formação do novo bloco histórico, tanto que estamos em pleno acordo com as considerações do intelectual e liderança do PSUV Amilcar Figueroa ao considerar que

“a aliança cívico-militar passou em Venezuela a jogar o rol da unidade operário-camponesa e não poderia ser de outra forma se tomamos em conta que a indústria petrolífera que produz ao redor de 35% da renda nacional, 80% do valor das exportações e 50% do orçamento público; apenas envolve umas 74.918 pessoas, somados operários e

---

<sup>39</sup> Em *O Livro Azul*, um dos primeiros documentos públicos do MBR-200, tem como objetivo estratégico central: “romper os limites da farsa representativa, para avançar rumo a conquista de novos espaços participativos numa primeira fase de seu desenvolvimento. Mas o objetivo estratégico deve ser a democracia popular bolivariana como sistema de governo”. Tal democracia popular bolivariana significava que “o povo como depositário concreto da soberania deve manter sua força potencial pronta para ser empregada em qualquer momento e em qualquer segmento do tecido político, para reparar danos a tempo, para reforçar algum desajuste ou para produzir transformações que permitam o avanço do corpo social na direção estratégica auto-imposta” (CHÁVEZ, 2007a: 38-40).

operárias de distintas qualificações, empregadas e empregados, e funcionários e funcionárias da burocracia em seus diferentes níveis” (FIGUEROA, 2008:26).

Conforme Antonio Gramsci, podemos considerar que é desta aliança cívico-militar que surge a possibilidade objetiva do MBR-200 de “se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora” (GRAMSCI, 2004, *vol.2*: 408). Mais além da falta de um instrumento de unidade e organização, as orientações estratégicas das classes subalternas eram muito diversificadas, iam da conspiração, insurgência cívico-militar, bloco eleitoral anti-sistema, aprofundamento do poder popular até o abstencionismo eleitoral, que embora fossem formas de recusa do estado atual e pautadas em manifestações democráticas que exigiam o diálogo e o protagonismo popular, *não se converteram em programa*. Com base nestas características, Roland Denis argumenta que

“toda essa soma de debilidades explícitas dentro do único universo sócio-político com capacidade de reverter as relações de poder constituídas, abrem o caminho para que seja finalmente o *chavismo* que logre *direcionar* as forças presentes no cenário subversivo, capitalizando-as e empurrando-las para seus fins políticos específicos e sua própria concepção do processo” (DENIS, 2001: 34 – *grifo nosso*).

Essa passagem coloca algumas questões fundamentais para a compreensão do processo bolivariano, tanto a reciprocidade dialética entre liderança-base na figura do *chavismo* (a qual voltaremos a discutir adiante), como a formação de consensos e condução do bloco histórico, e a especificidade desta para a gênese da etapa Constituinte do processo revolucionário. Já havíamos mencionado que nestas circunstâncias, o MBR-200 se destacava do conjunto dos grupos subalternos por ser uma das poucas organizações políticas com projeto programático, cujo conteúdo não somente apontava em direção a mudanças sócio-políticas radicais, como também era capaz de compreender as exigências deste conjunto e incorporá-las em seu programa. Abaixo apresentamos uma síntese do “Projeto de Declaração Programático do MBR-200” que possibilite visualizar melhor como são incorporadas as exigências no novo bloco histórico:

- 1. Estabelecimento da soberania política nacional através do sufrágio e elegibilidade universal, da democracia direta em que as decisões e mudanças**

**de um dado governo dependem apenas da vontade e da decisão da maioria do povo venezuelano.** “Teríamos uma democracia direta em que a massa estrutura o poder popular para fazer efetivo seu controle sobre ele e assegura o curso fidedigno ao interesse popular de toda a política nacional. (...) A massa que estabeleça o poder local, coroando assim sua insurgência, designará delegados para criar o poder em escala estadual, e deste surgirão os que forjarão o poder nacional. Assim, se combinam a natureza popular, implícita no fato de que a criação de um poder local pela massa, com a coerência de um sistema que irá enfrentar, desde o primeiro momento, a reticência, repúdio ou agressão armada dos inimigos do povo no país e no exterior” (CHÁVEZ, 2007: 60-62)

2. **A defesa da soberania nacional exige do processo toda energia e solidariedade latino-americanista para sua própria sobrevivência.** Todavia, o documento reconhece que “no panorama continental de hoje é impossível a consolidação de um sistema desse tipo sem a ajuda de outros povos, ajuda militante, obviamente. Em nosso caso, essa ajuda tem que ser proveniente de povos vizinhos que atuem como solidários à Venezuela e se oponham ao inimigo comum a resistência ou militância que os acontecimentos exijam” (CHÁVEZ, 2007: 64);
3. **Distribuição de renda igualitária.** “A distribuição de renda, o repetimos, será toda igualitária que seja possível, e um regime revolucionário a terá em sua vanguarda, para o esforço e para os benefícios dos trabalhadores” (CHÁVEZ, 2007: 70).
4. **Diversificação produtiva e independência econômica nacional para o atendimento das necessidades internas.** “Um país liberado perseguirá dois objetivos, o aumento de suas capacidades produtivas e o melhoramento dos níveis de vida da população, compatíveis e insuperáveis ambos, em todo instante. Estes dois objetivos podem conquistar-se, antes de tudo, através da industrialização mais acelerada. Nas condições de hoje, tal propósito é possível mediante o aproveitamento industrial do petróleo e gás, para transformar a pauta das exportações, passando das primárias, que hoje nos caracteriza, às manufaturas num lapso breve” (CHÁVEZ, 2007: 65).

Sem dúvidas os itens elencados acima evidenciam um programa centrado na tomada do poder do Estado, para desde sua estrutura implementar transformações democráticas radicais na maioria dos âmbitos da socialidade. A tomada do poder do Estado, nesse caso, significa transformar *poder social* (“todas as forças contidas e atuantes na sociedade”), “através da Constituição, no poder estatal. Portanto, a Constituição ocupa categoria de primeira ordem nos elementos estruturais, político-jurídicos de um Estado concreto” (CHÁVEZ, 2007: 28). Somente após o afunilamento do labirinto em que se encontrava o governo de Rafael Caldera, em meados de 1996, que o MBR-200 coloca em circulação a *Agenda Alternativa Bolivariana*, em que encontramos uma leitura refletida da conjuntura nacional, que apresentava claramente a falência do modelo democrático que vigorava até então, ia além de qualquer ação limitada de recusa do sistema eleitoral e, também, as restrições impostas ao país pela adoção do modelo neoliberal. Mas o que confere tonalidade radical ao referido documento é a proposição de fundar a *Quinta República*<sup>40</sup>:

“A estratégia bolivariana se concebe não somente a reestruturação do Estado, senão de todo o sistema político, desde seus próprios fundamentos filosóficos até seus componentes e as relações que os regulam. Por essa razão, falamos do processo necessário de reconstituição ou refundação do Poder Nacional em todas suas facetas, baseado na legitimidade e na soberania. **O poder constituído não tem, a estas alturas, a mínima capacidade para fazê-lo, pelo que faremos, necessariamente, de recorrer ao Poder Constituinte, para ir em direção à instauração da *Quinta República: a República Bolivariana***” (CHAVEZ, 2007: 116-117 – **negrito nosso**).

Em síntese, a Quinta República, tem sua fundamentação no resgate e continuidade do projeto de emancipação bolivariano das oligarquias político-econômicas que reproduzem a estrutura dependente, contra a subordinação do país à influência de agentes do imperialismo e a favor da distribuição radical do poder político.

Ao contrário do que se pensa o recurso à herança político-intelectual dos próceres da pátria venezuelana não é exclusivo ao projeto da Quinta República. “Quando há um

---

<sup>40</sup> Desde as guerras de independência contra o jugo espanhol levada a cabo por Simón Bolívar, a história venezuelana conta com Quatro Repúblicas: “duas foram formadas durante a Guerra de Independência: a Confederação de Estados da Venezuela, em 1811, e a Segunda República, em 1813; a Terceira República foi criada nos tempos da formação da Grande Colômbia, em 1819. A Quarta República, fundada em Valência, em 1830, por um general de Simón Bolívar, José Antonio Páez, seria a mais duradoura” (GOTT, 2004: 191).

legado ideológico ou um corpo de pensamento comparativamente muito estruturado e sistemático, como ocorre no caso de Simón Bolívar, se dá a oportunidade de transcender o símbolo utilizando esse legado para compor, respaldar ou suprir programas de ação política de todo gênero” (CARRERA DAMAS, 2005: 15).

Todavia a referência ao legado bolivariano pode realizar-se tanto através da adoção a-histórica, envolta na simples admiração e exaltação, como também na adoção historicamente reexaminada, na atualização de seu projeto emancipatório. No primeiro caso trata-se do *culto a Bolívar* “como uma oferta ideológica compensatória do decepcionante balanço da abolição da monarquia e ruptura do nexos colonial, conquistados na Venezuela mediante uma cruelíssima e prolongada guerra que foi essencialmente civil e que, por isso, deixou inapagáveis seqüelas de ódio e rancores no seio da classe dominante” (CARRERA DAMAS, 2005: 24-25). Em síntese, o culto a Bolívar, surge da necessidade compartilhada pela classe dominante venezuelana em restabelecer o domínio e a estrutura político-econômica da sociedade, cuja possibilidade se faz possível à sombra do libertador.

No segundo, do *bolivarianismo*, cuja elaboração tem início nos anos 1960, quando o movimento guerrilheiro venezuelano começa a se afastar da ortodoxia soviética e inicia o reexame do papel histórico e social de Simon Bolívar, releitura continuada pelo MBR-200 (GOTT, 2004). O bolivarianismo pode ser definido pelos pontos essenciais do programa e atuação histórica de Bolívar, que ainda têm grande validade contemporânea, como sua constância e perseverança revolucionárias, compreensão da necessidade de união de todos os revolucionários para alcançar o triunfo da revolução, sua orientação a uma independência plena e soberana, suas advertências constantes contra o perigo por parte do expansionismo dos EUA, sendo precursor do antiimperialismo, e seu programa e ideal de solidariedade latino-americana com conteúdo revolucionário e progressista, objetivando alcançar um novo equilíbrio na balança internacional (ZEUSKE, 1985: 18-19). Em síntese, o bolivarianismo, tem sua fundamentação no resgate e continuidade do projeto de emancipação venezuelano das oligarquias político-econômicas que reproduzem a estrutura dependente, contra a subordinação do país à influência de agentes do imperialismo e a distribuição radical do poder político. Refere-se assim às condições de realização da *segunda emancipação*.

Portanto, a atualização à esquerda do bolivarianismo foi e ainda é de suma importância, pois mais do que reativar o *nacionalismo*, o *antiimperialismo*, o *integracionismo regional* e *distinguir-se da tradição folclórica dos “donos do poder”*, rompe-se igualmente com a atribuição *apriorística do sujeito da emancipação social*. A forma de integração venezuelana ao mercado mundial pautada na exportação petroleira, mesmo que tenha desenvolvido algumas indústrias de capital-intensivo reunidas em torno desta produção, o fez em detrimento das indústrias de bens de capital, uma vez que o *grosso* da produção nacional encontra sua realização no mercado externo. A classe trabalhadora venezuelana desenvolveu-se sobre as bases do desemprego, subemprego e superexploração do trabalho. Isso é evidente pelo fato de que “em princípios da década de 1980 essa situação evidenciava que 90% das exportações da Venezuela eram geradas por apenas 3% da mão-de-obra” (NICANOFF, STRATTA, 2008: 5).

A leitura conjuntural de crise irreversível do *puntofijismo* e a proposição de ruptura absoluta com o velho sistema, como o crescimento do apoio e participação popular no movimento bolivariano, em princípios de 1997, fazem com que o MBR-200 mude sua posição e decida participar com candidatos próprios na campanha eleitoral de 1998. Essa mudança provém do fato de que naquele ano as eleições nacionais (presidência e assembléia nacional) seriam concomitantes às eleições estaduais e municipais. A avaliação das lideranças do MBR-200 é de que não bastava a postura abstencionista para provocar mudanças e que a insistência nessa orientação estratégica enfraqueceria enormemente o movimento, além do mais, mesmo em caso de derrota no pleito presidencial, ainda assim era possível garantir alguns assentos na Assembléia Nacional, governos estaduais e prefeituras. A mudança de estratégia provocaria mudanças essenciais na organização do MBR-200. A começar, para a disputa eleitoral registra-se o partido Movimento Quinta República<sup>41</sup> (MVR), que reflete a cautela dos líderes do movimento “sobre o simbolismo de cada ação política, e o nome que eles escolheram para a nova organização não era exceção” (LÓPEZ MAYA, 2003: 83).

Existe uma grande diferença entre o MBR-200 como organização política e o MVR como partido político. Na realidade, após o golpe de fevereiro de 1992 e com a prisão de suas lideranças e quadros, o MBR-200 já apresentava algumas modificações em relação à

---

<sup>41</sup> Em castelhano, a abreviação de MVR é foneticamente muito próxima a MBR, elemento simbólico que facilitou a transferência de identidade de organização a partido.

etapa prévia a este fato, que se orientava pela formação de um círculo de conjurados altamente centralizado; se nos cabe traçar algum paralelo, podemos dizer que havia algo de *blanquismo*<sup>42</sup> na organização até a eclosão do golpe. Passado o golpe e o período do cárcere, enquanto o MBR-200 adotava uma estrutura horizontal e menos centralizada cujo objetivo primário era a difusão do projeto político, formação e conscientização política da militância, o recém-criado MVR era uma estrutura vertical e centralizada cujo objetivo exclusivo era a conquista eleitoral, principalmente de Chávez, distanciando-se de qualquer tipo de formação político-ideológica e sem espaços de debate e preparação do programa. Pese esta diferença, o MVR era um movimento demasiado heterogêneo em relação ao MBR-200. Além da heterogeneidade interna havia a heterogeneidade dos partidos que compunham a aliança de forças alternativas, conhecida como Pólo Patriótico. Este reunia o Movimento Quinta República, o Partido Pátria Para Todos (PPT), o Partido Comunista Venezuelano (PCV), o Movimento Al Socialismo (MAS) e o Movimento Eleitoral do Povo (MPE).

Os desequilíbrios e as diferenças ideológicas de correntes e partidos que compunham a coalizão eleitoral colocavam, desde então, “Chávez como único capaz de mediar ou acalmar as diferenças internas, o que reforçava o caráter imprescindível do líder e imprimia a ação do governo às diretrizes ideológicas deste” (LÓPEZ MAYA, 2008: 59). Sendo assim, se o chavismo surge logo após o levante militar, de maneira a destacar a figura e atribuir a responsabilidade do mesmo ao ex-tenente-coronel, este fenômeno ressurge em novas bases devido à heterogeneidade e disputas internas do MVR como partido eleitoral. O chavismo encontra sua gênese na crescente centralidade de Chávez como figura de unidade e de direção imprescindível ao processo, fato que gera enormes assimetrias entre Chávez e outras lideranças do processo bolivariano. Portanto, não causa espanto que em determinados momentos o *chavismo* se confunde e até mesmo se choca com o *bolivarianismo*, entendido como a totalidade do processo em marcha.

---

<sup>42</sup> Tomamos emprestada a descrição do blanquismo de Rosa Luxemburg: “O blanquismo não se colocava o problema da ação imediata da classe operária e por isso podia deixar de lado a organização das massas. Pelo contrário, já que as massas populares só deviam entrar em cena no momento da revolução, enquanto que a obra de preparação correspondia somente ao pequeno grupo armado para o golpe de força, o próprio êxito do complô exigia que os iniciados se mantivessem à distância da massa popular. Mas isto era igualmente possível e realizável porque não existia nenhum contato íntimo entre a atividade conspiratória de uma organização blanquista e a vida cotidiana das massas populares” (LUXEMBURGO, 1981: 16)

Os desequilíbrios e as diferenças ideológicas de setores e partidos que compunham a coalizão colocavam, desde então, “Chávez como único capaz de mediar ou acalmar as diferenças internas, o que reforçava o caráter imprescindível do líder e imprimia a ação do governo às diretrizes ideológicas deste” (LÓPEZ MAYA, 2008: 59). Aqui podemos estabelecer algumas definições acerca da relação entre Chávez e as bases do bolivarianismo. Como veremos ao longo de toda a tese, as referências à liderança política de Hugo Chávez e às iniciativas do governo são importantes, e muitas vezes incontornáveis. Mas encerrar o processo de mudança na liderança limita a percepção da totalidade concreta que sustenta a revolução bolivariana. No momento do levante militar em 1992, o *chavismo* denotava e continuava a saturação das contradições no seio da sociedade venezuelana. Porém, o próprio Chávez já advertia sobre os riscos de tal redução, ao afirmar que “chamar de *chavismo* o fenômeno coletivo (...) significa menosprezar as capacidades de percepção das realidades que tem adquirido nosso povo em seu desenvolvimento histórico” (CHÁVEZ, 2007: 86). Sendo assim, se o “fenômeno Chávez” surge logo após o golpe militar, de maneira a destacar uma liderança crucial para a mobilização das classes subalternas, com a preparação para o pleito eleitoral este fenômeno ressurge em novas bases devido à heterogeneidade e disputas internas, tanto ao MVR como partido eleitoral, quanto ao próprio Pólo Patriótico. O *chavismo* encontrou sua gênese na crescente centralidade de Chávez como figura de unidade e de direção imprescindível ao processo. Resgatando a crítica de Rosa Luxemburg (1981) à organização do partido socialista russo, podemos considerar que o resultado dessa segunda forma de conceber a dialética entre liderança e base – o *chavismo* propriamente dito – será a atribuição ao comitê diretivo de único núcleo ativo do partido, mais precisamente de Chávez, enquanto as demais organizações se reduzem a simples instrumentos executivos. Em termos mais concretos, lemos em Roland Denis a seguinte assertiva sobre o centralismo e personalismo que começa a se desenvolver desde então:

“O que existe num centro único que ouve sugestões, propostas, idéias, para logo decidir e definir a portas fechadas o que melhor crê, quebrando assim um dos princípios mais importantes da rebelião de rua e fazer de seu modo de resistência. Nos referimos neste caso ao encerramento dentro dos círculos da conspiração do que haveria de ser as táticas e as estratégicas de luta da rebelião” (DENIS, 2001: 44-45).



Chávez é eleito em 6 de dezembro de 1998 com uma expressiva vitória com 56,2% dos votos. Vimos ao longo deste capítulo que o estabelecimento de uma nova Constituição de conteúdo mais participativo e democrático era um dos pontos centrais do programa do movimento bolivariano. Assim, no mesmo dia em que é empossado como Presidente da Venezuela, Chávez decreta a realização do primeiro referendo, em abril para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Em julho foram eleitos os constituintes, que em pouco mais de três meses apresentaram ao país o novo texto constitucional que seria decidido e aprovado em referendo em 15 de dezembro de 1999. A redação e aprovação em tão curto prazo de tempo permitiu o avanço da mudança hegemônica no país (LOPEZ MAYA, 2005).

A preparação do texto da nova Carta Magna que seria decidido em referendo provocou uma importante mudança qualitativa dos movimentos das classes subalternas, começa-se a perceber a passagem da concepção de vítimas do poder à concepção de sujeitos de poder, nesse processo de mudança qualitativa começa a consolidar-se aquilo que nos referimos anteriormente como protagonismo popular. Entre as mudanças qualitativas, em primeiro lugar, podemos destacar a redução da forma de confrontação violenta entre manifestantes e forças de segurança pública, na realidade, após a chegada de Chávez à presidência a diminuição do uso da repressão às manifestações é muito significativo. Mas a redução dos conflitos nas manifestações de rua não é efeito apenas da maior tolerância do novo governo, mas também do conteúdo mais politizado destes, que mais do reivindicativo e defensivo, é propositivo e progressista. Assim, em segundo, as marchas e protestos de músicos, camponeses, mulheres, estudantes, indígenas, cristãos, desempregado, camelôs e trabalhadores autônomos não eram simplesmente reivindicativas, mas passaram a apresentar propostas de artigos que contemplassem cada concepção de mundo específica. Steve Ellner exemplifica que a Assembléia Nacional Constituinte foi bastante receptiva às propostas elaboradas por organizações de direitos humanos. Nos meses de preparação, os movimentos sociais, organizações civis e partidos apresentaram 624 propostas à Assembléia Constituinte, sendo que mais da metade das quais foram incorporadas ao texto constitucional, portanto, desde o começo a nova Constituição buscava concretizar a participação e protagonismo popular (LÓPEZ-MAYA, 2002; ELLNER, 2008).

A nova constituição nacional altera o nome do país para República Bolivariana da Venezuela; atualiza a cobertura dos direitos humanos; incorpora os direitos indígenas e ambientais; reafirma o controle do Estado sobre as riquezas energéticas e estratégicas; garante aos militares o direito de voto; reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; garante a indenização ao trabalhador quando o empresário romper o contrato de trabalho; incorpora donas de casa e trabalhadores da economia informal ao sistema de seguridade social; e confere a saúde, educação e aposentadoria como dever do Estado. “Em geral, a constituição reflete aspectos fundamentais do projeto bolivariano” (LOPEZ MAYA, 2003: 85-86).

Sem sombra de dúvida uma das maiores novidades do processo é o conceito *democracia participativa e protagônica*. No Preâmbulo da nova Carta Magna se decreta “com o fim supremo de refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagônica” (CRBV, 1999). Com a introdução de um conjunto de modalidades participativas, mais próximas à democracia direta, combinadas a democracia representativa. A combinação destas formas democráticas representativa com formas democráticas diretas é encontrada no Artigo 62 da Constituição, o qual reproduzimos abaixo:

“Todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de participar livremente nos assuntos públicos, *diretamente ou por meio de seus representantes* eleitos ou eleitas. A participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é meio necessário para lograr o protagonismo que garanta seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. *É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis para sua prática*” (CRBV, 1999 – *itálico nosso*).

Tratava-se de ampliar o poder decisório e participativo de todos venezuelanos e venezuelanas, seja individualmente ou organizados, de através destes mecanismos fornecer um corretivo do poder desmesurado exercido pela partidocracia *puntofijista*. Luis Salamanca destaca que não menos de 56 artigos do texto são dedicados direta ou indiretamente à participação e, além disso, a expressão partidos políticos não aparece nenhuma vez no texto constitucional, constando apenas uma vez na exposição de motivos (SALAMANCA, 2004). Nesse sentido, nos parece apropriado apresentar uma definição mais aproximada do conceito *democracia participativa e protagônica*. Devemos refletir

sobre esse conceito complexo e inovador, não apenas conforme redigido no texto constitucional, mas à luz de todas as exposições e movimentações da sociedade ocorridas ao longo da década de 1990, ou nas palavras já citadas de Roland Denis, na consolidação de “um novo ideário político centrado no estímulo e exaltação do protagonismo coletivo por cima de qualquer outro agente político que queira atribuir-se o direito à representatividade popular” (DENIS, 2001: 18). Assim, o protagonismo indica quem deve desempenhar papel principal no processo político, nesse caso, o protagonista é o povo venezuelano. A questão em definir o protagonismo é que este não se resume à simplificada *participação*, mas as possibilidades reais de *intervenção soberana* do povo na tomada de decisões, na formulação, execução e controle da gestão pública, cujo Estado tem a obrigação de ser um mediador fundamental desta intervenção popular no seu próprio funcionamento.

Nesse contexto, “a idéia de democracia”, tal como se apresenta no processo bolivariano, “envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição habitual”. Em primeiro lugar, a soberania política, pois “falar de democracia implica, como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para auto-determinar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências de seus povos”. Em segundo, a justiça social, uma vez que a democracia participativa e protagônica expressa a atenção “às necessidades mais urgentes, a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores, a edificação de uma sociedade que, ao basear-se no respeito à vontade da maioria, coloque os interesses desta como critério prioritário de ação” (MARINI, 1992: 13-14). A possibilidade de dar um salto qualitativo rumo a uma sociedade democrática soberana e com justiça social está posta nos meios de participação e protagonismo popular expostos no Artigo 70 da Constituição que englobam os níveis político, econômico e social<sup>43</sup>. A democracia prevista na refundação da república não é apenas o desfrute de maiores liberdades civis e políticas, mas também o estabelecimento de uma ordem social tendente à justiça e à igualdade social.

---

<sup>43</sup> Conforme o texto: “São meios de participação e protagonismo do povo em exercício de sua soberania, no político: a eleição de cargos públicos, o referendo, a consulta popular, a revogação do mandato, as iniciativas legislativa, constitucional e constituinte, audiência pública e a assembléia de cidadãos e cidadãs cujas decisões serão de caráter vinculante, entre outros; e no social e econômico: as instâncias de atendimento cidadã, a autogestão, a cogestão, as cooperativas em todas suas formas incluindo as de caráter financeiro, as caixas econômicas, a empresa comunitária e demais formas associativas guiadas por valores de mútua cooperação e solidariedade” (Art. 70, CRVB, 1999).

Estes meios de participação são especificados em quatro tipos de referendos: o *consultivo*, que submete a consulta “matérias de especial transcendência nacional” (Art.71) questões de amplitude nacional, “por exemplo, se o povo está de acordo ou não com a privatização do petróleo; ou se aceita ou nega a integração da Venezuela a ALCA” (HARNECKER, 2004: 41-42) ; o *revogatório*, que após transcorrido metade do mandato do representante este pode ser submetido a um referendo para revogar seu mandato e todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis (Art. 72); o *confirmatório*, que submete a aprovação de acordos, convênios ou tratados internacionais em discussão na Assembléia Nacional (Art.73); e, *ab-rogatório*, que submete à consulta a possibilidade de abolir, parcial ou totalmente, leis ou decretos com força de lei (Art.74).

A Constituição de 1999 implica profundas transformações políticas no país, todavia, há de se considerar algumas limitações. Por exemplo, apesar de reforçar a propriedade soberana sobre o petróleo, conforme o Artigo 303, a PDVSA é reconhecida como uma sociedade de carteira, que devido sua importância para os interesses da nação não pode ser privatizada, todavia, “esta restrição não se aplica a suas filiais *produtoras*. PDVSA, diferentemente de suas filiais, não produz nenhum barril de petróleo”. O que parece como o fortalecimento da nacionalização da estatal petroleira, na realidade, preparou o terreno para a transformação da PDVSA “numa agência liberal de licitação a serviço da indústria privada” (MOMMER, 2003: 142).

Alguns dos entraves rumo a transformações mais radicais da sociedade venezuelana, como a ruptura com o sistema econômico e parte da estrutura legal e burocrática herdadas pelo processo bolivariano, não podem ser superados apenas pela mudança constitucional. Devido a estas contradições da “revolução pela via eleitoral”, o presidente Chávez ainda em 1999 recorreu à Lei Habilitante<sup>44</sup>, a qual fixa as matérias em que o poder executivo, mais precisamente o presidente da república, pode ditar decretos-lei de acordo com a situação de emergência. Por exemplo, uma das primeiras Leis

---

<sup>44</sup> O artigo 203 da Constituição de 1999 regula as Leis Habilitantes no seguinte texto: “são leis habilitantes as sancionadas pela Assembléia Nacional pelas três quintas partes de seus integrantes, a fim de estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente ou Presidenta da República com caráter e valor de lei. As leis habilitantes devem fixar prazo para seu exercício”. Cabe destacar que as Leis Habilitantes não foram exclusivas ao governo bolivariano, ao longo do período de vigência da Constituição anterior (1961-1998) o Congresso aprovou seis leis habilitantes que deram origem a 172 decretos com caráter e valor de lei, mas, exclusivamente em matérias econômicas e financeiras.

Habilitantes foi a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos Gasosos buscava fortalecer a soberania na questão petroléira (Cf. HARNECKER, 2004).

De modo semelhante, frente às limitações das estruturas para levar adiante o processo, Chávez recorre às Forças Armadas Nacionais (FAN) para colocar em prática o Plano Bolívar 2000. Basicamente era um plano emergencial para recuperação da infraestrutura em zonas urbanas e rurais, impulsionar campanhas de saneamento básico para combate de epidemias, prover atendimento médico, apoiar o ensino básico e incorporar as organizações comunitárias a estas tarefas, como também, atender e fornecer suporte à população mais atingida pelas chuvas e enchentes de 1999. Foram empregados por volta de 60 mil militares para a execução do plano que deveria ser levado a cabo pelos respectivos ministérios. Claro que se tratou de um plano com impacto social e político significativo, isso principalmente no sentido de valer-se das Forças Armadas para agrupar em torno dos bolivarianos a maioria dos grupos subalternos, fazendo desta instituição estatal um “*um instrumento para conquistar essas massas à burguesia e aos partidos pequeno-burgueses*” (LENIN, 1979 T.3: 234). Era um plano que através o exercício do poder do Estado, ou do exercício de parte importante desse poder, lograva demonstrar sua disposição em sanar uma situação de emergência em que atravessava o país e satisfazer algumas demandas mais urgentes. Todavia, esse plano é interrompido em 2001 depois de grandes controvérsias sobre sua improvisação, falta de institucionalização e várias denúncias de corrupção. Mesmo com esses limites, o Plano teve como conseqüências o aumento da participação de militares em funções normalmente consideradas civis, e também, o desempenho de civis em tarefas (HARNECKER, 2004; LANDER, 2005; WILPERT, 2009).

Apesar do discurso anti-neoliberal, que diversas vezes se assemelhava com uma esquerda radicalizada, o governo bolivariano não reverteu muitas das medidas econômicas liberalizantes de seus predecessores. De acordo com Julia Buxton o primeiro ano de governo “demonstrou continuidade com a abordagem ortodoxa seguida durante a última parte da presidência de Caldera. Mesmo depois de consolidar o poder em 2000, ele falhou em romper bruscamente com a política econômica anterior” (BUXTON, 2003: 114). A prioridade no momento eram os equilíbrios macroeconômicos e o controle da inflação. A dívida externa do país é paga pontualmente, por conseqüência não são solicitados novos

empréstimos ao FMI; portanto, o governo evita novas negociações, condicionalidades e supervisão deste organismo. “Em reiteradas oportunidades, o Presidente Chávez se reúne com investidores estrangeiros instando-os a investir na Venezuela, garantindo-lhes segurança jurídica e estabilidade política” (LANDER, 2005: 201). A única mudança sensível foi em relação à política petrolífera do país. Chávez assume a presidência em uma conjuntura extremamente desfavorável, os preços do petróleo eram os piores dos últimos cinquenta anos. Em vista desta conjuntura negativa dos preços internacionais do petróleo, tanto Chávez como o Ministro de Energia, Alí Rodríguez Araque buscaram reverter o abandono às cotas da OPEP do último governo e a defender os preços.

Antes de Chávez chegar à presidência, a “OPEP havia se convertido numa sombra do que havia sido antes; os países membros regularmente ignoravam ou evadiam as cotas impostas pela organização. Venezuela em particular havia se convertido num dos países membros menos obedientes à organização” (WILPERT, 2009:109-110). A recuperação dos preços ocorre quando se promove em Caracas em 27 e 28 de setembro de 2000 a II Cúpula de Chefes de Estado da OPEP<sup>45</sup>. Os esforços de Chávez para recuperação dos preços internacionais não se limitaram ao diálogo com os países da OPEP, mas também com outros países de expressiva produção, como Rússia e México, além do que a visita de Chávez a países como Iraque e Líbia, ambos os países membros da OPEP, foram largamente utilizadas pela oposição nacional e internacional para posicionar Chávez como pouco confiável e com tendências perigosas.

Ainda com relação à questão petrolífera, o governo buscava implementar políticas de maior controle fiscal, mais precisamente sobre a própria PDVSA. Uma das primeiras medidas em alterar a política fiscal foi a nova Lei de Gás Natural, decretada em 1999, que estabelecia uma taxa mínima de 20% dos *royalties*. De acordo com Bernard Mommer, a grande virtude dos *royalties* está na facilidade e precisão com o qual eles podem ser calculados, pois envolve apenas duas variáveis, volumes e preços. Ao contrário do imposto sobre a renda, que pode ter seus custos de produção manipulados. Por esse motivo a PDVSA era bastante contrária ao sistema de *royalties*, se dispondo a aceitar o aumento dos

---

<sup>45</sup> Os objetivos da cúpula realizada em 2000 eram: “1. Restabelecer o diálogo entre Venezuela e os outros membros da OPEP. 2. Recuperar a credibilidade da Venezuela na OPEP. 3. Fortalecer a OPEP. 4. Defender os preços do petróleo. 5. Reassumir uma posição de liderança na OPEP. 6. Consolidar as relações entre Venezuela e o mundo árabe e islâmico”. Segundo Gregory Wilpert, a consolidação da posição atual da OPEP é um bom indicativo de que estes objetivos foram alcançados em boa medida (WILPERT, 2009:114).

impostos sobre os campos mais rentáveis. “O centro da problemática da política fiscal é a questão dos *royalties*, os quais são a forma mais segura de renda para os proprietários dos recursos naturais” (MOMMER, 2003: 140-141).

A questão crucial nesta primeira etapa é compreender a revolução como processo, mas um processo que depende de condições objetivas e subjetivas muito específicas. Não foi a vitória eleitoral de Chávez que deu início à Revolução Bolivariana da Venezuela. Adotar essa perspectiva para análise deixa para trás muitas questões fundamentais e, na realidade, não fornece elementos suficientes para a *ruptura* com o estado de coisas herdado. Em outras palavras, se do ponto de vista da política econômica nesta primeira etapa não existem grandes rupturas, se ainda faltam o conjunto de leis e regulamentos do Estado que corresponda à nova Carta Magna, o que de fato permitiria falar de primeira etapa da revolução? A resposta a esta pergunta se encontra na análise das condições venezuelanas desde a longa crise hegemônica, mas mais precisamente “se partimos de que se havia quebrado a espinha dorsal dessa dominação, é fácil entender que o caminho das *reformas* não era adequado naquelas circunstâncias” (FIGUEROA, 2009: 136).

As políticas iniciais do projeto da *Quinta República* com a nova Constituição e o Plano Bolívar 2000, partiam do reconhecimento de que as enormes desigualdades de classe do país poderiam começar a ser enfrentadas através da transformação político-democrática. Nas condições da irreversível crise hegemônica do bloco dominante e num contexto internacional de alto descrédito do socialismo, a *refundação da república* surge como possibilidade favorável para uma *revolução*, mas uma “revolução possível” que abre passo através do processo constituinte bolivariano. Esta “revolução possível”, pela via eleitoral e constitucional, caminha em direção a transformações estruturais e um de seus mecanismos fundamentais, a participação e protagonismo popular, significa o deslocamento do grupo dirigente anterior do poder do Estado. Como vimos até aqui, a refundação da república pela via eleitoral dirigida pelo MVR, só foi de fato possível por ser parte da ebulição social que ao longo de duas décadas abre espaço para a construção contra-hegemônica. Como diriam Marx e Engels as vitórias eleitoral e referendárias não seriam possíveis se o projeto bolivariano não fosse capaz de “poder apresentar, de sua parte, seu interesse como sendo o interesse geral” (MARX, ENGELS, 2007: 57).

## Capítulo 7 – A etapa Nacional-Soberana da revolução (2001-2005)

Desde as eleições de 1998 as frações dominantes que conformavam o antigo bloco no poder começam a perder muito de seu poder político, não só devido à própria dificuldade gerada pela crise do rentismo de sustentar os “equilíbrios instáveis” respectivos aos próprios interesses de cada fração, mas de que o MVR colocava o próprio aparato e poder estatal em disputa. Com a vitória eleitoral dos bolivarianos e a nova Constituição, o processo chega ao ponto em que este bloco não encontra facilmente possibilidades de converter seus interesses econômicos particulares em prioridades para o Estado sob a presidência de Chávez. Nesse contexto, o ano de 2001 foi fundamental para a mudança na orientação estratégica do processo bolivariano. Este ano foi a primeira tentativa de fazer convergir a *revolução política* com a *revolução social*, ou como diria Karl Marx em suas *Glosas críticas...*, fazer com que a revolução “encontre-se na perspectiva do todo” (MARX, 2010: 50), e ao mesmo tempo, foi a primeira vez em que a dialética da contra-revolução e da radicalização se faz evidente, quer dizer, no exercício de uma política soberana pelos bolivarianos, os esforços contra-revolucionários em paralisar as mudanças no nível que não ameace seu poder econômico de classe e lançar uma restauração da antiga ordem, faz a radicalização do processo como a única reação possível para uma autêntica revolução. Além deste intento de levar à revolução ao nível da *totalidade*, neste mesmo ano a dialética entre contra-revolução e radicalização se faz notável no campo da disputa hegemônica.

Os problemas e limitações do Plano Bolívar 2000 puseram em evidência as profundas debilidades organizativas do processo tanto no social como no político. Mesmo que se tenha retirado parte da desconfiança da população em relação as Forças Armadas, muito pouco se avançou na integração cívico-militar, na organização concreta das comunidades atendidas pelo plano. O próprio MVR após esse breve lapso de tempo não se converteu numa estrutura partidária organizativa, permaneceu como partido eleitoral aluvial. Reconhecendo essas limitações, Chávez manifestou em maio de 2001 a necessidade de refundar o MBR-200, no sentido de que este se conformasse num movimento de movimentos, fosse o pólo aglutinador das forças sociais que estavam como processo, mas sem o limite do pragmatismo das disputas eleitorais. Dessa maneira, o



modelo organizativo que fundou as bases do bolivarianismo, da integração cívico-militar, os *Círculos Bolivarianos*, é recriado com objetivos ampliados, que abrangem desde a difusão da nova Constituição e formação política, mas também com tarefas concretas: formar associações de bairros, cooperativas de pequenos produtores, conseguir empréstimos no banco, até creches populares. Tal como antes, são estruturas pequenas, (a média era de 7 integrantes), que não possuem comando centralizado e nem se articulam permanentemente. O grande desafio era alcançar as grandes maiorias que participam e dotar o processo de força, não apenas ideológica e política, mas também organizativa (HARNECKER, 2004: 37).

Outra maneira de se alcançar as maiorias seria através das organizações formais do mundo do trabalho, mais especificamente as centrais sindicais. Há um limite estrutural para este tipo de organização do trabalho, devido à própria composição da força de trabalho venezuelana, cuja maior parte da população economicamente ativa não é sindicalizada, além disso, majoritariamente se encontra em atividades informais. Um dos intentos em ganhar maior influência dentro do movimento sindical venezuelano foram as eleições sindicais para dirigentes da Confederação de Trabalhadores de Venezuela (CTV) em outubro de 2001. As eleições em outubro ocorreram com uma série de denúncias de fraude, irregularidades e elevado nível de abstenção dos sindicalizados. A vitória para a direção da maior central sindical do país ficou com Carlos Ortega da Frente Unitária de Trabalhadoras (FUT) e organicamente ligada à AD. A revolução bolivariana começa com escassa força sindical e a derrota das tendências bolivarianas no pleito impõe mais um obstáculo ao processo na organização popular.

Como veremos mais adiante, a promulgação das Leis Habilitantes, especialmente da Lei de Terras, reabriu o enfrentamento da questão agrária e da soberania alimentar pela via constitucional, de fato desde 2000 o movimento camponês venezuelano vinha ganhando força, com a fundação da Frente Camponesa Revolucionária Simón Bolívar (FCRSB), que devido sua expansão e ao calor da nova Lei de Terras é fundada em 2001 uma nova organização Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ). Após as rebeliões de fevereiro de 1989, se desenvolveu nas grandes cidades do país a tendência à organização das comunidades em “Assembléias de Bairros”, este assembleísmo ao longo da década de 1990, resultou em experiências importantes como os Comitês de Terras

Urbanas (CTU) e as Mesas Técnicas de Água (MTA)<sup>46</sup>. Em fevereiro de 2002 Chávez anunciou que outorgaria títulos de propriedade para os habitantes das comunidades, anúncio que deu novo fôlego a estes movimentos e os colocaram mais próximos ao processo bolivariano, uma vez que se estabeleciam vias concretas de diálogo e de incentivo a esse tipo de organização local.

A professora e pesquisadora da UBV de Maracaibo, Haydee Ochoa considera que nesta etapa do processo foram os Conselhos Locais de Planificação Pública (CLPP) uma das primeiras grandes tentativas de transformação política no cotidiano e de transferência de poder para os setores populares. A formação de CLPP era prevista no Artigo 182 da Constituição, mas a criação dos primeiros CLPPs foram logo quando, em junho de 2002, a Assembléia Nacional aprovou a Lei Orgânica de Conselhos Locais de Planificação Pública que regula seu funcionamento. Conforme a lei orgânica, os Conselhos de Planificação são formados através do município e são constituídos pelo prefeito, pelos presidentes das paróquias (espécie de região administrativa dos bairros venezuelanos), representantes de associações de vizinhos e representantes de movimentos e organizações sociais ligados a esportes, saúde, educação, cultura, economia solidária, grupos de aposentados. A participação nos Conselhos é voluntária (WILPERT, 2009).

Estes CLPPs tinham como objetivo central recolher e avaliar projetos comunitários, elaborar o plano de desenvolvimento municipal, organizar planos conforme uma lista com as necessidades da comunidade, elaborar e coordenar o orçamento municipal de investimento junto aos municípios e autoridades estatais. A diferença entre os CLPP e as prefeituras é que essas são responsáveis por executar os planos, enquanto as CLPP planejam e supervisionam a execução dos projetos.

A concretização dos CLPPs enfrentou várias dificuldades devido o aumento dos conflitos políticos no país, a lei orgânica foi aprovada poucos meses após o golpe de Abril de 2002 e logo seguida pela paralisação-sabotagem petroleira em dezembro do mesmo ano. Soma-se aos problemas da conjuntura política de disputa aberta pelo poder do Estado, as próprias dificuldades da própria ousadia e novidade da investida da democracia

---

<sup>46</sup> Os objetivos dos CTUs era trabalhar junto às instituições governamentais na auditoria de terras, decisão sobre quem obteria a propriedade e a regularização dos loteamentos, de maneira semelhante, as MTAs tinham como objetivo central o diálogo e troca de experiências entre moradores das comunidades e técnicos para encontrar soluções às graves deficiências no serviço de água potável e saneamento básico.

participativa. De acordo com Gregory Wilpert, podemos elencar os seguintes problemas: a) tamanho gigantesco de algumas comunidades, chegando a centenas de milhares de habitantes, onde nem todos os indivíduos tinham interesse ou disponibilidade de participar ativamente; b) os recursos financeiros de acordo com o tamanho da comunidade, quer dizer, comunidades menores recebiam o mesmo monte de financiamento que uma comunidade maior; c) as decisões tomadas nas reuniões dos CLPPs não eram vinculantes, quer dizer que se estas decisões podiam ser revertidas por prefeitos ou líderes paroquiais; d) a falta de preparo da própria população para desenhar projetos, para supervisionar e para se dedicar aos Conselhos, as dificuldades vão desde a própria formação educacional até os limites da falta de tempo livre para o exercício democrático e participativo; e) alguns atritos com as prefeituras, que em diversos casos hesitavam em reconhecer os CLPPs como instâncias populares dotadas de poder para a tomada de decisões, portanto, os prefeitos e chefes paroquiais se sentiam ameaçados e usurpados do poder de decisão política (WILPERT, 2009: 66-68). Mesmo não se concretizando em muitos casos devido às dificuldades elencadas, os CLPPs são experiências importantes e mostras concretas da formação de instâncias de democracia direta a nível local.

Um dos grandes marcos de mudanças mais profundas no processo ocorreu em novembro de 2001, quando são aprovadas 49 Leis Habilitantes, onde muitas delas “têm como aspecto principal o objetivo de democratização da propriedade e da produção. São várias as leis que têm por finalidade o financiamento ou a promoção de modalidades econômicas alternativas às organizações de caráter empresarial” (LANDER, 2005: 203). Mas as foram três leis que produziram grandes polêmicas e reações negativas das classes proprietárias: a Lei de Pesca e Aqüicultura, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, e a Lei Orgânica de Hidrocarburantes.

A *Lei de Pesca e Aqüicultura* define as modalidades de pesca permitidas no país e tem como prioridade o abastecimento da demanda nacional, como também estabelece os recursos hidrobiológicos que se encontram permanente ou ocasionalmente no território nacional e áreas sob soberania da República são propriedade do Estado. O texto vai de encontro aos interesses da pesca industrial limitando sua área de pesca, devido sua ação predatória no ecossistema marinho e privilegia a pesca artesanal e os assentamentos e

comunidades que praticam esta pesca por empregar tecnologia de baixo impacto ambiental, gerar 40 mil empregos diretos e 400 mil indiretos.

A *Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário* que rediscute a função social da propriedade agrária, a ocupação e a produtividade da terra. No país, 75% das terras cultiváveis estão sob propriedade de 5% de grandes latifundiários, enquanto 75% dos pequenos e médios proprietários detêm apenas 6% deste montante. De acordo com a nova lei, é definido como latifúndio improdutivo qualquer propriedade que conte com mais de 5.000 hectares de terra não cultivadas (WILPERT, 2009). Portanto, a lei reivindica o direito do pequeno e médio agricultor a terra, reconhecendo o valor histórico do *conuco* como forma de produção agrícola. Trata-se de sujeitar à propriedade agrária à sua função social, afim de estabelecer a segurança agro-alimentar da Nação, soma-se também a possibilidade de expropriação de terras ociosas e limitação da extensão das propriedades.

A *Lei Orgânica de Hidrocarburos*, em relação com a propriedade estatal do recurso natural, expressa que qualquer atividade relacionada com a exploração e produção de petróleo deve ser de utilidade pública. A lei define orientações radicalmente contrárias à ortodoxia neoliberal adotada pelos últimos governos venezuelanos. Destacam-se cinco dessas orientações: a) reafirmação da propriedade da República sobre todos os poços e jazidas de hidrocarburos; b) a reversão da autonomia da PDVSA em relação ao Ministério de Energia e Minas, uma vez que a empresa operava com a lógica de uma transnacional energética, em função de seus interesses corporativos, e não como uma empresa pública de todos os venezuelanos. Assim, a lei compete ao Ministério de Energia e Minas todas as matérias relacionadas à administração, regulação, planejamento, realização e fiscalização de hidrocarburos; c) a lei prioriza a contratação de empresas operadoras, de serviços, de fabricação e de provisão de bens de origem nacional para atividades no setor petrolífero; d) definição e limites para as associações que a empresa estatal pode estabelecer para a criação de empresas mistas; e) por último, estabelece que dos volumes extraídos de qualquer jazida, o Estado tem direito a uma participação de 30% como renda petrolífera (LANDER, 2005). Em resumo, a Lei Orgânica de Hidrocarburos busca não apenas garantir a soberania nacional sobre a exploração do recurso, mas também utilizar a renda proveniente desta indústria para o desenvolvimento nacional e benefício coletivo.

Marta Harnecker (2004) tece uma observação interessante sobre a percepção dos detratores internos e externos. De acordo com a intelectual chilena, a maioria destes esperavam que Chávez ficasse apenas em promessas verbais, que a nova Constituição logo se tornaria letra morta, ou que poderiam conseguir alguns favores do novo presidente. A aposta dos detratores era de que Chávez seria “*mais do mesmo*”, assim, as invocações de Chávez sobre a *Revolução Bolivariana*, sobre a *refundação da República*, sobre o *poder popular participativo e protagônico* ainda eram toleradas. É importante traçar uma explicação mais profunda sobre esta “aposta” de Chávez ser *mais do mesmo*. Não é segredo que durante a campanha de 1998, Chávez tenha recebido financiamento do setor empresarial venezuelano, como no caso do jornal *El Nacional* e do magnata Gustavo Cisneros. Na realidade essa é uma prática muito comum no sistema democrático, sobretudo na América Latina, muito mais de que um financiamento em prol dos conteúdos expressos no programa dos candidatos trata-se de firmar um “compromisso velado” do novo governo para com seus “patrocinadores”. Todavia, não houve nenhum compromisso facilitado ou nenhuma nomeação destes patrocinadores a nenhum cargo ministerial ou público. Nos dois primeiros anos de seu mandato as críticas se dirigiam à sua condição de ex-militar, de truculento, além de não ser muito “branco”. Portanto, além de negar “facilidades” imediatas a estes financiadores de sua campanha, outras questões foram, aos gradualmente, gerando indisposições maiores com as classes capitalistas venezuelanas. Ainda em 1999, a nova Constituição derogou a lei que facultava ao patronato o não pagamento de indenização em caso de demissão do trabalhador. O sistema *puntofijista* praticamente eliminou qualquer tributação sobre a propriedade privada, assim Chávez reverteu essa prática e exigiu o cumprimento do código tributário na Venezuela (WILPERT, 2009: 249-250). Mas, à medida que através dos 49 decretos-leis o processo bolivariano avançava no exercício da soberania nacional, que o Estado começa a romper o rol de parceiro menor da iniciativa privada, volta para seu próprio fortalecimento e intervenção na vida econômica em benefício da maioria e transforma serviços em direitos de todos, para os círculos de detratores o circuito revolucionário deveria ser “interrompido no patamar a partir do qual os seus dividendos seriam compartilhados seja com os ‘menos iguais’ das classes dominantes, seja com ‘os de baixo’” (FERNANDES, 1981: 75).

A reação contrária às 49 Leis foi imediata. Pedro Carmona Estanga, presidente da representação das classes proprietárias venezuelanas, a Fedecámaras, toma a dianteira na

rejeição das Leis. No primeiro momento, a objeção as 49 Leis se baseava no uso por parte do governo da legislação de emergência para conseguir sua aprovação pela Assembléia Nacional, sem submetê-las ao debate público. Mas a preocupação básica dos grupos sociais que se levantaram contra o conjunto das leis não era relativa a seus procedimentos democráticos, senão que o conteúdo destas. As 49 Leis foram classificadas “como um atentado à propriedade privada, argumentando muitos que com isso se confirmava o caráter estatista ou comunista do projeto político do governo”. Os meios de comunicação privados da Venezuela adotam “posturas cada vez mais extremas de denúncia e de confrontação com o governo, assumindo parte fundamental da direção da oposição” (LANDER, 2005: 207).

A primeira reação organizada e massiva ocorreu menos de um mês após a adoção do conjunto de leis, em 10 de dezembro de 2001. Nesta data teve lugar o primeiro *Paro Patronal* convocado pela Fedecámaras. É inescapável o corte de classe desta greve patronal que conseguiu paralisar parte significativa do comércio urbano de Caracas, teve como efeito aglutinar as forças da oposição e abrir as possibilidades para outros dois grandes embates na disputa pelo poder do Estado. Com o primeiro *Paro Patronal* a oposição alcançou maior unidade e fortalecimento, e se negava a negociar com o governo, exigindo a derrogação imediata de todas as 49 Leis. Alguns grupos já começavam a demandar a renúncia de Hugo Chávez. O governo, por sua vez, endurecia cada vez mais sua posição em sustentar as 49 Leis, ameaçando inclusive fechar a Assembléia Nacional caso perdesse a maioria parlamentar, e ao mesmo tempo com a promulgação de uma lei de meios de comunicação que limitaria esta atividade (LOPEZ MAYA, 2005).

A disputa aberta pelo poder do Estado seguiu se aprofundando em 2002. Por exemplo, em 4 de fevereiro deste ano, data da falida rebelião militar de 1992, enquanto o governo convocava marchas em Caracas, a oposição respondia com um “luto ativo” e com marchas em distintas cidades. Mas, a exasperação dos ânimos ocorre no domingo, 7 de abril de 2002, quando Chávez no programa “Alô Presidente” demite em rede nacional parte da direção da PDVSA. Como reação às demissões de seu corpo diretivo a alta gerência da PDVSA entra em greve, e em 9 de abril de 2002, a CTV em solidariedade à essa greve convoca uma greve geral de 24 horas, que contou com o apoio declarado da Fedecámaras, da Igreja Católica e dos meios de comunicação privado, como a

Globovisión, Venevisión, Televen e Rádio Caracas de Televisão (RCTV) que cobriram cada momento da paralisação, além de convocar insistentemente a população para a manifestação de 11 de abril.

A greve geral foi estendida por mais vinte e quatro horas e foi convocada uma marcha pela CTV e Fedecámaras para as dez da manhã de 11 de abril, que conseguiu juntar um enorme contingente de manifestantes. Cerca do meio-dia, os dirigentes da marcha decidiram seguir em direção ao Palácio de Miraflores, com objetivo expresso de retirar Chávez. A marcha, seu conteúdo reivindicativo de destituir o presidente e a convocatória de seguir rumo a Miraflores foram profusamente informados e cobertos pelos canais privados de televisão sem intervalos comerciais. A tomada de direção rumo a Miraflores foi inesperada e sem notificação dentro da greve geral indefinida.

Desde o dia 9 o Palácio de Miraflores estava cercado por simpatizantes do governo, que faziam vigília em favor do presidente. Para 11 de abril o governo convocou toda a militância e todos aqueles e aquelas favoráveis ao processo que se acercassem de Miraflores. No meio da tarde, começam os enfrentamentos e os disparos com armas de fogo. Os canais privados de televisão passam repetidas vezes imagens do que seriam atiradores *chavistas* disparando desde a ponte Llaguno contra civis *anti-chavistas*. Na realidade eram imagens manipuladas pelos meios de comunicação privados que geraram um clima aparente de desordem e quebra de institucionalidade. Não houve de fato ocupação militar do palácio do governo e a deposição física do presidente Chávez, apesar de existir a real ameaça de se bombardear o Palácio de Miraflores. O que começou com uma greve e manifestações contra o governo, logo se transformou num golpe de Estado com apoio de parte das Forças Armadas.

Não há documento ou pronunciamento nenhum sobre a renúncia formal do presidente eleito democraticamente Hugo Chávez. Mesmo assim, Pedro Carmona é empossado como novo presidente no dia 12 de abril de 2002. Entre os primeiros e brevíssimos decretos do “governo provisório” estavam: a designação de Pedro Carmona como presidente; o restabelecimento do nome de República da Venezuela; suspensão dos cargos de todos os deputados da Assembléia Nacional, convocando eleições para novos deputados até dezembro, que terão a faculdade de reformar a Constituição; criação de um Conselho Consultivo de 35 membros que exercerá a função de órgão de consulta do

presidente; o presidente de fato assume todos os poderes; serão convocadas eleições presidenciais em 365 a partir desta data; decreta-se a reorganização de todos os poderes públicos; suspende-se a validade dos 48 decretos com força de lei. Logo seriam suspensos imediatamente dois acordos internacionais: a adesão à política de cotas de produção da OPEP e o “Acordo Energético de Caracas<sup>47</sup>” pelo qual eram fornecidos 53 mil barris de petróleo diários a Cuba, em compensação, eram pagos com em serviços médicos, treinadores esportivos, especialistas em agronomia, turismo e educação à Venezuela (WILPERT, 2009; AMENTA, 2010). Tratava-se claramente de se desmontar todo o processo bolivariano. Importante destacar que a CTV e sua liderança Carlos Ortega, que tiveram papel destacado nas convocatórias para paralisações e marchas contra Chávez, não foi “contemplada” com nenhuma nomeação dentro do governo golpista de Carmona. O governo de George W. Bush dos Estados Unidos e o governo de José María Aznar da Espanha foram os primeiros a reconhecer o novo Estado venezuelano sob a presidência de Carmona. O porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, emitiu a primeira nota pela manhã do dia 12 rechaçando a violência exercida de Chávez contra os manifestantes, afirmando que “as ações provocadas pelo governo Chávez acarretaram na crise”, além de solicitar que a OEA ajudasse a Venezuela na consolidação de instituições democráticas. As expressões de apoio e solidariedade por parte destes dois países ao recém-golpista governo da Venezuela, como ironicamente destacou Núncio Amenta, “reafirmaram sua convicção de que somente a consolidação de um quadro democrático estável podia oferecer um futuro de liberdade e progresso” (AMENTA, 2010: 174).

A marcha da oposição do 11 de Abril de fato era monumental, aglutinando milhares e milhares de manifestantes, seu objetivo era demonstrar o nível do descontentamento geral com o governo de Chávez, como relatou a professora da Universidade Central da Venezuela, Maria Helena Gonzáles, a marcha intentava uma espécie de repetição dos protestos que levaram à renúncia do presidente argentino, Fernando De La Rúa, em dezembro de 2001. Essa intenção de repetir o *Argentinazo* na Venezuela é no mínimo curiosa, obviamente tanto os dirigentes como parte significativa dos manifestantes tinham uma idéia mínima que seja, de que os protestos argentinos que levaram à renúncia do

---

<sup>47</sup> Esse acordo assinado em outubro de 2000 incluía outros 10 países latino-americanos e caribenhos (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana) objetivava fornecer petróleo a estes países com quinze anos de financiamento, a uma taxa de 2% anuais, com o volume de 80 mil barris diários (WILPERT, 2009).



presidente envolveram conflitos violentos com as forças de segurança, cujo saldo foi de 25 mortos e cerca de 400 feridos, além de saques, roubos e depredação de comércios em todo o país. Isso indica que a marcha da oposição estava disposta a correr todos os riscos de quebra da institucionalidade. Ao que parece desde o primeiro *Paro Patronal* até o ocorrido em 11 de Abril de 2002, embora houvesse o interesse da oposição em retirar Chávez do governo por qualquer maneira, não parece clara a planificação prévia do golpe de Estado. A fragmentação anterior do bloco dominante e seu deslocamento do poder do Estado, apesar do repúdio às 49 Leis não forneceu elementos para uma tentativa de restauração organizada, nos parece que o improvisado foi a característica principal deste evento político. Talvez a única estratégia melhor elaborada pela oposição fosse a de levar à Chávez aos tribunais (em lugar de permitir seu exílio) e responsabilizar as principais lideranças do MVR de distribuir as armas que supostamente<sup>48</sup> dispararam e assassinaram 19 manifestantes no 11 de Abril de 2002 (ELLNER, 2011).

Enquanto as lideranças e dirigentes do MVR eram empurrados à clandestinidade, foi desencadeada uma força social espontânea que não poderia ter sido antecipada por nenhum intelectual: centenas de milhares de habitantes das favelas de Caracas mobilizados por meios de comunicação alternativos e mensagens de celular, ocuparam ruas, cercaram quartéis, meios de comunicação e o Palácio de Miraflores. De outro lado, muitos militares das FAN não aderiram ao golpe, considerando-o como um atentado à Constituição da República Bolivariana. Como se sabe, 47 horas após o golpe, Chávez retorna ao Palácio Presidencial, o golpe havia sido “quebrado”. O golpe foi um dos desfechos das ofensivas desencadeadas pela reação das classes capitalistas às 49 Leis Habilitantes, que apesar de seu conteúdo progressista, foram preparadas e logo decididas a portas fechadas, sem criar maiores condições para que aqueles que seriam beneficiados pelas leis pudessem conhecer seu conteúdo e, por conseguinte, defendê-las. Com essa assertiva, e sem cair no vazio conjectural, queremos dizer que a aplicação dos princípios democráticos participativos e protagônicos poderiam ter levado a disputa hegemônica para outra direção, mesmo ocorrendo o golpe, muito provavelmente o movimento popular tivesse reagido de modo mais enérgico para com os grupos golpistas militares, proprietários e sindicais.

---

<sup>48</sup> É sabido que a autoria dos disparos foi da Polícia Metropolitana e que os alvos eram, em maioria, os manifestantes pró-Chávez que cruzavam a Ponte Llaguno nas cercanias do Palácio de Miraflores. Para um detalhado relato crítico do 11 de Abril cf. *A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo* de Núnzio Amenta (2010).

O golpe fracassado não gerou uma reação política imediata do governo bolivariano. Ao contrário da negativa em negociar com a oposição em dezembro de 2001, a tática adotada pós 11 de Abril era de abertura de diálogo para com a oposição. Segundo Lopez Maya, foi modificado o gabinete executivo, especialmente o ministro da economia, buscando fazer o novo gabinete mais receptivo às classes burguesas; apesar de tudo buscou uma conciliação com os gerentes da PDVSA, mantendo-se em seus cargos e mudando a mesa diretiva que haviam recusado. O governo convidou diversas organizações e personalidades internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Centro Carter, com objetivo de ajudar na mediação do diálogo com a oposição (LOPEZ MAYA, 2005). Todavia, a atitude moderada e até mesmo tolerante com aqueles que tinham acabado de aplicar um golpe de Estado, não foi suficiente para reduzir a polarização política.

A decisão do Tribunal Superior de Justiça de agosto de 2002 estabeleceu que não haviam méritos para levar a juízo por rebelião militar quatro altos oficiais, responsáveis pelo golpe de abril. Essa decisão política e não jurídica da máxima instância judiciária do país, abriu as possibilidades para novas revoltas militares. Em outubro de 2002, a Praça Francia de Altamira, foi convertida no epicentro da resistência, sendo denominada pelos detratores do processo como *Praça da Meritocracia*. Ali foi montado um palanque por militares dissidentes e absolvidos da participação no golpe, que se pronunciavam em “desobediência legítima” contra o governo e proclamavam a praça de “território liberado”. Não apenas os militares, mas também, líderes sindicais da CTV e de partidos como Primero Justicia, AD, COPEI e Um Novo Tempo se pronunciavam constantemente sob as câmeras dos canais televisivos privados. No dia 21 de outubro a Coodernadora Democrática de Ação Cívica<sup>49</sup> convocou a terceira greve geral com o objetivo de pressionar Chávez para convocar eleições antecipadas e/ou mesmo renunciar ao governo (Idem, ibidem).

Insatisfeitos com o fracasso da ação golpista de abril, sob a direção do alto escalão da PDVSA, a oposição lança a quarta ofensiva grevista iniciada em 2 de dezembro de

---

<sup>49</sup> Essa organização política começa a formar-se em 2001, seu objetivo era desenvolver uma ação comum dos grupos e classes contrárias ao processo baixo a insígnia de “retirar Chávez”. Era composta pela Fedecámaras, CTV, ONG’s, gerentes da PDVSA, meios de comunicação privados e empregados públicos de média categoria (LOPEZ MAYA, 2005).

2002, a qual suas direções definiram como *Paro Patronal*, mas que na realidade foi uma *paralisação-sabotagem petroleira* que alcançou 63 dias de duração. A orientação estratégica desta quarta paralisação patronal nacional era de forçar a saída de Chávez, bloqueando o ponto central da economia venezuelana, a produção petroleira. O então diretor da PDVSA, Ali Rodríguez Araque, reconheceu que a produção estava virtualmente paralisada e denunciou em rede nacional que esta paralisação era uma “sabotagem criminosa”, conclamando a população a sair as ruas, cercar edifícios, instalações e outros bens da empresa estatal no intuito de forçar o fim da sabotagem. Em entrevista a Luis Bilbao explica o significado da sabotagem por parte da direção e gerência da PDVSA:

“Em janeiro abandonaram suas posições; nós não podíamos garantir as operações marítimas. Por exemplo, todo o que é faturamento, verificação, cobranças, tudo isso se fazia através de um sistema chamado *Star* que dirigia essa empresa. Nós ficamos sem esse sistema. Todos os sistemas de plantas preenchidos para o despacho de carregamentos às estações de gasolina se faziam através de um sistema informatizado; o pagamento ao pessoal se fazia através desse sistema. *Tudo isso ficou paralisado. Mas não apenas abandonaram suas posições: levaram todos os códigos.* Não havia maneira, tivemos que criar uma estrutura paralela para ir recuperando progressivamente as operações” (RODRÍGUEZ ARAQUE, 2004: 57 – *italico nosso*).

O abandono e a falta das senhas de segurança do sistema fizeram com que a produção continuasse a nível manual, portanto, a produção de petróleo foi reduzida em poucos dias de 3 milhões de barris diários para pouco mais de 150 mil. Durante a contenda o desabastecimento de combustível e gás de cozinha foi geral, o desabastecimento de alimentos básicos foi considerável. Parte do comércio fechou, mas foram as franquias de comida rápida estadunidense e os centros comerciais de luxo que permaneceram fechados por quase dois meses, supermercados e bancos funcionavam em meio turno, colégios privados e parte dos públicos suspenderam as atividades. A Coordenadora Democrática suspendeu as festas natalinas como símbolo de sacrifício para a derrota de Chávez, essa organização convocou todas as noites no mês de dezembro *cacerolazos* nos bairros médios e altos de Caracas. Os canais televisivos privados não ficavam atrás, todas as noites transmitiam boletins completos e atualizados sobre as atividades realizadas pela oposição no dia e as pautas para os próximos dias (LOPEZ MAYA, 2005).

A paralisação desencadeada pela sabotagem petroleira aos poucos foi se vendo debilitada. Em primeiro lugar, por subestimar o respaldo da ampla maioria ao governo de Chávez, que durante todo período se manteve mobilizado para defesa do governo e do processo. Em segundo, em janeiro de 2003, com o abandono de seus postos de trabalho de cerca de 80% dos altos funcionários da estatal, a mesma proporção de trabalhadores de menor salário seguiu trabalhando e tomando o controle dos locais de trabalho. Ao tomar o controle e impedir a sabotagem da empresa e do complexo industrial mais importante da Venezuela, com apoio da maioria do exército que considerou tal atitude como um ataque à soberania nacional. A retomada da produção petroleira teve como consequência importante para o movimento sindical com o deslocamento da CTV de sua posição de maior central sindical do país e organicamente ligada à AD e aos grupos que conduziram a paralisação-sabotagem, e frente ao triunfo nessa investida, funda em 2003 a União Nacional de Trabalhadores (UENETE) como central autônoma e combativa. Outra consequência desde a perspectiva do mundo do trabalho é que nenhum grupo significativo de trabalhadores aderiu à convocatória de paralisação patronal, mesmo com as pressões da CTV. Em muitos casos, os trabalhadores ameaçavam ocupar as empresas caso o patronato não retomasse a produção. Esse foi o caso da ocupação pelos operários da companhia Venezuelana de Papel (Venepal), da companhia de válvulas Construtora Nacional de Válvulas (CNV, agora chamada e a companhia de tubos Sideroca (ELLNER, 2011). Em fim de 2004 a Venepal é nacionalizada, passando a ser chamada de Indústria Venezuelana Endógena de Papel (Invepal), permitindo que os trabalhadores cogestionassem a fábrica junto ao Estado. Pouco tempo depois a CNV também é nacionalizada agora Indústria Venezuelana Endógena de Válvulas (Inveval), passando para controle co-gestionário de trabalhadores e Estado. Os efeitos da movimentação do proletariado durante estes embates são parte fundamental da radicalização do processo, pois colocam em pauta a demanda e possibilidade de nacionalização de indústrias estratégicas, mas indo além da propriedade simplesmente estatal, mas dentro da discussão da gestão ou cogestão operária.

Ao contrário do que esperavam os dirigentes da paralisação-sabotagem, durante os 63 dias de duração não houve maiores estalidos sociais, aumento da repressão ou até mesmo massacres. Se o desabastecimento de derivados de petróleo foi real e profundo, não se pode dizer o mesmo sobre o desabastecimento alimentar. Sem decretar seu final, a ofensiva foi aos poucos se dissolvendo até seu completo fim em 3 de fevereiro de 2003. A

estratégia de derrubar Chávez através do *lockout*, de atacar o centro dinâmico da economia nacional, foi levada adiante sem ter em consideração os custos não somente para o país, mas para a própria classe que suportava a paralisação-sabotagem. O país pagou pela aventura da oposição com a queda de 27% do PIB no primeiro trimestre de 2003, e o custo para a classe capitalista foi a bancarrota de um grande número de empresas privadas – sobretudo pequenas e médias. Ainda hoje em Caracas é possível caminhar pela cidade e encontrar grandes estruturas que outrora abrigavam empresas, comércios e indústrias abandonados. Para uma central sindical, como a CTV, que apoiou desde o começo do repúdio às 49 Leis Habilitantes, sob a escusa de que estas leis acarretariam na falência e desemprego, o saldo foi o aumento do desemprego de 15% a 20% em 2003. Para os altos funcionários da PDVSA, o saldo da sabotagem foi a demissão justificada de 18 mil dos 42 mil trabalhadores da indústria por abandono do posto de trabalho (LOPEZ MAYA, 2005; LACABANA,2006).

Ainda em fevereiro, ao perceber o fenecimento da paralisação-sabotagem e os possíveis reveses para a oposição aos bolivarianos como um todo, a Coordenadora Democrática faz um intento desesperado de reverter o saldo negativo desta última ofensiva e, assim, recolher assinaturas suficientes para ativar um Referendo Revogatório. As firmas recolhidas foram declaradas nulas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) por não cumprirem os requisitos legais, em outros termos, qualquer representante eleito por voto popular só pode ser submetido ao referendo revogatório após o cumprimento de metade de seu mandato. Outra vez, em dezembro de 2003 a Coordenadora Democrática começa a campanha de recolhimento de assinaturas para um referendo revogatório para o próximo ano. Em fins de fevereiro de 2004, o CNE emitiu sua decisão sobre as planilhas com as assinaturas recolhidas, manifestando “dúvida razoável” sobre a autenticidade e validade das assinaturas e estabeleceu critérios para a reparação. À sombra das decisões do CNE desatou nas grandes cidades, mas sobretudo nos bairros de médios e de luxo de Caracas, entre 27 de fevereiro e 4 de março de 2004, uma onda de protestos e enfrentamentos violentos, desenvolvidas a partir de convocatórias à “desobediência civil” por parte de porta-vozes da Coordenadora Democrática. Esses protestos e enfrentamentos, denominados como *Plano Guarimba*<sup>50</sup>, incluíram a formação de barricadas em avenidas e

---

<sup>50</sup> De acordo com Margarita Lopez Maya, “a palavra *guarimba* é de origem Caribe, e se utiliza num jogo infantil na Venezuela, para aludir a um local seguro, a casa ou outro, donde uma pessoa perseguida ou

vias nevrálgicas de Caracas e outras cidades, queima de pneus, sacos de lixo e veículos, ataques de bandos da oposição armados à Guarda Nacional com coquetéis molotov, pedras e tiros, violência física e verbal em diversos pontos urbanos. As táticas “foquistas” da oposição refletiam sua capacidade cada vez mais reduzida de mobilização, como também os maiores prejudicados foram os próprios moradores destes bairros luxuosos, uma vez que essa tática confinava os moradores à suas casas, impedindo-os, por exemplo, de ir ao trabalho. Até a paralisação-sabotagem a oposição conseguia mobilizar quase o mesmo número de pessoas nas ruas que os bolivarianos-chavistas, mas já em 2004 as marchas favoráveis ao processo aglutinavam centenas de milhares que não podiam mais ser igualadas pela oposição (LOPEZ MAYA, 2005; ELLNER, 2011).

A dialética entre contra-revolução e radicalização, as contradições inerentes à luta de classes, à disputa hegemônica e à disputa pelo poder do Estado são os elementos que conferem parte fundamental do dinamismo do processo de transformação revolucionária. As ofensivas da oposição contra o processo bolivariano demonstram com exatidão que seu poderio não era meramente político, mas também econômico, e que é este poderio e hegemonia no campo da economia, das relações sociais as quais esse poderio envolve, que deve também ser superado para que a revolução encontre seu termo radical. Esse poderio e hegemonia econômica das classes burguesas são definitivamente vantagens muito largas sobre o novo bloco histórico, e essas vantagens são convertidas numa resistência *prolongada, obstinada e desesperada*. De acordo reflexões de Lenin sobre a ativação dessa resistência das classes capitalistas e suas alianças espúrias, – não só no caso venezuelano, mas em qualquer processo revolucionário –, tem exatamente início

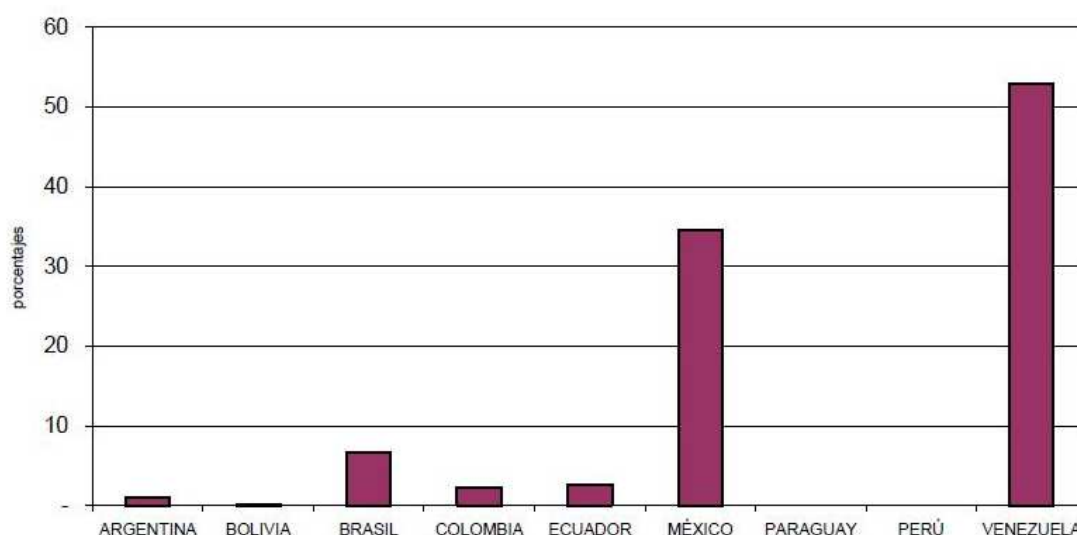
“depois da primeira derrota séria, [onde] os exploradores derrubados, que não esperavam o seu derrubamento, não acreditavam nele, não admitiam a idéia dele, lançam-se com energia decuplicada, com uma paixão furiosa, com um ódio cem vezes acrescido na luta pelo regresso do ‘paraíso’ que lhes foi arrebatado, pelas suas famílias que viviam tão docemente e a quem a ‘vil população’ condena à ruína e à miséria (ou ao ‘simples’ trabalho...)” (LENIN, 1979 vol.3: 23).

---

atacada fica protegida. Segundo a mensagem de internet, cada qual frente a sua casa ou *guarimba* devia, numa data que seria anunciada, desenvolver ações de resistência civil na rua, mas retrair-se a sua *guarimba* se chegasse a polícia a reprimir. Quando os corpos de segurança se retiravam, se voltava a sair da *guarimba*” (LOPEZ MAYA, 2005: 280).

De início não foram as derrotas eleitoral e nem referendária que levaram à resistência desesperada da oposição, até então, Chávez parecia ser “mais do mesmo”. A primeira “derrota séria” foi quando Chávez utilizou as possibilidades do poder do Estado para arranhar a superfície da propriedade privada em benefício da grande maioria. Conforme vimos até o momento, os *lockouts*, a sabotagem, o terrorismo e quebra da institucionalidade evidenciam – parafraseando Andre Gunder Frank – que o *inimigo imediato* da liberação nacional venezuelana é, taticamente, a burguesia própria. A Venezuela tem as maiores reservas petrolíferas da América Latina, seguidas pelas reservas do México, além das expectativas geradas sobre os volumes das recentes descobertas da camada Pré-Sal no Brasil. A natureza estratégica das reservas venezuelanas para o fornecimento mundial de energia podem ser visualizadas no GRÁFICO 3.

**GRÁFICO 3 – Distribuição das reservas latino-americanas em 2005**



FONTE: CEPAL, 2005 (La volatilidad de los precios del petróleo y su impacto en América Latina).

Quando Bush assumiu a presidência em 2001, a prioridade da política externa de seu governo não era a prevenção do terrorismo, nem frear a difusão de armas de destruição em massa ou nenhum outro dos objetivos da política externa pós 11 de Setembro. A política externa se voltava para o aumento das provisões de petróleo por parte dos produtores estrangeiros aos mercados estadunidenses. Segundo Michael Klare, em 2000 havia ocorrido uma “severa escassez de petróleo e gás natural em muitas partes dos EUA, acompanhada por apagões periódicos na Califórnia. Ademais, as importações de petróleo

dos EUA haviam crescido mais de 50% do total consumido no país pela primeira vez em sua história, provocando grande ansiedade a respeito da provisão de energia a longo prazo” (KLARE, 2005: 208). As ofensivas da oposição coincidem exatamente com a política energética postulada no início da presidência de George W. Bush.

De acordo com Gregory Wilpert há comprovação de que os Estados Unidos financiaram as ofensivas da oposição através da Fundação Nacional para a Democracia (USAID) e da companhia *Development Alternatives Inc.*, e que estas continuam a financiar a oposição venezuelana a uma média de cinco milhões de dólares anuais (WILPERT, 2009: 253). Mas existe uma grande diferença entre o financiamento para ações espúrias da oposição e a preparação e intervenção direta dos Estados Unidos na vida democrática venezuelana. Essa posição da “correia de transmissão” pode ser encontrada nas análises de Alan Woods ao sustentar que “o golpe esteve encabeçado pela burguesia venezuelana e seus comparsas nas forças armadas, mas *a mão que moveu os fios claramente estava em Washington. Este plano nasceu e se criou nos Estados Unidos*” (WOODS, 2004: 14 – *italico nosso*). Como dissemos anteriormente, a intenção da oposição em derrubar Chávez era aberta, todavia, a solução golpista de Carmona, desde nossa perspectiva, não parecia ser a primeira opção, mas sim a estratégia de longo prazo de desestabilização social e terrorismo, daí o significado do financiamento destas agências à oposição. Embora os Estados Unidos tivessem seus interesses em fornecer suporte financeiro e político-diplomático para a elaboração, execução e sustentação do golpe de 11 de Abril, e que suas razões para isso se baseavam na política externa de George W. Bush, no repúdio à nova política petrolífera venezuelana de controle dos preços e da reativação da OPEP, que a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos reduzisse a margem de lucro de suas multinacionais com negócios no país, que depois de Arábia Saudita e Canadá, a Venezuela era o terceiro maior fornecedor de petróleo do mundo, o golpe não foi mera correia de transmissão dos interesses imperialistas. Um dos grandes méritos da teoria da dependência foi demonstrar e insistir no fato de que o imperialismo não é um fator externo ao capitalismo latino-americano, mas um elemento constitutivo deste. Gunder Frank apresenta uma síntese de como se relacionam reciprocamente o externo e o interno:

“a dependência não deve nem pode considerar-se como uma relação meramente ‘externa’, imposta de fora a todos os latino-americanos e contra a sua vontade, mas que a dependência é igualmente uma condição ‘interna’ e integral da sociedade latino-americana



que determina a burguesia dominante na América Latina mas que, ao mesmo tempo, é consciente e agradavelmente aceite por ela” (FRANK, 1971:9).

Assim, os decretos do governo golpista de Carmona seguiram a linha simples de restauração do poder político que tinham no processo bolivariano um entrave para o livre curso do poder econômico das classes capitalistas no país. Em poucas palavras, os breves decretos significavam o restabelecimento das políticas neoliberais dentro do contexto de uma democracia restringida, portanto, o golpe interessava tanto aos fatores internos, como externos. É plausível que após a derrota do golpe de 11 de abril, um dos objetivos não-declarados da paralisação-sabotagem e do *Plano Guarimba* era instaurar um processo de desestabilização não apenas econômico, mas também, político-social. Seria o caso de provocar a reação truculenta e enérgica da Guarda Nacional para a contenção dos atos terroristas da oposição, assemelhando-se a um estado de guerra civil, donde seria possível apelar à intervenção da “Comunidade Internacional”, seja através de duras sanções econômicas e, em último e extremo caso, até mesmo a intervenção militar, em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos.

Quando as estratégias ilegítimas, anti-democráticas e autoritárias da oposição demonstraram esgotamento, esta recorre à via institucional para realizar o referendo revogatório, tal como previsto da Constituição de 1999. Como já mencionamos, além da própria debilitação da oposição na construção do consenso contra o processo bolivariano, foi o esgotamento da estratégia anti-democrática que deu início à nova estratégia institucional ainda em 2003. Após sérias disputas em torno da validade ou não das assinaturas para ativação do recurso constitucional, o referendo foi convocado 15 de agosto de 2004. Ainda em 2003, enquanto a oposição recolhia assinaturas para a convocatória de um referendo revogatório, o MVR e Chávez convocam a organização do Comando Ayacucho para coordenar a campanha contrária à convocatória do referendo, e posteriormente, como para governadores e prefeitos que ocorreria em novembro de 2004. No período próximo ao referendo revogatório, este comando é substituído pelo Comando Maisanta para coordenar a campanha a favor do “não” no referendo que estaria por vir em agosto, mas, ao mesmo tempo foram formadas as Unidades de Batalha Eleitoral (UBE) para levar a campanha às comunidades e organizadas fora dos círculos diretos do MVR. Todavia, tanto os Comandos Ayacucho e Maisanta como as UBE foram organizações

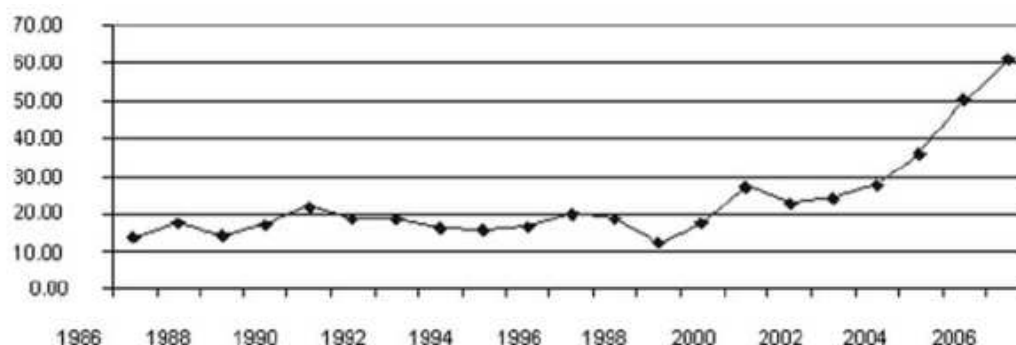
transitórias. Assim, o Comando Ayacucho foi desmontado devido às inúmeras críticas à sua coordenação, uma vez que não conseguiu impedir a realização do referendo revogatório, se equivocou no cálculo de assinaturas legítimas contra o presidente; de igual maneira, Comando Maisanta e as UBEs também tiveram curta duração, principalmente, por falharem na tarefa de nomear os candidatos a governadores e prefeitos desde a base do próprio comando (ELLNER, 2011). Os resultados do referendo garantem a continuidade de Chávez no governo com 59% contra 41%. Assim, nos deparamos novamente com o “fenômeno Chávez”, pois, este referendo representava mais do que a redução entre o “a favor” ou “contra” Chávez: simbolizava a confirmação da legitimidade e continuidade do processo. Nesse sentido, mesmo se tratando de apoiar diretamente a presidência de Chávez, o referendo vai além de sua liderança, podendo ser caracterizado como o desfecho da disputa hegemônica aberta iniciada em 2002 e ponto inicial da mudança de qualidade da revolução bolivariana.

Após sobreviver às ofensivas continuadas da oposição, o governo bolivariano tem atuado em várias frentes visando ampliar e consolidar o consenso em torno do processo bolivariano, como também organizar suas bases de sustentação internas e externas. A maneira para ampliar e consolidar o consenso ao redor do processo foi colocar como questão de primeira ordem saldar a gigantesca dívida social deixada pelos governos da democracia *puntofijista*, o que constitui um catalisador poderoso das mudanças na estrutura econômica e social do país. “A *revolução social* empreendeu seu caminho heterodoxo” (FIGUEROA, 2009: 139). O lançamento das Missões Sociais faz parte deste caminho heterodoxo da revolução social. Um dos impulsos fundamentais para a concretização das Missões foi o fato de que desde a derrota da paralisação-sabotagem petroleira, houve o aumento substancial dos preços do barril de petróleo, logo o incremento da renda sobre o recurso natural cujo preço médio do barril sobre de US\$12 na década de 1990, para US\$26 na primeira metade da década de 2000 (vide GRÁFICO 4), como o Estado bolivariano conseguiu estabelecer o controle efetivo sobre a PDVSA, e parte importante desse controle possibilitou a tomada de decisão em transferir parte da renda petroleira<sup>51</sup> à satisfação de algumas das necessidades básicas, como também o incentivo da economia social.

---

<sup>51</sup> A reforma à Lei do Banco Central da Venezuela (BCV) entra em vigência em julho de 2005, estabelecendo um novo regime para as transações da PDVSA em moeda estrangeira. Assim, PDVSA está obrigada a vender ao BCV apenas parte da renda em moeda estrangeira necessárias para cumprir suas obrigações em moeda

**GRÁFICO 4 – Preços internacionais do barril de petróleo venezuelano (em US\$)**



FONTE: HERNANDEZ, AVEDAÑO, 2008.

Inicialmente as Missões visavam solucionar as carências e problemas da população gerados pela paralisação-sabotagem petroleira de 2002-2003. Estes planos sociais constroem estruturas da administração pública paralelas aos ministérios que deveriam executá-las, e alcançam amplamente setores mais pobres, como também, um terço dos setores médios da sociedade venezuelana. Segundo o sociólogo Edgardo Lander, as missões têm como virtude “sua capacidade para saltar obstáculos burocráticos e chegar de forma direta e rápida aos setores mais excluídos da população”, além do que “boa parte destas missões se baseiam na promoção dos processos organizativos nas comunidades como parte de seu desenho e execução” (LANDER, 2007: 72). Como consequência, tem sido enorme seu impacto sobre as condições de vida das classes populares, e ainda mais ampla a diversidade de processos organizativos populares que tem contribuído a criar ou fortalecer em todo o país.

Desde o Plano Bolívar 2000 já haviam alguns médicos cubanos exercendo a medicina no atendimento de situações de calamidade pública. Esse exercício aos poucos evoluiu para o plano de medicina preventiva em comunidades mais pobres, conhecido como Plano Bairro Adentro. Em junho de 2003 esse plano é convertido a Missão Bairro

---

local. O restante dos montantes em moeda estrangeira pode ser mantido pela empresa para satisfazer suas necessidades de investimento. Todo montante excedente ao descrito anteriormente, é transferido pela empresa para dois fundos diversos, mas com orientações semelhantes, o Fundo de Desenvolvimento Social do País (FONDESPA) para a construção de obras de infra-estrutura e desenvolvimento agrário, saúde e educação, e o Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN), com objetivo de criar indústrias básicas, indústrias petroquímicas e a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, além da utilização dos recursos extraordinários para o atendimento de situações especiais, e pagamento da dívida pública externa (PDVSA, 2010: Informe de Gestão de 2010).

Adentro I, com um programa de medicina básica e preventiva, começa massivamente com apoio de 13 mil médicos cubanos, e somente 29 médicos venezuelanos, que trabalham em Clínicas Populares dentro das próprias comunidades, além disso, realizam visitas domiciliares às famílias residentes nas comunidades. Em 2005 começa o segundo nível – Missão Bairro Adentro II – que avança na construção de mais Clínicas Populares nas comunidades em que a primeira fase não havia chegado, a ampliação da rede de atendimento, é incluído o atendimento odontológico, como também são construídos os Centros de Diagnóstico Integral, as Salas de Reabilitação Integral e os Centros Médicos de Alta Tecnologia, donde são realizados exames especializados, reabilitação física e assistência médica especializada que não requer hospitalização do paciente. Ainda em 2005 foi anunciada a terceira etapa – Missão Bairro Adentro III – constituída por hospitais públicos do governo com centros de tratamento intensivo nas zonas periféricas de maneira a atender os casos mais complexos e resgatar integralmente a rede hospitalar venezuelana. Em 2006 tem início a quarta etapa – Missão Bairro Adentro IV – com a construção do Hospital Cardiológico Infantil em Caracas, o objetivo da quarta etapa é construir centros hospitalares especializados para desenvolvimento de vacinas, procedimentos e tecnologia hospitalar.

Para alterar a política educativa excludente em julho de 2003 tem início a Missão Robinson I, que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo da Venezuela através do método cubano “Yo sí puedo” (fato alcançado em 2006 e reconhecido pela ONU). Em outubro de 2003 se avança na Missão Robinson II, que busca continuar o processo educacional da Robinson I, provendo o ensino fundamental para jovens e adultos, donde a grande maioria é proveniente da primeira etapa da Missão. Pouco depois é criada a Missão Ribas, para complementar as duas etapas da Missão Robinson, de modo que, não somente os estudantes oriundos das Missões, mas também, aqueles que por situações adversas abandonaram os estudos pudessem concluir a formação de ensino médio. A Missão Simoncito criada em 2004 trata de universalizar o ensino pré-escolar (0 a 6 anos). Assim, além de começar a vida educacional desde cedo, se garante também o serviço de creche para que os pais tenham condições de trabalhar e aliviando financeiramente o custo de cuidados privados com as crianças.

As Universidades Bolivarianas (UBV) são fundadas em 29 de julho de 2003, com intuito de atender a enorme demanda por ensino superior, uma vez que as Universidades públicas tradicionais, não acompanharam o crescimento da demanda por ensino, como foram universidades fundadas dentro da concepção de “meritocracia”, de “exclusividade”, foram criadas em acordo com as necessidades das classes pujantes do país e não com vistas a definir a educação como direito fundamental de todo cidadão ou cidadã. Conforme relato do professor da UBV de Maracaibo Luiz Adolfo Pérez, a estrutura física das UBV's foi montada com a revitalização e ocupação de construções abandonadas, por exemplo, o endereço da UBV de Caracas é um antigo edifício que foi doado pela PDVSA. Em Maracaibo a universidade foi construída pela expropriação por dívidas do campus abandonado de uma universidade privada. O modelo de educação universitário é organizado sob o princípio de aplicações práticas em lugar de disciplinas abstratas, e a maioria dos cursos enfoca a criação de projetos sociais e se exige que os estudantes trabalhem junto às comunidades. Também se trabalha com a municipalização do ensino superior, quer dizer, se determinada comunidade demanda um curso universitário e tem suficiente número de estudantes para formação de uma turma, os facilitadores (professores) vão até a comunidade e com a estrutura organizada pelos próprios interessados são ministradas as aulas em finais de semana. A universidade popular é uma iniciativa que se articula com as demais Missões Sociais, uma vez que fornece a formação continuada de seus membros<sup>52</sup>, é indispensável que a UBV atenda a urgente necessidade de formação de novos médicos venezuelanos para a substituição dos médicos cubanos. Existe também um enorme esforço editorial por parte do processo bolivariano, de fornecer livros a preços populares e de ótima qualidade – o catálogo segue desde livros infanto-juvenis até livros universitários. A distribuição de várias edições venezuelanas, argentinas, mexicanas e cubanas é feita através da disseminação das *Librerías del Sur* em pontos diversos de Caracas e em outras cidades do país<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> A UBV tem no momento 15 cursos: agroecologia, arquitetura, economia política, comunicação social, estudos jurídicos, estudos políticos, gás, gestão ambiental, gestão social, gestão de saúde, gestão ambiental, planificação social, informática para gestão social, medicina integral, petróleo, radioterapia, refinação e petroquímica. Alguns são cursos tradicionais, outros são cursos novos e adequados às necessidades da comunidade. O grande limite da UBV é que não existem cursos intensivos em conhecimento, cursos para o desenvolvimento de novas tecnologias e patentes em engenharias, o que seria determinante para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Mesmo que necessário não basta focar exclusivamente na formação de gestores sociais, de multiplicadores, de servidores estatais.

<sup>53</sup> Entrevista com Luiz Adolfo Pérez, professor da Universidade Bolivariana de Maracaibo.

Como já vimos, a paralisação-sabotagem de 2002-2003 gerou problemas de abastecimento interno que, caso tivesse se estendido alguns meses mais teria conseqüências sérias para o processo bolivariano. O governo coloca em prática o Plano Mercal já em março de 2003 como uma medida de caráter urgente, que dado seus resultados positivos é convertido em 2004 na Missão Mercal. Inicialmente o plano visava garantir a alimentação básica da maioria da população e contornar o desabastecimento provocado pela disputa hegemônica, mas como Missão Social seu objetivo fundamental é garantir à população a faixa mínima de segurança alimentar. A rede Mercal é composta por distintos níveis de locais de comércio, que embora tenham os mesmos objetivos, apresentam cobertura de produtos e populações diversificadas. Essa rede se divide em: a) *Mercalitos* cuja estrutura física é pequena e se localizam dentro das comunidades, portanto, cobrem uma porção limitada da população e oferecem uma quantidade limitada de produtos; b) Mercal Tipo I, que engloba os Mercalitos (módulo básico) e módulo ampliado, como também possuem a “Botica Popular”, que associada à Missão Bairro Adentro fornece medicamentos a preços baixos; c) Mercal Tipo II, que resulta da ampliação da cobertura e da quantidade de produtos, visando alcançar um número maior da população; d) Super Mercal, como indica o próprio nome, são similares aos grandes supermercados privados, destinados a atender um número superior e variado da população; e) Mercal Móvel são mercados que se realizam em espaços abertos e em avenidas, onde são montadas estruturas itinerantes que de acordo com um calendário pré-estabelecido, comercializam não apenas alimentos, mas produtos variados demandados pela população; e f) Casas de Alimentação, as quais fornecem refeições gratuitas à população em condição de miséria extrema. Entre os produtos estão: azeite, óleo de cozinha, arroz, feijão, açúcar, carne de primeira e de segunda, farinha de trigo, leite em pó, leite longa vida, lentilha, margarina, mortadela, macarrão e frango. Seus preços são substancialmente inferiores aos dos supermercados privados e abaixo da inflação, chegando a variar entre 25% e 50%. Parte destas mercadorias é de origem venezuelana, o governo bolivariano prioriza a compra de produtos fabricados pelas Empresas de Produção Social e Cooperativadas, e no caso daquelas em que a produção nacional não é capaz de oferecer em quantidade suficiente é complementada com importações de países como Argentina, Brasil, Uruguai, Equador e Colômbia.

**TABELA 3 – Distribuição de alimentos através de Mercal**

<b>Ano</b>	<b>Total em Toneladas</b>	<b>Nacional %</b>	<b>Internacional %</b>
2003	382.860	14	86
2004	1.122.517	50	50
2005	1.397.579	64	36
2006	1.383.269	66	34
2007	1.408.490	47	53
2008	1.492.263	n/d	n/d

FONTE: Ministério do Poder Popular para Alimentação (MINPPAL), 2008.

O impacto positivo das Missões Sociais pode ser verificado pela redução dos níveis de pobreza e pobreza extrema. A título de exemplo, em 1999 42,8% dos lares estavam na linha da pobreza, durante a paralisação-sabotagem petrolífera em 2002-2003 este número ascendeu a 54%, e após o impacto das Missões começa a reduzir, chegando em 27,5% em 2007 e 26,8% em 2010. Para os lares em pobreza extrema os números apresentam variação semelhante no mesmo período, em 1999 16,6% se encontrava em condições de pobreza extrema, em 2002-2003 o número ascendeu a 25,1% dos lares, para se manter estável na casa dos 7% desde 2007 até 2010 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA).

Junto às Missões Sociais o governo bolivariano coloca maior ênfase no desenvolvimento da economia social e solidária. O primeiro impulso para o desenvolvimento de uma economia alternativa à economia de mercado foi ainda em 2002, quando da criação do Ministério do Estado para o Desenvolvimento da Economia Social, que na realidade não constituía um ministério, senão um órgão de assessor da presidência da república nas matérias de proteção e fomento da economia social, como também suporte ao desenvolvimento endógeno. Este órgão é convertido em ministério em março de 2004, dando forma ao Ministério da Economia Popular<sup>54</sup> (MINEP).

O elemento central para o avanço concreto da economia social seria a formação de Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NUDE), que seriam conformados por formas de

<sup>54</sup> Em março de 2007 passa a ser denominado Ministério da Economia Comunal (MINEC), finalmente, em junho de 2009 passa a denominação de Ministério para as Comunas e Proteção Social (MPCOMUNAS).

trabalho organizadas em cooperativas, empresas auto-gestionárias e, posteriormente, empresas de produção social. De acordo com o documento de formação política sobre o *desenvolvimento endógeno bolivariano*, estes núcleos

“articulam um conjunto de cooperativas de produção e serviços e a sua vez, cada núcleo se relaciona com outros espaços definidos para gerar redes de cooperação produtiva a partir do trabalho das cooperativas organizadas de acordo com as potencialidades de cada núcleo e a vocação dos lanceiros e lanceiras<sup>55</sup>” (MINEP, 2005: 26-27).

Esse reforço visa abertamente concretizar uma via de desenvolvimento alternativa ao mercado capitalista e organizado no contexto comunitário local. O conceito de desenvolvimento endógeno, como insiste Dick Parker, não constitui de fato num “plano”, e menos ainda numa “teoria”, senão que “muito mais de um horizonte, uma consigna que surgiu na busca de uma resposta popular, mesmo que já conte com um conjunto de reflexões que nos possa servir de guia”. Não é, portanto, uma “alternativa teórica já empacotada como ‘modelo alternativo’, pronto para sua aplicação. É mais uma maneira de referir-se à busca de um caminho” (PARKER, 2009: 81-82). Para isso encontra na Missão Vuelvan Caras<sup>56</sup> sua forma inicial de operação. Esta Missão partia da incorporação da força de trabalho desocupada num programa de formação profissional, política e técnica, cujo objetivo era alargar as capacidades dos lanceiros e lanceiras para desenvolver projetos produtivos em cooperativas e micro-empresas, em cinco frentes de batalha: agrícola, industrial, infra-estrutura, turismo e serviços. Portanto, os NUDE tinham como metas: a) enfrentar a preponderância do lucro e do interesse pessoal na produção, privilegiando o interesse e bem-estar coletivo; b) promover novas relações sociais e de produção que evitem a centralização e concentração de propriedade, gerando a democratização efetiva; c) estimular a adoção de um novo estilo de vida e consumo; e, d) tudo isso, apelando à planificação democrática da economia, recusando a anarquia do mercado e favorecendo a satisfação de necessidades coletivas (MINEP, 2005).

Outro novo conceito de organização do trabalho dentro dos moldes do desenvolvimento endógeno bolivariano foi o de Empresas de Produção Social (EPS),

---

<sup>55</sup> Denominação dos trabalhadores e trabalhadoras inscritas na Missão Vuelvan Caras.

<sup>56</sup> Esta Missão Social foi criada em começo de 2004, três anos depois foi renomeada como Missão Che Guevara, e em 2009 passou a ser chamada Missão Socialista Che Guevara, dentro da concepção de Che Guevara do “socialismo e o homem novo”, de transformar o sistema de recompensas materiais-salariais, por um sistema de recompensa social-moral (Cf. CHE GUEVARA, 1979).



introduzido oficialmente pela primeira vez em setembro de 2005. As empresas organizadas sob este conceito têm de preencher uma série de requisitos: privilegiar valores de solidariedade, cooperação, complementaridade, reciprocidade, equidade, sustentabilidade, mais além da lucratividade; são obrigadas a investir 10% de seus lucros na comunidade onde estão instaladas; também produzir bens e serviços que tenham significado próprio, sem discriminação social ou privilégios associados a nível hierárquico, existindo a substancial igualdade entre seus membros, seja sob gestão participativa, estatal, coletiva ou mista. Em síntese, as empresas organizadas absolutamente sob os moldes capitalistas não são qualificadas como EPS (WILPERT, 2009). As quinze empresas<sup>57</sup> que conformam Corporação Venezuela de Guayana (CVG) que explora sobretudo recursos naturais florestais, ouro, ferro, bauxita, diamantes etc. são classificadas como EPS, igualmente, na mesma região de Guayana existem cooperativas de confecção de roupas e calçados, produção de cadeiras de rodas, móveis e outros produtos com base em preços justos e solidários, que também conformam EPS. Ressaltamos que o conceito não é muito claro e fácil de assimilar, nos exemplos da CVG e das cooperativas de Guayana, não está muito clara a distinção entre uma EPS e uma cooperativa ou uma fábrica recuperada pelos trabalhadores.

O peso do Estado na promoção da economia social é fundamental em duas condições: a) da criação de fundos e bancos estatais adstritos ao MPCOMUNAS, tais como o Fundo para o Desenvolvimento Endógeno, FONENDOGENO; Instituto Autônomo Fundo Único Social, IAFUS; do Banco do Povo Soberano; do Banco da Mulher, BANMUJER; além dos fundos sociais da PDVSA, todos com orientação de outorgar créditos à economia social em condições especiais; b) o governo toma em conta a colocação da economia social dentro de uma sociedade capitalista, portanto, o peso da concorrência com empresas privadas já consolidadas e com alta produtividade e eficiência. Para isso, é criado o Plano Excepcional de Compras Governamentais para promoção da economia social, a partir da incorporação desta produção alternativa em licitações e assegurar o mercado para as cooperativas de produção, empresas co-gestionadas e micro e médias empresas.

---

<sup>57</sup> São estas empresas: CVG Venalum, CVG Bauxilum, CVG Proforca, CVG Ferrocasa, CVG Minervem, CVG Cabornoca, CVG Alcasa, CVG Ferrominera, CVG Conacal, CVG Tecmin, CVG Alunasa, CVG Cabelum, CVG Internacional e Filiais e CVG Fundeporte.

O impulso dado aos micro-créditos, cooperativismo, cogestão de empresas, núcleos de desenvolvimento endógeno, empresas de produção social, Missão Vuelvan Caras (Missão Socialista Che Guevara), supõe a criação e expansão de um modelo de desenvolvimento alternativo, que mesmo sem romper imediatamente com o capitalismo, fortalece os mecanismos de participação e protagonismo popular em âmbito econômico. Vale dizer que a economia social tem maiores potencialidades de consolidação quando partem de experiências anteriores de organização comunitária, cooperativa e cogestionária, quando já há certo acúmulo de lutas que fazem daquelas organizações um coletivo integrado, portanto, mesmo com todo impulso propiciado pelo Estado venezuelano, a economia social só é viável se mantidas margens de autonomia frente à planificação estatal. De igual maneira, não basta o esforço massivo e de curto prazo para formação de organizações de tipo cooperativo por parte do governo bolivariano, uma vez que esse tipo de esforço leva à economia social à condição mecanismo compensatório do desemprego e informalidade, tendo por função mitigar e suavizar as injustiças geradas pela miséria social.

A política externa do governo Chávez vai bem mais além do fortalecimento da organização dos países exportadores de petróleo, de fato se orienta rumo à maior integração latino-americana, na realização da utopia bolivariana da Pátria Grande. Foi durante a terceira cúpula dos Chefes de Estado e Governo da Associação dos Estados do Caribe (AEC), realizada em dezembro de 2001, que Chávez propôs a criação da Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe (ALBA, posteriormente, em junho de 2009, adota o nome de Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado Comercial dos Povos<sup>58</sup>, ALBA-TCP), como necessidade de fazer um contrapeso aos Tratados de Livre Comércio<sup>59</sup> que estavam sendo assinados entre os EUA e vários países

---

<sup>58</sup> Podemos dizer que a mudança de nome revela “não apenas indecisão quanto ao nome, senão também um alargamento da área geográfica e histórica que lhe corresponde. Bem pode dizer, pois, que se trata de um conceito em expansão” (RETAMAR, 2003: 19). Essa “indecisão quanto ao nome” é polemizada por Walter Mignolo em sua discussão sobre a “idéia de América Latina”, em que tal “idéia” é proveniente da “latinidade” reivindicada pelos franceses e adotada pelas elites criollas, que funcionou naquele momento como um conceito que os colocou por baixo dos anglo-americanos e apagou ou degradou o peso de indígenas e africanos na formação histórica, econômica e cultural do subcontinente (MIGNOLO, 2007). Por isso mesmo, Roberto Fernandez Retamar considera que a “América Latina”, tomada *agora* como “nossa América” “inclui não apenas povos de relativa filiação latina, senão também outros, como os das Antilhas de língua inglesa e holandesa, mas bem distantes de tal filiação; e por suposto, os grandes enclaves indígenas” (RETAMAR, 2003: 20).

<sup>59</sup> Os TLC assinados até a data do anúncio de Chávez por uma unidade latino-americana foram: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) assinado em 1 de janeiro de 1994 entre México, EUA e

latino-americanos e que representavam o primeiro passo à consolidação da Área de Livre Comércio das Américas<sup>60</sup> (ALCA). Esta representava uma reedição da estratégia pan-americanista dos EUA e como já afirmamos em outra parte da tese, a política externa empresarial e militar deste país é orientada a assegurar o controle e o fluxo contínuo de petróleo e gás, como também outros recursos minerais importantes, de maneira que esta política externa agressiva reforça – no caso da América Latina – sua característica de reserva estratégica, como também desarticulária intentos futuros de integração sul-americana, tal qual o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Poderíamos arriscar que os princípios para fundação da ALBA se encontravam em germe no “Acordo de Energético de Caracas” firmado em outubro de 2000, mais especificamente nas pautas do “Convênio Integral de Cooperação Cuba-Venezuela”, uma vez que este acordo envolve outros países centro-americanos e caribenhos. Em 2003 o governo venezuelano apresentou o documento “Da integração neoliberal à Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe. Princípios diretores da ALBA”, em que se apresentava uma síntese inicial dos princípios e objetivos do projeto de integração. A fundação da ALBA acontece durante a I Cúpula da ALBA em 14 de dezembro de 2004 em La Havana, firmado pelo Comandante em Chefe de Cuba, Fidel Castro e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez. Na III Cúpula da ALBA em 29 de abril de 2006 se incorpora ao projeto a República Plurinacional da Bolívia e é proposto

---

Canadá; e o Plan Puebla-Panamá assinado em março de 2001 que integrava as economias do sul e sudeste mexicanos e mais sete países centro-americanos (Belize, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá). Ao longo da primeira década de 2000 outros TLC foram assinados, como, por exemplo, o TLC Chile-EUA que entra em vigor em 2004; o TLC com a América Central e República Dominicana (CAFTA-DR que passa a vigorar em março de 2006; O TLC Peru-EUA em vigor desde fevereiro de 2009; o TLC Colômbia-EUA em vigor desde outubro de 2011.

<sup>60</sup> Em 27 de junho de 1990, o governo de George Bush fez o anúncio formal de uma “iniciativa para as Américas”, que seria o ante-projeto dos EUA para a formação de uma área de livre comércio no continente, futuramente conhecido como ALCA. O avanço das negociações sobre a possível Área de Livre Comércio foi em dezembro de 1994, durante a Primeira Cúpula das Américas, quando o presidente Bill Clinton reuniu 33 chefes de Estado, com exceção de Cuba, para firmar o compromisso da região na construção deste tratado. Conforme destaca Marcelo Santos, “o projeto de integração previsto pelos EUA não é simplesmente a formação de uma área de livre comércio tradicional com a eliminação dos entraves ao trânsito de bens, mas, mais do que isso, ele prevê também a institucionalização de regras comuns, para temas como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual etc. Note-se que a liberalização proposta pelos norte-americanos possui uma série de ressalvas e exceções que preservam os instrumentos de defesa comercial dos EUA, como sua legislação *antidumping* e sua política de proteção à agricultura. Ao mesmo tempo, as negociações não incluem temas como a unificação monetária e criação de um banco central comum, programas de financiamento para os países e regiões mais atrasadas e a livre circulação de trabalhadores” (SANTOS, 2007: 47).

Tratado de Comércio dos Povos<sup>61</sup>. A IV Cúpula realizada em Manágua, em 11 de janeiro de 2007, incorpora-se a República da Nicarágua. Na VI Cúpula, em 24 a 26 de janeiro, realizada em Caracas é incorporada a Dominica, além disso se instala o Conselho de Movimentos Sociais da ALBA. Na VII Cúpula foram incorporados Equador, San Vicente e Granada e Antigua e Barbuda.

As propostas de acordos para construção da ALBA são de amplo alcance e tocam profundamente a necessidade da soberania política e independência econômica de cada país signatário e do bloco como um todo. Assim, destacamos algumas das propostas mais radicais e progressistas do plano de integração: i) soberania petroleira e energética parte da criação de uma empresa latino-americana e caribenha de petróleo, a PETROAMÉRICA, que resultaria da associação das grandes empresas estatais do setor petroleiro (da brasileira Petrobrás, da venezuelana PDVSA, da mexicana PEMEX da argentina ENARSA, da equatoriana PETROECUADOR, da uruguaia ANCAP, e a boliviana YMPF), com vista a garantir a soberania nacional no uso e no controle dos preços de petróleo e derivados. A criação da Companhia Latino-Americana e Caribenha de Eletricidade, a ENERSUR, com a confluência das empresas estatais de energia elétrica, com a participação de trabalhadores e usuários, incluindo cooperativas do setor, o que do ponto de vista da economia social parece uma proposta inédita. Criação do Centro de Investigações da Energia Alternativa Latino-Americano e Caribenho (CIELAC), cujo objetivo é pesquisar e desenvolver a aplicação de fontes de energia alternativas à atual matriz energética, tais como energia solar, eólica, geotérmica, de biomassa e maré-motriz; ii) a soberania e segurança alimentar como parte fundamental da soberania e independência dos povos e países, portanto, é proposta a criação do Instituto Latino-Americano e Caribenho de Reforma Agrária e Soberania Alimentar, para organizar o avanço da Reforma Agrária Continental, principalmente, através da superação da herança colonial latifundiária e do reforço e financiamento com micro-créditos da Pequena e Média Agricultura, colocar em marcha a estratégia de controle e estabilização dos preços dos alimentos. A criação do Banco Latino-Americano e Caribenho de Sementes, desde o princípio de que as sementes de cultivo são

---

<sup>61</sup> Estes tratados se baseiam na “economia de troca”, cujo eixo dos intercâmbios de bens e serviços é voltado para satisfação das necessidades fundamentais dos povos. Não são tratados com vistas à economia mercantil, mas pautados nos princípios de solidariedade, reciprocidade, transferência tecnológica, aproveitamento das vantagens de cada país, economia de recursos e incluem convênios creditícios para facilitar pagamentos e cobranças (Cf. *Que es ALBA* em [www.alianzabolivariana.org](http://www.alianzabolivariana.org)).

patrimônio da humanidade, hoje ameaçado pelo comércio monopolista das grandes empresas multinacionais que ao mesmo tempo manejam tecnologias de produção de sementes geneticamente modificadas, colocando os agricultores na dependência destes monopólios. Portanto, o banco teria o intuito de assegurar a reprodução de sementes *criollas*, indígenas ou originárias; iii) formar um Clube Latino-Americano e Caribenho de Devedores, em que se reuniriam os países devedores do subcontinente a fim de realizar auditorias da dívida externa impagável, renegociar a dívida externa de acordo com os interesses nacionais ou até mesmo forçar a anulação da dívida destes países; iv) resgatar a propriedade e o uso soberano dos recursos naturais, portanto, fazer da América Latina e Caribe mais do que uma área de reserva estratégica do imperialismo. Para isso seria fundamental a formação da Comissão Latino Americana Caribenha de Defesa dos Recursos Naturais e Meio-Ambiente. Essa comissão seria responsável pela defesa da nossa soberania e dos recursos naturais (biodiversidade, águas, selvas tropicais, terras cultiváveis, petróleo, gás, jazidas minerais, gelos antárticos) com a participação dos Estados, das Universidades, das Forças Armadas e organizações sociais e políticas de cada país; v) conformar um instituto regional de saúde com objetivo de promover políticas públicas em saúde, desde o princípio elementar que o Estado deve garantir o direito a saúde como parte do direito à vida. A proposição da Escola Latino Americana de Medicina para cobrir as enormes deficiências no atendimento de medicina preventiva, na formação de médicos com ênfase na medicina social. Impulsionar a soberania farmacêutica, a partir de políticas de desenvolvimento e fabricação de medicamentos essenciais e seguros, com qualidade e baixo custo, com base na experiência cubana. A cooperação entre laboratórios estatais nacionais, pesquisa científico-tecnológica na área, uma vez que a estratégia conjunta permite cortar a dependência e enfrentar os interesses e pressões dos grandes laboratórios privados; vi) Avançar na construção de um modelo democrático de plena participação, protagonismo e controle da função pública pelo próprio povo. a) orçamento participativo; b) referendos revogatórios; c) Prestação Pública de Gastos e Rendas; d) Plebiscitos e outros mecanismos de consulta popular; vii) a criação do Banco do Sul, como um banco dedicado ao financiamento de empreendimentos binacionais ou multinacionais para o desenvolvimento endógeno e integração regional. Não seria este um banco apenas para financiar projetos econômicos, mas também para projetos de saúde, educação, cultura,

artes, turismo e esportes, sua função é garantir o melhoramento na qualidade de vida dos latino-americanos e caribenhos (ALBA DESDE LOS PUBELOS, 2005).

Uma das propostas já concretizadas foi a criação do canal televisivo a *Televisión del Sur* (TELESUR), sua transmissão começou em julho de 2005 e sua iniciativa extrapola os limites da própria ALBA, uma vez que conta com o financiamento dos governos da Venezuela, Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina e Uruguai (10%). O canal responde a um duplo propósito: de um lado, fazer contrapeso à hegemonia dos meios de comunicação privados dos países latino-americanos, que além de serem contrários ao processo bolivariano, são agências de reprodução de idéias dos países do Norte; de outro lado, busca ser um meio fundamental para a promoção da integração política e cultural do subcontinente latino-americano (TIRADO SANCHÉZ, 2011).

Em seus princípios se parte da consideração de que a integração mundial neoliberal a qual a região foi submetida nas últimas décadas priorizava as relações comerciais e viabilidade dos investimentos de capital nos países, portanto, a proposta da Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe coloca como eixo central da política de integração a luta contra a pobreza e a exclusão social. Todavia, há de se atacar alguns obstáculos à integração alternativa no subcontinente, a saber:

“a) a pobreza da maioria da população; b) as profundas desigualdades e assimetrias entre países; c) intercâmbio desigual e condições injustas das relações internacionais; d) o peso de uma dívida impagável; e) a imposição de políticas de ajuste estrutural do FMI e BM e das rígidas regras da OMC que socavam as bases de apoio social e político; f) os obstáculos para ter acesso à informação, ao conhecimento e à tecnologia que derivam dos atuais acordos de propriedade intelectual; e, g) prestar atenção aos problemas que afetam a consolidação de uma verdadeira democracia, tais como a monopolização dos meios de comunicação social” (PRINCÍPIOS RECTORES DEL ALBA, em <http://www.granma.cubaweb.cu>).

Os obstáculos elencados acima definem os pontos para um projeto alternativo de integração regional latino-americana. Sem sombras de dúvidas, o projeto de integração da ALBA tem em conta as disparidades de desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe. Encontramos o gérmen da concepção de integração solidária contida na Aliança Bolivariana está no *Discurso de Argel* de Che Guevara, em que ressaltava a imperiosidade

da solidariedade internacional e dos riscos dos países socialistas, após libertarem-se do jugo imperialista, terminarem por reproduzir os mesmos mecanismos da lei do valor-trabalho em seus intercâmbios comerciais. Che Guevara apresenta o problema nos seguintes termos:

“Acreditamos que é nesse espírito que deve ser tomada a responsabilidade de ajudar os países dependentes e que não deve mais tratar-se de desenvolver um comércio, feito em benefício mútuo, à custa dos países subdesenvolvidos, na base de preços adulterados pela lei do valor e pelas relações internacionais de troca desigual acarretadas por essa lei. Como se pode chamar de ‘benefício mútuo’ a venda aos preços de mercado mundial, de produtos brutos que custam aos países subdesenvolvidos esforços e sofrimentos sem limite e a compra, também aos preços do mercado mundial, de máquinas produzidas nas grandes fábricas automatizadas que hoje existem? Se estabelecemos este tipo de relações entre dois grupos de nações, temos de convir que os países socialistas são, em certa medida, cúmplices da exploração imperialista” (CHE GUEVARA, 1979: 87).

Na realidade Che Guevara destaca a necessidade de empreender uma nova divisão internacional do trabalho, um processo que cria as condições objetivas para a revolução mundial desde os “elos mais fracos” do imperialismo “à medida que for suprimida a exploração do homem pelo homem será suprimida a exploração de uma nação por outra” (MARX, ENGELS, 1998: 56). A proposta de Che Guevara é fundada na solidariedade internacional radical, muito acima da reprodução da lei das vantagens comparativas e os mecanismos de transferência de valor e intercâmbio desigual entre os povos:

“Os Estados cujos territórios receberam os novos investimentos teriam sobre estes todos os direitos inerentes à propriedade soberana, sem nenhuma obrigação de pagamento ou de créditos. Os beneficiários teriam por única obrigação fornecer aos países que tivessem feito o investimento uma quantidade determinada de produtos, durante um certo número de anos e a um certo preço. O financiamento da parte local das despesas que tem de incorrer um país que localiza investimentos deste tipo merece igualmente ser estudado. Uma forma de ajuda que não significaria distribuição de divisas livremente conversíveis, poderia ser o fornecimento de mercadorias fáceis de vender, pagáveis a longo prazo, aos países subdesenvolvidos. Um outro problema difícil de resolver é o da conquista da técnica. Todos conhecem a insuficiência de técnicos de que sofrem os países subdesenvolvidos. Faltam escolas e quadros. Falta-nos também, às vezes, uma consciência

real de nossas necessidades e nem sempre sabemos aplicar prioritariamente uma política de desenvolvimento técnico, cultural e ideológico” (CHE GUEVARA, 1979: 89).

É este espírito transformador e progressista que a ALBA busca recuperar como modo de fazer frente à nova fase da integração capitalista neoliberal, que além de aprofundar as disparidades entre os países dependentes e os países capitalistas centrais, aprofundou as disparidades dentro da própria América Latina. Os países dependentes passam a ser definidos como “mercados emergentes”, quer dizer, como países com grande potencial para a expansão das empresas monopolistas e do capital financeiro. Isso indica que a integração nos moldes neoliberal realizou uma forma de *integração seletiva* ou reedição das *leis das vantagens comparativas* que abrange de maneira distinta um número limitado de países conforme seu potencial exportador de matérias-primas estratégicas, na dispersão de etapas produtivas ou de serviços com relação a baixos salários, seu mercado interno potencial e as possibilidades de valorização da finança dadas as probabilidades abertas pelas privatizações e/ou fusões estratégicas. Por isso mesmo, os proponentes chamam a atenção ao fato de que a integração pela via exclusivamente comercial resultaria numa maior especialização das economias, o que levaria a destruição de setores menos competitivos no interior de muitos países, em benefício de uma minoria, o que levaria a novas hierarquias de desenvolvimento econômico e poder político regionais colocando em xeque as possibilidades concretas da integração alternativa. Resgatando as concepções de Che Guevara sobre a solidariedade radical entre os países dependentes, a Aliança Bolivariana coloca em destaque outra via de intercâmbios de bens e serviços entre os países membros, através do princípio das *vantagens cooperativas* ou *intercâmbio compensado* que trata de realizar a complementaridade das diversas economias a partir de trocas não-econômicas, quer dizer, os intercâmbios complementam as demandas dos países de forma igualitária e conforme suas necessidades específicas, não há balança comercial positiva ou negativa.

Podemos tomar como exemplo desta forma de *intercâmbio compensado* a conformação do “Arco Energético do Caribe” com objetivo de assegurar o desenvolvimento integral da região e a soberania energética, acordo melhor conhecido como PETROCARIBE. A concretização da PETROCARIBE ocorreu em setembro de



2005 quando catorze países<sup>62</sup> assinaram os tratados que dariam passo ao Acordo de Cooperação Energética. Além do fornecimento de barris de petróleo, o acordo envolve a constituição de empresas mistas entre PDVSA e as petroleiras estatais de oito dos países integrantes do acordo, que levam a cabo investimentos conjuntos para o desenvolvimento de infra-estrutura, de refino, armazenamento e distribuição de combustível. Entre estes investimentos conjuntos estão a Planta de Preenchimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em funcionamento desde 2007 em São Vicente e Granadinas, a Planta de Armazenamento e Distribuição de Combustível em Dominica desde 2009, assim como a reativação da refinaria Camilo Cienfuegos em Cuba, em operação desde 2007 e com capacidade de produção de 67.000 barris diários. Existem também acordos de projetos de geração de energia elétrica em desenvolvimento na Nicarágua, Haiti, Antigua e Barbados, Dominica e São Cristovão e Neves. São projetos que tem como objetivo estabelecer o fornecimento de longo prazo, que permita vencer os obstáculos destas nações no manejo de uma política energética soberana, de superar a dependência destas nações das cadeias de produção e distribuição intermediários das multinacionais petroleiras. Através de PETROCARIBE são desenvolvidos projetos sociais em educação, saúde, saneamento básico, turismo, moradia e habitação, economia social, agricultura etc.

O intento de desenvolver mecanismos de intercâmbio compensado ou de vantagens cooperativas faz inteiramente descabida a comparação estabelecida pelo sociólogo Gregory Wilperte entre a ALBA e a União Européia. Este autor considera que para um dos elementos fundamentais para a distribuição de riqueza entre os países pertencentes à ALBA é o Fundo de Compensação para a Cobertura Estrutural, “de tal maneira que os países mais pobres recebam ajuda e os mais ricos contribuam com tal fundo, tal e como ocorre na União Européia”. Wilpert afirma que no caso da “Europa, este tipo de compensação contribuiu significativamente ao desenvolvimento de países anteriormente pobres dentro da União Européia, como Irlanda, Espanha e Portugal” (WILPERT, 2009: 187). Ora, os princípios de integração da ALBA e da União Européia são demasiado distintos para permitir paralelismos, e não restam dúvidas de que o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional representou um enorme mecanismo de endividamento e de

---

<sup>62</sup> Antigua e Barbados, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lucia, Suriname e Venezuela.

transferência de valor da Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal – que hoje são justamente os países a beira do colapso econômico total – para a Alemanha e França.

O que apresentamos e discutimos sobre a ALBA demonstra o reconhecimento de que a integração latino-americana efetivamente alternativa tem de enfrentar um conjunto de questões que não diz respeito apenas às pautas externas, mas que tem de passar pela superação de contradições sócio-econômicas internas, desde essa perspectiva, a integração regional soberana e independente passa obrigatoriamente pela reciprocidade dialética dos fatores internos e externos de cada país. Conforme vimos, se trata evidentemente de uma integração latino-americana em termos antiimperialistas, mas esta integração conduz explicitamente ao anti-capitalismo, o que nos leva a considerar que a ALBA implica num projeto de emancipação subcontinental em que a luta contra a dependência se marca dentro da construção do socialismo. São estas características que conferem a “visão ameaçadora” por parte dos EUA e das classes dominantes latino-americanas deste movimento de integração. Não se pode entender o golpe de Estado contra o presidente de Honduras, Manuel Zelaya, perpetrado em junho de 2009 pelo exército e as classes capitalistas desse país e respaldado pelos EUA e União Européia, se não se considerar dentro da oposição destes grupos à integração de Honduras a ALBA desde 2008 (TIRADO SANCHÉZ, 2011).

Mais além da integração latino-americana, Chávez tem buscado consolidar e diversificar os laços de cooperação e intercâmbio econômico Sul-Sul. Assim, o governo bolivariano tem estreitado relações com a China, principalmente, na exportação petroleira em troca da transferência tecnológica em produção deste país. Após falharem as negociações com a Rússia sobre a produção de um satélite venezuelano, em outubro de 2004 é firmado o acordo para a produção do primeiro satélite venezuelano o VENESAT-1 Simón Bolívar, através de um acordo que previa a capacitação de técnicos venezuelanos nessa tecnologia, desenvolvimento de software e formação técnica para o manejo desde a terra. O VENESAT-1 foi lançado ao espaço na China em outubro de 2008. A paralisação-sabotagem petroleira reforçou as relações entre Venezuela e Irã, que concordou enviar engenheiros e demais técnicos para ajudar a reestruturação da PDVSA. Além disso, foram acordadas a construção da planta montadora de tratores iranianos Venirán Tratores em março de 2005 e a planta montadora de automóveis Venirautos em novembro de 2006, as duas plantas montadoras são parte do acordo de cooperação entre ambos os países veículos

como parte do esforço de transferência tecnológica, assistência técnica e treinamento do pessoal venezuelano a cargo das montadoras. Os dois projetos das plantas montadoras são parte integrante do esforço de diversificação da economia e de incentivo às indústrias regionais conexas, principalmente as EPS que integram a Corporação Venezuela de Guayana (CVG).

Denominamos esta etapa como *Nacional-Soberana*, pois, aprofunda e concretiza muitos dos elementos da etapa *Constituinte*, os conteúdos desta segunda etapa podem ser resumidos pelo entendimento de que a soberania nacional significa que é o povo quem decide se um governo muda ou não, que é direito do povo estabelecer suas prioridades como melhor lhe convém, e assim, buscar cumprir fundamentalmente as exigências das maiorias. E aqui, por maioria se considera o fato de que não apenas na Venezuela, mas em escala mundial, “nunca como hoje houve tantas classes e grupos sociais subordinados ao despotismo do capital e, sob certas circunstâncias, mobilizáveis para combatê-lo” (BORON, 2008: 125). Conforme expôs genialmente Che Guevara, “o poder revolucionário ou a soberania política é o instrumento para a conquista econômica e para fazer realidade em toda sua extensão à soberania nacional” (CHE GUEVARA, 2007: 8). Portanto, o aprofundamento dos elementos da soberania política latentes da etapa anterior, que se demonstram tendencialmente como instrumentos “para a conquista econômica” foram as questões centrais para ativar a reação prolongada, obstinada e desesperada das classes capitalistas e seus aliados de classe contra o processo bolivariano. Wilpert observou com precisão o fato de que “a medida que a oposição ia progressivamente perdendo mais poder, Chávez seguia aprofundando seus estudos sobre o socialismo, até que em janeiro se declarou contrário ao capitalismo e a favor do socialismo<sup>63</sup>” (WILPERT, 2009: 225).

A oposição encerra 2005 com a adoção da tática de boicote das eleições parlamentares de dezembro daquele ano. Seu argumento era de que a imparcialidade eleitoral não estava garantida, e seu objetivo era obviamente induzir, tanto dentro do país, como fora dele, o fato de que a parca candidatura da oposição para o pleito resultasse do

---

<sup>63</sup> Em 30 de janeiro de 2005, no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre que Chávez anunciou pela primeira vez que “não existe solução dentro do capitalismo, devemos superar o capitalismo. Não se trata de estatismo ou capitalismo de Estado, pois seria a mesma perversão da União Soviética e a causa de sua queda. Devemos recuperar o socialismo como uma tese, como um projeto e um caminho. Se trata de um novo socialismo, um humanismo que coloca o ser humano e não as máquinas por cima de tudo”(Discurso disponível em: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)).

autoritarismo intimidante de Chávez. Essa tática de boicote não afetou a reputação de Chávez, na realidade teve como efeito imediato a mudança na composição da Assembléia Nacional em favor do processo bolivariano. Portanto, contando com maioria política, o processo adentra uma nova etapa de mudanças radicais, rumo a *via venezolana ao socialismo*, mais conhecida como *socialismo do século XXI*.

## Capítulo 8 – A etapa de construção da *via venezuelana ao socialismo* (2006-2012)

O novo período de radicalização do processo começa com a perspectiva da transição ao socialismo, mas como nos referimos acima, se trata da transição ao socialismo do século XXI. Não se trata de um modelo socialista pré-definido, como reiteradas vezes Chávez afirmou, “há que inventar o novo socialismo. Há que inventar o socialismo do século XXI” (CHÁVEZ, 2005). A construção de um socialismo especificamente do século XXI, nos remete imediatamente a crer que este carrega a noção de superação dos socialismos anteriores. A disposição em transitar do capitalismo ao socialismo “não é pouca coisa”, basta refletir que isso ocorre menos de vinte anos após o colapso da maior experiência socialista do século XX, conhecida como socialismo real. Portanto, o processo bolivariano e sua convocatória de construção do socialismo do século XXI têm seus grandiosos méritos: a) resgata a idéia imprescindível do *que fazer político* em meio à ressaca neoliberal; b) confere vigência e atualiza a revolução na América Latina; c) reabre a discussão sobre o socialismo para a região (FIGUEROA, 2009: 140).

Mesmo com méritos tão significativos a nível continental, na Venezuela não há resposta ou consenso sobre o significado do socialismo do século XXI. Como processo em construção, existem indicadores e ideais que se pretende expressar por meio deste termo. As referências de Chávez para a definição deste novo socialismo passam desde Jesus Cristo, Simón Bolívar, Karl Marx a István Mészáros. O socialismo do século XXI, tal como apresenta Chávez, daria peso a valores de liberdade, justiça social, solidariedade, amor, desenvolvimento humano e social. Não há uma tese definidora capaz de expor em linhas claras a via bolivariana ao socialismo. O maior problema da (in)definição do socialismo que se pretende construir é que ele se fundamenta majoritariamente em valores, ideais e metas. Quer dizer, valores e ideais de liberdade, amor, desenvolvimento humano e social são compartilhados por grupos políticos completamente divergentes, tanto socialistas, como anarquistas, liberais e conservadores. Nenhum destes grupos expressaria ser contrário a tais ideais e valores, pelo menos não a nível discursivo. Compartilhamos com Gregory Wilpert a apreciação de que as dificuldades para sua definição resultam da conjugação de: 1) pelo menos em parte, a novidade do debate, uma vez que antes de 2005 o socialismo não formava parte do programa e agenda da discussão nacional; 2) até então

não existia uma organização ou estrutura que canalizasse o debate. O maior partido da Venezuela, o MVR, não foi organizado como partido de disputa hegemônica, mas sim como partido de disputa eleitoral (mesmo que a vitória eleitoral fosse parte da disputa hegemônica, ela não representa a via garantida para a construção de um novo consenso, não se converte no intelectual coletivo gramsciano); e, 3) a forte presença da condução do processo por Chávez, uma vez que a maior parte das propostas são expressas em seus discursos, fato que tende a suprimir o debate interno (WILPERT, 2009: 291-294).

Embora a definição sobre o que viria a ser o socialismo do século XXI seja problemática, após a reeleição de Hugo Chávez em dezembro de 2006 para o segundo mandato são colocadas algumas tarefas iniciais para impulsionar sua construção, o que foi anunciado como os “cinco motores constituintes”, a saber: o primeiro seria a Lei Habilitante, que permitiria a Assembléia Nacional delegar ao executivo por um período especial a elaboração de leis; o segundo motor estaria constituído por uma reforma da Constituição de 1999 em acordo com a nova etapa do processo bolivariano; o terceiro, denominado de “jornada de moral e luzes”, compreendia uma campanha educativa em todos os espaços da sociedade; o quarto motor era a nova “geometria do poder”, em que eram propostas inovadoras de distribuição dos poderes político, econômico, social e militar pelo espaço nacional, conforme as aspirações do novo socialismo; e, o quinto e último motor, considerado o mais importante, era a “explosão revolucionária do poder comunal”, em que se conformaria o Poder Popular que transformaria a própria natureza do Estado e o faria socialista. Se falava naquele momento de não se colocar limites aos Conselhos Comunais, por serem instrumentos populares de participação e protagonismo. Todos os motores estavam inter-relacionados entre si, e que a explosão do poder comunal dependia para seu desenvolvimento, expansão e êxito de todos os motores (Cf. LOPEZ MAYA, 2008).

O “motor de arranque” para o Socialismo do Século XXI era a Lei Habilitante, como vimos, a aprovação de um conjunto de Leis Habilitantes em 2001 foi o ponto alto para que a oposição se lançasse numa longa ofensiva. Chávez denominava a Lei Habilitante como a “lei mãe de todas as leis revolucionárias”. É no marco desta Lei Habilitante aprovada pela Assembléia Nacional em 1 de janeiro de 2007, que Chávez levará a cabo uma série de nacionalizações de empresas indústrias e empresas estratégicas.

Héctor Lucena sugere três razões para as nacionalizações no período: a) empresas de caráter estratégico, que incluem a empresa nacional de telefonia (CANTV), a re-centralização de portos e aeroportos, a estatização de serviços petroleiros, de todas as companhias de eletricidade, das fábricas de cimento, das empresas produtoras e distribuidoras de gás, do complexo siderúrgico e de alguns bancos e seguradoras; b) levadas a cabo através de expropriações, que são justificadas desde a perspectiva da soberania alimentar. Podemos incluir aqui a recuperação de terras ociosas, a estatização de fazendas produtivas, de empresas pecuaristas, frigoríficos, agronindústria do açúcar, tomates, café, óleos de cozinha, cacau, redes de distribuição de alimentos; e, c) estatização de empresas falidas ou recuperadas pelos próprios trabalhadores, o governo bolivariano interviria no controle de empresas que entraram em falência ou dificuldades de cumprir as exigências contratuais e legais do trabalho, devido aos problemas gerados, principalmente entre 2002 e 2003. Os exemplos que se destacam são empresas como a Venepal, Invetex, Inveval e outras empresas de atividades muito diversificadas. Nem sempre esse processo culmina com a condução co-gestionária das empresas estatizadas (LUCENA, 2010: 414-415). A essas “três razões” para a nacionalização/estatização de empresas devemos ressaltar que estas foram concretizadas através do pagamento de elevadas indenizações aos seus proprietários. Essa linha tática trata de evitar condenações por desrespeito a tratados bilaterais sobre investimento assinado pela Venezuela. Conforme o direito internacional é permitido aos Estados procederem nacionalizações se indenizados de forma adequada os proprietários (TOUSSAINT, 2009). A primeira vista, trata-se de uma orientação de garantir a independência econômica do país com o menor nível de conflito com o capital nacional e internacional.

Assim, ainda em 1 de janeiro de 2007, Chávez levou a conhecimento público o Plano de Soberania Petroleira. O Estado anunciava o aumento de sua participação para 60% nas explorações petroleiras na Faixa do Orinoco. De todas as multinacionais que exploravam a região, a única a se recusar as condições da Lei Habilitante sobre a propriedade acionária da exploração da Faixa do Orinoco de fevereiro de 2007 foi a Exxon Mobil, que levou o caso aos tribunais internacionais. As novas explorações e perfurações de poços mantêm este esquema de empresas mistas com controle majoritário do Estado venezuelano. Desde 2008 novos acordos têm sido assinados, mas com predileção com empresas petroleiras nacionais como a espanhola Repsol YPF, as chinesas Sinopec, China

National Offshore Oil Corporation (CNOOC), China National Petroleum Corporation (CNPC) e a russa Gazprom. Dentro do mesmo Plano de Soberania Petroleira, em maio de 2009 são nacionalizadas sessenta empresas de atividades petroleiras complementares (transporte, injeção de água, vapor ou gás) no lago de Maracaibo.

O governo concretiza a nacionalização da Eletricidade de Caracas em maio de 2007 após comprar 82% das ações da empresa estadunidense AES Corporation por US\$ 740 milhões. O governo bolivariano assegurou que o ex-proprietário o recebimento dos lucros do ano anterior. Somando-se a quantia anterior US\$ 98 milhões, por fim, a Eletricidade de Caracas foi nacionalizada por US\$ 838 milhões<sup>64</sup>. A empresa de telefonia CANTV foi estatizada em maio de 2008 após o governo bolivariano pagar US\$ 1,3 bilhões por 86% das ações. Para tal, teve de chegar a um acordo com a empresa Verizon dos EUA que era uma das principais acionistas, pagando apenas ao consórcio estadunidense US\$ 572 milhões. A tomada de controle ou nacionalização da CANTV foi realizada após a compra dos títulos na Bolsa de Caracas e nos mercados dos EUA, onde estavam os principais acionistas<sup>65</sup>. As principais fábricas de cimento são nacionalizadas em agosto de 2009 através da recompra das plantas que estavam nas mãos do capital internacional: a francesa Lafarge (por US\$ 552 milhões), a suíça Holcim (US\$ 267 milhões). A fábrica de cimento mexicana Cemex foi resultado de expropriação e, todavia o acordo não chegou a ser concluído. Todas através do instrumento de compra acionário na Bolsa de Caracas<sup>66</sup>. Em agosto de 2008 a Assembléia Nacional aprova uma lei que nacionaliza o transporte e comercialização internas de combustível, do qual a PDVSA já controlava 49%. Dentre as indústrias básicas, a Siderúrgica Ternium (que após sua estatização passa a Siderúrgica do Orinoco – SIDOR) não fazia parte dos planos imediatos de nacionalização. A intervenção do Estado para estatização desta empresa foi resultado das pressões do movimento sindical liderado pela UNT, cerca de 13.700 trabalhadores seguiam em greve quase dois meses, em favor de converter 8.000 subcontratos em contratos permanentes de trabalho. A siderúrgica que pertencia ao grupo argentino Technit passou de fato ao controle estatal em maio de 2008 por cerca de US\$ 2 bilhões<sup>67</sup>. Por fim, desde julho de 2008, Chávez anunciava a estatização do maior banco do país, o Banco da Venezuela, filial local do grupo espanhol

---

<sup>64</sup> “Las nacionalizaciones en Venezuela: una victoria a medias” In: [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org).

<sup>65</sup> “Gobierno venezolano controlará Cantv con 35,11% de las acciones” In: [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org).

<sup>66</sup> “Nacionalización de trasnacionales cementeras se concretará en agosto” In: [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org).

<sup>67</sup> “Ternium recibe pagos por estatización de Sidor” In: [www.eluniversal.com](http://www.eluniversal.com).



Santander. As negociações seguiram durante cerca de um ano, até que em julho de 2009 é anunciada a compra do banco por um pagamento inicial de US\$ 1,05 bilhões, além do repatriamento de alguns dividendos.

Muitas das expropriações com a insígnia de “utilidade pública e interesse social” são relativas à indústria de alimentos ou de armazenamento e distribuição destes. Três podem ser considerados os motivos principais para as expropriações: a) más condições de armazenamento; b) falência declarada da empresa ou violação dos preços controlados, e c) frente ao boicote de distribuição de alimentos. Nessa direção, o governo bolivariano decretou em novembro de 2009 a aquisição forçosa dos bens móveis e imóveis das plantas de processamento e empacotamento de café CAFEA e Fama de América, como também a processadora de sardinha *La Gaviota*<sup>68</sup>. As três empresas de alimentos foram convertidas em Empresas Socialistas, portanto, seus produtos passam a levar o selo *Hecho en Socialismo*. Em junho de 2010 se coloca em marcha a expropriação de 18 empresas de alimentos por irregularidades. As aquisições forçosas são baseadas no art. 6 da Lei de Indepabis, que estabelece a faculdade para iniciar processos de expropriação a empresas que especulem com alimentos da cesta básica, e com a Lei Orgânica de Segurança e Soberania Alimentar, a qual permite declarar de utilidade pública a algumas companhias em início de processo de expropriação. Eram alimentos armazenados em condições sanitárias inadequadas e em descumprimento com as normas de faturamento. Perfilavam entre eles leite em pó e UHT, farinha, arroz, óleo de cozinha, sardinha, margarina, café, feijão, presunto enlatado, macarrão, papel higiênico. Foi ocupada também uma empresa de materiais elétricos, que de acordo com o registro deveria dedicar-se apenas à construção civil, porém, foram encontradas mais de trinta toneladas de feijão. Essas empresas foram interditadas e expropriadas por venderem seus produtos no mercado negro de mercadorias básicas<sup>69</sup>. Em janeiro de 2010 para fazer maior frente ao desabastecimento e inflação o governo compra 82% da rede de supermercados CADA e dos Supermercados Exito, que pertenciam ao grupo francês Casino, e inaugura a rede de supermercados estatais Bicentenário.

Embora, tenham sido nacionalizações ou estatizações que não colocaram “medo” no grande capital, esse processo impulsiona possibilidades ricas de construção do

---

<sup>68</sup> “Gobierno ordenó adquisición de bienes de planta enlatadora La Gaviota” In: [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org).

<sup>69</sup> “Iniciada expropiación a 18 empresas de alimentos por irregularidades” In: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org).

socialismo, uma vez que não foi colocado na ordem do dia apenas o longo repúdio às privatizações das indústrias básicas e estratégicas, mas também a demanda de participação direta dos trabalhadores na gestão, na elaboração do plano e controle da produção. A questão a respeito da gestão operária é um dos pontos sensíveis do mundo do trabalho dentro de um processo revolucionário. E o processo bolivariano se demonstra relutante em transferir ao controle operário as companhias estatais de eletricidade, siderurgia, petróleo e bancárias por considerá-las demasiado *estratégicas ao interesse nacional*, ora, nos parece que é justamente sua natureza estratégica que demanda a participação na execução, controle e produção do próprio operariado de seu processo de trabalho. Assim, a gestão operária dentro do processo tem se restringido ao processamento e empacotamento de café, sardinha e laticínios.

Poucos dias após sua esmagadora vitória eleitoral em 15 de dezembro de 2006, Chávez anunciou importantes mudanças organizativas no instrumento político. Já destacamos mais de uma vez que a Revolução Bolivariana chegou ao governo sem um partido revolucionário autêntico, senão com um partido eleitoral o MVR, que por isso mesmo nunca se colocou a tarefa da formação político-ideológica, de discussões internas sobre o programa e a nomeação de candidatos a cargos públicos, da formação de quadros políticos e de intelectuais orgânicos e os poucos vínculos com as comunidades e demais movimentos sociais e sindicais, que eram mobilizados majoritariamente na forma de Batalhões Eleitorais, vimos também que em momentos decisivos para a defesa do processo foi notavelmente insuficiente e incapaz de reorganizar as bases de apoio ao processo. Podemos elencar entre seus problemas na construção hegemônica alternativa o oportunismo de certos indivíduos que ao se abrigarem sob a figura de Chávez e do MVR apenas os instrumentalizavam como trampolim para o carreirismo político e, portanto, lograr cargos parlamentares e administrativos. Portanto, a convocatória para a formação de um novo instrumento político se orienta na superação destes e outros problemas que engessavam eleitoralmente o MVR, e para isso se colocou na ordem do dia a transformação do MVR e demais partidos de coalizão num partido único, no Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Há de se levar em consideração a questão de fundo sobre a fundação do novo partido, que este estava orientado a ser o instrumento político da transição ao Socialismo

do Século XXI. De tal maneira, o novo partido foi organizado da mesma maneira do MVR, com caráter de urgência e improvisado, sequer haviam sido discutidos e redigidos os estatutos e o programa, pois seu objetivo imediato era não apenas obter o consenso, mas, sobretudo, aglutinar base eleitoral bolivariana suficiente para através do Referendo de Reforma Constitucional instituir o socialismo pelo voto. De modo que foi determinada a dissolução de todos os partidos situacionistas dentro do PSUV, e aqueles que se recusassem deveriam abandonar o governo. Partidos como Movimento Eleitoral do Povo (MPE), a Unidade Popular Venezuelana<sup>70</sup> (UPV), Frente Cívico-Militar Bolivariana e o Movimento de Democracia Direta (MDD) aceitaram se dissolver dentro no partido. Todavia, partidos como o Pátria Para Todos (PPT) e o Partido Comunista Venezuelano (PCV) recusaram tal dissolução dentro do nascente partido. Se havia a opinião predominante sobre a necessidade de um novo instrumento político, mais dinâmico e democrático em sua relação com organizações e movimentos de base bolivariana, além de Chávez ser desde então o presidente do partido, a composição da direção do partido foi majoritariamente decidida por Chávez, que designou vários ministros e deputados para os principais cargos do partido. A arbitrariedade na seleção da composição da direção do partido, praticamente atrelando este ao governo, resulta que o partido “não se viu forçado a desenvolver uma linha de trabalho social que o permita se nutrir do povo trabalhador, extrair seus quadros do próprio seio da pobreza urgida de mudança histórica e se preparar para todas as tarefas que implica uma revolução socialista” (FIGUEROA, 2009: 146). Para um processo revolucionário permeado desde sempre por uma conflituosa relação entre o reivindicativo e o político, a verticalidade que marcou a formação e construção do PSUV, automaticamente, “se traduziu em agressões, tensões e conflitos com o presidente ao longo de 2007” (LÓPEZ MAYA, 2008: 60).

A construção do partido tem de partir desde uma das características peculiares da Revolução Bolivariana: que esta tem como forças motrizes grupos sociais subalternizados bastante complexos, que vão desde associações de moradores, movimentos de trabalhadores desempregados e informais, aposentados, organizações de defesa dos direitos humanos, do movimento sindical, militares etc. que compõem o novo bloco histórico, que são o cimento da aliança cívico-militar. Em condições comuns de “governabilidade” é

---

<sup>70</sup> Em meados de 2007 a UPV se retira do PSUV sob pretexto de manter a autonomia e a militância própria do partido.

quase regra que muitos destes grupos subalternos adotem uma postura isolada, quer dizer que estabeleçam linhas de diálogo e enfrentamento com o poder público ou com corporações privadas que não integrem suas demandas dentro de concepções radicais ampliadas. Portanto, inconscientemente tendem a reduzir-se ao que István Mészáros denominou como “movimentos de questão única”, que “podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social” (MÉSZÁROS, 2002: 96). No contexto de crise hegemônica da burguesia ocorrida nos anos 1980-1990, estes grupos subalternos encontraram no processo constituinte bolivariano os rudimentos para sua coesão política, a possibilidade de integrar as diversas causas e demandas, logrando desta maneira representar a “alternativa coerente e abrangente à ordem dada”. Isso quer dizer que o processo constituinte foi um “palanque” rudimentar importante para os grupos subalternos superarem muitos dos obstáculos na via de ruptura com a IV República, todavia, o processo não pode contar sempre com as explosões mais ou menos espontâneas destes grupos, principalmente, nas condições de transição ao socialismo não basta ao partido revolucionário apenas o apoio eleitoral ou a demonstração massiva de rua, se faz urgente organizar o consenso e fazê-lo consciente através do instrumento de mediação política adequado, ou seja, através do partido político.

Muito embora exista o enorme potencial popular em respaldar eleitoralmente e defender o processo quando as condições assim o exigem, como diria Antonio Gramsci, “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato)” (GRAMSCI, 2006 vol.1: 104). A concepção de partido socialista que utilizamos é de que este se converta em agente da vontade coletiva, o partido como “célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Idem, 2007 vol.3: 16). Desse ponto de vista, o partido socialista é o órgão de mediação política permanente, uma vez que pretende a superar as tendências corporativistas e parciais, aglutinando-as, organizando-as e formando-as politicamente, de modo a permitir que este se lance numa iniciativa política universalista transformadora.

Do ponto de vista de sua estrutura interna, o PSUV reproduz uma das maiores debilidades do instrumento anterior, do MVR, que conforme já discutimos herdou do MBR-200 parte de sua estrutura conspirativa e centralista. As definições de Rosa

Luxemburgo das particularidades deste tipo de organização política centralista e conspirativa podem ser bastante instrutivas para entender a debilidade sobre a qual chamamos atenção. A revolucionária polonesa em suas críticas à social-democracia russa considera que este tipo de partido tem por princípio organizativo:

“por um lado, na drástica diferenciação e separação dos grupos organizados de revolucionários ativos de seu meio ambiente, quando este é desorganizado ainda que revolucionário e, por outro lado, a estrita disciplina e a direta, decisiva intervenção da autoridade central em todas as atividades dos grupos partidários locais”. Além disso, o centralismo conspirador resulta na “submissão absoluta e cega da seção do partido à instância central e a extensão da autoridade desta última à extrema periferia da organização” (LUXEMBURGO, 1981: 12-13-16).

Não se tratava de censurar a direção do partido social-democrata russo, mas de que a estrutura hierárquica interna desse tipo de partido tende numa etapa posterior ao próprio conservadorismo, uma vez que existe a possibilidade de engessamento em determinada linha estratégica, que limita e inibe processos ulteriores de maior amplitude. Colocado em seu contexto histórico específico, este tipo de partido centralista e conspirativo, tal como defendeu Lenin em diversas ocasiões, foi construído como resposta *defensiva* a repressão brutal do Czarismo, portanto, estava obrigado a se desenvolver sob as piores condições possíveis de clandestinidade, o que impunha a necessidade incontornável da conspiração, da disciplina rígida ao comitê central. A crítica de Rosa Luxemburgo ao partido russo é justamente que, desde outubro de 1917 as circunstâncias haviam sido alteradas, que as condições objetivas propiciavam o ambiente adequado para sua conversão numa estrutura organizacional aberta e massiva, capaz de se nutrir dos “grandes atos criadores da luta de classes”. O movimento bolivariano surge na clandestinidade, se desenvolve num clima conspirativo e, como vimos durante, mesmo durante a democracia *puntofijista* a repressão foi um recurso constante. Todavia, as circunstâncias que Chávez e seu movimento, então convertido em partido eleitoral, enfrentaram após a vitória presidencial de 1999, mesmo com a dura ofensiva da contra-revolução, nem de perto são comparáveis às da Rússia Czarista ou do governo provisório de Kerensky. A própria possibilidade de se falar livremente sobre o socialismo, seja de qual século for, já sugere o fato de que o PSUV conta com circunstâncias favoráveis para se converter num partido *ofensivo*, num partido propositivo, com estrutura interna horizontal, democrática e massiva, donde desde a

construção de um programa mínimo vá desenhando e redesenhando democraticamente os objetivos táticos e estratégicos conforme a conjuntura e, na medida em que se consolidem ou que se alterem alguns desses objetivos tático-estratégicos, que estes sejam reavaliados para manter a *revolução em permanência*. Do contrário, o PSUV ficará restrito à composição de *Partido-Estado*, tornando “extremamente difícil, senão impossível, a transferência do poder de um conjunto de indivíduos a outro (uma ocorrência comicamente comum na estrutura parlamentar), ou até mesmo uma mudança parcial na política quando se alteram as circunstâncias” (MÉSZÁROS, 2002: 795).

Se o PSUV pode fazer extremamente difícil a transferência do poder à maioria da população, concretizando a democracia participativa e protagônica, outras formas de organização incentivadas desde o governo bolivariano, podem ser mais bem-sucedidas nesse processo de radicalização democrática. Os Conselhos Locais de Planificação Pública (CLPP) representaram uma tentativa ambiciosa e profunda da estrutura e processos de tomada de decisão a nível comunitário. Todavia, não apenas pelos duros golpes que o governo bolivariano sofreu pouco depois de implementar a Lei destes Conselhos, mas também, devido ao baixo nível organizativo nas próprias comunidades e a própria apatia das instâncias municipais governamentais. A fim de entender melhor as dificuldades desta experiência, elencamos estas da seguinte forma: a) os CLPP foram estabelecidos em nível municipal – a idéia era que se concretizassem Conselhos Locais nos 337 municípios do país – faz com que o próprio tamanho das municipalidades sejam impedimento para a participação dos cidadãos e cidadãs; b) os recursos financeiros destinados a cada municipalidade e paróquia não estavam em acordo com suas próprias dimensões, quer dizer, municipalidades e paróquias menores recebiam o mesmo montante de recursos que as maiores; c) a lei dos Conselhos Locais não confere tantos poderes para estes, as decisões tomadas nos Conselhos podiam ser revertidas pelos prefeitos ou chefes paroquiais, não eram vinculantes; d) a falta de preparo da própria população para desenhar projetos, para supervisionar e para se dedicar aos Conselhos; e, finalmente, e) ocorreram algumas dificuldades no trato com as prefeituras dos municípios e com as juntas paroquiais, ao invés de perceberem os Conselhos Locais como instâncias populares para ajudar a tomar decisões, para fazer mais participativa e eficiente a gestão pública, muitos destes representantes governamentais se sentiam ameaçados e usurpados do poder de decisão política, mas, em determinados casos, os Conselhos Locais eram utilizados como

trampolim para o “carreirismo político” de determinados prefeitos e chefes paroquiais, reproduzindo práticas clientelistas dentro dos Conselhos Locais. Esse conjunto de dificuldades e o anúncio da nova etapa do processo colocaram na pauta de discussão a necessidade de conferir maior poder para as comunidades organizadas em Conselhos. As discussões giraram em torno de três tendências: a primeira tendência considerava desfazer a primeira lei e preparar outra para ser colocada em referendo; a segunda aportava apenas uma reforma simples da lei; e, a terceira, propunha substituir os Conselhos Locais de Planificação Pública por Conselhos Comunais (CC). Em abril de 2006 foi aprovada a nova Lei de Conselhos Comunais (WILPERT, 2009).

Os Conselhos Comunais representam até o momento o maior esforço do governo bolivariano em organizar e incentivar a participação social, de conferir poder as comunidades em realizar o diagnóstico, estabelecer as prioridades, assim como a elaboração e controle dos projetos, são o núcleo da “explosão do poder comunal”. Uma primeira vantagem em relação à experiência anterior foi que a Lei dos Conselhos Comunais buscou corrigir a balança de poder entre os CC e os níveis de governo local, as decisões tomadas na Assembléia de Cidadãos e Cidadãs de um CC são vinculantes, quer dizer, a administração pública local está em obrigação de acatar e implementar a decisão dos CC. Também foi alterado a dimensão populacional dos CC: em âmbito urbano são conformado entre 200 e 400 famílias, em âmbito rural 20 famílias e em âmbito de comunidades tradicionais (indígenas, pescadores etc.) 10 famílias. A participação nos CC está aberta a qualquer cidadão maior de 15 anos, cuja forma privilegiada de reunião é o assembleísmo, na Assembléia de Cidadãos e Cidadãs em que são convocados a participar todos os habitantes da comunidade. Conforme relato de Ana Rosa Ribero *vocera* do Conselho Comunal *Che Guevara* da Paróquia de Maracao em Caracas, nestas assembleias são definidas as Mesas de Trabalho (de Gênero, Esportes, Família, Energia, Água, Controladoria Social, Alimentação, Habitat e Moradia, Saúde, Segurança Pública etc.), em certos casos podem ser definidas até vinte Mesas de Trabalho; feito tal definição, são eleitos os *voceros* ou as *voceras* (são os ou as porta-vozes). O mandato destes *voceros* são revogáveis a qualquer momento e as eleições ocorrem a cada dois anos. É importante destacar que as denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito de alguns *voceros* e *voceras* colocou como questão inquestionável para a investidura na condição de liderança, a prestação de rendimentos e contas dos eleitos. Para que as decisões tomadas em

assembléia sejam válidas são necessários pelo menos 20% dos membros do comitê de direção presentes. O orçamento é proveniente em parte das prefeituras, mas a maior parte dos recursos é proveniente do governo federal, através do Fundo de Desenvolvimento Micro-financeiro (FONDEMI) que transfere estes aos Bancos Comunais que são conformados por cinco *voceros* eleitos em Assembléia. A importância deste fundo no financiamento dos projetos dos CC é inestimável, até 2009 o FONDEMI havia financiado um total de 3.381 Bancos Comunais com um montante de Bs.F. 1.140.348.000,00 que convertidos numa taxa de Bs.F. 4,60 por cada US\$1 alcançaria quase US\$ 25 milhões.

Em entrevista Ana Rosa Ribero tivemos conhecimento de que os *voceros* e *voceras* têm separados um dia específico da semana para realização de cursos de formação política, econômica e também técnico-prática. A escolha dos temas é definida entre os próprios *voceros* e *voceras* e, geralmente, são escolhidos temas dentro das questões conjunturais, por exemplo: o impacto da especulação sobre os preços dos alimentos básicos, regras de armazenamento e segurança nos centros populares de distribuição de gás dentro da comunidade, tópicos do *Proyecto Nacional Simón Bolívar*, leituras de textos políticos do processo e, também a troca de experiências com *voceros* e *voceras* de outros Conselhos Comunais. De acordo com Ana Rosa, a formação constante dentro do Conselho Comunal proporciona maior sensibilidade e solidariedade às questões que ultrapassam a própria comunidade. Os *voceros* e *voceras* são ao mesmo tempo lideranças e facilitadores dentro da comunidade, uma exigência é que estes não apenas possuam grande formação política, como quadros, mas que adentrem a universidade para sua formação acadêmica e intelectual.

O resultado da nova Lei de Conselhos Comunais foi que em poucos meses foram acelerados os processos mobilizatórios e organizativos locais. Segundo Edgardo Lander, o impacto foi tão grande que “inclusive em setores de classe média de Caracas se criaram Conselhos Comunais” (LANDER, 2007: 77-78). O mais importante é que a experiência dos CC tem avançado muito na mobilização, na politização, na geração de consciência revolucionária e de participação democrática direta. O número de CC formados é crescente, até o fim de 2010 já alcançavam cerca de trinta e oito mil por todo o país. O impulso dado ao crescimento do número de Conselhos Comunais, a especificidade de sua lógica de democracia direta que atravessa muitas vezes os níveis municipais e estaduais,



estabelecendo uma relação direta entre as organizações locais e o governo central apontam para a tendência de que com o objetivo de construir o socialismo venezuelano, estes Conselhos Comunais se transformem na essência de um novo Estado. Isso sugere que em longo prazo os CC tenham a possibilidade de coordenação e integração tal, que partindo desde a coordenação dos CC nas Comunas Socialistas se chegue à cidade comunal, que torne prefeituras e governos estaduais redundantes.

As Comunas são experiências muito recentes, e por isso mesmo o funcionário público Kael Abello reforçou em entrevista que o próprio MPCOMUNAS as define como *Comunas em Construção*. No mapeamento realizado no último trimestre de 2010 foram contabilizadas 218 Comunas compostas por uma média de 12 CC. Na cartilha *Comunas Socialistas: documento para la discusión* encontramos a seguinte definição sobre a Comuna Socialista:

“Seu objetivo principal é a construção do socialismo como modelo de equidade e de justiça social, sua economia se encaminha à transformação do sistema produtivo local, se baseia nas potencialidades da comunidade e dos indivíduos que a integram, garantem uma nova forma de relação social, de apropriação coletiva dos meios de produção para substituir o modelo capitalista e gerar a transformação das condições materiais e subjetivas das comunidades” (MPCOMUNAS, 2009: 18).

Como se nota, a intenção declarada em organizar o tecido social comunitário em Comunas é a construção do socialismo. As Comunas são parte do avanço organizativo dos Conselhos Comunais, e embora, haja o incentivo estatal para a conformação de Comunas Socialistas, estas não são impostas e nem decretadas desde cima, pelo contrário, surgem de baixo para cima. Em outras palavras, a Comuna resulta e expressa as características próprias das comunidades organizadas em CC, seu processo de desenvolvimento, sua cultura, sua população, suas afinidades e, obviamente, da funcionalidade espacial do território, além do que, busca romper com a organização política capitalista do espaço urbano, descentralizando as instituições estatais pelo território urbano.

A instância máxima de autogoverno da Comuna é o Parlamento Comunal, que é constituído como tal através da integração das Assembléias de Cidadãos e Cidadãs das comunidades que a integram, suas reuniões são convocadas ordinariamente a cada três meses. No exercício de autogoverno, corresponde ao Parlamento Comunal: a) sancionar

matérias de suas competências de acordo com o estabelecido na lei; b) aprovar o Plano de Desenvolvimento Comunal<sup>71</sup>; c) sancionar as Cartas Comunais<sup>72</sup>, de prévio debate e aprovação pelas Assembléias de Cidadãos e Cidadãs das comunidades integrantes da Comuna; d) aprovar os projetos que sejam submetidos a sua consideração pelo Conselho Executivo; e) Debater e aprovar os projetos de solicitação aos entes político-territoriais do Poder Público, a transferência de competências e serviços à Comuna; f) aprovar os informes que deve apresentar o Conselho Executivo, o Conselho de Planificação Comunal, o Conselho de Economia Comunal, o Banco da Comuna e o Conselho de Controladoria Social; g) ditar seu regulamento interno; h) designar os e as integrantes dos Comitês de Gestão; i) considerar os assuntos de interesse geral para a Comuna, propostos por ao menos o equivalente a 60% dos conselhos comunais da Comuna; j) ordenar a publicação na gazeta comunal do Plano de Desenvolvimento Comunal, as cartas comunais e demais decisões e assuntos que considere de interesse geral dos habitantes da Comuna; k) prestar conta pública anual de sua gestão ante os e as habitantes da Comuna; e, l) as demais que determine a Lei Orgânica das Comunas e seus regulamentos (RBV, 2010).

Entre suas tarefas políticas estão a promoção de formas de comunicação alternativas (rádios comunitárias, elaboração de jornais comunitários, murais, jornadas de agitação e propaganda política), promoção do trabalho voluntário como sistema permanente, caravanas culturais, Plano Revolucionário de Leitura, festivais esportivos, instalação do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção Social, que realiza jornadas permanentes para dar respostas às necessidades mais profundas da população em situação vulnerável e a luta contra a insegurança e defesa do território comunal. Em resumo, desde sua formação a Comuna é convertida num espaço de formação política e ideológica constante.

A Comuna se orienta também a construção do sistema econômico comunal, portanto, um dos objetivos é modificar as relações sociais de produção, em fazer dos meios de produção propriedade social, mas também tornar concreta a participação ativa de seus membros em todas as fases do ciclo produtivo: produção, distribuição, intercâmbio e

---

<sup>71</sup> O Plano de Desenvolvimento Comunal é constituído por cinco componentes: diagnóstico, planificação, orçamento, execução e controladoria social, que implicam a participação ativa e co-responsável do poder popular no manejo do Estado.

<sup>72</sup> Instrumentos donde se estabelecem as normas elaboradas e aprovadas pelos cidadãos e cidadãs da Comuna no Parlamento Comunal.

consumo. O sistema econômico comunal é mais um dos incentivos ao fortalecimento da economia social e popular, ao estreitamento das redes de produção e serviços cooperativados, às empresas sociais. A Agricultura Urbana<sup>73</sup> é um dos projetos para o desenvolvimento deste sistema econômico popular, realizada em parceria com a Missão AgroVenezuela, Conselhos Comunais têm recuperado terrenos baldios e espaços pouco aproveitados para o cultivo de hortaliças e legumes, que são comercializados a preço justo ou distribuído entre os habitantes. É importante ressaltar que iniciativas anteriores aos Conselhos Comunais são, de certa maneira, relegadas a segundo plano pelo governo bolivariano. Por exemplo, a experiência de horta comunitária Bolívar I em Caracas, cujo projeto foi inicialmente desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 2004 e desde 2006 sob administração do governo federal, não recebe recursos suficientes da Missão AgroVenezuela e, conta muitas vezes com o apoio logístico solidário dos trabalhadores do metrô de Caracas para o transporte de adubo orgânico<sup>74</sup>.

Um elemento interessante da construção das Comunas é a referência constante em seus documentos para discussão às concepções de Che Guevara sobre o “socialismo e o homem novo”. Segundo o revolucionário cubano-argentino, “nem sempre as forças produtivas e as relações de produção, num momento histórico dado, analisado concretamente, poderão corresponder numa forma totalmente congruente” (CHE GUEVARA, 2008: 97-98). Este momento histórico concreto a que se refere é justamente o descompasso entre as forças produtivas existentes e as novas relações sociais de produção que são implantadas, que lutam por se consolidar e destroçar a antiga divisão capitalista do trabalho. Para Che Guevara, o socialismo e o homem novo dependem, não apenas das transformações socioeconômicas, são obviamente necessárias, mas não exclusivas, estão sujeitas largamente também da educação política das massas. Portanto, o texto se refere muitas vezes à necessidade de construir a consciência de pertencimento à comunidade, de solidariedade e trabalho voluntário, da emulação socialista entre as Comunas, cuja base seriam os estímulos materiais e morais (Cf. MPCOMUNAS, 2009: 41-46).

---

<sup>73</sup> “Crece agricultura urbana en Caracas” *Ciudad Caracas*, 2011.

<sup>74</sup> Entrevista com trabalhadores da Horta Comunitária, Bolívar I, em Caracas.

A essa possibilidade de largo prazo o governo bolivariano tem chamado de *Estado Comunal*<sup>75</sup>. Este Estado Comunal seria organizado num esquema piramidal: Conselhos Comunais, Comunas, Cidades Comunais, Federações Comunais, Confederações Comunais. Aqui é imprescindível estabelecer um paralelo importante com as reflexões de Karl Marx sobre o esquema piramidal da primeira comuna socialista da história, a *Comuna de Paris*:

“Num esboço tosco de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos menores povoados do campo, e que nos distritos rurais o exército permanente havia de ser substituído por uma milícia nacional com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembléia de delegados na capital de distrito e essas assembléias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegação revogável em qualquer momento e vinculado pelo *mandat impératif* [mandato imperativo] dos seus eleitores. As poucas, mas importantes funções que ainda restariam a um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executadas por agentes de comunas e por conseguinte estritamente responsáveis. A unidade da nação não havia de ser quebrada, mas, ao contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder do Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental haviam de ser amputados, as suas funções legítimas haviam de ser arrancadas a uma autoridade que usurpava a preeminência sobre a própria sociedade e restituídas aos agentes responsáveis da sociedade” (MARX, 2008: 403-404).

As Comunas venezuelanas respondem a contextos bastante distintos da Comuna de Paris disso não há dúvidas, basta pensar que enquanto a Comuna de 1871 não teve sequer tempo de pensar num “esboço tosco de organização nacional”, as Comunas Venezuelanas têm maiores liberdades para tal, uma vez que não estão sitiadas por nenhum exército

---

<sup>75</sup> Na *Lei Orgânica das Comunas* encontramos o Estado Comunal definido como: “forma de organização político-social, fundada no Estado democrático e social de direito e de justiça estabelecido na Constituição da República, na qual o poder é exercido diretamente pelo povo, através dos autogovernos comunais, com um modelo econômico de propriedade social e de desenvolvimento endógeno e sustentável, que permita alcançar a suprema felicidade social dos venezuelanos y venezuelanas na sociedade socialista. A cédula fundamental de conformação do estado comunal é a Comuna” (RBV, 2010).

invasor. Ao compartilhar com as primeiras o fato de que a “Comuna havia de ser a forma política mesmo dos menores povoados do campo”, quer dizer, de que estão previstas a organização rural e indígena em Comunas, a Revolução Bolivariana aponta a transformação radical do Estado, de restituir suas funções legítimas aos agentes responsáveis da sociedade, ou seja, preparar o terreno para sua conversão num futuro não previsível em *Estado Comunal*<sup>76</sup>.

A organização das classes subalternas em Comunas coloca no horizonte do processo revolucionário a possibilidade de aprofundar – como disse Lenin certa vez – “as divergências entre o *poder formal e o poder real*” (LENIN, 1978: 134 – *itálico nosso*). Quer dizer, o avanço e o enraizamento da organização das classes subalternas em Comunas – da efetiva existência de um *poder dual* – pode se tornar decisivo no momento de enfrentamento inevitável e radical entre as classes sociais em disputa. O conceito de dualidade de poderes foi cunhado por Lenin desde a análise da situação específica que se desenvolvia na Rússia em março de 1917<sup>77</sup>. Segundo Lenin a dualidade de poderes consistia “em que ao lado do Governo Provisório, o governo da *burguesia*, se formou *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de fato e em desenvolvimento: os Sovietes de deputados operários e soldados” (LENIN, 1978: 17). O *outro governo* tem composição de classe no proletariado e no campesinato, de maneira que o caráter político deste poder

“é uma ditadura revolucionária, isto é, um poder que se apoia diretamente na conquista revolucionária, na iniciativa imediata das massas populares vinda de baixo, e *não na lei* promulgada por um poder de Estado centralizado. É um poder de um gênero completamente diferente do poder que geralmente existe nas repúblicas parlamentares

---

<sup>76</sup> No Artigo 60 da referida Lei os tipos de sistema de agregação comunal estão dispostos no seguinte esquema piramidal: “1. O Conselho Comunal: como instância de articulação dos movimentos e organizações sociais de uma comunidade; 2. A Comuna: como instância de articulação de várias comunidades organizadas num âmbito territorial determinado; 3. A Cidade Comunal: constituída por iniciativa popular, mediante a agregação de várias comunas num âmbito territorial determinado; 4. Federação Comunal: como instância de articulação de duas ou mais cidades que correspondam em âmbito de um Distrito Motor de Desenvolvimento; 5. Confederação Comunal: instância de articulação de federações comunais no âmbito do eixo territorial de desenvolvimento; 6. As demais que se constituam por iniciativa popular” (RBV, 2010). Não há menção sequer sobre suas relações com o governo central, com o presidencialismo etc.

<sup>77</sup> O conceito é localizado por Lenin nos seguintes termos: “A origem e o significado de classe desta dualidade de poderes consistem em que a revolução russa de março de 1917, não só varreu toda a monarquia tsarista, não só entregou o poder à burguesia, mas também *se aproximou de perto* da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” (LENIN, 1978: 25).

democrático-burguesas. (...) *Este poder é um poder do mesmo tipo que a Comuna de Paris de 1871*” (LENIN, 1978: 17).

Seria demasiado imprudente transportar a leitura leniniana para a realidade do processo bolivariano sem incorrer na falsificação desta mesma realidade. Mas a organização piramidal do Estado Comunal venezuelano guarda possibilidades futuras de uma efetiva democracia de baixo para cima, do encontro concreto entre democracia e hegemonia, da passagem dos grupos dirigidos para o grupo dirigente no novo Estado socialista.

Muito embora os Conselhos Comunais e sua organização em Comunas representem o empoderamento da democracia participativa e protagônica, este sistema de organização apresenta algumas dificuldades, que nem por isso as tornam menos decisivas no quadro de disputa hegemônica. Os Conselhos Comunais têm expressado muito mais processos organizativos oriundos dos Comitês de Terra Urbana, Mesas Técnicas de Água, Comitês de Saúde, Movimento de Moradores, Movimento de Ocupantes. Ainda são raras nos Conselhos Comunais expressões oriundas de movimentos de trabalhadores, camponeses, da juventude e de gênero e raça. Chama atenção a ausência de expressões maiores de movimentos sobre a questão de gênero e raça, uma vez que, de acordo com relato da *vocera* Ana Rosa Ribero mais da metade das *voceras* dos Conselhos Comunais é composta por mulheres negras e pardas na condição de chefe de família. Os Conselhos Comunais têm se construído sobremaneira sob reivindicações imediatas, quer dizer, se organizam para abordar soluções a necessidades materiais concretas, falta de estrutura urbana, falta de serviços básicos, falta de sistemas de eletricidade, construção de moradias etc., portanto, nos Conselhos Comunais e, analogamente, nas Comunas destacam-se características de “gestão pública”. Não se trata de reduzir a importância deste elemento, o fato de que estas formas organizativas assumem responsabilidades do Estado já representa um avanço significativo, todavia, falta saber qual é a real potencialidade política destes, uma vez que ainda estão em forma embrionária noções de trabalho comunitário, de co-responsabilidade, prevalecendo a delegação destas aos *voceros* e *voceras*. A falta da noção de co-responsabilidade vai incidir justamente nas relações travadas entre estas organizações e as instâncias do poder público, e, principalmente, na própria noção ampliada de transformação do próprio Estado. Considerado que as tarefas de promoção e

desenvolvimento dos Conselhos Comunais e as Comunas foram assumidas pelo governo bolivariano, como também, a menor ou maior dependência dos recursos transferidos desde este governo, tal debilidade por reduzir os Conselhos Comunais e Comunas à simples correia de transmissão das decisões centralizadas, reproduzindo o centralismo, o clientelismo, o nepotismo e a corrupção dentro destes novos organismos, a uma *democracia tutelada* como definiram a recente etapa do processo bolivariano, tanto José Rafael Hernandez militante do Pátria Para Todos, como Julio Fermin da Equipe de Formação, Informação e Publicações (EFIP). Sem contar que os *voceros* e *voceras* sofrem pressões do PSUV para que os membros dos Conselhos Comunais se filiem ao partido e/ou se inscrevam como reservistas das Forças Armadas.

Como mencionamos era prevista como parte fundamental da via venezuelana ao socialismo a proposta de Reforma Constitucional. A proposta da Reforma é um procedimento legítimo previsto pela Constituição de 1999 em seu artigo 342, que contempla a revisão parcial da Constituição e a substituição ou reformulação de uma ou várias normas sempre e quando no contradigam sua estrutura e princípios fundamentais. (FIGUEROA, 2008). Se a intenção é construir o “Socialismo do Século XXI”, o referendo de Reforma Constitucional que almejava a introdução do socialismo num país é um fato inédito em toda história. Se levarmos em conta de que se trata da discussão sobre a transformação radical de toda sociedade, percebemos que inexistente em toda história uma consulta eleitoral tão radical e mais democrática.

A proposta de reforma expressava a vontade política de radicalização do bolivarianismo, de projetar a sociedade venezuelana ao socialismo pela via institucional, pela mudança pacífica. O projeto de Reforma apresentava artigos de conteúdo abertamente radicais. Assim, encontramos no Artigo 90 a substituição da jornada de trabalho de 44 horas semanais pela de 36 horas, com a proibição da obrigação do trabalhador a aceitar horas suplementares. A proibição do latifúndio no art. 307 e da especulação imobiliária (art.18). A garantia do controle público sobre todos os recursos naturais (art. 302 e 306). O art. 318 põe fim da autonomia do Banco Central. A criação de um sistema de seguridade social para o setor informal e para trabalhadores autônomos (art. 87). O direito de voto a partir dos 16 anos, ao invés dos 18 previstos na Constituição de 1999 (art. 64). A promoção da agricultura ecológica com intuito de garantir a soberania alimentar (art. 305). A

proibição de financiamento dos partidos por fundos provenientes do exterior sejam de origem privada ou governamental (art.67) (Cf. RBV, 2007; TOUSSAINT, 2008).

No entanto, apesar das intenções socialistas, o conteúdo possuía alguns pontos problemáticos. No texto eram atacadas as garantias do “direito” a propriedade privada pelo Estado, assim sendo, outras modalidades de propriedade eram incluídas no novo texto constitucional. Eram apontadas cinco modalidades de propriedade: social direta e indireta, pública mista, privada e coletiva (Art. 115). A construção prevista de um regime múltiplo de propriedade da futura sociedade socialista traz em si enormes dificuldades de definição: se entendida a propriedade social como aquela pertencente ao povo em seu conjunto, de maneira que esta é dividida em “direta e indireta”, onde seu caráter “social indireto” sugere sua direção pelo Estado, o que entender por propriedade pública? Mais ainda, quem representa neste caso o Estado socialista? A criação do Poder Popular como uma nova forma de poder público, perfilado a partir das comunas (núcleo espacial do Estado socialista) (Art. 116). A nova constituição causava alguns inconvenientes ao submeter desde a propriedade social em direta ou indireta até a organização dos movimentos populares ao controle do Estado socialista. O ponto é que o *novo* socialismo herdava a centralização estatizante do *velho* socialismo (LANDER, 2008; MAGALLANES, 2009).

Como apontamos no tópico anterior, o sistema de referendos ampliam a politização social e conferem sentido concreto de participação política, aproximando-se do instituto da democracia direta. O projeto de reforma propunha elevar os percentuais de assinaturas necessárias para ativar os distintos mecanismos de participação popular, de modo que tornava o sistema de referendos praticamente inviáveis (Art. 72, 74 e 348). Por exemplo, pela Constituição de 1999 o referendo revogatório poderia ser solicitado por 20%. De acordo com a reforma de 2007, este percentual subiria para 30% (LANDER, 2008; LÓPEZ MAYA, 2008).

Outro ponto polêmico da reforma constitucional foram os artigos de reeleição indefinida para presidente e o aumento do período presidencial de seis para sete anos (Art. 230). Do ponto de vista formal, “se o povo é soberano e tem o direito de eleger seus representantes pelo tempo que assim o desejar, não parece haver justificativa alguma para que esta medida se aplique somente ao Presidente da República e não aos cargos públicos por eleição popular” (LANDER, 2008: 145). A polêmica deste ponto da reforma é que a



reeleição indefinida como *sustentação do processo revolucionário* reflete imediatamente a continuidade a debilidade que se gestava desde a formação eleitoral do MVR, quando os desequilíbrios e as diferenças ideológicas dentro do movimento colocavam a figura de Chávez como imprescindível. As reeleições indefinidas, antes de solucionar as tensões internas, postergariam a um futuro distante sua solução concreta e inviabilizando o surgimento de outras lideranças.

Durante a campanha pelo “Sí” à Reforma Constitucional não foi definido com clareza o que seria o socialismo. Como lembra Toussaint, as experiências caricaturais do socialismo no século passado deixaram um sabor amargo. Não causa estranheza que “na mente de muitas pessoas, o socialismo não é sinônimo de felicidade e de liberdade. Para optar pelo socialismo há de ter argumentos sólidos. Além do mais, *o socialismo não se decreta por meio de uma Constituição*” (TOUSSAINT, 2008: 123 – *itálico nosso*). A aprovação da nova Carta Magna seria como um largo passo no escuro.

Podemos somar às imprecisões conceituais, às vacilações em apontar a via ao socialismo pela Reforma Constitucional, o fato de que se propunha 69 pontos de reforma compilados num documento de 250 páginas que modificavam substancialmente vários dos 350 artigos da Constituição de 1999 (Cf. RBV, 2007). A primeira etapa de elaboração da proposta foi resultado de meses de trabalho confidencial de uma comissão presidencial e revisada pelo presidente, concluída em agosto. A segunda etapa, a Assembléia Nacional tampouco pode ser chamada como “participativa”, além do que somou aos 33 artigos iniciais outros 36 artigos a modificar – tudo isso a exatamente um mês do referendo. A campanha e o preparo do novo texto contraria enormemente o espírito da Constituinte de 1999, das mobilizações massivas em torno do novo projeto de país, da inclusão de demandas e do debate aberto. Edgardo Lander observa com precisão que antes “de impulsionar o fortalecimento das modalidades participativas da democracia, esta ficou no fundamental reduzida a uma dimensão plebiscitária: votar a favor ou contra uma reforma que havia sido elaborada a partir de cima” (LANDER, 2008: 136).

Em 2 de dezembro de 2007, a proposta de Reforma foi derrubada nas urnas por uma diferença mínima. Em números precisos o “no” obteve 50,65% (4.521.494) enquanto o “si” 49,95% (4.404.626) dos votos, a diferença de 1,41% representava apenas 116.868 votantes dentro de um universo de 8.926.120 votos válidos (LÓPEZ MAYA, 2008). A

derrota em referendo consultivo da proposta de Reforma Constitucional em 2007 tem apresentado diversas interpretações. Todas estas interpretações possuem em comum duas questões: a) o número excessivo de artigos reformados e o curto prazo para apresentação clara de cada um deles à sociedade; b) a ausência de participação democrática de partidos e movimentos populares que compõem a base do bolivarianismo durante a seleção e redação do conteúdo (Cf. LANDER, 2008; LÓPEZ MAYA, 2008; MARINGONI, 2009).

No interior do movimento bolivariano, encontramos duas avaliações da derrota. *A partir de cima*, ou seja, das lideranças do PSUV e dos altos funcionários do governo, as considerações responsabilizam os meios de comunicação privados, o imperialismo, as falhas durante a campanha, a falta de compromisso popular e o baixo nível de consciência socialista. *A partir de baixo*, ou seja, das organizações políticas independentes e dos movimentos sociais, as ponderações se dirigem às questões internas tais como as dinâmicas verticais e burocráticas de tomada de decisões, o acentuado personalismo e as deficiências da gestão pública (LANDER, 2008).

Em sua jornada de inscrições o PSUV, em 23 de junho de 2007, havia registrado 5.669.305 membros. Ou seja, o número de eleitores filiados ao partido governista excedia em 1.147.811 de eleitores do “no” (MARINGONI, 2009: 29). Por isso mesmo, Hugo Chávez e as lideranças do PSUV atribuem ao abstencionismo eleitoral grande peso na derrota. No entanto, se considerarmos que uma das transformações mais significativas da revolução bolivariana tem sido a contínua politização dos setores populares, exatamente, os mesmos que sustentaram o governo durante as ações golpistas. A razão do abstencionismo parece residir não na apatia política ou na consciência capitalista, e sim na condução verticalizada do processo.

Deste prisma, a derrota do referendo antes de representar falta de compromisso e de consciência socialista das bases bolivarianas, é precisamente o contrário. O conceito de democracia participativa e protagônica e o apoio massivo durante o golpe de Abril de 2002 e a greve patronal de 2002-2003, demonstraram o enorme respaldo popular em defender o processo bolivariano. Surgem durante e após as ofensivas antidemocráticas da oposição, diversos partidos e movimentos sociais com demandas específicas, cuja exigência comum é o protagonismo, autonomia e participação nas decisões locais e nacionais. A proposta de Reforma Constitucional de 2007, antes de partir desde e junto a este imenso potencial

revolucionário, encontrou sua derrota na verticalidade e burocratização de sua apresentação à sociedade venezuelana. Podemos atribuir a derrota no referendo de Reforma Constitucional muito mais as condições de sua elaboração, que pelo conteúdo em si – com isso não pretendemos dizer que o conteúdo era uma definição “concluída” do que seria o socialismo. Entre estas condições de elaboração temos: de um lado, se os membros do PSUV não compareceram em massa para votar, isso se deve muito à própria construção do instrumento político que ameaçava expulsões de um partido que ainda nem existia; por outro lado, quando o governo lançou mão da participação dos movimentos e organizações sociais no processo de preparação do projeto de reforma<sup>78</sup>, simplesmente reduziu o pleito *a favor ou contra Chávez*, num momento em que o centro do debate deveria ser a transição à uma sociedade qualitativamente distinta gerando desgastes e divergências dentro de suas próprias fileiras.

Antes da derrota em 2007 a dissidência e a crítica eram quase intoleráveis, de maneira que era comum catalogar as discordâncias como *traição ao movimento*. Era comum estigmatizar aliados políticos como PCV ou o PPT, por não querer dissolver-se no PSUV; pressionar as forças sindicais que resistiam perder sua autonomia para formar conselhos socialistas; repreender organizações populares ou intelectuais que dissentiam das propostas e opiniões do presidente (LÓPEZ MAYA, 2008). O episódio de 2007 teve como ponto positivo a reflexão sobre os caminhos e descaminhos do processo bolivariano. Mesmo que inicialmente a compreensão da derrota tenha se dividido entre concepções *a partir de cima e a partir de baixo*, esta divisão não perdurou o suficiente. A tendência a atribuir a derrota a questões externas ao bolivarianismo tem dado lugar a discussões sobre questões internas, tais como a necessidade de respeito à pluralidade política, de despersonalização e desburocratização com a abertura ao debate e a participação maior nas decisões do movimento.

Desde as ações golpistas, a oposição caminhava desacreditada e desarticulada, limitando-se a apelos de sobrevivência política, tais como as denúncias de fraude em referendos e boicote nas eleições parlamentares de 2005. Todavia, para a oposição os

---

<sup>78</sup> Rodolfo Magallanes comenta o fato de que “a Assembléia Nacional apresentou um balanço do processo nacional de consulta do projeto de reforma, segundo o qual se outorgaram 435 direitos de palavra a indivíduos e setores da sociedade, e haviam realizado umas nove mil (9.020) atividades de consulta, mais de oito mil talheres realizados a promotores e impulsionadores da reforma constitucional e recebido 80.292 chamadas em relação com o projeto” (MAGALLANES, 2009: 113).

resultados do referendo de Reforma Constitucional de 2007 abriram perspectivas futuras de derrota do bolivarianismo e de Chávez pela via eleitoral, como também as bases para construção de uma organização capaz de estabelecer uma agenda conjunta entre os partidos que se opunham ao processo bolivariano e impedir como nos pleitos anteriores que estes partidos se dispersassem em múltiplas candidaturas. É no contexto dos resultados do referendo que a oposição passa a se organizar desde 2008 sob a forma da Mesa da Unidade Democrática (MUD). Essa nova coalizão é integrada pelos partidos: Ação Democrática (AD), Aliança Bravo Povo (ABP), Bandera Roja (BR), Convergência (CVGC), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), Força Liberal (FL), La Causa Radical (LCR), Movimento ao Socialismo (MAS), Movimento Ecológico de Venezuela (MEV), União Republicana Democrática (URD), Pela Democracia Social (Podemos), Primeiro Justiça (PJ), Um Novo Tempo entre outros. Como se pode notar, a coalizão oposicionista é conformada por partidos muito heterogêneos, para não dizer com conteúdos programáticos até mesmo opostos, muito embora, desde seu começo a MUD tem construído suas campanhas em torno da defesa do direito a propriedade privada e das liberdades de livre-empresa, da defesa da “democracia”, da justiça social lograda através da distribuição da renda petroleira. Angel E. Alvarez, professor de ciência política da UCV ressaltou em conversa que sem sombra de dúvidas o elemento aglutinador da MUD é a oposição aberta à Chávez.

Mesmo que a primeira vista pareça uma coalizão improvisada sob a oposição genérica à Chávez e ao bolivarianismo, o governo costuma subestimar muitas vezes a oposição. A tendência de subestimar o inimigo imediato pode ter resultados muito negativos para um processo de transformação social, tal qual o bolivariano. Quando todos os partidos oposicionistas adotaram a estratégia de boicotar as eleições parlamentares em 2005 sob acusações de que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) não oferecia condições mínimas para legitimar os resultados, o governo bolivariano conquistou 114 cadeiras na Assembléia Nacional (além dos partidos que compunham sua base de apoio, como PPT, PCV e UPV). Nesse caso, a conquista de maioria absoluta na Assembléia Nacional não foi fruto absoluto dos méritos dos candidatos e do próprio processo bolivariano, mas sim da orientação estratégica da oposição. A situação é bastante diversa se avaliados os resultados das eleições parlamentares de setembro de 2010, quando a oposição participa com novo fôlego e com maior organização. Das 165 cadeiras da Assembléia Nacional, os deputados

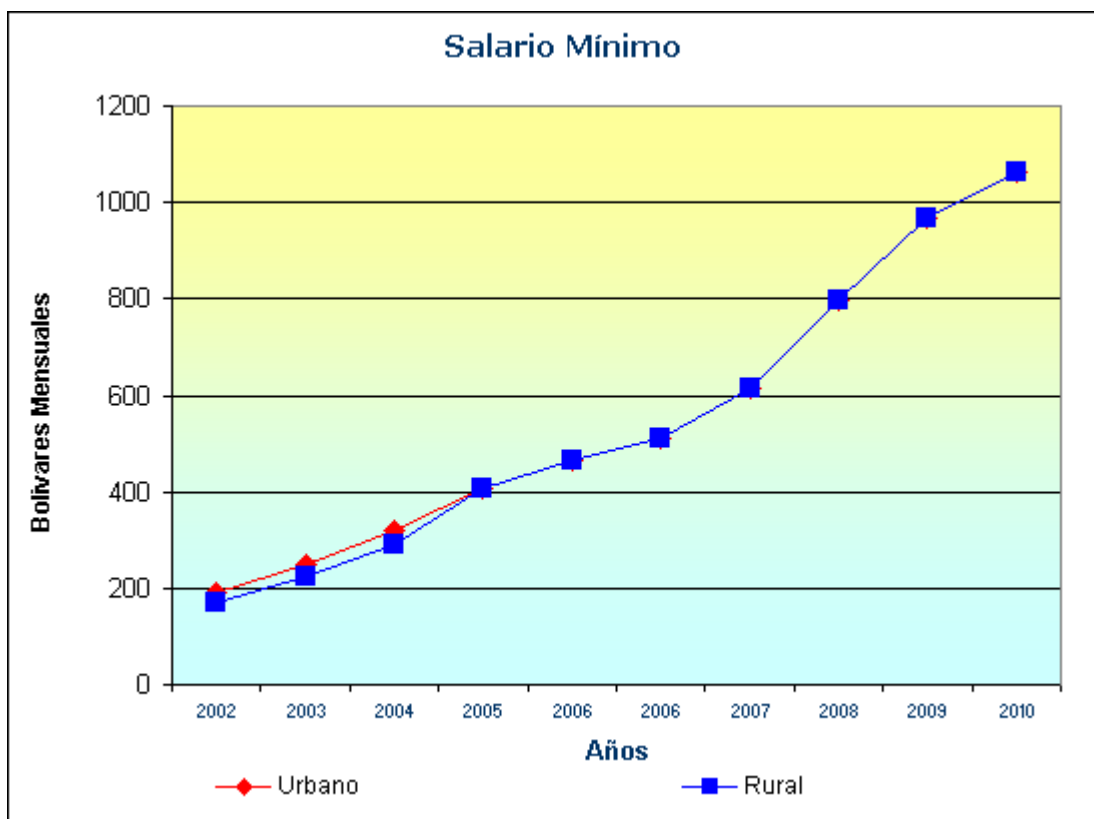
bolivarianos mantiveram 98, enquanto a oposição organizada sob a MUD conquistou 65 cadeiras. Obviamente os deputados governistas ainda mantêm maioria, mas não maioria absoluta como antes. O fato de subestimar a oposição, por mais “Frankenstein” que ela seja tem como resultado o fortalecimento daqueles partidos que Hugo Chávez costuma se referir como “falecidos” da *IV República*, como a AD e COPEI que são as principais forças políticas dentro da MUD. Aqui é preciso fazer uma leitura conjunta tanto dos resultados do referendo sobre a Reforma Constitucional de dezembro de 2007, como também dos resultados das eleições parlamentares de setembro de 2010. Enquanto no referendo a oposição ganhou por uma diferença de apenas 1,4%, nas eleições parlamentares os bolivarianos ganharam por uma diferença de menos de 2%<sup>79</sup>, portanto, esses resultados sugerem maior equilíbrio na correlação de forças entre os bolivarianos e a oposição, o que nos leva a constatar a divisão do país em dois blocos numericamente equivalentes. Isso deveria ser objeto de maior reflexão pelos bolivarianos uma vez que tal resultado demonstra o duro páreo da disputa hegemônica, disputa que se torna ainda mais fundamental para um processo de transformação radical da sociedade que deveria passar necessariamente por uma ampliação crescente e sustentada do consenso da população ao processo revolucionário. Conclusão, “não é sustentável no tempo um intento de transformação se a metade da população não apenas não compartilha a proposta do projeto de mudança, senão que além, está firmemente oposta a este” (LANDER, 2011: 35).

Ainda em 2007 a Venezuela começa a sentir a falta de alguns alimentos que compõem a cesta básica nacional, o que tem levado ao aumento dos preços de bens de consumo e ao desabastecimento dos centros de distribuição e comércio. Podemos elencar dois elementos que contribuem para o surgimento deste fenômeno: O primeiro seria relativo ao impacto das Missões Sociais na redução dos níveis de pobreza extrema e miséria no país, o crescimento dos níveis de emprego e a evolução positiva do salário mínimo, certamente, foram políticas públicas que ampliaram a capacidade de consumo dos venezuelanos desde 2004, e podem ser vistas como parte significativa do crescimento da inflação e, muito certamente, do desabastecimento de certos produtos de consumo corrente (Cf. GRÁFICO 5; TABELA 4).

---

<sup>79</sup> A coalizão governista obteve 5.268.939 votos, enquanto a coalizão opositora obteve 5.077.043 (LANDER, 2011).

GRÁFICO 5 – Evolução do Salário Mínimo em Bs.F



FONTE: Instituto Nacional de Estadísticas (INE).

O segundo diz respeito ao fato de que mesmo tendo a oposição adotado posturas conforme as “regras do jogo” democrático, as expropriações de empresas de distribuição e comercialização de alimentos que elencamos a algumas páginas, sugerem que desde 2007 o desabastecimento e escassez tem sido parte da estratégia política de debilitar a credibilidade do governo bolivariano, o que torna sua conformidade às “regras do jogo” aparente e não real. O anunciado “salto” ao socialismo, a estratégia de instituir o socialismo do século XXI pelo voto (o princípio da maioria foi e ainda é uma das armas mais eficientes de todo o processo bolivariano), levou a burguesia a organizar uma campanha de desestabilização do governo, como efeito de demonstração da ineficiência, desorganização e incapacidade do governo, ou seja, daquilo que estaria por vir caso o socialismo fosse instituído no país. Desde 2003 o governo bolivariano aplica o controle de preços para produtos de consumo corrente, sobretudo, aqueles que compõem a cesta básica. Um dos métodos possíveis para contornar o controle de preços e, muito certamente, fazer aumentar os preços é induzir artificialmente a escassez pelo açambarcamento e/ou

redução da produção, enquanto cresce a demanda por estes produtos. Outro método é falsificar o balanço das empresas e vender parte das mercadorias desviadas diretamente no mercado negro a preços muito superiores aos preços regulados. De fato, até a presente data é possível encontrar *buoneros* (camelôs) vendendo produtos de primeira necessidade (café, açúcar, leite, óleo de cozinha, papel higiênico etc.) no mercado negro a preços 100% acima do estabelecido pelo controle. Dito isso, não nos parece simples coincidência que nos momentos de enfrentamento aberto entre governo e oposição sejam os de maior incidência do aumento da inflação, conforme a TABELA 4 lemos que o aumento foi significativo justamente nos períodos de 2002-2003 e 2007-2008.

<b>Ano</b>	<b>Índice de preços ao consumidor médio</b>	<b>Variação %</b>
<b>1999</b>	22,3	23,6
<b>2000</b>	25,9	16,2
<b>2001</b>	29,1	12,5
<b>2002</b>	35,7	22,4
<b>2003</b>	46,8	31,1
<b>2004</b>	56,9	21,7
<b>2005</b>	66,0	16,0
<b>2006</b>	75,0	13,7
<b>2007</b>	89,1	18,7
<b>2008</b>	117,1	31,4
<b>2009</b>	150,6	28,6

FONTE: Instituto Nacional de Estadísticas (INE)

Embora possamos atribuir o desabastecimento e a escassez de certos produtos básicos à ofensiva da oposição, não seria corretor atribuir exclusivamente a esta o aumento da inflação no país. Desde 2003 o governo adotou a política de contenção de evasão de divisas, em que qualquer empresa que deseje importar mercadorias e serviços tem de

comprar dólares diretamente com a agência do governo de Comissão de Administração de Divisas<sup>80</sup> (CAVIDI). Mesmo sendo uma política útil, termina por ter um efeito perverso sobre a economia nacional ao sobrevalorizar o Bolívar em relação ao Dólar. À mesma maneira como historicamente se repete desde o começo da exploração petroleira, a política de sobrevalorização do Bolívar inibe o investimento produtivo no país e, mais uma vez, favorece a atividade comercial voltada à importação massiva de mercadorias e sua comercialização concentrada por grandes redes privadas de distribuição. O mais paradoxal de tudo isso, é que o próprio Estado bolivariano subvenciona a importação massiva, uma vez que este vende ao setor privado dólares baratos que ele mesmo acumula através da exportação petroleira. A sobrevalorização do Bolívar e o alto nível de importação que ele induz contribui para o aumento da inflação. Por fim, a política econômica do Estado de controlar a evasão de divisas faz minguar os aumentos de salário da classe trabalhadora, além do que obriga o Estado a ampliar seus gastos com transferências indiretas para buscar conter um processo inflacionário, que em grande parte, foi criado por ele mesmo (TOUSSAINT, 2010).

Diante da escassez e desabastecimento dos últimos anos, em janeiro de 2008 Chávez anunciou a criação de uma subsidiária de PDVSA, a Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos (PDVAL). O objetivo imediato é distribuir bens de primeira necessidade como ovos, carne bovina e frango, leite, sardinha, massas, farinha, cereais, margarina etc., portanto, garantir a segurança alimentar e contornar a inflação. Os preços realizados em PDVAL são até 40% mais baratos que os preços dos mercados privados. Muito embora, se proponha fortalecer os núcleos de desenvolvimento endógeno que produzem alimentos, a maior parte das mercadorias é proveniente de outros países latino-americanos, principalmente, Argentina, Brasil, Colômbia, Uruguai e Equador. Existem as redes diretas de distribuição PDVAL com estrutura que varia de mercadinhos (PDVAL I), supermercados (PDVAL II) até hipermercados (PDVAL III), e as redes indiretas, que são administradas por Conselhos Comunais ou comunidades organizadas (MercialitosPdval).

Com a eleição de Hugo Chávez em 1999 a Venezuela tem melhorado substancialmente suas relações com o Brasil e Argentina. Nesse sentido, desde 2006 a Venezuela busca a aprovação dos quatro países membros para seu ingresso no Mercado

---

<sup>80</sup> Héctor Lucena (2010) estima que com o controle de câmbio, somente em 2009 circularam por volta de US\$ 25 milhões no mercado negro de moedas.



Comum do Sul (Mercosul). A aprovação da Venezuela segue travada pelo impasse gerado pelo congresso paraguaio que recusa a entrada deste país no bloco, sob acusação de cercear a liberdade de expressão e os direitos democráticos. O Mercosul é um bloco comercial com assimetrias econômicas consideráveis, desde o tamanho desigual do PIB de cada país, mas também o fato de que Argentina, Paraguai e Uruguai possuem a balança comercial desfavorável com o Brasil. O bloco comercial e econômico, obviamente, favorece o intercâmbio entre estes países e promove certo tipo de integração, todavia, é muito mais favorável para o Brasil que aos demais. A Venezuela muito certamente adentrará o bloco em 2012, mas adentrará não como país exportador, senão como importador de mercadorias semi-manufaturadas e manufaturadas do Brasil e Argentina. Essa condição de mercado consumidor potencial pode acarretar no aumento do desemprego, da superexploração do trabalho e dificuldades maiores para o tão almejado “desenvolvimento endógeno bolivariano”.

A abundância relativa de reservas em dólares e o beco sem saída ao qual levava as medidas adotadas pelos governos da América do Sul foram fundamentais para impulsionar a proposta de criação do Banco do Sul apresentada por Hugo Chávez em 2005, proposta compartilhada e defendida em 2006 pelo ex-presidente argentino Nestor Kirchner<sup>81</sup>. A criação do Banco do Sul já estava apresentada no projeto inicial da ALBA, a proposta inicial era de fazer deste um banco dedicado ao financiamento de empreendimentos para o desenvolvimento endógeno e integração regional. Porém, ocorreu uma mudança política visando ampliar a adesão ao projeto, portanto, sua construção ocorreria fora dos contornos da ALBA. O ato de fundação do Banco do Sul foi assinado em dezembro de 2007 em

---

<sup>81</sup> Desde 2004 a conjuntura econômica internacional pode ser caracterizada por uma melhoria significativa nos termos de troca de certas matérias-primas e alguns produtos agrícolas. Essa conjuntura favorável a muitos países dependentes latino-americanos permitiu que muitos deles aumentassem a renda por exportação e acumulassem importantes quantias de divisas em dólares. Devido a esse processo, de um lado, muitos dos governos destes países aproveitaram para saldar suas dívidas com o FMI, caso do Brasil e Venezuela; por outro lado, esses governos passaram a utilizar parte destas reservas para comprar títulos do Tesouro dos Estados Unidos, ou depositá-los em bancos dos países capitalistas centrais. É essa conjuntura favorável aos países primário-exportadores que propicia a bizarra característica de fazer de países como o Brasil prestamista de instituições como o FMI, como ao mesmo tempo, a compra de títulos do Tesouro dos EUA converte os países dependentes em financiadores dos enormes déficits desta economia. E paradoxalmente tal utilização das reservas tem em contrapartida novos empréstimos pelos países dependentes no mercado interno ou internacional a fim de reembolsar a dívida pública. A questão é que a remuneração das reservas aplicadas em títulos de Tesouros estrangeiros é inferior aos juros do capital tomado emprestado. O resultado é a perda de quantias importantes de reservas destes países dependentes através do mecanismo descrito (TOUSSAINT, 2008a).

Buenos Aires pelos presidentes: Nestor Kirchner da Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil, Nicanor Duarte do Paraguai, Rafael Correa do Equador, Evo Morales da Bolívia e Hugo Chávez da Venezuela.

O Banco do Sul é um projeto de integração financeira autônoma da América do Sul, não abrange a totalidade da América Latina, embora esta possibilidade não esteja fechada. Embora a iniciativa tenha de sua criação tenha sido venezuelana, cabe ao Equador a proposta mais progressista e democrática para o convênio. Vejamos as duas propostas em pormenores. O texto inicial para a criação do Banco do Sul parte da iniciativa conjunta de Venezuela e Argentina, este teria como pontos: a) desenvolver os mercados de capital e os mercados financeiros regionais, suas considerações gerais colocavam como necessidade promover a formação de empresas multinacionais de capital regional, sem qualquer especificação se estas seriam públicas, privadas ou mistas; b) que o banco teria funções de um banco de desenvolvimento e fundo monetário de estabilização cuja função central era o desenvolvimento dos já mencionados mercados de capital, da indústria, da infra-estrutura, da energia e comércio; c) os direitos de voto seriam em função do aporte de capital de cada país, portanto, teria o mesmo sistema de repartição de votos que tem o BM, o FMI e o BID. O texto proposto pelos dois países é muito coerente com a orientação político-econômica do governo de Nestor Kirchner na Argentina, porém, vão contra com as posições internacionais adotadas pela Venezuela.

Por outra via, o texto apresentado pelo Equador apresenta pontos muito importantes para a autonomia financeira e para a equalização da distribuição dos recursos entre os países da região, em outras palavras, a nova instituição financeira regional poderia liberar os países membros do jugo dos “ajustes estruturais” que acompanham de praxe os financiamentos e empréstimos do BM, o FMI e o BID. Entre os pontos propostos pelo Equador podemos destacar: a) se trata de criar uma instituição sobre bases profundamente democráticas, ou seja, um país, um voto, de maneira que o Banco do Sul se torne um instrumento encarregado de por em aplicação os tratados internacionais sobre direitos humanos, sociais e culturais; b) o Banco do Sul deverá financiar projetos de empresas públicas, a pequenos produtores, a cooperativas, aos municípios, aos estados etc., portanto, estariam fora as grandes empresas privadas, as empresas públicas de capital misto; c) os dirigentes e empregados o Banco do Sul não contariam com imunidade, portanto, seriam

responsáveis ante a justiça e pagariam impostos, os arquivos do banco seriam de domínio público; d) o novo Banco não poderia se endividar no mercado de capitais, seu capital seria proveniente do aporte de capital dos países membros, empréstimos dos países membros, mas que não seriam contratos dependentes dos títulos emitidos nos mercados regionais ou centrais, impostos globais comuns, como por exemplo, a “taxa Tobin”, impostos sobre os lucros repatriados pelas transnacionais, de proteção ao meio ambiente.

Os grandes impasses para concretização do Banco do Sul não se devem às diferenças nos dois textos propositivos, mas pela relutância do Brasil sobre as funções do novo banco. O nível e o tamanho da economia brasileira não demandam a construção de um banco regional, de mais um banco de desenvolvimento, para financiamento de projetos de suas empresas e tampouco de projetos de nivelamento com os demais países latino-americanos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já figura neste país como um banco capaz de realizar tal função independentemente do aporte financeiro dos países vizinhos. Para o Brasil a importância do Banco do Sul é muito mais política do que econômica, tem de ser colocado desde a perspectiva de suas últimas investidas externas no subcontinente, desde o projeto político subimperialista<sup>82</sup>. O Brasil tem consciência de que proverá os maiores aportes e empréstimos ao futuro banco, portanto, defende que devido a sua maior capacidade de contribuição deverá ter maior peso em seus votos no interior da instituição, se trata de reproduzir os mesmos mecanismos do FMI, BM e BID; outro ponto questionado pelo Brasil é saber qual seria área priorizada pelo Banco, se seguiria o mesmo padrão da IIRSA, de priorizar a construção de infraestrutura (basicamente hegemônica pelas grandes empreiteiras brasileiras) em detrimento de investimentos na agricultura para garantir a soberania alimentar num momento de alta dos preços dos alimentos, em detrimento do investimento em saúde, numa indústria farmacêutica para produção de medicamentos genéricos mais baratos e na garantia do atendimento médico-hospitalar universal. Todos esses elementos demandam um debate profundo de qual será construída a arquitetura do futuro Banco do Sul, debate que envolve não apenas partidos e movimentos dos países membros, mas principalmente

---

<sup>82</sup> Cf. BUENO, SEABRA, 2009.

testa o nível de internacionalismo da esquerda brasileira, debate que não permite qualquer visão idílica da integração latino-americana<sup>83</sup>.

Em tempos recentes, em dezembro de 2011, com a aprovação pela maioria dos deputados da Assembléia Nacional do Uruguai, este país se junta à Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela para a concretização do novo banco. Esta nova adesão torna possível a entrada em vigor do Banco do Sul, uma vez que por maioria simples se superam os dois terços do aporte de capital necessário para seu funcionamento. A nova instituição tem como sede Caracas e como sub-sedes La Paz e Buenos Aires. Em princípio, parece que irão vigorar as propostas do Equador para o Banco do Sul, mas caso ocorra a adesão do Brasil esse fato ainda não retira o risco de que a instituição seja hegemônica por este país e que reproduza na região todos os mecanismos do FMI, BM e BID em favor da economia e burguesia brasileira, subordinando os países da região ao subimperialismo brasileiro.

Os 10 anos de Revolução Bolivariana coincidiram, em fevereiro de 2009, com a vitória do “fenômeno Chávez” na decisão em referendo da Emenda Constitucional para Reeleições Presidenciais Indefinidas. Vale dizer que não foi uma vitória expressiva, conforme números do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) os votos para o “Si” alcançaram 54,85% enquanto os votos para o “No” chegaram a 45,14%, soma-se a pequena margem de vantagem o fato de que o nível de abstenção dos eleitores foi de 29,67%, quer dizer, quase um terço dos eleitores inscritos não participou do referendo. Apesar das acusações da oposição, isso *não garante* a reeleição indefinida de Hugo Chávez, mas possibilita que tal feito se realize enquanto se apresentar viável, portanto, o “fenômeno Chávez” é aqui definido como garantia de continuidade do processo revolucionário. Todavia esse referendo expõe a continuidade de algumas debilidades do processo: a) em primeiro lugar, o *chavismo*, como a excessiva presença de Chávez na condução, discussão e mediação do processo bolivariano, presença crescente desde a formação eleitoral do MVR e que muito certamente inibe as possibilidades de surgimento de outras lideranças e quadros capazes de dar continuidade às transformações, vale destacar que o personalismo na condução não significa que exista na Venezuela um *culto à personalidade de Chávez*, no sentido de uma veneração e adulação em documentos do governo ou em atos públicos de natureza oficial (WILPERT, 2009); b) o risco de regressão e desgaste da via democrática referendária pela

---

<sup>83</sup> Queremos dizer com isso a tendência de enunciar genericamente “governos progressistas latino-americanos”, como se os projetos de político-econômico destes países fossem convergentes.

redução das consultas à forma plebiscitária do *ou a favor ou contra Chávez*. Segundo Norberto Bobbio, o sistema de referendos são os únicos institutos de democracia direta com concreta aplicabilidade em Estados democráticos, “mas trata-se de um expediente extraordinário para circunstâncias extraordinárias. Ninguém pode imaginar um estado capaz de ser governado através do contínuo apelo ao povo” (BOBBIO, 1997: 53-54). Mas a viabilidade concreta dessa modalidade democrática tem de ser ponderada adequadamente entre a relação dos custos financeiros e administrativos e a frequência das consultas, a fim de não obstar o funcionamento do Estado e suas instituições. Mais além desses limites no próprio funcionamento do aparato estatal, a redução do sistema de referendos ao *com ou contra Chávez* vai contra a noção de protagonismo exercido pelo povo venezuelano e as possibilidades de intervenção soberana na tomada de decisões de um Estado que deveria ser o mediador fundamental desse processo político, em outras palavras, a *democracia plebiscitária* faz de tudo isso uma forma democrática tutelada, fato que em médio ou longo prazo pode vir a restringir, não somente a autonomia das organizações sociais, como também o pluralismo que tem sido um dos distintivos do processo bolivariano.

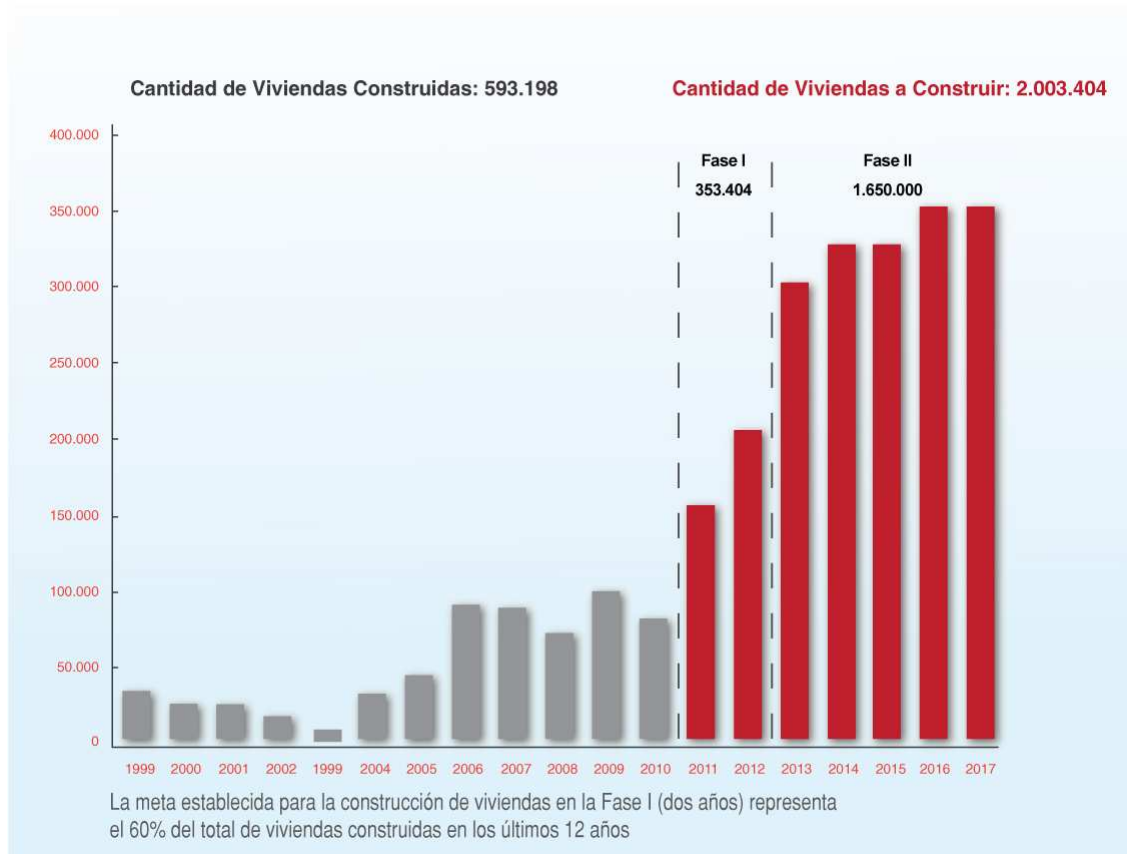
A mais recente Missão Social e, muito certamente a mais ambiciosa entre as existentes, é *Gran Missão Vivienda Venezuela* anunciada em ato oficial televisivo no Teatro Teresa Carreño em sete de abril de 2011 e as jornadas de inscrição das famílias teve início na primeira semana de maio de 2011. A meta desta Missão Social é construir dois milhões de moradias ao longo dos próximos sete anos, que serão destinadas em primeiro lugar às famílias atingidas pelas fortes chuvas torrenciais<sup>84</sup> que assolam o país ano após ano e, em segundo lugar, as famílias em situação de pobreza. O objetivo desta Missão Social não é somente garantir o direito à moradia digna e superar o déficit habitacional do país, mas também romper com a concentração capitalista do espaço urbano, uma vez que desde a colonização do país a população tem se concentrado ao longo da zona costeira, justamente porque esta concentra os centros de poder político e os centros econômicos dinâmicos. Mencionamos que esta é até o momento a Missão Social mais ambiciosa devido ao fato de que não é o primeiro intento do governo de construir moradias

---

<sup>84</sup> A precariedade da estrutura urbana e os assentamentos irregulares fazem das chuvas de estação verdadeiras tragédias em termos humanos, não apenas na Venezuela, mas em praticamente toda América Latina. A Missão Vivienda Venezuela coloca como prioridade oferecer soluções de moradia à parte da população atingida que é destinada a refúgios organizados pelo Estado. Na falta de estrutura adequada para as famílias atingidas pelas chuvas, o governo bolivariano as tem alojado em hotéis e em edifícios governamentais. A organização de cada refúgio fica a cargo dos funcionários dos 31 ministérios do governo.

através deste tipo de mecanismo<sup>85</sup>. Conforme a TABELA 5 abaixo, em onze anos de governo bolivariano foram construídas cerca de 593 mil moradias, enquanto a meta de construção para 2011 e 2012 estipula em pouco mais de 354 mil moradias.

**TABELA 5 – Metas da Gran Missão Vivienda Venezuela**



FONTE: Ministério do Poder Popular para Moradia e Habitação (MVH)

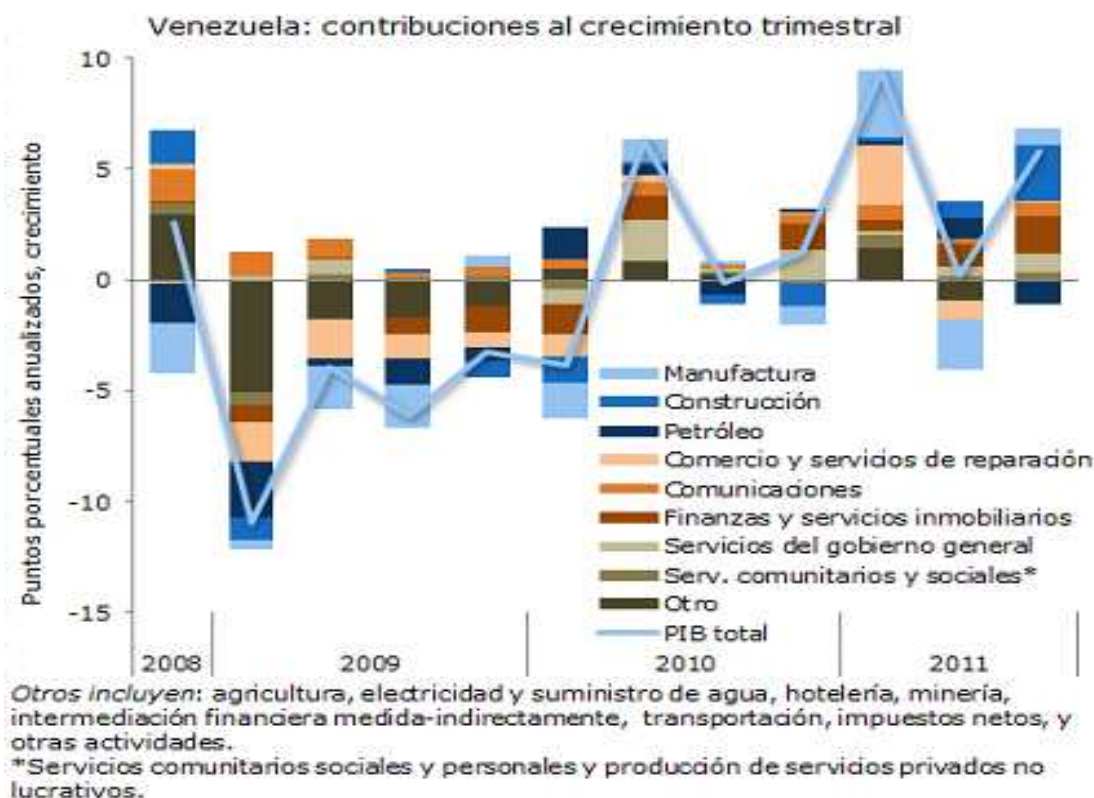
A execução das obras fica a cargo de empreiteiras privadas e mistas da China, Irã, Brasil, Bielorrússia, Portugal, Cuba e Rússia, países com os quais a Venezuela tem assinado convênios de cooperação para a referida Missão Social. Além desses acordos, a Venezuela contraiu uma dívida de US\$ 4 bilhões com o governo chinês em dezembro de 2011 para financiamento da Missão Vivienda Venezuela. Até dezembro de 2011 foram entregues cem mil moradias<sup>86</sup>, quantia que ficou abaixo da meta prevista para o mesmo ano de cento

<sup>85</sup> Outras experiências como o Plano Bolívar 2000, a Missão Habitat (2004) e a Missão Villanueva (2006) com suas respectivas características eram orientadas para a construção de moradias, porém, nenhuma dela logrou resultados satisfatórios.

<sup>86</sup> “Ramírez tramitó nuevo crédito de \$ 4 mil millones en China para construir viviendas” (<http://www.mvh.gob.ve>).

e cinquenta mil moradias, mas ainda que não seja possível medir os resultados sociais imediatos da construção de moradias pela Missão Vivienda Venezuela, seus resultados econômicos repercutiram rapidamente sobre a variação no PIB do terceiro semestre que alcançou crescimento de 4,2%<sup>87</sup>. O setor de construção civil contribuiu com quase a metade do crescimento total do PIB no terceiro semestre, mesmo que represente apenas 10% de toda a economia venezuelana (vide GRÁFICO 5). De acordo com o boletim de dezembro de 2011 do Banco Central da Venezuela o crescimento do PIB foi impulsionado não apenas pelo setor de construção civil, mas também a maior disponibilidade de bens importados para produção e consumo, o maior financiamento creditício por parte do sistema financeiro, assim como o efeito dinamizador do aumento do gasto público orientado à execução da Missão Vivienda Venezuela. Resta saber qual será a duração *do boom* da construção e o impacto nos demais setores, principalmente no manufatureiro.

**GRÁFICO 6 – Contribuições do crescimento trimestral do PIB**



FONTE: RAY, Rebecca (2011).

<sup>87</sup> De acordo com os dados proporcionados pelo Banco Central da Venezuela o PIB acumulado em três trimestres de 2011 foi de 3,8%. Assim, no primeiro trimestre alcançou 4,8%, no segundo 2,5% e no terceiro 4,2% (BCV).

Paralelamente à Gran Missão Vivienda Venezuela, o governo bolivariano relançou em maio de 2011 o Plano Minha Casa Bem Equipada<sup>88</sup>. Esse plano é o primeiro passo do acordo de cooperação entre Venezuela e China para a constituição futura de uma indústria de linha branca no país pela empresa chinesa Haier. Portanto, antes da concretização da construção das fábricas este plano consiste basicamente na oferta de eletrodomésticos importados da China (geladeiras, fogões, lavadoras, secadoras, ares condicionados, televisores, DVD, aquecedores) com preços entre 40% e 60% menores do que os oferecidos no mercado privado. De acordo com informações da Agência Bolivariana de Notícias o Plano Minha Casa Bem Equipada seguirá a comercialização da linha branca a preços “solidários” até agosto de 2012. Os produtos serão comercializados nas redes estatais PDVAL, Hipermercados Bicentenário e Mercal. Visando contornar o desvio de parte destes produtos para o mercado negro, o governo adotou medidas de comercializar apenas 10% destes à vista, de maneira que está previsto que 60% deles serão vendidos através de linhas de crédito oferecidas pelo Banco da Mulher (BANMUJER), Banco do Tesouro, Banco Bicentenário, Banco Industrial, Banco de Venezuela, FONDEMI, Banco das Comunas, e os 10% restantes através dos programas sociais que fazem parte do Ministério para as Comunas e Proteção Social<sup>89</sup>.

Tanto a Gran Missão Vivienda Venezuela como o Plano Minha Casa Bem Equipada lançados em 2011 sugerem interpretações preocupantes sobre o processo bolivariano. Ambos os projetos governamentais parecem indicar o fato de que se orientam a ampliação da base eleitoral de Hugo Chávez. Amílcar Figueroa, ex-deputado do Parlamento Latino-Americano (2006-2011) e dirigente do Partido Socialista Unido da Venezuela durante nossa conversa se demonstrou bastante preocupado com a grande questão de que ambos os projetos seguem uma linha clientelista, quer dizer, são planos que buscam ampliar a adesão ao processo não pela via do consenso conquistado pela direção intelectual e moral, mas pela via do consumo e de um Estado generoso que despolitiza as classes subalternas. O fato de que a construção de moradias populares vise a desconcentração política e econômica do território nacional, o desenvolvimento equitativo e a interligação de todo o país, por se tratar de um processo revolucionário que

---

<sup>88</sup> Em 2010 o plano seguiu experimentalmente com a venda de 300 mil eletrodomésticos.

<sup>89</sup>“Plan ‘Mi Casa Bien Equipada’. Neveras, cocinas, televisores, etc., a precios solidarios y a crédito” (www.aporrea.org).



autenticamente vise romper com a lógica do sistema do capital e com a divisão capitalista do espaço, era fundamental discussões, propostas e projetos de maior amplitude com o público alvo da Missão no intuito de superar a relação de oposição entre campo e cidade, de se repensar o modelo de urbanístico, de transporte e de espaço público como lugar de encontro, da prioridade do valor de uso, do desenvolvimento das forças sociais plenas. Todavia, tal como relatou Julio Fermin em entrevista prevaleceu o modelo de tutela da democracia popular, mesmo que tal Missão vise atender e superar uma questão estrutural urgente, seu planejamento e decisão foi realizado à portas fechadas.

Da periodização estabelecida nesta tese, não resta dúvidas de que a etapa mais complexa de compreensão e definição é esta que definimos como transição à via venezuelana ao socialismo. A nova etapa de radicalização do processo tem como orientação estratégica a transição ao socialismo do século XXI, muito embora seja um fato que confere grande fôlego às energias transformadoras no país e no subcontinente latino-americano, não há resposta clara ou consenso sobre seu significado. A via bolivariana ao socialismo só ganha sentido quando relacionada com as etapas anteriores da revolução. Portanto, no esforço de oferecer uma aproximação à sua definição somos levados a considerar que sua especificidade estaria na conquista gradual e pacífica do poder político, não havendo ruptura imediata com a ordem burguesa, donde os bolivarianos amparados na via legítima têm criado um sistema múltiplo de propriedade (as propriedades estatal, social e privada) que em médio e longo prazo caminha à liquidação das bases de dominação imperialista, latifundiária e monopolista através da consolidação permanente das transformações parciais no regime de propriedade<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> Essa definição da via bolivariana ao socialismo é devedora das importantes análises de Ruy Mauro Marini sobre o governo da Unidade Popular no Chile (Cf. MARINI, 1976).

## Capítulo 9 – A Revolução Bolivariana: Transição e Socialismo como problemas<sup>91</sup>

O propósito deste capítulo é apontar alguns entraves no aprofundamento da Revolução Bolivariana da Venezuela, mais precisamente a estratégia política da via venezuelana ao socialismo. Poderia ser argumentado o fato de que não nos debruçamos o suficiente sobre a discussão do *socialismo do século XXI*, de que este seria o ponto central para começar qualquer crítica, que teríamos de realizar toda uma arqueologia do socialismo etc. A suposta “insuficiência” de tal discussão se baseia no fato de que ao longo da nova etapa de radicalização do processo bolivariano as referências ao Socialismo do Século XXI foram minguando, até serem substituídas pelas referências oficialistas aos logros do processo como *Vivir en Socialismo* e à produção das Empresas de Propriedade Social como *Hecho en Socialismo*<sup>92</sup> (Cf. ANEXOS 3 e 4). Isso quer dizer que as convocatórias de construção do socialismo do século XXI foram cambiadas pela convicção oficial de que o socialismo já é parte da realidade cotidiana da Venezuela, sendo assim, do ponto de vista do próprio governo bolivariano as discussões sobre o que seria o socialismo do século XXI é uma questão superada. Colocar o socialismo como orientação estratégica do processo revolucionário é um passo fundamental para a construção de uma nova sociedade, orientação que implica rupturas e realizações profundas. O que nos parece um enorme problema é justamente tornar “superada” questões sem resposta e consenso a respeito de seu significado, que na melhor das hipóteses tem definição em valores e ideais altamente abstratos, e, logo apresentar o socialismo como algo já “consolidado”, mesmo que seja uma “consolidação” subordinada ao capitalismo no interior da sociedade. Reiteramos que embora exista grande mérito na reintrodução do socialismo em plena ressaca neoliberal, a recente orientação socialista da revolução bolivariana amparada sobremaneira em valores e ideais traz à baila algumas de suas maiores debilidades.

---

<sup>91</sup> As linhas gerais deste capítulo são resultado das discussões apresentadas no ciclo de palestras da Cátedra de Honra Luis Ugalde sobre “Pensamento(s) de esquerda e movimentos sociais na Venezuela do século XXI”, assim agradecemos aos Professores Carlos Eduardo Morreo e Sergio Tomas Groppo e aos estudantes da Universidade Católica Andrés Bellos pela rica contribuição.

<sup>92</sup> Não apenas a condição de pesquisador em trabalho de campo, mas também a condição de estrangeiro e sem familiaridade com a cidade e com as linhas de metrô de Caracas deram a clara percepção da ênfase governamental na publicidade sobre a nova etapa do processo revolucionário. No metrô da capital venezuelana todo e qualquer espaço de murais estão tomados pelos cartazes do *Vivir en Socialismo* e *Hecho en Socialismo*, a tal ponto que ao estrangeiro desavisado é muito difícil tomar conhecimento das linhas e das estações de metrô.

Dois intelectuais e dirigentes organicamente ligados ao governo, Alberto Müller Rojas e Ali Rodriguez Araque, apresentam resumidamente o programa socialista da nova etapa do processo bolivariano da seguinte maneira: 1. Fortalecimento do poder popular mediante o desenvolvimento efetivo dos conselhos comunais; 2. Processo de socialização inclusiva, que implique no desenvolvimento da personalidade e conhecimento de sua razão de ser; 3. Promoção de programas de investigação científica e tecnológica; 4. Desenvolvimento do aparato produtivo, em uma economia sustentável, através da criação de novas empresas públicas, comunitárias e privadas; 5. Revolução agrária pautada na soberania alimentar, de modo a satisfazer o mercado interno, produzir excedentes exportáveis e solucionar as diferenças abismais entre campo e cidade; 6. Ampliação dos serviços e espaços públicos; 7. Tributação progressiva; 8. Articulação das diversas demandas sociais, reconhecendo as diferenças nas formas de luta, culturais, identitárias, cosmológicas e libertárias, que hoje lutam contra o neoliberalismo e o imperialismo; 9. Criação do cidadão-soldado e a noção de guerra de resistência; e, 10. Construção do multilateralismo, priorizando a integração dos povos indoamericanos, como região geoestratégica, para alcançar influência suficiente na configuração da estrutura internacional (ARAQUE RODRIGUEZ, MÜLLER ROJAS, 2009: 32-34).

É importante destacar que este texto guarda algumas similaridades tanto com o programa mínimo apresentado por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* e na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, os quais já discutimos no Capítulo 2, como com as teses de Lenin no texto *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*. A título de comparação, vejamos resumidamente o conteúdo das teses leninianas: 1. A apresentar às massas “a ligação indissolúvel do capital com a guerra imperialista e demonstrar-lhe que sem derrubar o capital é *impossível* por fim à guerra com uma paz verdadeiramente democrática e não imposta pela violência” (LENIN, 1978 t.2: 13); 2. As peculiaridades abertas pelo Governo Provisório que conferiam condições máximas de legalidade em relação aos demais países beligerantes, ausência do recurso à violência contra as massas e as relações de confiança inconsciente destas com o governo dos capitalistas. São peculiaridades que exigiam maior habilidade adaptativa do partido no referente ao trabalho de publicismo e agitação; 3. “Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas” (LENIN, 1978 t.2: 13); 4. Explicar às massas que os Sovietes de Deputados Operários (SDO) são a única forma

possível, portanto, é indispensável a autonomia destes em relação a burguesia, portanto, a tarefa do partido é defender a necessidade de que todo poder do Estado passe aos SDO; 5. “Não uma república parlamentar – regressar dos SDO a ela seria um passo atrás, mas uma república dos Sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo país, desde baixo até acima. Supressão da polícia, do exército e do funcionalismo. A remuneração de todos os funcionários, todos eles elegíveis e exoneráveis em qualquer momento, não deverá exceder o salário de um bom operário” (LENIN, 1978 t.2: 13); 6. “No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os Sovietes de deputados assalariados agrícolas. Confiscoação de todas as terras dos latifundiários. Nacionalização de *todas* as terras do país” (LENIN, 1978 t.2: 15); 7. “Fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único e introdução do controle por parte dos SDO” (LENIN, 1978 t.2: 15); 8. “Não ‘introdução’ do socialismo como nossa tarefa *imediata*, mas apenas passar imediatamente ao *controle* da produção social e da distribuição dos produtos por parte dos SDO” (LENIN, 1978 t.2: 15); 9. Realizar o congresso imediato do partido, modificar o programa conforme a nova condição e alterar a denominação de partido social-democrata para partido comunista; 10. Renovação da Internacional Comunista no intuito de “constituir uma Internacional revolucionária, uma Internacional contra os *sociais-chauvinistas* e contra o ‘centro’” (LENIN, 1978 t.2: 15).

Obviamente é preciso considerar a distância temporal e as condições específicas entre a redação de cada um dos programas apresentados, mas não são tais distâncias que tornam imprescindível ponderar as similaridades entre os programas dos revolucionários europeus e o programa dos revolucionários bolivarianos. Isso se deve ao fato de que tanto a Liga dos Comunistas de Marx e Engels como o Partido Bolchevique de Lenin eram minoria dentro do próprio movimento proletário, que ambos os partidos estavam a larga distância de influir diretamente no poder do Estado, mas o fundamental é que os programas destes revolucionários não diziam respeito a uma sociedade já socialista, mas sim do cumprimento de tarefas pontuais tendentes ao socialismo, de um processo de revolução permanente que minava o poder político e econômico do sistema do capital, portanto, capaz de ampliar o consenso sobre a construção do socialismo entre as classes subalternas. Dito isso, se estes não eram de *imediato* um programa socialista, senão programa de *transição* fica patente que o programa socialista apresentado por Alberto Müller Rojas e Ali Rodriguez Araque para a nova etapa da Revolução Bolivariana está muito aquém da

radicalidade dos programas redigidos por Marx, Engels e Lenin. Nosso objetivo não é reduzir o mérito de Müller Rojas e Rodriguez Araque, a questão é que apenas a coexistência da propriedade estatal, a propriedade social e a propriedade privada não tornam exato alegar e propagandear *Viver no Socialismo* ou *Feito no Socialismo*, quando ainda segue inconclusa a disputa pela condução hegemônica da sociedade e a própria transformação do Estado, quando a burguesia ainda segue seu ciclo de reprodução ampliado do capital e fortalecendo sua resistência político-econômica ao processo de transformação.

Em suas reflexões sobre a revolução continental, Che Guevara considerava com extremo didatismo que o caráter dependente do desenvolvimento capitalista latino-americano criava condições extremamente desfavoráveis para transformações revolucionárias rápidas, uma vez que a riqueza social não alcançaria toda a população mediante a simples apropriação coletiva, portanto, concluí que “o subdesenvolvimento por um lado e a habitual fuga de capitais para os países ‘civilizados’ por outro fazem impossível uma transformação rápida e sem sacrifícios” (CHE GUEVARA, 1979b: 7). Entretanto, diferentemente de outros países dependentes que se lançaram a revolução socialista, a Venezuela dispõe de uma massa considerável de riqueza de propriedade do Estado passível de apropriação coletiva que torna possível a transformação revolucionária rápida e com menores sacrifícios que em outras circunstâncias nacionais. É a enorme massa de riqueza proveniente da renda petroleira que fornece nas etapas precedentes do processo bolivariano as bases para a distribuição desta renda com intuito de saldar a dívida social e fomentar a economia social, mas que na etapa socialista adota a posição da transformação gradual e estendida do regime de propriedade no país com objetivo de liquidar a dominação imperialista, latifundiária e monopolista.

Como vimos no capítulo 3 uma das características determinantes do *rentismo petroleiro* era de que a propriedade exclusiva do recurso natural e a captação da renda internacional pelo Estado venezuelano o tornam central na distribuição desta da renda e o converte no eixo estruturador da economia nacional. Ora esta é uma das características da IV República mais criticadas pelo processo bolivariano, que, todavia permanece ao longo de 12 anos de construção da V República. A grande questão é que a Revolução Bolivariana é uma revolução de “*alma política*”, que nas palavras de Marx, “consiste na *tendência* das

classes sem influência política de eliminar seu *isolamento* em relação ao *sistema estatal* e ao *governo*. Sua perspectiva é a do Estado, a de um *todo abstrato*” (MARX, 2010: 51 – *Glosas críticas*). Aqui não se trata de reduzir a importância do proletariado de exercer o poder do Estado, senão que a grande crítica de Marx à revolução *concentrada* na política, e por isso mesmo a própria definição do Estado como “um *todo abstrato*”, é de que enquanto o Estado fornece as “garantias políticas” para a continuidade da dominação materialmente estabelecida e enraizada, o comando do capital sobre o trabalho é fundamentalmente econômico, não político. A estrutura de comando alienado sobre o trabalho não pode ser abolida apenas pela revolução concentrada na política, isso torna o próprio processo de transformação parcial (MÉSZÁROS, 2002). A revolução concentrada na política e as dificuldades em superar o rentismo petrolífero apontam o fato de que

“a *distribuição* é imediatamente receptiva à mudança por decreto (e, mesmo assim, apenas em uma extensão estritamente limitada pelo nível de produtividade socialmente atingido), as condições materiais de *produção*, assim como sua organização hierárquica, permanecem, no dia seguinte à revolução, exatamente as mesmas que antes. É isto que, por um longo tempo, praticamente impossibilita aos trabalhadores tornarem-se ‘produtores livremente associados’, tal como previsto antecipadamente, mesmo sob as circunstâncias politicamente mais favoráveis” (MÉSZÁROS, 2002: 575).

De imediato, não podemos deixar de remeter ao Referendo de Reforma Constitucional de 2007 que – mesmo democraticamente – buscava instaurar a transição ao socialismo através do decreto. Jamais poderíamos prever quais seriam as verdadeiras consequências em caso de vitória no referendo, mas ninguém duvidaria das enormes dificuldades e desgastes que o processo bolivariano enfrentaria para impor o decreto ao nível das relações sociais cotidianas.

Mas uma questão relativa à mudança por decreto cujos resultados negativos são mais palpáveis foi a convocatória e incentivo estatal à formação de cooperativas como um dos elementos centrais dos Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NUDE), que passam de 58 no ano de 1999 para 42.097 no ano de 2004 (Cf. TABELA 6). É admirável o estímulo estatal ao desenvolvimento cooperativista em rede sem a exploração do trabalho alheio e orientado à satisfação de necessidades locais, esse estímulo indica a aposta do governo bolivariano numa alternativa ao estado de coisas atual, pela potencialização do

protagonismo popular. Mas o improvisado na promoção massiva e de curto prazo do cooperativismo implicou em grandes dificuldades para seu desenvolvimento, pois, além do salto quantitativo, a grande maioria das cooperativas estava concentrada na prestação de serviços, enquanto uma minoria estava voltada à produção, além do que mais de 80% das cooperativas registradas tinham entre cinco e dez associados. O maior obstáculo do decreto revolucionário nesse caso é de que a facilidade de crédito disponibilizado pelo Estado às novas cooperativas resultou no fato de que a grande maioria das cooperativas formadas ao calor da promoção dos Núcleos de Desenvolvimento Endógeno e da Missão Vulevan Caras, foram criadas apenas com objetivo de obter empréstimos preferenciais do Estado, demonstrando uma predisposição à corrupção, à formação de cooperativas fantasma, à apropriação de grande parte dos recursos pelos presidentes das cooperativas (MAGALLANES, 2009). Podemos somar a isso o argumento de Rosa Luxemburgo de que as cooperativas são por sua essência um ser híbrido no interior da economia capitalista, representam a “pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista”. Assim o grande limite para o sistema cooperativo é superar as determinações da lei do valor trabalho no seu interior, resulta deste limite que os cooperativados se verem “na necessidade contraditória de se governar a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles o papel do patrão capitalista” o que faz da cooperativa uma empresa capitalista ou a própria dissolução da cooperativa. Ao lado dos riscos de incorporação das leis de reprodução do capital no seu interior, Luxemburgo destaca que as cooperativas de produção muitas vezes limitam-se a atender “um pequeno mercado local e a reduzido número de produtos de necessidade imediata, de preferência produtos alimentícios”. Esse tipo de cooperativa de produção não é dispensável, mas a revolucionária polonesa chama a atenção ao fato de que os ramos estratégicos da produção como a indústria mineira, petrolífera, de bens de capital etc. estão de antemão excluídos das atividades cooperativas (LUXEMBURGO, 2005: 80,81, 82). Muito certamente o número de cooperativas reais, quer dizer, aquelas que realmente se valem de práticas democráticas em seu processo de produção, que superam a política de empregado, que fazem da cooperativa um projeto de vida comum é bem menor do que o apresentado na TABELA 6.

TABELA 6

COOPERATIVAS REGISTRADAS POR ACTIVIDAD ECONÓMICA 1998-2005									
Actividad	Hasta 1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Producción Agropecuaria	57	17	50	343	810	2.353	12.790	6.100	<b>22.520</b>
Transporte	236	21	70	246	444	851	3.558	3.463	<b>6.889</b>
Bienes y Servicios	172	10	42	269	693	4.126	23.000	11.643	<b>39.955</b>
Consumo	63	7	5	35	117	241	586	112	<b>1.166</b>
Ahorro y Crédito	193	3	19	14	33	91	290	68	<b>711</b>
Servicios Sociales	41			14	54	405	1.873	613	<b>3.004</b>
<b>Total</b>	<b>762</b>	<b>58</b>	<b>186</b>	<b>921</b>	<b>2.151</b>	<b>8.067</b>	<b>42.097</b>	<b>20.003</b>	<b>74.245</b>
<b>Total Acumuladas</b>	<b>762</b>	<b>820</b>	<b>1.006</b>	<b>1.927</b>	<b>4.078</b>	<b>12.145</b>	<b>54.242</b>	<b>74.245</b>	

FONTE: Ministério do Poder Popular Para Planificação e Finanças, 2005.

A reedição do rentismo sob o processo bolivariano acarreta outras questões além da transformação amparada em decretos. A grande massa de riqueza proveniente da renda petroleira que é transferida pelo Estado para a sociedade com intuito de saldar a dívida social através das Missões Sociais, do impulso da economia social alternativa ao neoliberalismo, do crescimento dos níveis de emprego formal e da evolução positiva do salário mínimo. Como já vimos, esse tipo de transferência compensatória de renda tem efeitos inflacionários na economia nacional. Todavia, é importante destacar que estes mecanismos de transferência da renda petroleira aos setores populares se dão sem alterar significativamente a base econômica da sociedade, assim, ao lado do aumento da demanda de bens de consumo corrente encontramos o aumento do consumo suntuário. É necessário se perguntar até que ponto a declaração do socialismo e a existência de um sistema múltiplo de propriedade são suficientes para enfrentar o problema do ciclo do capital na economia dependente, uma vez que a distribuição da renda petroleira através de mecanismos compensatórios, no contexto de uma moeda sobrevalorizada e com alto nível



de conteúdo importado tende a privilegiar o comércio e a produção de bens de consumo suntuário, que reforça o controle monopolista destes ramos da economia.

De certa maneira o processo bolivariano retirou muito das possibilidades do antigo bloco no poder de elaborar e decidir as políticas econômicas do Estado, e como já vimos, tal deslocamento não resultou exclusivamente da disputa pela direção da sociedade, mas também da própria crise hegemônica que minou o consenso em torno do *puntofijismo*, e os embates manifestos entre 2002-2003 demonstraram o esforço destas frações em retomar suas posições no Estado. Entretanto, desde 2005 é possível perceber certa reacomodação da burguesia ao processo no intuito de negociar com o governo desde novas associações patronais como a Empresários pela Venezuela (EMPREVEN), a Confederação Nacional de Agricultores e Pecuaristas da Venezuela (CONFAGAN), como de outro lado, o próprio governo passa a dedicar maior atenção às associações patronais de pequenos e médios industriais como a Federação de Câmaras e Associações de Artesãos Micros, Pequenas e Médias Empresas e Indústrias (FEDEINDÚSTRIA). As representações destas associações patronais têm participado das atividades políticas a favor do governo, e é bastante questionável que suas empresas promovam esquemas de co-gestão dos trabalhadores ou de desenvolvimento social de seu entorno, tal como as Empresas de Produção Social. As frações da burguesia que se reacomodam ao processo são em muitos casos produtores e/ou distribuidores de bens salário e essa reacomodação ocorre dentro do contexto da transferência da renda petroléira às Missões Sociais, ao cooperativismo, as Empresas de Produção Social e aos Conselhos Comunais e dá vazão ao que se denomina vulgarmente de *boliburguesia*, a burguesia bolivariana<sup>93</sup> (LACABANA, 2006; LUCENA, 2010).

Na terceira etapa do processo bolivariano estamos diante de um sistema múltiplo de propriedade, em que a propriedade estatal e social ainda segue subordinada à propriedade privada, uma vez que esta ainda domina grande parte dos meios de produção estratégicos. A indústria alimentar que produz e comercializa a maior parte dos alimentos consumidos no país ainda segue majoritariamente privada. São privadas as empresas importadoras que trazem do exterior (a um tipo de câmbio oficial favorável e muitas vezes são importações

---

<sup>93</sup> Esse fenômeno é bastante preocupante desde a perspectiva da construção do socialismo, principalmente, porque parte dessa nova burguesia, da *boliburguesia* é oriunda dos altos escalões governamentais. Basta um breve olhar nos estacionamentos dos prédios ministeriais para perceber a opulência dos automóveis caríssimos estacionados.

com balanço fraudulento) os variados produtos importados consumidos pelos venezuelanos. São as grandes redes de lojas privadas que dominam o comércio, mesmo que exista o papel destacado de Mercal e PDVAL na distribuição de bens salário. As nacionalizações e estatizações de empresas realizadas pelo Estado são realizadas com indenizações de recompra pagas aos capitais nacionais e internacionais. Quando o Estado subsidia o litro mais barato de gasolina de todo o planeta, sendo possível encher o tanque de um automóvel com menos de US\$ 1, transfere grande parte dos recursos aos proprietários de veículos privados, que em sua maioria são ricos, enquanto a classe trabalhadora segue amontoada num transporte público ineficiente e, em relação ao litro de combustível, caro; além do que o subsídio venezuelano à gasolina fomenta o contrabando de combustíveis com países fronteiriços como Brasil, Colômbia e Guiana. Mas dentre todas as frações capitalistas, é o sistema bancário privado o maior beneficiado pelas transferências indiretas da renda. Em primeiro lugar, são os bancos privados quem emite a maior parte do crédito sob formas de cartões de crédito e que sustenta uma parte crescente do consumo com taxas elevadas de juros. Em segundo lugar, a estatal petrolífera PDVSA e o Estado emitem títulos da dívida pública denominados em dólares, que, todavia são comprados com bolívares pelos bancos privados nacionais a uma taxa de câmbio oficial favorável, para em seguida, serem negociados no mercado internacional em dólares. Esse tipo de operação contorna os instrumentos de controle estatal de evasão de divisas, uma vez que os bancos não exportaram capitais, mas sim comercializaram títulos da dívida (Cf. TOUSSAINT, 2009, 2010). São todos exemplos de como o aumento do gasto público ao fim das contas resulta numa enorme transferência indireta de capital ao setor capitalista venezuelano, sobretudo, ao setor bancário. Por esse motivo consideramos que há uma reedição do rentismo petrolífero, pois a renda de monopólio e sua distribuição convertem o Estado bolivariano no eixo estruturador da economia nacional, porém, os mecanismos de transferência desta renda para a burguesia é distinto dos períodos históricos anteriores em que predominavam os mecanismos de transferência de capital direta. No caso da reedição do rentismo pelo governo bolivariano, os mecanismos de transferência de capitais do Estado para as frações burguesas ocorrem por via indireta, principalmente, através do aumento do gasto público com programas sociais ocorre a transferência destes capitais ao setor bancário privado.

O grande impasse do processo bolivariano é que este sistema múltiplo de propriedade da etapa socialista não difere suficientemente do modelo produtivo misto proposto pelos bolivarianos no *Projeto de Declaração Programático do MBR-200* de 1993 e na *Agenda Alternativa Bolivariana* de 1996 que encontra maior acabamento no *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007*. Quanto a existência de um sistema múltiplo de propriedade encontramos no *Projeto de Declaração...* a seguinte consideração :

“O Estado dirigirá as [indústrias] básicas, deixando as manufaturas aos interesses privados, ou criará um setor cooperativo do qual serão fator dinâmico os trabalhadores do ramo. Essas indústrias, todas elas exceto a petroquímica, trabalharão para o mercado interno, salvo exceções muito delimitadas. O equilíbrio de todo o conjunto buscará que o Estado e o setor cooperativo, combinados, tenham peso majoritário, decisivo na economia industrial do país” (CHÁVEZ, 2007: 67).

No *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007*, este sistema múltiplo de propriedade permanece como princípio diretivo da estratégia socialista de longo prazo:

“O modelo Produtivo Socialista estará conformado basicamente por Empresas de Produção Social, que constituem o gérmen e o caminho ao Socialismo do Século XXI, ainda que persistam empresas do Estado e empresas capitalistas privadas” (RBV, 2010a: 51).

Não é nada clara a diferença concreta existente entre este programa econômico da etapa socialista com relação ao programa econômico da etapa constituinte. Tanto o programa político-econômico da etapa socialista, como os das etapas constituinte e nacional-soberana buscam fomentar o desenvolvimento nacional através de três setores produtivos: o estatal, o social e o privado; ou seja, através de uma “economia variada, mista, com três setores nos quais a proporção de cada um deles ou seu peso se alteraria conforme a índole, transcendência estratégica e papel de cada ramo” (CHÁVEZ, 2007: 67). Parece-nos, portanto, que a questão substancial conforme todos os documentos acima mencionados é como controlar e disciplinar o capital privado monopolista. Não há dúvidas de que o Estado desempenha papel determinante no processo bolivariano, que existe o objetivo declarado de diversificar o aparato produtivo nacional com o impulso das empresas estatais nas áreas petroleira, siderúrgica e de outras indústrias básicas, contando

com respaldo de empresas multinacionais associadas (principalmente de capital misto oriundas de países aliados), também, parte da diversificação depende da conformação de núcleos de desenvolvimento endógeno aproveitando o potencial e a organização desde o contexto comunitário local, isso se concretiza através da aposta pesada em programas de transferência de renda aos estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora, com o incentivo ao cooperativismo, às empresas de produção social e à pequena e média empresa. Porém, mesmo que seja perceptível a reacomodação da burguesia ao processo, o governo bolivariano tem buscando implantar uma forte disciplina e controle do capital privado, como também o Estado segue a linha de proprietário e produtor. Como temos visto a política externa e integracionista colocada em prática pelo governo bolivariano é substancialmente contrária ao regionalismo aberto, ao desenvolvimento de empresas multinacionais venezuelanas. O que parece extremamente problemático para a nova orientação estratégica do processo bolivariano é a continuidade da orientação tática inspirada no sistema de transferência de renda no intuito de desenvolver e expandir um modelo de economia social alternativo ao neoliberalismo, mas que de fato não rompe com o capitalismo, pois na realidade são concepções voltadas para o desenvolvimento equilibrado do capitalismo.

Ao referir-se às Missões Sociais do governo bolivariano a tendência é centrar o foco nos objetivos específicos, nos impactos e nos benefícios sociais gerados na sociedade venezuelana, mais especificamente nos estratos mais empobrecidos das classes subalternas. As inúmeras Missões Sociais buscam em primeiro plano satisfazer as necessidades elementares em saúde, educação, moradia, capacitação para o emprego e alimentação, contudo, esse conjunto de necessidades demanda esforço descomunal e pessoal técnico preparado suficiente para seu cumprimento. Justamente as dimensões das tarefas visadas pelas Missões demandam urgentemente análises sobre o trabalho do pessoal empregado em tais atividades. Devido à centralidade estratégica das Missões Sociais na mudança estrutural da sociedade, era de se esperar que os facilitadores e facilitadoras (trabalhadores e trabalhadoras empregados nestes programas) realizassem suas atividades sob condições salariais e legais favoráveis. Todavia, a realidade segue em caminho contrário. De maneira geral os facilitadores e facilitadoras que ingressam nas Missões Sociais o fazem sem qualquer contrato formal firmado e sem qualquer garantia de estabilidade, isso ocorre porque o regime salarial não é concebido pelo governo bolivariano nessas condições como

tal, senão como bolsas e/ou ajuda financeira, que além de ficar por baixo do salário mínimo estipulado pode ou não ser renovados ao fim do período de duração. As atividades desenvolvidas nestes programas impõem jornadas de trabalho semanais duríssimas, normalmente, a jornada se estende de segunda a domingo, de maneira que nos dias úteis podem ultrapassar as oito horas diárias e nos fins de semana alcançam seis horas diárias, portanto, a jornada semanal ultrapassa o teto constitucional de 44 horas. Como os facilitadores e facilitadoras são bolsistas ou recebem uma ajuda financeira e não possuem contrato formal de trabalho não são passíveis de registrado de trabalho, isso significa que não são cobertos por nenhum dispositivo de seguridade social, não têm direito a afastamento do trabalho por incapacidade temporária, não gozam de aposentadoria por tempo de serviço, não possuem seguro desemprego e não têm direito a férias. Além da ausência de um marco regulatório do trabalho nas Missões Sociais não há registro sobre a existência de sindicatos, nem de qualquer tipo de associação que represente os facilitadores, portanto, não dispõem de um instrumento que realize a mediação entre estes trabalhadores e o governo. É importante somar a estes elementos formais da relação de trabalho as próprias condições de trabalho, por exemplo, no caso das Missões Educativas há o recurso à municipalização do ensino, como vimos os facilitadores e facilitadoras vão até as comunidades localizadas na periferia ou entorno urbano para ali realizar o trabalho de educação popular. Isso sem dúvida é algo importantíssimo do ponto de vista da desconcentração do ensino, todavia, como enfatizou a facilitadora da UBV de Caracas Alejandra Segóvia, o traslado a tais locais é de responsabilidade dos facilitadores e facilitadoras, portanto, o tempo de duração do percurso e os custos deste tornam a atividade nas Missões Sociais ainda mais precárias.

O trabalho nas Missões Sociais tem como uma das peculiaridades o fato de que o *processo de trabalho* “é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso”, porém, não se trata “aquí de produzir valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca” (MARX, 1983 vol. I t.1: 153-155), contrariamente ao processo de produção capitalista, não gera valor e, muito menos mais-valia. Esse fato demonstra que “o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada” (MÉSZÁROS, 2002: 100). Portanto, o processo de trabalho nas Missões Sociais é

submetido ao comando político de extração e acumulação de trabalho excedente, logo, após a descrição do trabalho dos facilitadores e facilitadoras não causa espanto de que este processo traga em si o núcleo conceitual da superexploração do trabalho<sup>94</sup>.

O comando político do processo de trabalho nas Missões Sociais acarreta não apenas no esgotamento prematuro de sua força de trabalho e na reprodução da estrutura conflitante da divisão capitalista do trabalho, mas também traz conseqüências políticas muito desfavoráveis ao processo bolivariano. Muitos dos facilitadores e facilitadoras ingressam nas Missões Sociais por convicção política, por identificação político-ideológica com Chávez e por solidariedade. Muito certamente, a informalidade das relações contratuais e salariais, a alta disponibilidade de força de trabalho e a ausência de qualquer tipo de organização sindical fazem com que qualquer insatisfação e questionamento do regime de trabalho seja substituída facilmente. Portanto, o trabalho nas Missões Sociais reproduz os mesmos mecanismos de circulação e exploração da força de trabalho flexível e precária do neoliberalismo. Obviamente, a rotina de afastar e substituir os facilitadores e facilitadoras (que supostamente deveriam ser quadros políticos do processo) das atividades nas Missões Sociais por questionarem o marco regulatório do trabalho gera dissidências e desgastes dentro do apoio político do processo, somos levados a concordar com os relatos de Julio Fermin e Alejandra Segóvia, não há de se espantar que muitos desses antigos facilitadores passem as fileiras da oposição.

As perspectivas das organizações sindicais e outras formas de associação de trabalhadores não são nada alentadoras. Embora a Revolução Bolivariana coloque desde seu início a necessidade de deslocar a influência política da IV República, os bolivarianos têm escassa força dentro do mundo sindical. A aproximação dos laços entre o movimento bolivariano e o movimento sindical resulta, sobremaneira, da paralisação-sabotagem petroleira de 2002-2003. Neste momento, por iniciativa dos trabalhadores da indústria petroleira e outras indústrias básicas, surge a UENETE central sindical majoritária, reduzindo a influência da CTV entre os sindicatos. Desde então o número de sindicatos tem sofrido significativo aumento, que não é acompanhado pela população

---

<sup>94</sup> De acordo Ruy Marini o núcleo conceitual da superexploração “se define melhor pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante de sua produtividade, e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real” (MARINI, 2008: 158).

economicamente ativa, portanto, o que tem ocorrido desde 2003 é um contínuo processo de paralelismo sindical, pois através do incentivo direto do Ministério do Poder Popular para o Trabalho e Seguridade Social (MINPPTRASS) se tem legalizado novos sindicatos donde já havia outros, esse processo de fragmentação do movimento sindical resulta em tensões e conflitos entre os próprios trabalhadores. Ao atuar com ampla permissividade no incentivo ao paralelismo sindical e sem esconder sua inclinação por determinada corrente sindical e se opondo a outras, o MINPPTRASS perde seu caráter de entidade reguladora das relações de trabalho. Podemos somar ao paralelismo sindical o fomento do governo bolivariano a novas formas de organização do trabalho como os Conselhos Socialistas de Trabalhadores que seriam organizações concebidas para promoção da participação dos trabalhadores no exercício direto do controle dos processos produtivos e administrativos nos locais de trabalho. Como projeto de Lei Orgânica, a princípio não substituiriam as funções dos sindicatos, embora em médio e longo prazo possam atuar no sentido de erodir gradualmente as bases de sustentação do movimento sindical. Temos então, que junto à atuação de vários sindicatos no mesmo espaço de trabalho, e acima destes a organização em federações e centrais sindicais, a ampliação das formas associativas nos locais de trabalho tornam extremamente complexo e difícil o exercício da representação autônoma e efetiva dos trabalhadores (LUCENA, 2010).

A etapa de transição ao socialismo na Venezuela confere novo fôlego ao debate do socialismo para a América Latina no novo século. Esse é sem dúvida um dos grandes méritos da Revolução Bolivariana, muito embora, internamente a transição siga a “trancos e barrancos”, pela via de menor enfrentamento com o capital e sem restituir de fato os poderes de decisão política e econômica à maioria e em favor desta maioria. O futuro do socialismo para a região no século XXI depende em muito dos triunfos da experiência socialista no processo bolivariano. Não seria possível calcular as conseqüências negativas para os movimentos alternativos ao capitalismo da região, caso a Revolução Bolivariana tivesse seu fluxo interrompido.

## Conclusão

Buscamos desenvolver ao longo da presente tese as especificidades econômicas, políticas e sociais da Venezuela no esforço de aproximar da natureza desta sociedade e, por conseqüência, da própria natureza do processo bolivariano que busca romper e superar com tal sociedade. Como uma revolução chama para si a atenção de militantes e intelectuais de todos os cantos do planeta, não poderia ser diferente com a Revolução Bolivariana. A conclusão oferecida aqui é apenas uma ínfima contribuição e de longe esgotaria o conjunto de questões suscitados por um processo de transformação social tão complexo, tão contraditório e tão vivo. O eixo fundamental de todo o processo bolivariano é seu projeto inicial de *fundação da Quinta República*. Dentro da conjuntura em que se gesta o processo revolucionário, quer dizer, em meio ao descrédito do socialismo e da democracia representativa partidarista, a ampliação do consenso sobre a necessidade de câmbios mais profundos se fazia desde aquela “revolução possível”, da *refundação da república*.

A “revolução possível” não se coloca no enfrentamento de questões isoladas, de propiciar melhorias parciais pela distribuição renda, nos níveis de emprego ou no fornecimento de alguns serviços públicos básicos. Como todos seus problemas discutíveis, o que define o processo bolivariano como uma revolução é, justamente, o enfrentamento de todas essas questões em seu conjunto, como problemas estruturais que o modelo anterior (ou a *IV República*) reproduzia cotidianamente e não poderia fazer a menor concessão sem colocar em risco todo o sistema de exploração e dominação. Apenas uma revolução poderia avançar na realização destas tarefas inconclusas. Por isso mesmo, Ruy Marini corretamente defende que

“luta pela democracia é luta contra a dominação e a exploração de muitos por poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma – ali onde se torna mais definida – a luta pelo socialismo, pouco importando os qualificativos que a ele se acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para a sua consecução” (MARINI, 1992: 13-14).



Quando estabelecemos três etapas do processo bolivariano tínhamos como objetivo demonstrar a revolução como um processo de longa duração, em que cada uma dessas etapas preparava as bases para a próxima, não apenas em seus logros, mas também em suas debilidades, que tomadas em conjunto não há maior dificuldade em conceber que a Revolução Bolivariana segue seu curso com alternâncias entre períodos mais ou menos radicais, que se trata de um processo de revolução permanente. Numa sociedade em que o sistema democrático já assegurava um conjunto mais ou menos amplo de regras e procedimentos universais, como a liberdade associativa, eleições periódicas, igualdade de voto, pluripartidarismo e o império da lei, não faz o menor sentido em interpretar a revolução permanente como encadeamento da etapa democrática e da etapa socialista, senão conceber a revolução como processo permanente de aprofundamento e radicalização da democracia sob a direção do “movimento proletário, [que] é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (MARX, ENGELS, 1998: 50).

É dentro dessa perspectiva que a *refundação da República*, aquilo que denominamos como a “revolução possível”, guarda enormes potenciais de ruptura com a sociedade anterior. A última etapa, a qual denominamos via venezuelana ao socialismo, *aparentemente* apresenta a maior radicalização do processo com a refundação do partido político, com as nacionalizações e estatizações massivas, com a tentativa de adequar a Constituição ao projeto socialista, com a construção do poder popular através dos Conselhos Comuns e Comunas etc. Muito embora, nos parece ser a etapa de maior retrocesso do ponto de vista do projeto original, de *fundação da Quinta República*, o protagonismo do campo popular, sua intervenção soberana na formulação, execução, controle e tomadas de decisão no processo têm sido colocados de lado, sendo viável sua participação apenas em momentos sensíveis à continuidade do governo num modelo de democracia representativa e plebiscitária.

Em outra ocasião<sup>95</sup> no intuito de demarcar as diferenças com o uso simplificador do populismo havíamos defendido o fato de que o chavismo configurava um caso de *cesarismo progressista*, de que dentro do contexto da crise hegemônica pela qual

---

<sup>95</sup> No referido texto escrevemos: “Alternativamente à utilização do conceito de ‘populismo’ como chave para analisar tanto o ‘fenômeno Chávez’ quanto o chavismo, consideramos que na Venezuela o ‘empate catastrófico’ de forças sociais e políticas, surgido no seio da crise hegemônica, teria derivado até o momento na experiência da liderança heroica que constituiria uma modalidade de ‘cesarismo progressista’” (SEABRA, PEREIRA, 2011).

atravessava o país não havia surgido um bloco histórico com força suficiente para a construção de uma hegemonia alternativa, de que Chávez era o resultado do “empate catastrófico” das forças sociais e políticas. Dentro destes limites Hugo Chávez como “árbitro” dos conflitos de classe forneceria elementos progressistas que tenderiam a melhoria na correlação de forças para o campo popular. A questão é que o fenômeno cesarista na concepção gramsciana tende obviamente à restauração dos “equilíbrios instáveis”, por seu fim é reestabelecida a hegemonia capitalista na sociedade sobre novos consensos. Se nosso objetivo naquele momento era demarcar nossas distâncias críticas com a simplificação populista, o remédio saiu pior que a enfermidade. A longa ofensiva da classe capitalista venezuelana ao processo revolucionário bolivariano não permite considerar Chávez como um “árbitro” dotado de certa autonomia em relação às lutas de classes. Como tentamos demonstrar durante toda a tese o conjunto das classes subalternas se alça em atividade constante desde a década de 1990 e a construção contra-hegemônica teve como bandeira fundamental o *poder Constituinte*, a transformação profunda da democracia. O projeto da *Quinta República* coloca na ordem do dia o fim da divisão entre dirigentes e dirigidos, como diria Antonio Gramsci, a revolução bolivariana fornece terreno fértil para a conexão entre hegemonia e democracia, quer dizer a “passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente” (GRAMSCI, 2007:287).

Ao longo do processo bolivariano o movimento das classes subalternas apresentou diversas mudanças de qualidade, de um começo difuso e quase exclusivamente reivindicativo, desde 1999 as classes subalternas têm se organizado em movimentos e coletivos autônomos ou impulsionados diretamente pelo Estado. A constante atividade das classes subalternas é uma das qualidades notórias do processo, mas se esse alçamento à cena política representa um avanço na construção de uma nova hegemonia, não escapa à observação o caráter cambiante, instável e de curta duração de muitas destas atividades organizativas. Basta o exemplo de como as próprias organizações impulsionadas desde o Estado têm seguido difusa e improvisadamente, passando desde os Círculos Bolivarianos, os Conselhos Locais de Planificação Pública, os Comandos Eleitorais (Ayacucho e Maisanta), as Unidades de Batalha Eleitoral, os Conselhos Comunais, as Comunas etc., isso sem considerar que os indivíduos que militaram ou militam em cada uma dessas organizações estão em sua grande maioria, comprometidos com a militância no PSUV, com tarefas nas Missões Sociais ou com outros coletivos e movimentos sociais. O acúmulo

de funções e tarefas em um único militante, a proximidade e a dependência para com um governo que altera suas pautas sem levar em consideração os compromissos e planos destas organizações, fato que obriga sempre a reajustes e recomeços, termina por fazer com que se ressaltem a ineficiência, o imprevisto e o caráter sempre inconcluso e provisório das novas instituições e conquistas, além do que, retiram grande parte da autonomia organizativa das classes subalternas.

As possibilidades de completar a *refundação da República*, de fazer da radicalização e aprofundamento da soberania e protagonismo popular em direção a rupturas profundas podem ser resgatadas através da autonomia organizativa dos movimentos, partidos e coletivos das classes subalternas em relação ao governo bolivariano. Isso não os colocaria na posição contrária, mas forneceria os elementos concretos para levar o processo adiante a cada vacilação do governo bolivariano. Uma das vias possíveis de estabelecer uma pauta de intervenções e proposições poderosas é fazer uso efetivo do mecanismo de referendo consultivo, que mesmo sem ter natureza vinculante, guarda a possibilidade de delimitar a correlação de forças, de pressionar o governo a aprofundar e concretizar certas pautas demandadas pelo conjunto das classes subalternas. Essa modalidade de referendo pode ser convocado por um número igual a 10% dos eleitores inscritos no Registro Civil e Eleitoral. Por tal via é possível colocar em discussão nacional e organizada desde a base questões relativas ao programa mínimo, que não são necessariamente socialistas, mas que atacam o poder político e econômico do capital. Perguntar em consulta popular, por exemplo, se a maioria da população está de acordo com a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais, se é necessário estabelecer o limite da propriedade privada da terra e para propriedade imobiliária urbana, se é de interesse da maioria realizar a auditoria da dívida pública venezuelana, se é de interesse nacional a estatização de todos os bancos privados, se é de interesse da maioria a tributação progressiva e o fim da tributação sobre o consumo, se é de interesse nacional a entrada da Venezuela no Mercosul etc. Até o momento, nos parece que este recurso não foi utilizado pelas classes subalternas e de maneira autônoma às convocatórias do governo bolivariano.

O ato político da revolução discutido nesta tese não guarda relação alguma com as teses sobre a natureza nacional-democrática das revoluções latino-americanas. Essa

orientação estratégica tratava de criar todas as condições de desenvolvimento capitalista, das instituições democráticas formais superando, assim, os traços arcaicos da sociedade para em seguida, com o terreno das lutas de classes entre burgueses e proletários iniciar a etapa socialista. Este conceito adquire caráter heurístico somente na medida em que fornece o vocabulário para as investigações sobre o desenvolvimento do marxismo e socialismo na América Latina. Pretender levá-lo adiante na análise da revolução latino-americana dentro das atuais condições resulta infértil, tanto do ponto de vista teórico como prático. O ato político revolucionário no nascente século XXI, o momento em que as classes subalternas se fazem Estado, não é desenvolver o capitalismo ou assegurar uma ou outra instituição democrática, para daí levar ao amadurecimento das condições objetivas como condição necessária do processo de transformação social, senão fazer avançar e radicalizar a participação democrática da maioria em interesse da maioria. De modo que essa radicalização democrática garanta os meios políticos para o exercício pleno da soberania popular criando uma longa cadeia de medidas que conduzem progressivamente a uma reviravolta do sistema social; logo, o ato político tende ao ato social da revolução.

A luta pela radicalização da democracia, da restituição da soberania popular no enfrentamento conjunto das questões estruturais é parte fundamental do esforço de construção de uma hegemonia alternativa, de através da revolução política ampliar substancialmente a base consensual entre as classes subalternas ao redor das novas possibilidades abertas pelo período de ruptura política com o sistema hegemônico anterior. A revolução começa como ato político e não existem garantias de que a radicalização da democracia caminhe por si mesma rumo ao socialismo. A revolução como processo permanente coloca a condução do processo como tema incontornável. O conceito de classes subalternas amplia significativamente o conjunto da classe e grupos sociais subordinados ao sistema do capital, que ao mesmo tempo são mobilizáveis a combatê-lo. A condução do processo revolucionário desde tal perspectiva nos leva a extirpar tendências sociologizantes, quer dizer, interpretações que conferem exclusividade ao proletariado como único sujeito capaz de conduzir radicalmente o processo revolucionário. Nossa apreciação é de a condução do processo revolucionário depende muito da questão de método, quer dizer, abandonada à sua dinâmica específica, cada fração das classes subalternas pode ser marginalizada e derrotada em suas pautas específicas. A única

possibilidade de avanço de qualquer processo revolucionário é a adoção do *ponto de vista do proletariado*:

“quando for dada uma situação histórica, na qual o conhecimento exato da sociedade tornar-se, para uma classe, a condição imediata de sua auto-afirmação na luta; quando, para essa classe, seu autoconhecimento significar, ao mesmo tempo, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, por consequência, para tal conhecimento, essa classe for, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento e, portanto, a teoria interferir de modo *imediato e adequado* no processo de revolução social, somente então a unidade da teoria e da prática, enquanto condição prévia da função revolucionária da teoria será possível” (LUKÁCS, 2003: 66).

Tal assertiva não reduz o proletariado a sujeito exclusivo da revolução, mas a adoção de seu ponto de vista fornece ao conjunto das classes subalternas a perspectiva da *totalidade*, de conferir coerência e abrangência ao processo revolucionário, de realizar a *unidade na diversidade*. Assim, mesmo que em sua fisionomia inicial a revolução democrático-radical e antiimperialista seja erigida sobre a categoria *povo*, as contradições resultantes das lutas de classes não ficam em suspenso durante o processo de restituição da soberania política à maioria, pelo contrário, tais contradições sociais se aprofundam e exigem o salto de qualidade para sua permanência. Na medida em que o exercício soberano e protagônico da democracia superam o contexto de democracia restringida e ao mesmo tempo atacam gradualmente o cerne da dominação e hegemonia capitalista, começam a tomar forma os eixos da contra-revolução, aquelas forças do “povo” que não têm interesse real na democracia substancial, não têm interesse em rupturas profundas da sociedade em questão. O enfrentamento da totalidade das questões estruturais e a reação obstinada da classe capitalista em interromper o processo revolucionário logo em seus primeiros momentos não deixam dúvidas de que o inimigo imediato de tal processo é a própria burguesia autóctone incapaz de realizar qualquer concessão sem colocar em risco todo o sistema de exploração e dominação.

Apontar o fato de que a condução do processo revolucionário seja realizada autonomamente pelo conjunto das classes subalternas não isenta a análise das contradições internas quando estas classes unificadas se tornam Estado. A *unidade* das classes subalternas se faz desde o processo político, de reconhecimento e articulação de suas demandas específicas e suas estratificações internas devem ser consideradas e enfrentadas

conforme as condições criadas ao longo da disputa hegemônica. O elemento organizativo é crucial para essa construção hegemônica alternativa e progressivamente anticapitalista. O partido é ainda o instrumento por excelência de articulação das demandas heterogêneas na forma do programa mínimo. Insistir no fim de instrumentos de maior alcance aglutinador, tais como o partido político, é insistir na fragmentação, no sectarismo das classes subalternas. Tal instrumento político é resultado de uma construção coletiva, portanto, para a sobrevivência e radicalização do processo revolucionário tem de garantir a autonomia organizativa de todos aqueles movimentos, grupos e correntes internas ao partido. O partido como intelectual coletivo é enriquecido com a heterogeneidade das classes subalternas que, principalmente em momentos decisivos ao processo revolucionário, de modo mais ou menos espontâneo traça com grande criatividade o caminho da revolução em permanência.

Os graves erros e vacilações do governo bolivariano, principalmente, após o anúncio da transição ao socialismo do século XXI e do referendo de Reforma Constitucional de 2007 têm reduzido o consenso da maioria da população em torno do processo revolucionário. A oposição segue conquistando maior eleitorado a cada ano, não por ter um projeto alternativo superior ao bolivariano, mas justamente pelos erros táticos, do improvisado, da corrupção e da ineficiência do governo. Muito embora não nos pareça que nenhum candidato da MUD seja capaz de derrotar Hugo Chávez numa disputa presidencial. Não há culto à Chávez na Venezuela, mas é difícil imaginar o processo sob outra liderança. Isso é uma debilidade incalculável da Revolução Bolivariana, principalmente depois de Chávez anunciar em junho de 2011 sua enfermidade. Logo deste anúncio muito se especulou sobre seu real estado de saúde, assim, enquanto ministros e deputados do PSUV davam constantes mostras de desinformação sobre o que realmente se passava, a oposição já declarava por todos os seus meios a “transição” pós-chavismo.

## Referências Bibliográficas

ALMEYRA, Guillermo. “La rebelión libia y ‘la paz’ de los colonialistas”. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx> acesso em 13/02/2012.

AMENTA, Núnzio. *A luta de Hugo Chávez contra o colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010).

AMIN, Samir. “La Primavera Árabe de 2011”. Disponível em: <http://www.rebellion.org> acesso em 13/02/2012.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Lisboa: Relógio D’Água, 2001.

ALVAREZ, Ángel. “State Reform Before and After Chávez Election“ In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict*. Colorado: Riener, 2003.

AZZELLINI, Dario. *Venezuela Bolivariana. Revolution des 21. Jahrhunderts?* Köln: Neuer ISP, 2007.

BAMBIRRA, Vania. *La Revolución Cubana, una reinterpretación*. México: Nuestro Tiempo, 1974.

BANKO, Catalina. “Industrialización y Políticas Económicas en Venezuela” In: *Cadernos PROLAM/USP* ano 6, vol. 1, 2007.

BAPTISTA, Asdrúbal. "El capitalismo rentístico: Elementos cuantitativos de la economía venezolana" In: *Cuadernos del Cendes* v.22 N°60, 2005.

BAPTSITA, Asdrúbal, MOMMER, Bernard. “Renta petrolera y distribución factorial del ingreso” In: NISSEN, Hans Peter, MOMMER, Bernard (orgs.). *¿Adiós a la Bonanza? Crisis de la distribución del ingreso en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 1989.

BATTAGLINI, Oscar. *Ascenso y caída del puntofijismo (1958-1998)*. Caracas: Galac, 2011.

BAUMAN, Zygmund. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BORON, Atílio. *Socialismo siglo XXI ¿Hay vida después del neoliberalismo?* Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. “Sobre os problemas políticos da transição. Classe operária e revolução passiva” In: FERRI, Franco (org.). *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BUXTON, Julia. “Economic Policy and the Rise of Hugo Chávez” In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict*. Colorado: Rienner, 2003.

CANO, Wilson. “Venezuela: limites para uma nova política econômica” In: *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1 (18), 2002.

CARRERA DAMAS, Germán. *El Bolivarianismo-Militarismo, una ideología de reemplazo*. Caracas: Ala del Cuervo, 2005.

CHÁVEZ, Hugo. *Programa Aló Presidente n° 214, 27 de fevereiro, 2005*.

\_\_\_\_\_. *Senderos de la via bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2007.

CHE GUEVARA, Ernesto. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Edições Populares, 1979.

\_\_\_\_\_. *El socialismo y el hombre en nuevo México: Siglo XXI, 1979a*.

\_\_\_\_\_. *Soberanía política e independencia económica*. Bogotá: Ocean Sur, 2007.

CLAUDÍN, Fernando. *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. México: Siglo XXI, 1975.

CORDEN, Max, NEARY, Peter. “Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy” In: *The Economic Journal*, Vol. 92, No. 368, 1982.

DENIS, Roland. *Los fabricantes de la rebelión*. Caracas: Primera Línea; Nuevo Sur, 2001.



ELLNER, Steve. “Las Tensiones entre la Base y la Dirigencia en las Filas del Chavismo” In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 n°1 (ene-abr)*. Caracas: 2008.

\_\_\_\_\_. “Las reformas neoliberales y la crisis política venezolana, 1989-1999: antecedentes de la llegada de Hugo Chávez al poder” In: AYALA, Mario, QUINTERO, Pablo (comp.). *Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Maipue: Buenos Aires, 2009.

\_\_\_\_\_. *El fenómeno Chávez: sus orígenes y su impacto*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos/ Fundación Centro Nacional de História, 2011.

ENGELS, Friederich. “Introdução à edição de 1895” In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução vol.II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. “Revolução e contra-revolução na Alemanha” In: \_\_\_\_\_. *A revolução antes da revolução vol. I*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EWELL, Judith. “Venezuela, 1930-1990”. In: BETHELL, Leslie (comp.) *História de América Latina tomo XVI: Los países andinos desde 1930*. Barcelona: Crítica, 2002.

FERNANDES, Florestan. “Reflexões sobre as ‘Revoluções Interrompidas’ (uma rotação de perspectivas)” In: \_\_\_\_\_. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *O que é Revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIGUEROA, Amilcar. *La Revolución Bolivariana: nuevos desafíos de una creación heroica*. Caracas: El Tapial, 2008.

\_\_\_\_\_. “¿Reforma o revolución en América Latina? El proceso venezolano” In: REGALADO, Roberto (org.). *América Latina hoy ¿reforma o revolución?* Ciudad de México: Ocean Sur, 2009.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOTT, Richard. *À sombra do Libertador*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere vol. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Escritos Políticos vol.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUNDER FRANK, André. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

HARNECKER, Marta. *Venezuela: una revolución sui generis*. España: El Viejo Topo, 2004.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HAWKINS, Kirk. “Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective” In: *Comparative Political Studies* 42 February, 2009.

HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia; AVENDAÑO, Raquel Reyes. “Análisis de la Política Económica en Venezuela (1998-2006)”. *Revista OIKOS*. n.26. Dezembro de 2008.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. “Renascendo das cinzas” In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. “Adeus a tudo aquilo” In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KLARE, Michael. “Sangre por Petróleo: la estrategia energética de Busch y Cheney” In: PANITCH, Leo, LAYES, Colin (coord.). *El nuevo desafío imperial*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LACABANA, Miguel. “Petróleo y hegemonía en Venezuela. La construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI” In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LACLAU, Ernesto. “La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana”. *Nueva Sociedad*, n. 205 2006.

LANDER, Edgardo. “Venezuela: A busca de um projeto contra-hegemônico” In: CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonias e Emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia: ensayos sobre América Latina*. Caracas: UCV, 2006.

\_\_\_\_\_. “El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela” In: *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, septiembre, 2007.

\_\_\_\_\_. “El referendun sobre La Reforma Constitucional El Processo Político en Venezuela entra en una Encrucijada Crítica” In: *Revista Venezoelana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 n°2 (may-ago)*. Caracas: 2008.

\_\_\_\_\_. “¿Quién ganó las elecciones parlamentarias en Venezuela?” In: *CalyArena n°1*, 2011.

LANDER, Luis. “Socialismo del siglo XXI y la propiedad en el sector petrolero” In: LÓPEZ MAYA, Margarita (org). *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI vol. II*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras Escolhidas T.1*. Moscou: Edições Progresso, 1977.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas T.2*. Moscou: Progresso/ Lisboa: Avante, 1978.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas T.3*. Moscou: Progresso/ Lisboa: Avante, 1979.

\_\_\_\_\_. *A falência da Segunda Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979a.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarola, 2007.

LÓPEZ MAYA, Margarita. *Protesta y cultura em Venezuela: los marcos de acción colectiva em 1999*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

\_\_\_\_\_. “Hugo Chávez Frías: His Moviment and His Presidency” In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era*. Colorado: Riener, 2003.

\_\_\_\_\_. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

\_\_\_\_\_. “Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo”. *Revista Venezoelana de Economía y Ciencias Sociales vol. 14 n°3 (sept-dic)*. Caracas: 2008.

LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUCENA, Héctor. “Reestructuración productiva en Venezuela: balance laboral” In: TOLEDO, Enrique de la Garza, NEFFA, Julio César (org.). *Trabajo y modelos productivos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. “Questões de organização da social-democracia russa” In: V.A. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda*. Polêmica Rosa/Lenin. São Paulo: Ched, 1981.

\_\_\_\_\_. *Reforma ou Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LYNCH, Nicolás. “Neopopulismo: un concepto vacío” In: \_\_\_\_\_. *Política y Antipolítica em Peru*. Lima: DESCO, 2000.

PÁRRA LUZARDO, Gastón. *De la nacionalización a la apertura petrolera: derrumbe de una esperanza*. Caracas: BCV, 2009.

MAGALLANES, Rodolfo. “El gobierno de Hugo Chávez: ¿qué lo distingue de los anteriores?” In: *Revista Politeia*, N° 42, vol. 32, 2009.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Edusp, 2009.

MARINI, Ruy. *Subdesarrollo y Revolución*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1974.

\_\_\_\_\_. *El reformismo y la contrarrevolución (estudios sobre el Chile)*. México: Ediciones Era, 1976.

\_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

\_\_\_\_\_. “Dialéctica de la dependência” In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. “En torno a *Dialéctica de la dependência (postscriptum)*” In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008a.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política vol. I t.2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política. V.III t.1. O processo Global de Produção Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política vol. III t. 2*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. “A Guerra Civil na França” In: \_\_\_\_\_. *A revolução antes da revolução vol.II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAVALE MATA, Hector. *Formación histórica del antidesarrollo de Venezuela*. Caracas: Contexto Editores, 1974.

MAZA ZAVALA, Felipe Domingo. “História de meio século da Venezuela: 1926-1975” In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. Editora UnB, 1988.

\_\_\_\_\_. *Venezuela: economía, tiempo y nación*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. “Celso Furtado na Venezuela” In: FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora de Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo; Boitempo, 2004.

MILLS, Whrighth. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

MINOGLO, Walter. *La Idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

MOMMER, Bernard. “Subversive Oil” In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan Politics in the Chávez Era: class, polarization and conflict*. COLORADO: Rienner, 2003.

NICANOFF, Sergio, STRATTA, Fernando. “La Revolución Bolivariana. Notas sobre la relación entre Estado y movimientos sociales” In: *Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos*. Mar del Plata, setiembre de 2008.

OURIQUES, Nildo. “A revolução democrática bolivariana. Uma utopia latino-americana” In: \_\_\_\_ (org.). *Raízes no Libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. Florianópolis: Insular, 2005.

PARKER, Dick. “Socialismo y La organización de La producción” In: LÓPEZ MAYA, Margarita. *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI vol. II*. Caracas: Alfa, 2009.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

PORTANTIERO, Juan Carlos. “¿Por qué Gramsci? O las luchas sociales en situación de dependencia” In: MARINI, Ruy, MILLÁN, Mária (comp.). *La teoría social latinoamericana t.III: La centralidad del marxismo*. Ciudad de México: UNAM, 1995.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI, 1975.

PURROY, Michel Ignacio. *Estado e industrialización en Venezuela*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 1986.

\_\_\_\_\_. "Setenta años en busca de la diversificación". *Revista SIC*, N°600, 1997.

RAY, Rebecca. "Venezuela: El PIB resurge con un crecimiento fuerte en el sector de la construcción" In: *Center for Economic and Policy Research*, 2011. Disponible em: <http://www.cepr.net>.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Algunos usos de civilización y barbarie*. La Habana: Letras Cubanas, 2003.

RODRÍGUEZ ARAQUE, Ali, MÜLLER ROJAS, Alberto. "Ideas socioeconómicas y políticas para debatir el socialismo venezolano" In: LÓPEZ MAYA, Margarita. *Ideas para debatir el Socialismo del Siglo XXI vol. II*. Caracas: Alfa, 2009.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SALAMANCA, Luis. "La democracia directa en la Constitución venezolana de 1999" In: SALAMANCA, Luis, VICIANO PASTOR, Roberto (coord.). *El sistema político en la Constitución Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Vadel Hermanos, 2004.

SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

SEABRA, Raphael. "A Revolução Venezuelana: Chavismo e Bolivarianismo" In: *Sociedade e Cultura* vol.13 n.2, 2010.

SEABRA, Raphael, BUENO, Fabio. "A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea" In: *33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

SEABRA, Raphael, SILVA, Fabrício P. da. "Sugerencias teóricas para un abordaje bolivariano" In: *II Congreso de História Inmediata*, Maracaibo, 2011.

TEXIER, Jacques. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TIRADO SANCHEZ, Aránzazu. *La utopía nustramericana y bolivariana: una aproximación a las proyecciones externas de la Revolución cubana y de la Revolución bolivariana de Venezuela*. Buenos Aires : CLACSO, 2011.

TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida: as finanças contra os povos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. “La deuda, el Banco del Sur y la construcción del socialismo del siglo XXI” In: *El Viento Sur*, número 9-mayo, 2008.

\_\_\_\_\_. *El Banco del Sur y la nueva crisis internacional*. Alternativas y resistencias. España: El Viejo Topo, 2008a.

\_\_\_\_\_. “Luces y Sombras en la Venezuela Bolivariana”. Disponible em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org). Acceso em: 13/11/2009.

\_\_\_\_\_. Frente a la deuda del Norte, algunas pistas alternativas. Disponible em: [www.cadtm.org](http://www.cadtm.org). Acceso em 14/02/2012.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILAS, Carlos. “¿Populismos Reciclados o Neoliberalismo a secas? El mito del ‘neopopulismo’ latinoamericano” In: *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, vol. 9, nº 3 (mayo-agosto) 2003.

WILPERT, Gregory. *La Transformación en Venezuela*. Hacia el socialismo del siglo XXI. Caracas: Monte Ávila, 2009.

WOODS, Alan. *La Revolución Bolivariana: Una análisis marxista*. Madrid: Fundación Frederico Engels, 2005.

ZEUSKE, Max. “Simón Bolívar, su posición en la historia y en la actualidad” In: \_\_\_\_\_. *Interpretaciones y ensayos marxistas acerca de Simón Bolívar*. Berlín: Akademie-Verlag, 1985.



## Documentos e sites da internet

Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – ALBA –  
[www.alianzabolivariana.org](http://www.alianzabolivariana.org)

APORREA – [www.aporrea.org](http://www.aporrea.org)

Comissão Econômica para América Latina e Caribe – [www.eclac.org](http://www.eclac.org)

GRAMMA – PRINCÍPIOS RECTORES DEL ALBA. Disponível em:  
<http://www.gramma.cubaweb.cu>

Instituto Nacional de Estadísticas – INE – [www.ine.gob.ve](http://www.ine.gob.ve)

Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEC – [www.opec.org](http://www.opec.org)

Ministério do Poder Popular para Moradia e Habitação – MVH – <http://www.mvh.gob.ve>

República Bolivariana de Venezuela (RBV). *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Gaceta Oficial, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ahora la Batalla es por el Sí*. Caracas: Biblioteca Construcción del Socialismo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Comunas Socialistas*. Documento para la discusión. Ministério do Poder Popular para as Comunas e Proteção Social, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ley Orgánica de las Comunas*. Ministério do Poder Popular para as Comunas e Proteção Social, 2010.

\_\_\_\_\_. *Proyecto Nacional Simón Bolívar*. Líneas generales de Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013. Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação, 2010a.

## Anexos

**ANEXO 1 – Foto do saguão da alfândega do Aeroporto Internacional Simón Bolívar  
(cortesia de Eduardo Luiz Zen)**



**ANEXO 2 – Foto da Horta Urbana Bolívar I em Caracas**



**ANEXO 3 – Propaganda do Governo da República Bolivariana sobre os logros do Socialismo**



**La escuela va a los refugios**  
Estudiantes afectados por las intensas lluvias se mantienen al día en el cronograma escolar

**VIVIR** EN SOCIALISMO

**ANEXO 4 – Propaganda do Governo da República Bolivariana sobre as Empresas de Produção Social no Metrô de Caracas (cortesia Eduardo Luiz Zen)**

